



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA
AMÉRICA LATINA (PPG-ICAL)**

**ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL E
BLOCOS REGIONAIS**

**A INTEGRAÇÃO REGIONAL E O REGIONALISMO PÓS-SEGUNDA
GUERRA: UM ESTUDO DE CASO DO REGIONALISMO PROPOSTO PELA
CEPAL NA DÉCADA DE 1950**

ARMSTRONG PEREIRA DA SILVA

Foz do Iguaçu

2020



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA
AMÉRICA LATINA (PPG-ICAL)**

**ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL E
BLOCOS REGIONAIS**

**A INTEGRAÇÃO REGIONAL E O REGIONALISMO PÓS-SEGUNDA
GUERRA: UM ESTUDO DE CASO DO REGIONALISMO PROPOSTO PELA
CEPAL NA DÉCADA DE 1950**

ARMSTRONG PEREIRA DA SILVA

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina, como requisito à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Borges

Foz do Iguaçu

2020

ARMSTRONG PEREIRA DA SILVA

**A INTEGRAÇÃO REGIONAL E O REGIONALISMO PÓS-SEGUNDA
GUERRA: UM ESTUDO DE CASO DO REGIONALISMO PROPOSTO PELA
CEPAL NA DÉCADA DE 1950**

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Fábio Borges
UNILA

Prof. Dra. Andrea Ribeiro Hoffmann
PUC-RIO

Prof. Dr. Nilson Araújo de Souza
UNILA

Prof. Dr. Luciano Wexell Severo
UNILA

Foz do Iguaçu, 30 de junho de 2020.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

S586i

Silva, Armstrong Pereira da.

A integração regional e o regionalismo pós-segunda guerra: um estudo de caso do regionalismo proposto pela CEPAL na década de 1950 / Armstrong Pereira da Silva. - Foz do Iguaçu, 2020.

172 fls.: il.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, PPGICAL, Programa de Pós-graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPG-ICAL).

Orientador: Fábio Borges.

1. Integração econômica internacional. 2. Economia regional - América Latina. 3. Nações Unidas. Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. 4. Velho regionalismo europeu. I. Borges, Fábio. II. Título.

CDU 339.92(8)

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): Armstrong Pereira da Silva.

Curso: Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina.

	Tipo de Documento
(.....) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(.....) trabalho de conclusão de curso
(X) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(X) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais

Título do trabalho acadêmico: A INTEGRAÇÃO REGIONAL E O REGIONALISMO PÓS-SEGUNDA GUERRA: UM ESTUDO DE CASO DO REGIONALISMO PROPOSTO PELA CEPAL NA DÉCADA DE 1950

Nome do orientador(a): Prof. Dr. Fábio Borges.

Data da Defesa: 30 de junho de 2020.

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material, cujos direitos são de terceiros, está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente, e de acordo com a licença pública *Creative Commons* **Licença 3.0 Unported**.

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável

In memoriam aos meus pais, José
Ronildo e Claudete.

AGRADECIMENTOS

Aqui reitero a gratidão aos meus pais, familiares, professores e amigos por, conforme dito outrora, compor a minha história. Minha mãe, Claudete, ainda que tenha partido cedo, me colocou no mundo e me preparou para a vida, me permitindo construir meus roteiros. Meu pai, José Ronildo, apesar de ter nos deixado nesse ano, foi (e sempre será) o maior motivador da minha jornada. Ambos me muniram com amor e os mais belos sorrisos para que eu continuasse caminhando nessa difícil estrada.

Meus sinceros agradecimentos a todos os meus professores do ensino fundamental, médio, graduação e pós-graduação. Agradeço, em especial, ao meu orientador Fábio Borges, pela compreensão e humanidade ao me auxiliar, com maestria, em meio a alguns percalços que tive durante o ano em que escrevo.

Agradeço a todos os meus amigos, e em especial a Hiago Trindade, por seus conselhos e sabedoria, e a Joel Junior e Maria Bruna, pelas risadas e lamentações. Estendo os agradecimentos à Fundação Parque Tecnológico Itaipu-Brasil, em especial aos meus colegas e amigos da Assessoria de Controles Internos, e da Assessoria de Planejamento e Gestão, sob alçada da Diretoria de Superintendência (APG.DS).

Os trabalhos que venho desempenhando na APG.DS, nos campos de apoio à gestão empresarial e governança corporativa, me muniram de uma visão administrativa que nenhuma teoria poderia me proporcionar.

O contato diário com atas, resoluções, informes e documentos normativos foi essencial para que eu dimensionasse a importância das fontes primárias que utilizei nesta dissertação. Além disso, o dia a dia com diretores e profissionais de alta performance, atentos não só quanto ao conteúdo, como também à forma, me ajudou a desenvolver metodologias para tornar o meu trabalho mais didático, e ampliar o público alvo e entendimento dessa dissertação.

Todos esses atores foram cruciais, antes, durante e após a construção do presente trabalho, por isso, meu sincero muito obrigado!

Não cabe dúvida de que a imaginação descontrolada produz delírios, mas como conceber uma construção teórica sem um forte ingrediente de invenção? Pelo fato mesmo de que são irreversíveis e comportam muito de aleatório, os processos históricos somente são compreendidos quando de alguma forma são reinventados. Daí que a capacidade analítica não seja suficiente para captar o que neles é essencial. Não se trata de fazer a teoria do particular e sim de captar o que neste desborda do quadro explicativo convencional. Arregacei as mangas e comecei a pensar o Brasil com a desenvoltura de quem reunisse ignorância e intrepidez. Ao invés de reduzir a realidade a um modelo teórico, esforcei-me em adotar um enfoque histórico, abarcando o que cabia e o que não cabia no marco explicativo do economista” (FURTADO, 1985, p.67).

DA SILVA, Armstrong Pereira. **A INTEGRAÇÃO REGIONAL E O REGIONALISMO PÓS-SEGUNDA GUERRA: UM ESTUDO DE CASO DO REGIONALISMO PROPOSTO PELA CEPAL NA DÉCADA DE 1950.** 170. Defesa de mestrado do Programa de Integração Contemporânea da América Latina – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2020.

RESUMO

Partindo da hipótese de que as perspectivas de regionalismo e integração regional latino-americanas partilham de uma base teórica eurocêntrica, a presente dissertação tem por objetivo desmistificar, por meio de um estudo caso, a associação do regionalismo projetado pela Cepal com o velho regionalismo europeu. Após problematizar e apontar o determinismo desse aporte *mainstream*, buscou-se reconstruir a evolução das ideias referentes ao projeto de integração proposto pela Cepal no marco histórico pós-Segunda Guerra Mundial. Tomando como recorte temporal um decênio, sistematizou-se, metodologicamente, a pauta regionalista a partir dos informes, atas, projetos e resoluções concebidas no seio da Comissão. Ao analisar as fontes primárias, constatou-se que, apesar de o velho regionalismo ter sido um fenômeno contemporâneo, que partilhou de condicionantes sistêmicos inaugurados pós-transição hegemônica da Grã-Bretanha para os Estados Unidos, o projeto de integração latino-americano, posteriormente concretizado na Associação Latino-Americana de Livre Comércio, partiu de condicionantes específicos dos que incidiram sobre o centro, e tinha objetivos destoantes da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, isto é, do marco fundacional do velho regionalismo da Europa. Logo, seria um determinismo eurocêntrico conceber o regionalismo construído na periferia latina em meados do século XX como parte integrante e derivada das categorias que surgiram para explicar o processo de integração do centro.

Palavras-chave: Regionalismo latino-americano; Integração Regional; Cepal; Velho regionalismo europeu; América Latina.

DA SILVA, Armstrong Pereira. **REGIONAL INTEGRATION AND POST-SECOND WAR REGIONALISM: A CASE STUDY OF REGIONALISM PROPOSED BY ECLAC IN THE 1950S**. 170. Master's defense of the Latin American Contemporary Integration Program – Federal University of Latin American Integration, 2020.

ABSTRACT

Based on the hypothesis that the perspectives of Latin American regionalism and regional integration share a Eurocentric theoretical basis, the present master's thesis aims to demystify, through a case study, the association of regionalism projected by ECLAC with the old European regionalism. After problematizing and pointing out the determinism of this important contribution, we sought to reconstruct the evolution of ideas regarding the integration project proposed by ECLAC in the post-Second World War historical landmark. Taking a decade as a time frame, the regionalist agenda was systematically systematized based on reports, minutes, projects and resolutions conceived within the Commission. When analyzing the primary sources, it was found that, although the old regionalism was a contemporary phenomenon, which shared the systemic conditions inaugurated after the hegemonic transition from Great Britain to the United States, the Latin American integration project, which it culminated in the Latin American Free Trade Association, it started from specific conditions of those that focused on the center and it had different objectives from the European Coal and Steel Community, that is, from the foundational framework of the old regionalism of Europe. Therefore, it would be a Eurocentric determinism to conceive the regionalism built on the Latin American periphery in the mid-twentieth century as an integral part and derived from the categories that emerged to explain the center's integration process.

Palavras-chave: Latin American regionalism; Regional Integration; Cepal; Old European regionalism; Latin America.

DA SILVA, Armstrong Pereira. **INTEGRACIÓN REGIONAL Y REGIONALISMO POSTERIOR A LA SEGUNDA GUERRA: UN ESTUDIO DE CASO DEL REGIONALISMO PROPUESTO POR LA CEPAL EN LOS AÑOS 50.** 170. Defensa de Maestría del Programa de Integración Contemporánea Latinoamericana - Universidad Federal de Integración Latinoamericana, Foz do Iguaçu, 2020.

RESUMEN

Con base en la hipótesis de que las perspectivas del regionalismo latinoamericano e integración regional comparten una base teórica eurocéntrica, la presente tesis de maestría pretende desmitificar, a través de un estudio de caso, la asociación del regionalismo proyectado por la CEPAL con el viejo regionalismo europeo. Después de problematizar y señalar el determinismo de esta contribución *mainstream*, se ha buscado reconstruir la evolución de las ideas con respecto al proyecto de integración propuesto por la CEPAL en el hito histórico posterior a la Segunda Guerra Mundial. Tomando una década como marco temporal, metodológicamente se ha sistematizado la agenda regionalista con base en informes, actas, proyectos y resoluciones diseñados dentro de la Comisión. Al analizar las fuentes primarias, se descubrió que, aunque el viejo regionalismo haber sido un fenómeno contemporáneo, que compartía las condiciones sistémicas inauguradas después de la transición hegemónica de Gran Bretaña a los Estados Unidos, el proyecto de integración latinoamericano, que culminó en la Asociación Latinoamericana de Libre Comercio, se inició a partir de condiciones específicas de aquellas que se centraron en el centro y tenía objetivos diferentes a los de la Comunidad Europea del Carbón y del Acero, es decir, del marco fundamental del viejo regionalismo europeo. Por lo tanto, sería un determinismo eurocéntrico concebir el regionalismo construido en la periferia latinoamericana a mediados del siglo XX como parte integral y derivada de las categorías que surgieron para explicar el proceso de integración del centro.

Palavras-chave: Regionalismo latinoamericano; Integración regional; Cepal; Viejo regionalismo europeo; América Latina.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Integração Regional	23
Figura 2 - Tendências da década de 1980	25
Figura 3 - Acentuação das tendências pós-firma da Ata Única Europeia	25
Figura 4 - Analogia matemática do regionalismo internacional.....	27
Figura 5 - Conjuntura em meio a qual emergiu a categoria “Regionalismo”	28
Figura 6 - Distinções do Regionalismo	30
Figura 7 - Contradições da Integração Política	34
Figura 8 - Contradições da Integração Econômica.....	35
Figura 9 - Analogia do Regionalismo Latino-Americano	46
Figura 10 - União para a Autonomia Política	47
Figura 11 - União para o Desenvolvimento econômico	48
Figura 12 - Conjuntura Internacional pós 1945.....	50
Figura 13 - Conjuntura regional pós 1945.....	51
Figura 14 - Conjuntura internacional e regional sob a qual se inseriu a Cepal	52
Figura 15 – Políticas da Integração Centroamericana.....	103
Figura 16 - Diretrizes do projeto de integração latino-americana	125
Figura 17 - Objetivos da Integração Latino-americana	127
Figura 18 - Classificação dos produtos.....	128
Figura 19 - Estratificação dos países.....	129

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Bifurcação no entendimento da <i>práxis</i> e teoria de integração regional e regionalismo internacional	29
Quadro 2 - Semelhança e diferenças entre o regionalismo europeu e latino-americano	137
Quadro 3 - Imperativos	138

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução das ideias do projeto regionalista da Cepal.....	134
---	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APT	Área de Preferência Tarifária
AL	América Latina
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
APT	Área de Preferência Tarifária
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CCE	Comitê de Cooperação Econômica
CE	Cooperação Econômica
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CI	Coeficiente de Importação
CIES	Conselho Interamericano Econômico e Social
CP	Cooperação Política
ECOSOC	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
FMI	Fundo Monetário Internacional
GT	Grupos de Trabalho
IE	Integração Econômica
IP	Integração Política
IR	Integração Regional
LxO	Leste-Oeste
N+N	Norte-Norte
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIC	Organização Internacional do Comércio
RI	Regionalismo Internacional
S+S	Sul – Sul
S-N	Sul-Norte
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UA	União Aduaneira
UDE	União para o Desenvolvimento Econômico
UEM	União Econômica e Monetária
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZLC	Zona de Livre Comércio

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	A INTEGRAÇÃO REGIONAL E O REGIONALISMO PÓS-1945	22
2.1	A INTEGRAÇÃO REGIONAL E O REGIONALISMO ENQUANTO OBJETOS DE ESTUDO E <i>PRÁXIS</i> EUROPEIA	22
2.2	DESTRINCHANDO O EUROCENTRISMO	31
2.3	A INTEGRAÇÃO REGIONAL E O REGIONALISMO ENQUANTO OBJETOS DE ESTUDO E <i>PRÁXIS</i> NÃO RESTRITA À EUROPA: O CASO DA AMÉRICA LATINA	42
3	ESTUDO DE CASO: A PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA CEPAL	54
3.1	PRIMEIRO PERÍODO DE SESSÕES.....	59
3.2	SEGUNDO PERÍODO DE SESSÕES	61
3.3	TERCEIRO PERÍODO DE SESSÕES.....	74
3.4	QUARTO PERÍODO DE SESSÕES	91
4	ESTUDO DE CASO: COMO O PROJETO DE REGIONALISMO DA CEPAL FOI FORMULADO?	99
4.1	QUINTO PERÍODO DE SESSÕES.....	100
4.2	SEXTO PERÍODO DE SESSÕES	108
4.2.1	Primeiro Período de Sessões do Comitê de Comércio da Cepal.....	112
4.3	SÉTIMO PERÍODO DE SESSÕES.....	117
4.3.1	Primeira Reunião do Grupo de Especialistas em Mercado Regional	119
4.3.2	Segundo Período de Sessões do Comitê de Comércio da Cepal	126
4.4	OITAVO PERÍODO DE SESSÕES	131
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
	REFERÊNCIAS	144
	APÊNDICE	164

1 INTRODUÇÃO

Toda produção científica surge, se desenvolve e é resultado do contexto social, histórico e pessoal no qual está inserido o seu proponente (BRICEÑO RUIZ, 2018a, SKINNER, 1969; SCHARFSTEIN, 1991; MANGABEIRA UNGER, 2004; KINCAID, 2004). Dar importância ao contexto é, antes de tudo, uma posição epistemológica, que parte da premissa de que o conhecimento dos fatos sociais (*episteme*) é condicionado e se desenvolve em um tempo e espaço específico (BRICEÑO RUIZ, 2018a, RIVAROLA PUNTIGLIANO Y BRICEÑO RUIZ, 2012).

Partindo desse pressuposto, antes de delimitar o objeto, o objetivo geral, a hipótese, a metodologia, bem como a justificativa deste trabalho, considera-se imperativo traçar um breve histórico da relação do pesquisador com este tema de pesquisa.

A proposta surgiu em 2017, durante a finalização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Relações Internacionais sobre a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), cujo objetivo consistia em articular a concepção dessa Comissão sobre o desenvolvimento e o regionalismo na década de 1950, com fito de entender o que a levou a defender a integração econômica regional associada ao desenvolvimentismo.

Para alcançar tal objetivo, metodologicamente, recorreu-se à revisão de literatura, a qual permitiu construir um estado da arte e concluir que a defesa da integração econômica regional tinha como objetivos declarados: “retomar o ritmo de crescimento da industrialização anterior à crise de 1955, expandindo mercados; atenuar a vulnerabilidade externa latino-americana; e mudar a inserção internacional da região na divisão internacional do trabalho” (DA SILVA, 2017, p.5).

Por ter realizado uma revisão de fontes secundárias, involuntariamente, o trabalho reproduziu os principais consensos a respeito do regionalismo proposto pela Cepal. No entanto, ao mesmo tempo, possibilitou enxergar alguns dissensos e formular a hipótese de que o projeto elaborado pela Comissão era econômico - tal como amplamente é retratado pela literatura especializada - mas, também, tinha uma natureza política endógena - fortemente influenciada pelo contexto emergido após 1945 - que, costumeiramente, era negligenciada pelo *mainstream* das Relações Internacionais.

Tal hipótese permitiu discordar das concepções geo-economicistas que

restringiam o regionalismo proposto pela Comissão ao regionalismo fechado. Porém, na ocasião, faltaram ferramentas epistemológicas e metodológicas para refutar a associação ao regionalismo europeu. Essa insuficiência ficou nítida no próprio título dado ao trabalho: “O Velho regionalismo da Cepal”, intitulado fazendo uso analógico do adjetivo “velho” em referência ao processo regionalista inaugurado, contemporaneamente em 1957, com a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA).

Durante a arguição oral do TCC, houve questionamentos da banca quanto à escolha da categoria estampada no título. Para uns, o regionalismo de fato era “velho” por ser contemporâneo ao europeu, para outros, era “fechado” por, supostamente, ser economicista/autárquico. Mas, ao longo da confecção do Trabalho, ficou claro que ele destoava de ambas as concepções, no entanto, careciam categorias e maturidade teórica para propor uma nova adjetivação.

Diante desta manifestação, não consensuada, sobre a interpretação do regionalismo de meados do século XX, observou-se que, se a matriz teórico-bibliográfica do docente derivasse do *mainstream* norte-americano e/ou europeu, epistemologicamente, ele o concebia como “velho” em antagonismo ao “novo regionalismo” emergido na década de 1990. Contudo, se ela padecesse de um forte economicismo, havia uma tendência, igualmente epistemológica, de caracterizar esse processo como sendo “fechado”, heterodoxo, oposto à doutrina liberal - em detrimento do “regionalismo aberto” ortodoxo e, para muitos teóricos, neoliberal.

Até a qualificação deste trabalho, esta hipótese não estava totalmente clara. Apenas foram realizadas algumas incursões nos artigos “O Regionalismo e o Pensamento Latino-americano da União para a Autonomia Política” (2018) e “O regionalismo Latino-americano a partir da década de 1950: a ótica de Briceño-Ruiz” (2019).

No entanto, ela ganhou robustez, após o convite do “Brazilian Journal of Latin American Studies”, quando se estabeleceu contato com a obra “Las teorías de la Integración regional: más allá del eurocentrismo” escrita por Briceño Ruiz. O referido trabalho, em seus cinco capítulos, representou o coroamento da evolução das ideias desse autor, onde ele não só valorizou a *práxis* e a teoria do Sul Global, como também expressou - de forma mais acabada - a sua crítica às interpretações e aplicações acríicas da teoria europeia no entendimento de outras iniciativas de integração regional e regionalismo internacional (DA SILVA, 2019a,b).

A partir desse aporte, compreendeu-se que a semiótica sobre o que representou o regionalismo proposto pela Cepal era apenas uma das manifestações (iniciais) de um fenômeno que tem como essência o eurocentrismo, plasmado na *episteme* de como concebemos o regionalismo latino-americano do século XX. E, teórico-empiricamente, enraizado no *methodus* por meio do qual o avaliamos.

Partindo desse pressuposto, este trabalho objetiva comprovar que o projeto de integração desenhado pela Cepal ao longo da década de 1950, apesar de ter se inserido na mesma ordem internacional, é diferente do velho regionalismo europeu. Conceber o regionalismo latino-americano como uma derivação europeia seria, portanto, uma manifestação de eurocentrismo com sérias implicações sobre a interpretação do projeto e processo de integração da América Latina.

Com relação a esse último ponto, faz-se necessária uma ressalva. Explicitamos que a natureza desta dissertação consiste em realizar uma discussão teórica a respeito do projeto, no qual se condensam as ideias, e não do processo de integração em que tais ideias, em maior ou menor grau, a partir de um jogo de forças, se materializaram na Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e demais arranjos da segunda metade do século XX.

Além de ser o primeiro recorte metodológico, a escolha por analisar o projeto corrobora com a hipótese secundária de que as associações eurocêntricas já nasceram junto com as ideias formuladas no seio da Cepal ao longo de 1950, fortalecendo-se a partir da criação das categorias de regionalismo “aberto” *versus* “fechado”, “novo” *versus* “velho”.

Além de não ser a nossa pretensão adentrar no processo de integração inaugurado a partir da ALALC, com fito de esclarecer possíveis interpretações errôneas, explicitamos que não é o nosso objetivo: (1) esgotar as contradições do regionalismo latino-americano no século XX; (2) tampouco esmiuçar as controvérsias da Cepal¹; (3) detalhar a trajetória intelectual de Prebisch²; (4) opor o regionalismo aberto cepalino com o da década de 1950; (5) comparar a teoria da Comissão com a prática da ALALC; (6) ou explicar o fracasso desta última e a sua transição para a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)³.

¹ Parte desta tarefa foi assumida, com maestria, pelas perspectivas da Teoria da dependência.

² Tal trajetória foi abordada por Dosman (2011).

³ Esta reflexão pode ser vista em: Almeida (1998); Barbosa (1996); Braga (2002); Carneiro (2008); Torres (2010); Vacchino (1983).

No primeiro capítulo, problematizamos o eurocentrismo presente no “velho” V.S. “novo” regionalismo e, no corolário, regionalismo “fechado” V.S. “aberto”, visando evidenciar como essas concepções contemporâneas, do presente, afetaram o nosso entendimento do passado, fazendo com que associássemos o projeto de integração da Cepal ao velho regionalismo europeu.

Para demonstrar que o regionalismo proposto pela Cepal era diferente do velho regionalismo europeu, no segundo e terceiro capítulo, construiu-se um estudo de caso, partindo das motivações que levaram a Comissão a defender o regionalismo, para entender como ele foi projetado, restringindo-se, metodologicamente: (1) ao marco histórico pós-Segunda Guerra Mundial; (2) ao recorte temporal da década de 1950; (3) e ao recorte geoespacial da macrorregião latino-americana.

A partir de um estudo de caso, os nossos objetivos específicos consistiram em: (1) Elucidar como a Cepal e sua proposta de regionalismo surgiram recapitulando os eixos, vetores e estrangulamentos, regionais e internacionais, presentes na Ordem emergida após 1945; (2) Responder como o projeto de integração foi formulado reconstruindo a sua trajetória nos períodos de sessões.

Tendo em vista a consecução do primeiro objetivo específico, no segundo capítulo adentramos no surgimento da Cepal e nos antecedentes da proposta regionalista contextualizando-a enquanto uma Comissão emergida nos marcos: (1) da pós-transição hegemônica da Grã-Bretanha para os Estados Unidos; (2) e do cenário regional de mudanças econômicas, sociais, políticas, culturais, teóricas, acadêmicas e institucionais (em gestação desde as duas Guerras e da Grande Depressão).

Tendo em vista a consecução do segundo objetivo específico, no capítulo três, avançamos propriamente quanto ao projeto de integração regional desenhado pela Comissão.

Metodologicamente, os dois últimos capítulos reconstruíram, de modo cronológico, a evolução do pensamento da Comissão em cada Período de Sessão⁴,

⁴ O Período de Sessões é a conferência orientadora mais importante da CEPAL. Ele se realizava anualmente até 1951, mas a partir de então passou a ser bianual. Nessas ocasiões, convoca-se os representantes de nível ministerial e técnico dos Estados-membros e associados à Comissão para debater sobre temas relacionados ao desenvolvimento econômico, social e ambiental da região. Examina-se, também, as atividades realizadas pela Comissão no biênio (ou, até 1951, no ano anterior), bem como fixa-se as prioridades do programa de trabalho para os anos seguintes. Em cada Período de Sessão, as reuniões se realizam em um país membro distinto e geralmente é

privilegiando fontes primárias e articulando-as com fontes secundárias.

Quanto às fontes primárias, recorreremos aos informes, atas, resoluções e projetos de resoluções emitidos após cada conferência (pois eles compilam a pauta tratada e deliberada), bem como aos estudos apresentados nos períodos de sessões (porque eles sistematizam o debate intelectual, a análise de cenário e dos dados).

Ademais, visando rastrear as nuances “extraoficiais”, privilegamos as fontes secundárias que estavam diretamente envolvidas no *backstage* do processo (como foi o caso de Celso Furtado) ou que se especializaram em retratar tal marco histórico (tal como Dosman).

Com isso, não pretendemos realizar um estudo exaustivo e esgotado, mas se objetiva contribuir para a agenda de pesquisa regional do Programa de “*Investigación en Pensamiento Latino-americano*” encabeçado por destacados pensadores da região, por Universidades (como a Universidade Federal de Integração Latino-americana) e por Pós-Graduações (como o Programa de Integração Contemporânea da América Latina).

Parte-se do mesmo pressuposto apresentado por Perrotta e Porcelli (2016), ao entender que os projetos políticos de integração regional aqui implantados são uma construção histórica em permanente negociação e contestação, que não morreram e não fracassaram. Eles “se configuram e reconfiguram com o passar do tempo, dando conta da sua resiliência ou capacidade de adaptação frente a situações que se apresentam como críticas ou problemáticas” (PAIKIN, PERROTTA; PORCELLI, 2016, p. 54, tradução nossa⁵).

Diante deles, portanto, “se observam rupturas e continuidades entre os projetos (políticos) de integração regional que se dão entre um e outro momento: ideias, normas, valores e interesses “velhos” convivem – com maior ou menor intensidade – com ideias, normas, valores e interesses “novos”” (PERROTTA;

apresentado estudos sobre os mais variados temas tangenciais à América Latina (NAÇÕES UNIDAS, 2012). No recorte temporal deste trabalho (1947-1959) foram realizados oito períodos de sessões, a citar: 1ª Período de Sessões em Santiago (Chile), em 1948; 2ª Período de Sessões em Havana (Cuba), em 1949; 3ª Período de Sessões em Montevidéu (Uruguai), em 1950; 4ª Período de Sessões no México Distrito Federal (México), em 1951; 5ª Período de Sessões no Rio de Janeiro (Brasil), em 1953; 6ª Período de Sessões em Bogotá (Colômbia), em 1955; 7ª Período de Sessões em La Paz (Bolívia), em 1957; 8ª Período de Sessões em Cidade do Panamá (Panamá), em 1959 (NU. CEPAL, 1978).

⁵ Todas as traduções do presente trabalho foram realizadas pelo autor. Considerando o grande volume de traduções, tal informação foi suplantada de modo a tornar a leitura mais fluida.

PORCELLI, 2016, p.54).

Essas ideias, normas e valores são, pois, contingentes, e apreender essa contingência tem levado estudiosos a entender o regionalismo latino-americano desde o início desse campo de estudo (já para se evitar recorrer aos modelos prescritivos, em sua maioria europeus, de regionalismo e integração regional) (PERROTTA; PORCELLI, 2016).

Inserida nessa tentativa de entender o regionalismo latino-americano, esta dissertação corrobora com o argumento de que aqui existe um acervo próprio – em termos teóricos e práticos – que merece ser estudado a fundo a fim de alcançar-se uma maior compreensão, verdadeiramente endógena, do fenômeno regionalista na América Latina.

É imperativo, assim, destacar essa valiosa visão histórica para compreender as complexidades desse processo, a inserção dos nossos países na ordem mundial, e construir uma visão arraigada sobre os desafios da nossa autonomia, desenvolvimento, regionalismo e integração (BRICEÑO-RUIZ, 2012).

2 A INTEGRAÇÃO REGIONAL E O REGIONALISMO PÓS-1945

2.1 A INTEGRAÇÃO REGIONAL E O REGIONALISMO ENQUANTO OBJETOS DE ESTUDO E *PRÁXIS* EUROPEIA

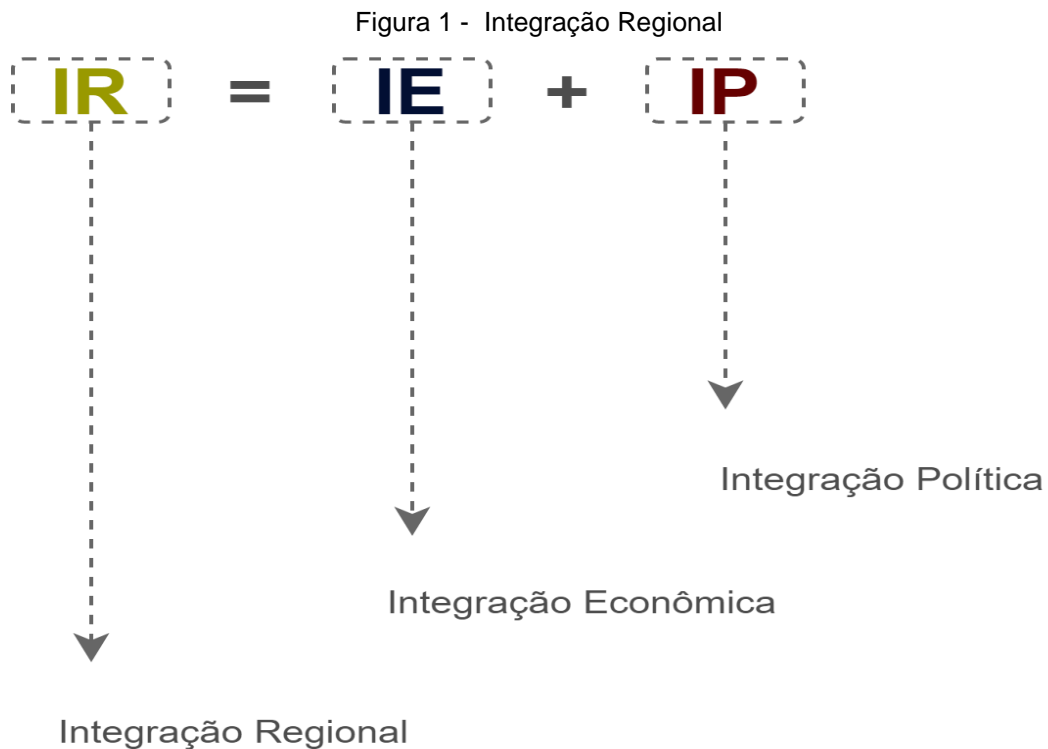
Após a Segunda Guerra, a potência hegemônica ocidental, os Estados Unidos, se viu diante de três problemas: (1) construir uma nova Ordem Internacional sob a égide da paz; (2) reconstruir as economias devastadas pela Guerra; (3) e fazer com que a Alemanha cumprisse as sanções causadas pelos danos cometidos sem que as punições culminassem em outro conflito mundial (PERROTTA, 2013).

Para dar conta dessas problemáticas concentradas, sobretudo, na Europa Ocidental, a solução encontrada consistiu em fomentar um processo de integração regional, iniciado em 1951 a partir da CECA, cujo objetivo consistia em centralizar e regular, sob a autoridade de um organismo único, a produção e comercialização de dois setores chaves, tanto para a indústria de base, quanto para a de armamentos, da França, Alemanha Ocidental, Itália, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo (PERROTTA, 2013).

Por se tratar de uma *práxis* nova no Sistema Internacional - que unia setores estratégicos de Estados outrora inimigos (Alemanha e França), em uma zona de permanente disputa entre ambos (Alsácia e Lorena) - tal estratégia aguçou a curiosidade de teóricos da disciplina de Relações Internacionais, sobretudo a norte-americana, fazendo com que a Integração Regional emergisse como um objeto de estudo vocacionado à explicação da experiência europeia⁶ (PERROTTA, 2013).

Em decorrência disso, da década de 1950 até 1970 - no marco da CECA e do aprofundamento dessa experiência a partir da Comunidade Europeia de Energia Atômica e da Comunidade Econômica Europeia - a Integração Regional foi concebida como um conceito composto, majoritariamente, por duas derivações: econômica e política (vide figura abaixo):

⁶ Nesta dissertação, utilizamos o termo “experiência europeia”, de modo mais generalista para abarcar a evolução de todas as iniciativas de integração, e, posteriormente, de regionalismo, iniciadas a partir da CECA e consolidadas na Comunidade europeia.



Fonte: Elaborado a partir de Briceño Ruiz, 2018a.

Por Integração Econômica, entendeu-se: (1) como “um processo” que abarcaria as medidas necessárias para abolir a discriminação entre unidades econômicas pertencentes a diferentes Estados nacionais; (2) E como um “estado de coisas” que suporia a ausência das mais variadas formas de discriminação, cujo resultado avançaria de uma Área de Preferência Tarifária (APT) para uma Zona de Livre Comércio (ZLC), de uma ZLC para uma União Aduaneira (UA), de uma UA para um Mercado Comum (MC) até atingir o patamar de União Econômica e Monetária (UEM) (BALASSA, 1961, BRICEÑO RUIZ, 2018a).

Por sua vez, por Integração Política, compreendeu-se como um fenômeno no qual atores políticos, em diversos e distintos âmbitos nacionais, eram convencidos e aceitavam desviar suas lealdades, expectativas e atividades políticas para um novo centro, cujas instituições possuíam ou demandavam jurisdições sobre os Estados nacionais preexistentes (HAAS, 1958, 1970, BRICEÑO RUIZ, 2018a, PERROTTA, 2013).

Partindo desse debate político-econômico, os vinte primeiros anos da *práxis* europeia foram teorizados, dentro da disciplina de Relações Internacionais, pelos *mainstreams* neofuncionalista de Ernst Haas⁷ e intergovernamentalista de Stanley

⁷ Conforme Perrotta (2013) os principais trabalhos desses autores são: Haas, E. (1958) The Uniting

Hoffman⁸, cujo cerne consistiu em explicar: (1) quais eram os agentes centrais da Integração Regional (as instituições supranacionais ou o Estado-nação westfaliano); (2) e se ela implicaria na superação ou não deste último, na cessão ou não da sua soberania⁹ (BRICEÑO RUIZ, 2018a; PERROTTA, 2013).

Entretanto, a partir da década de 1970, no marco da crise da Ordem Internacional e das instituições orquestradas pela potência norte-americana¹⁰, essa experiência entrou em uma “era obscura” caracterizada por um “europessimismo” que estancou e “abateu” tanto a *práxis* quanto as teorias de integração regional surgidas da explicação do sucesso europeu durante as suas duas primeiras décadas de ascensão (KEOHANE E HOFFMANN, 1991; PERROTTA 2013; BRICEÑO RUIZ, 2018a; CAPORASO E KEELER, 1993).

Em corolário, tal como elucida a figura abaixo, até meados da década de 1980, a integração regional enquanto objeto de estudo passou a ser caracterizada:

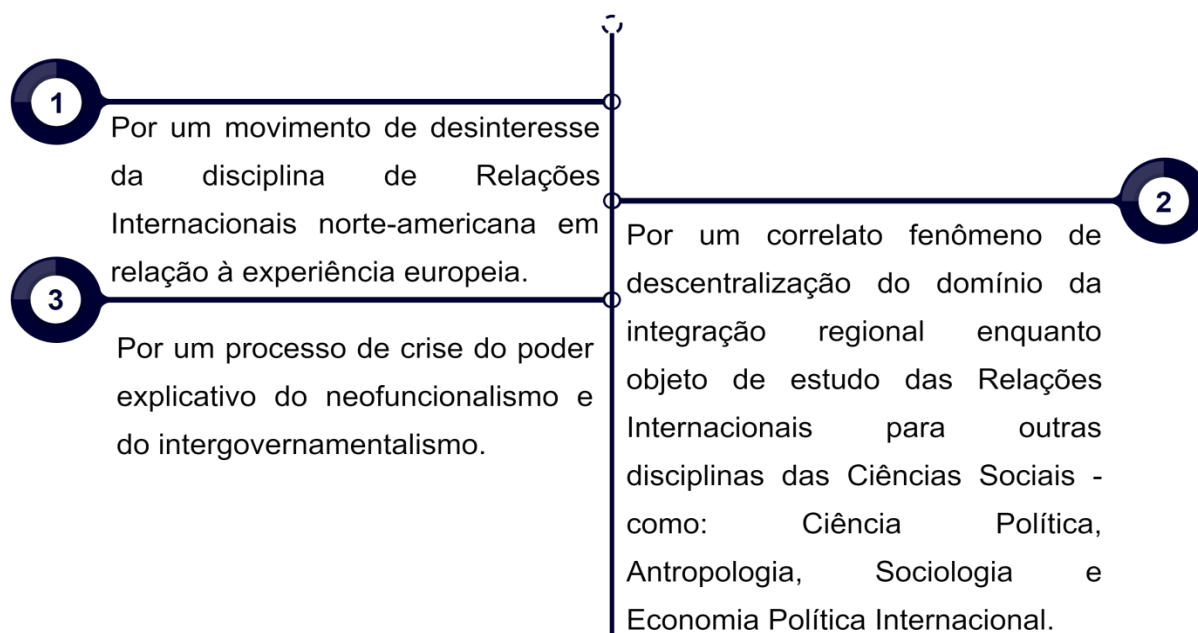
of Europe: political, social and economic forces (1950-1957), Stanford: Stanford University Press. Haas, E. (1964) *Beyond the Nation State: Functionalism and International Organization*, Stanford: Stanford University Press. Lindberg, L. (1963) *The political dynamics of European Economic Integration*, Stanford: Stanford University Press.

⁸ Conforme elencou Perrotta, as principais obras desse autor são: Hoffmann, S. (1966) “Obstinate or Obsolete? The Fate of the Nation State and the Case of Western Europe” Hoffmann, S. (1982) “Reflections on the Nation-State in Western Europe Today”, *Journal of Common Market Studies*, 21, pp-21-37. Hoffmann, S. & Keohane, R. (1990), “Community Politics and Institutional Change”, em Wallace, W. (1990) *The dynamics of European Integration*, London: Pinter.

⁹ De 1950 até meados de 1960, tal fenômeno foi explicado por neofuncionalistas, os quais argumentavam que o Estado estava chegando ao seu fim porque a integração consistiria em um processo no qual os países se fundiram, voluntariamente, perdendo certos atributos da sua soberania no compasso em que desenvolviam novas técnicas para resolver conflitos em um âmbito supranacional (Haas 1971, Ruiz, 2018a, Perrotta, 2013). A partir de 1965, no contexto da ascensão de De Gaulle na França e da “*Crisis de la Silla Vacía*”, os paradigmas neofuncionalistas foram questionados pelos intergovernamentalistas os quais alegavam que a integração não era um mecanismo de debilitamento dos Estados, mas sim uma estratégia de fortalecimento e adaptação deste último aos limites impostos pelo entorno internacional (Perrotta, 2013; Ruiz, 2018a).

¹⁰ Em 1971, houve o fim da paridade dólar-ouro, estabelecida em Bretton Woods. Em 1973, dois anos depois, eclodiu-se a crise do petróleo (desestabilizando a balança comercial dos países e gerando um cenário de crise sistêmica de acumulação de capital; estagflação; desemprego estrutural; aumento das desigualdades e concentração de renda) (HOBBSAWM,1995).

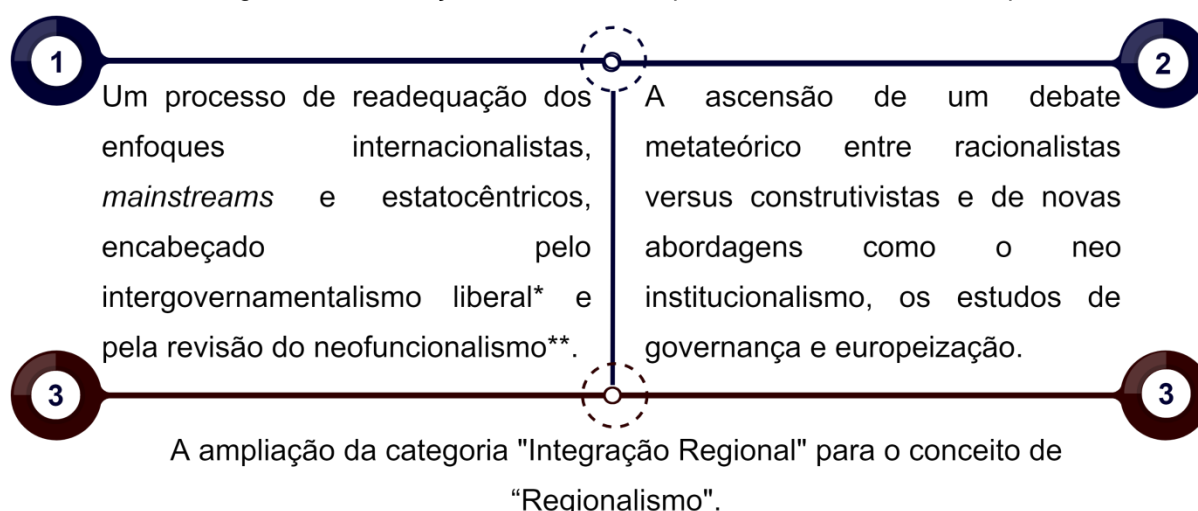
Figura 2 - Tendências da década de 1980



Fonte: Elaborado a partir de Perrotta, 2013; Caporaso e Keeler, 1993; Lequesne, 1998.

Essas três tendências se acentuaram a partir de 1986, no contexto do relançamento da integração (pós-firma da Ata Única Europeia) e do seu avanço rumo a um mercado único, fomentando:

Figura 3 - Acentuação das tendências pós-firma da Ata Única Europeia



Fonte: Elaborado a partir de Perrotta, 2013^{11,12}.

¹¹ A partir da crítica ao neofuncionalismo, e levando em conta a interdependência, bem como a globalização, Andrew Moravcsik propôs uma ampliação da definição de integração europeia de modo a considerar quatro dimensões para a coordenação de políticas: (1) o alcance geográfico do regime; (2) o portfólio de temas sujeitos à coordenação de políticas; (3) as instituições que tomam decisões de maneira conjunta; e (4) a direção, bem como a magnitude do ajuste doméstico substantivo. Baseado nisso, o autor lançou os três cerne do intergovernamentalismo liberal: (1) o pressuposto do comportamento racional dos Estados; (2) a teoria liberal da formação de preferências nacionais; e (3) a análise intergovernamental da negociação interestatal. (PERROTTA, 2013).

¹² 1) O Ativismo renovado da Comissão Europeia na condução da integração; 2) a pressão exercida pelas empresas e grupos multinacionais para que os governos aprofundassem a integração; 3) assim como o início do processo de consolidação do mercado comum, caracterizado pelo relançamento da integração europeia no final da década de 1980 e início de 1990, fomentaram o renascimento do neofuncionalismo, que passou a explicar as reformas introduzidas como resultado do processo de *spill over* das iniciativas de 1990 (PERROTTA, 2013).

Essa tríade, no âmbito da Europa, emergiu como uma tentativa de interpretar o “modus operandis” e o “porvenir” da UE. Para além do velho continente, tais tendências, em especial a terceira, surgiram no intuito de categorizar teórico-metodologicamente a proliferação de arranjos, multidimensionais e multifacetados, que legitimavam novas formas de associações conjuntas (como a cooperação e a concertação) e outras agendas de ação regional (como infraestrutura, políticas sociais e migrações) no âmbito da experiência europeia e para além dela (BRICEÑO RUIZ, 2018a; PERROTTA, 2013).

Nessa toada, a integração regional deixou de ser um conceito composto, majoritariamente, pela integração econômica e política europeia, para integrar um leque mais amplo, sedimentado na categoria “Regionalismo”, compreendido como um conjunto de iniciativas de integração, bem como de cooperação política e/ou econômica, concretizadas em âmbitos espaciais delimitados do Sistema Internacional - denominados de macrorregiões ou regiões internacionais (BRICEÑO-RUIZ, 2013).

Em uma analogia matemática, tal como elucidada na figura abaixo, o Regionalismo Internacional passou a ser entendido como:

Figura 4 - Analogia matemática do regionalismo internacional



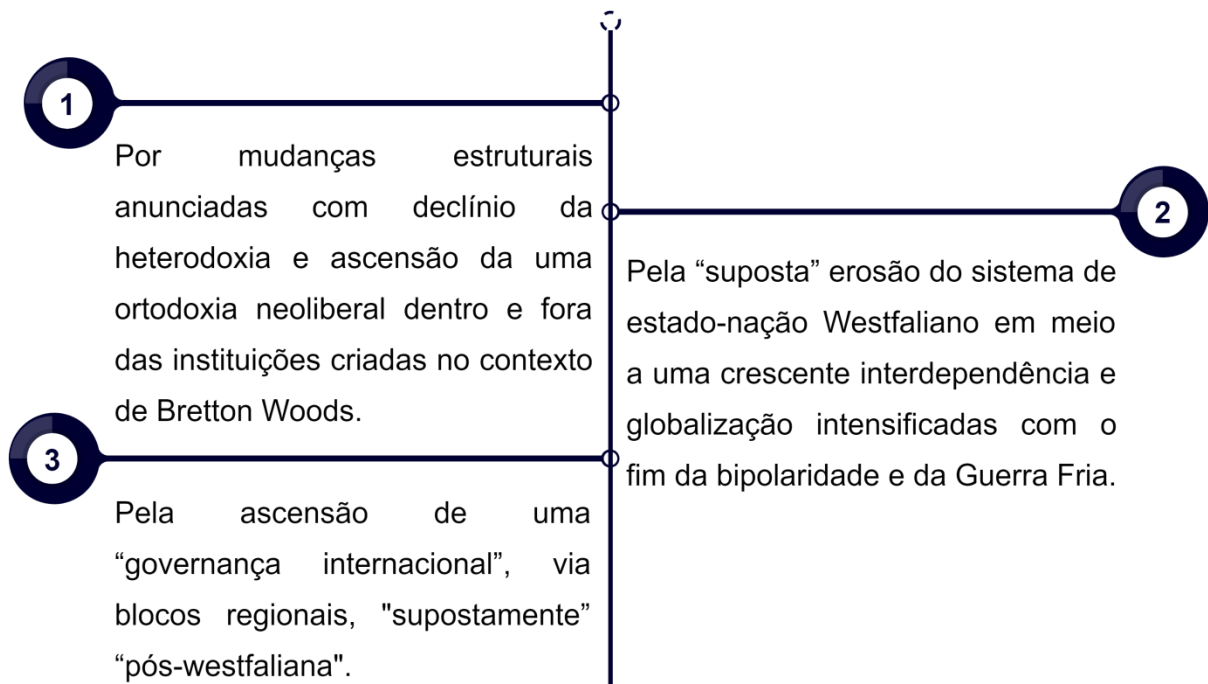
Fonte: Elaborado a partir de Briceño Ruiz, 2013.

Tal como pregou o *mainstream* de meados do século XX, o regionalismo internacional continuaria se desenvolvendo a partir de formas tradicionais de integração econômica (isto é, via evolução de uma zona de livre comércio a uma união econômica e monetária) e floresceria em conjunto e/ou paralelamente ao estabelecimento de uma integração política (ou seja, por meio de instituições regionais com graus de supranacionalidade). Mas, também a partir dessa nova categoria, ele passaria a ser concebido via cooperações econômicas (nas áreas de infraestrutura e serviços, por exemplo), bem como por meio de cooperações políticas (no sentido de estabelecer instâncias e mecanismos de coordenação intergovernamentais direcionados a um objetivo em comum) (BRICEÑO RUIZ, 2013).

Nesse sentido, apesar de o Regionalismo, enquanto categoria, ter sido utilizado anteriormente por Panikkar (1948), Haas (1956), Russett (1967) e Nye (1968)¹³, ele só foi formatado e consolidado nos dois últimos decênios do século XX, na medida em que a Ordem Internacional pós-1945 se esfacelava e configurava-se uma nova conjuntura caracterizada:

¹³ Em 1948, fora do *mainstream* europeu, registrou-se o uso da categoria “regionalismo” no artigo “*Regionalism and World Security*” do indiano K.M. Panikkar. Em 1956, essa categoria foi utilizada por Ernest Haas em “*Regionalism, Functionalism, and Universal International Organization*”, Em 1967, ela ressurgiu na obra de Bruce Russett “*International Regions and the International System: A Study in Political Ecology*” na qual ele examina a “região internacional” enquanto categoria analítica. E, em 1968, o conceito começou a ganhar contornos mais sólidos a partir da compilação “*International Regionalism: Readings*” editada por Joseph S. Nye (BRICEÑO RUIZ, 2018a).

Figura 5 - Conjuntura em meio a qual emergiu a categoria “Regionalismo”



Fonte: Elaborado a partir de Marini, 1977; Briceño Ruiz, 2007; 2013; 2018a.

Do ponto de vista da *práxis* regionalista, esse cenário de mudanças foi marcado pelo relançamento e readequação de velhos arranjos (como: a Associação de Nações do Sudeste Asiático, o Pacto Andino e o Mercado Comum Centro-americano), bem como pela ascensão de novas iniciativas - representadas pelo Tratado de Livre-Comércio da América do Norte, pelo Mercado Comum do Sul, pela Associação dos Estados do Caribe, pela Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral e pela Organização de Cooperação de Xangai (BRICEÑO RUIZ, 2018a).

Essa conjuntura produziu uma bifurcação no entendimento da *práxis* e teoria de integração regional e regionalismo internacional, fomentando, tal como sintetizou o quadro abaixo: (1) o surgimento de uma visão prescritiva por parte dos organismos internacionais de crédito e reguladores do comércio multilateral; e (2) a ascensão de enfoques como o *New Regionalism Approach* (PERROTTA, 2013).

Quadro 1 - Bifurcação no entendimento da *práxis* e teoria de integração regional e regionalismo internacional

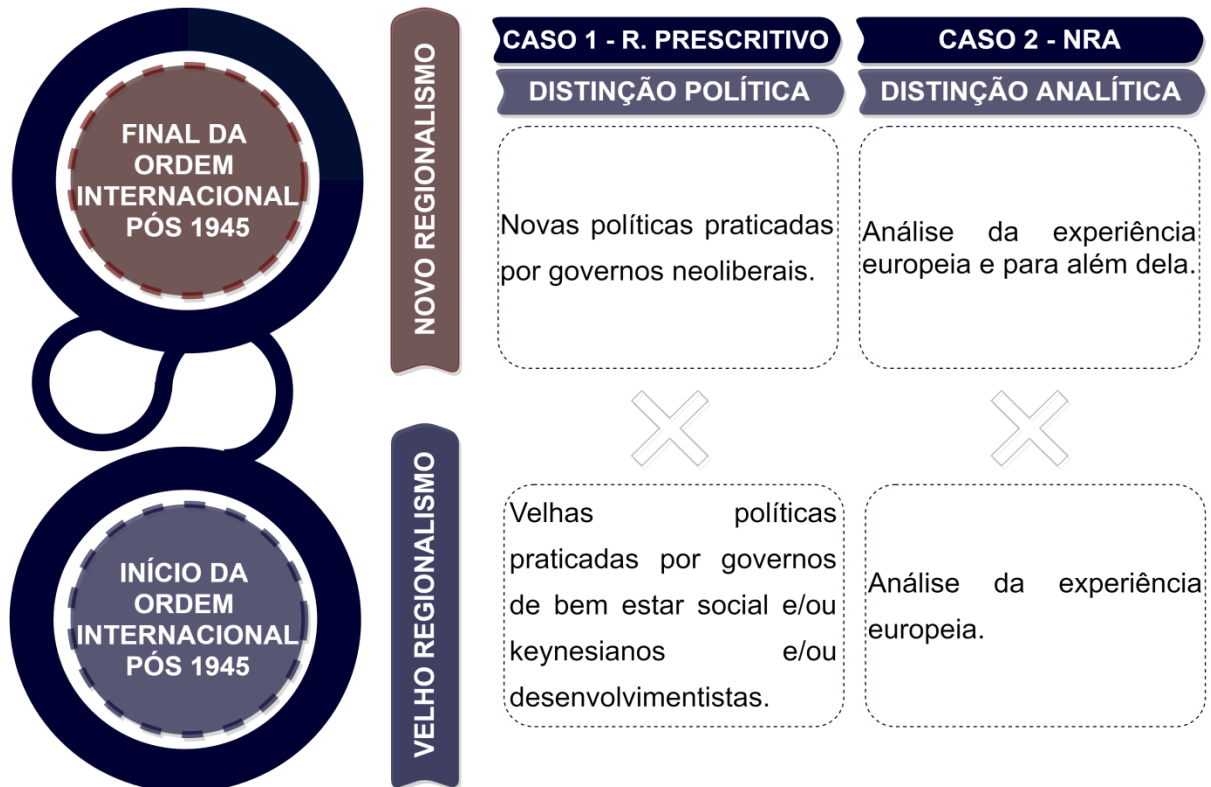
1	VISÃO PRESCRITIVA DO NOVO REGIONALISMO
Definição	<p>Consistiu em um conjunto de diretrizes receitadas por instituições como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento a respeito do <i>modus operandis</i> e intensidade de um “novo regionalismo” que emergia como resultado de uma série de reformas, políticas e econômicas, globais, desencadeadas com declínio dos estados keynesianos europeus e de bem-estar social norte-americano, com a correlata ascensão de governos neoliberais (como Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos EUA), com o declínio do desenvolvimentismo nas periferias e questionamento do protecionismo estatal, assim como com a correlata ascensão do neoliberalismo, da supremacia de mercado e dos demais receituários presentes no Consenso de Washington¹⁴, advogados pelas Instituições Financeiras Internacionais.</p>
Prescrição	<p>Promovia uma “integração profunda”, geralmente entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, alinhada aos princípios da globalização e do Acordo Geral de Tarifas e Comércio que receitavam e normatizavam:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) A liberalização dos mercados de serviços; 2) Mecanismos de reciprocidade; 3) A harmonização e o reconhecimento mútuo das normas de saúde e segurança; 4) O direito ao estabelecimento de empresas regionais; 5) As regras e normas para a competição; 6) As normas e a proteção à propriedade intelectual; 7) O acesso às licitações públicas; 8) As normas ambientais e laborais relacionadas ao comércio.
2	NEW REGIONALISM APPROACH
Definição	<p>Consistiu em uma “etiqueta teórica” ou um novo tipo de análise interdisciplinária, surgida no seio do <i>World Institute for Development Research</i> (Wider) da Universidade das Nações Unidas, lastreada por Björn Hettne, Andras Inotai, Osvaldo Sunkel, Frederick Soderbaum e Michael Schulz.</p>
Argumento	<p>Argumentava que as mudanças na estrutura do poder político, a globalização, a interdependência e a governança internacional produziram um regionalismo distinto dos arranjos de integração surgidos em meados do século XX, não só porque não se limitava à experiência europeia e ao trauma gerado pela Segunda Guerra Mundial, como também por ser um processo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) De natureza diversa (contemplado por variados modelos, estruturas e meios para a construção de determinada região); 2) Caracterizado por associações entre Estados desenvolvidos e em desenvolvimento, assim como por apresentar os objetivos da política regional de forma explícita; 3) Com graus diferenciados de institucionalização; 4) Multidimensional (marcado por uma fronteira tênue entre a integração política e a econômica); 5) Que, discursivamente, precisava desenvolver identidade e apoio popular regional, pois “supostamente” se moldava, de maneira voluntária, a partir de uma perspectiva <i>bottom-up</i> (de baixo para cima) ao invés de <i>top-down</i> (de cima para baixo).

Fonte: Briceño Ruiz (2018a) e Perrotta (2013).

¹⁴ Em linhas gerais, conforme sintetizou Batista (1994), o Consenso de Washington advogou por reformas neoliberais em 10 áreas (sobretudo macroeconômicas) que serviriam de receituário para a contenção da crise na América Latina, a citar: (1) Disciplina fiscal como forma de conter a inflação, o déficit público e gerar superávit primário para o pagamento da dívida; (2) Priorização dos gastos públicos (o que incluía uma diminuição do aparato estatal sobre as políticas sociais); (3) Reforma tributária como forma de otimizar a arrecadação pública e facilitar a livre circulação de mercadorias e serviços; (4) Privatização de empresas estatais com fito de gerar receita e favorecer a livre iniciativa; (5) Estabelecimento de um regime de propriedade intelectual com ampla capacidade para proteger as patentes, marcas e descobertas científicas privadas; (6) Desregulação das leis trabalhistas, tendo em vista o desmonte dos sindicatos, a atração investimentos e a livre concorrência; (7) Liberalização comercial a partir da redução das barreiras alfandegárias; (8) Liberalização financeira rumo à plena da circulação do capital financeiro; (9) Adoção de regime cambial de mercado; (10) Estímulo à captação de investimentos estrangeiros diretos.

Do ponto de vista da *práxis*, tal como sintetiza a figura abaixo, “a consideração do regionalismo em sua fase nova partiu da distinção tanto política (para a primeira versão) como analítica (para o segundo caso) de uma fase anterior < considerada como velha>” (PERROTTA, 2013, p. 23-24).

Figura 6 - Distinções do Regionalismo



Fonte: Elaborado a partir de Perrotta (2013).

Entretanto, ao anexar a categoria “Regionalismo” ao adjetivo “novo”, com intuito de cravar um otimismo político e analítico sobre esses “novos processos”, diferenciando-os do pessimismo e da crise que marcou os “velhos” arranjos emergidos na Ordem pós 1945, forjou-se, de modo anacrônico, a categoria “Velho Regionalismo”.

Assim, em uma estratégia binária, antagônica e pejorativa, seguindo a lógica da bipolaridade da Guerra Fria e de “fim da história” no sentido dialético-hegeliano, o adjetivo “velho” foi associado à “denominação vinculada aos processos de integração de meados do século XX [...] cuja referência é a experiência dos países da Europa ocidental” (GUDYNAS; BUONOMO, 2007, p.192). Em corolário, a terminologia “novo” tornou-se uma denominação atribuída aos processos lançados no final do Centenário “não mais circunscritos ao caso europeu, mas sim a um fenômeno que se tornou global” (PERROTTA, 2013, p. 2).

Partindo dessas definições amplamente difundidas, seria plausível, contudo, presumir que meio século de história poderia ser dividido entre “velho” *versus* “novo”? O “velho” seria assim adjetivado porque ele tornou-se obsoleto, ultrapassado, superado? Logo, o “novo” seria o melhor, mais moderno e sofisticado? Se o “novo” tornou-se “novo” por deixar ser restrito à experiência europeia, então, de modo reverso e antagônico, o “velho” era um fenômeno unicamente circunscrito ao regionalismo europeu?

No tópico seguinte defenderemos que não! Meio século de experiências e teorias de integrações e regionalismos não deveria ser dividido em duas categorias cuja origem e distinção parte da Europa. Do mesmo modo que é um equívoco decretar que “velho” estaria obsoleto, ao passo que o “novo” seria mais arrojado, pois essas adjetivações surgiram imbuídas de juízos de valor, foram permeadas por discursos - (a)políticos, (ant)ideológicos, tecnocratas e pró-globalização - característicos do final da Guerra Fria e da correlata ascensão uma Ordem Internacional neoliberal.

Demonstraremos que as adjetivações “velho” e “novo” não são um mero capricho linguístico ou uma questão de semiótica, mas sim a aparência de um fenômeno cuja essência possui causas e implicações mais profundas que, de antemão, epistemologicamente, afetaram o modo como compreendemos a integração regional e o regionalismo dentro e fora da Europa.

2.2 DESTRINCHANDO O EUROCENTRISMO

Conforme apresentado no tópico anterior, a experiência europeia tornou-se o principal exemplo de *práxis* de integração regional e regionalismo internacional. Político e empiricamente, ao longo do século XX, ela foi “o caso mais exitoso de como os Estados Nação [...] têm cedido ou delegado poderes e competências a instituições regionais estabelecidas no marco de um processo de integração” (BRICEÑO RUIZ, 2018a, p. 19). Econômico e empiricamente, “com seus progressos e retrocessos, a integração tem avançado da consecução do livre comércio a uma União Econômica e Monetária” (BRICEÑO RUIZ, 2018a, p. 19).

Tais êxitos fizeram com que essas *práxis* se consolidassem como o referencial inquestionável das teorias desenvolvidas, em primeiro lugar, no âmbito das Relações Internacionais e, posteriormente, nos demais campos das Ciências Sociais ao longo da ascensão e declínio da Ordem Internacional pós 1945.

Nesse sentido, tal como destacou Briceño Ruiz (2018a, p.10, grifo nosso) “o funcionalismo, o federalismo, o neofuncionalismo e o intergovernamentalismo surgiram para explicar a origem e desenvolvimento da Comunidade **Europeia**”. “A teoria vineriana sobre as uniões aduaneiras ou as propostas de Bela Balassa, da integração como um processo gradual e por etapas, tiveram como referência a integração **européia**” (BRICEÑO RUIZ, 2018b, p.31, grifo nosso). “Enfoques posteriores, como o liberalismo intergovernamental ou a governança multinível, também buscaram explicar o processo **européu**” (BRICEÑO RUIZ, 2018a, p.10, grifo nosso). “Teorias que surgiram nos debates das ciências sociais, como o institucionalismo ou o construtivismo, foram aplicadas para entender e explicar a integração na **Europa**” (BRICEÑO RUIZ, 2018a, p.10, grifo nosso).

Entretanto, apesar de a experiência europeia ter se tornado a referência teórica e o principal caso empírico de integração regional econômica e política, a produção de teorias e *práxis* nunca foi um fenômeno exclusivamente europeu. No Sul Global, subdesenvolvido e periférico, existiram formulações teóricas e tentativas práticas de integração regional contemporâneas e, muitas vezes, precedentes à experiência do Velho Continente (BRICEÑO RUIZ, 2018a; DA SILVA, 2019b).

Na América Latina, por exemplo, conforme adentraremos no tópico subsequente, desde o século XIX, existiram teorizações unionistas e projetos políticos de união, que no século XX foram endossados, no âmbito da integração econômica, por Raul Prebisch e pela Cepal, e aperfeiçoados, na nuance da integração política, por autonomistas como Juan Carlos Puig e Helio Jaguaribe (BRICEÑO RUIZ, 2018a; DA SILVA, 2019b).

Em paralelo, na Índia, K.M. Panikkar escreveu o artigo “*Regionalism and World Security*” fazendo uso da palavra “regionalismo” em 1948, antes mesmo dela se consolidar enquanto categoria teórica nos dois últimos decênios do século XX (BRICEÑO RUIZ, 2018a; DA SILVA, 2019b).

Do ponto de vista da *práxis*, essa evolução teórica muitas vezes era acompanhada, encontrava respaldo e/ou respaldava arranjos regionais surgidos entre as décadas de 1960 e 1970 - tais como: ALALC, o Mercado Comum Centro-Americano, a Associação Caribenha de Livre Comércio, a União Monetária da África Ocidental, a Comunidade da África Ocidental, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental e a Associação dos Estados do Sudeste da Ásia (BRICEÑO RUIZ, 2018a; DA SILVA, 2019b).

No entanto, apesar da existência desses acumulados históricos de *práxis* e teorias periféricas, como a experiência europeia consolidou-se enquanto a referência de “tipo ideal” durante o “velho regionalismo”, aportes de integração política desenvolvidos por Puig e Jaguaribe tornaram-se pouco instrumentalizados em realidades semelhantes na Ásia e África, ao passo que as ideias Panikkar tiveram baixa aderência na América Latina (BRICEÑO RUIZ, 2018a; DA SILVA, 2019b).

Em via contrária, as controvérsias sobre integração política - levantadas por Haas e Hoffman - bem como as ferramentas teóricas de integração econômica - desenvolvidas por Balassa e Viener - corriqueiramente eram citadas nos marcos teóricos ou até mesmo testadas, pelo próprio *mainstream*, nas *práxis* do Sul Global.

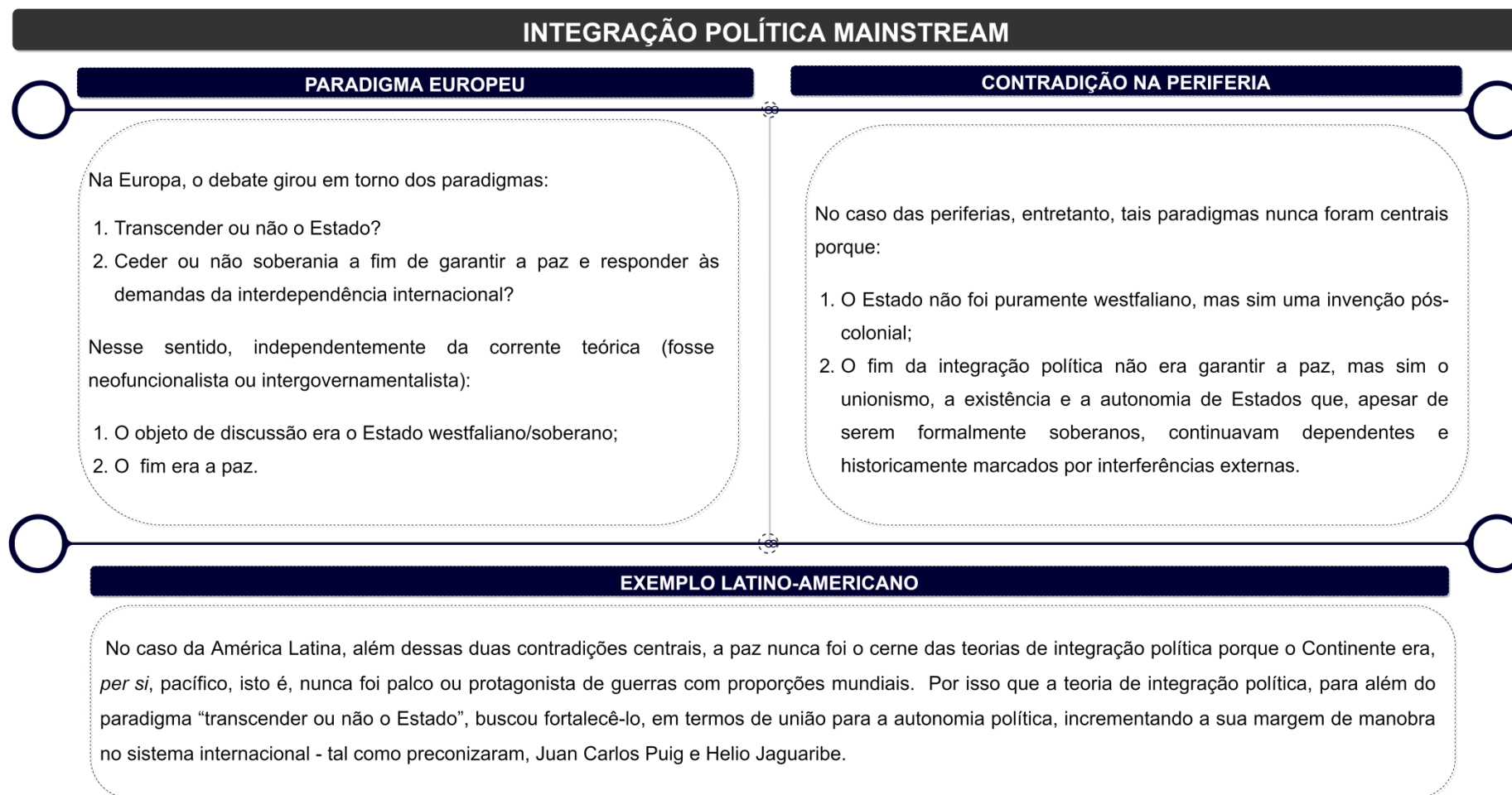
Tal como exemplificou Briceño Ruiz (2018c, p.49):

Ernst Haas e Philippe Schmitter (1964); Ernst Haas (1967) empregaram os supostos do neofuncionalismo para explicar a evolução da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, enquanto que Schmitter (1970) reformulou o neofuncionalismo adaptando suas premissas ao caso do Mercado Comum Centroamericano (MCCA).

Apesar de serem consolidados na Europa, ao partirem de paradigmas distintos dos presentes nas periferias, tais aportes de integração política e econômica se deparavam muitas vezes com contradições, tal como ilustram as figuras abaixo, quando aplicados, de forma acrítica e descontextualizada, às realidades e aos contextos espaciais e temporais do Sul Global¹⁵ (Briceño Ruiz 2018a; DA SILVA, 2019b).

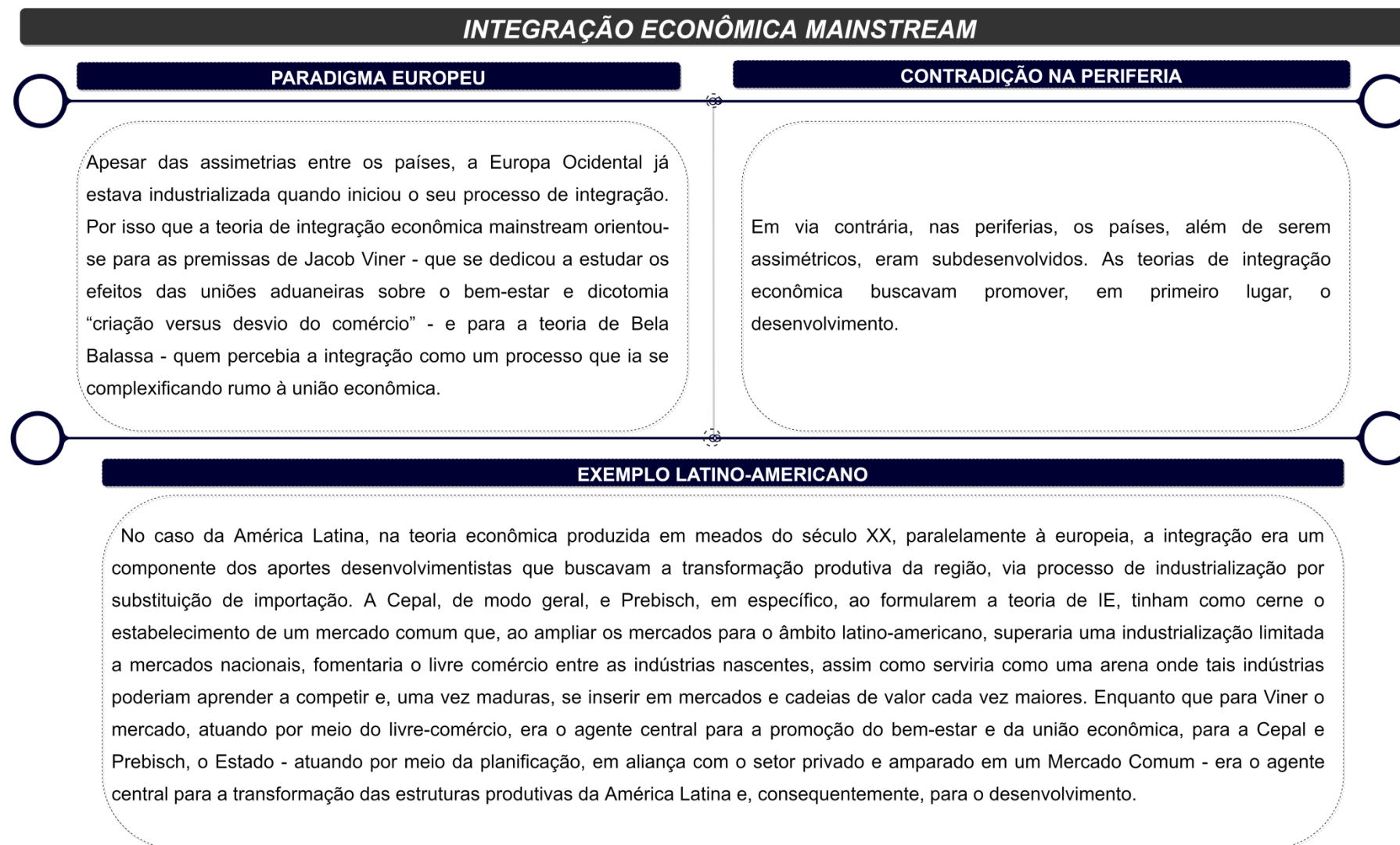
¹⁵ “Um exemplo clássico é o artigo “The Uniting of Europe and the Uniting of Latin America”, publicado por Haas em 1967, no qual o autor tratou de utilizar as premissas neofuncionalistas no caso latino-americano. O resultado foi que o próprio Haas reconheceu que boa parte de tais premissas não eram válidas para a América Latina” (BRICEÑO RUIZ, 2018a, p.54; BRICEÑO RUIZ, 2018c).

Figura 7 - Contradições da Integração Política



Fonte: Elaborado a partir de Briceño Ruiz (2018a).

Figura 8 - Contradições da Integração Econômica



Fonte: Elaborado a partir de Briceño Ruiz (2018a).

Tal tendência, que já estava presente durante a primeira metade do século XX, se acentuou ao final do Centenário, quando, no cenário do relançamento da integração europeia, as periferias passaram a adotar algumas *práxis* do Velho Continente (tal como fez a Comunidade Andina ao estabelecer instituições supranacionais) ao passo que novos enfoques (tais como o liberalismo intergovernamental e a governança multinível) e categorias teóricas (tal como o “novo regionalismo”) ganharam destaque dentro e fora do contexto europeu (ROSAMOND, 2007; BRICEÑO RUIZ, 2018a; DA SILVA, 2019b).

Concomitantemente, os “*European studies*” (estudos que tendem, voluntária ou involuntariamente, a considerar os processos de integração que fogem dos cânones europeus como débeis ou informais) tornaram-se *mainstream*, passando a delimitar e disciplinar qual era a forma adequada de produzir conhecimento, quais trabalhos eram considerados admissíveis, quais seriam as normas para conduzir uma investigação e quais eram as demais fronteiras ontológicas, metodológicas e epistemológicas da disciplina de integração regional e regionalismo internacional (ROSAMOND, 2007; BRICEÑO RUIZ, 2018a; DA SILVA, 2019b) ¹⁶.

Foi nesse momento em que a experiência europeia se fortaleceu enquanto *comparator*, “o caso que serve como referência para avaliar os outros casos de integração no mundo”, fazendo com que até mesmo aportes que tentassem fugir dessa tendência contrapondo-a, reforçassem-na, tal como ocorreu com “novo regionalismo” (BRICEÑO RUIZ, 2018a, p. 24).

Ao se lançar como uma categoria que não se restringia ao processo europeu, o “novo regionalismo” forjou, anacronicamente, o “velho” que, por sua vez, em uma episteme antagônica, simplificou e associou as múltiplas iniciativas do regionalismo internacional, ocorridas em meados do século XX, às singularidades da experiência europeia.

Ao igualar o regionalismo internacional ao Europeu, possibilitou-se a distinção entre o “velho” e o “novo” “a partir da descontextualização do fenômeno e

¹⁶ Conforme exemplificou Briceño Ruiz (2018a, p. 27): “O ‘*Journal of Common Market Studies*’ pode ser um caso de referência. Este foi um periódico criado em 1962 e um de seus editores foi Miguel Wionczek, professor do Colégio de México. Durante os anos sessenta e setenta, esta revista publicava trabalhos não só sobre o processo de integração europeu, como também sobre os da América Latina (Wionczek, 1970; Aitken y Lowry, 1972; Moncarz, 1973; Lizano y Willmore, 1975; Vargas Hidalgo, 1979; Hojman, 1981) e da África (Segal, 1967; Hazelwood, 1979). O perfil da revista mudou: agora é promovida pela University Association for Contemporary European Studies e só publica trabalhos sobre a União Europeia ou os quais de alguma maneira esta apareça como ator”.

do seu estudo atemporal” (PERROTTA, 2010, p. 19). Entretanto, por mais que o “novo” se contrapusesse ao “velho”, tal categoria:

1. Levou-nos a colocar em primeiro plano ou a associar que até a década de 1980 só existia um único modelo de fazer integração, o modelo europeu.
 - 1.1. Em corolário, colocou em segundo plano ou até mesmo desqualificou as teorias e histórias de arranjos regionais que ocorreram paralelamente à experiência europeia da década de 1950 a 1970¹⁷(PERROTTA, 2013).
2. Propiciou interpretações binário-antagônicas e dicotômicas do regionalismo internacional, negligentes às idas e vindas, às continuidades, aos avanços e aos retrocessos de cada iniciativa de integração regional em detrimento de categorias universais e da adaptação delas (BARRIOS, 2012).

Epistemologicamente, ambos os pontos contribuíram para a idealização “mito europeu”¹⁸. O primeiro ponto, em específico, incidiu sobre três implicações relacionadas ao modo como interpretamos o “velho regionalismo”:

1. A de que “todo processo de integração regional que se considere ‘exitoso’ tem que alcançar, infalivelmente, o ‘estado’ de mercado comum (isto é, ceder soberania no manejo da economia)” (PERROTTA; PORCELLI, 2016, p.56).
2. A de que “no plano político, a integração regional só é considerada como tal se constituída por instituições comuns (com diferentes configurações de supranacionalidade ou intergovernamentalidade)

¹⁷ A desistorização provocada por esse ponto de vista possibilitou (e até hoje permite) associações pejorativas relacionadas às problematizações do tipo: Se o “velho regionalismo” parte do marco histórico europeu, quando ele começou e acabou na América Latina? O Regionalismo Latino-Americano do século XIX seria “velho”? O regionalismo proposto pela Cepal em 1950 (um projeto inusitado emergido como uma saída político-econômica para a crise do desenvolvimentismo) também deve ser considerado como velho? O “novo regionalismo”, cuja raiz advém da velha doutrina liberal (hegemônica na América Latina durante todo o século XIX), é realmente novo? Se sim, ele é o que há de mais moderno, avançado e melhor para a região? Apesar dessas contradições, o conceito de Regionalismo Aberto esteve presente no relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento “*Más allá de las fronteras: el nuevo regionalismo en América Latina*”, sendo definido como “uma parte integral da mudança de política estrutural na América Latina rumo a economias mais abertas, baseadas no mercado, operando em um ambiente democrático” (BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO, 2002, p.5).

¹⁸ Esse termo foi utilizado por Perrota (2010).

que demandam jurisdição e clamam a mudança de expectativas e até de lealdades” (PERROTTA; PORCELLI, 2016, p.56).

3. E que “os processos de construção de região que não cumprirem a estes requisitos são rotulados como deficitários e identificados como meras experiências de cooperação, concertação ou coordenação” (PERROTTA; PORCELLI, 2016, p.56).

Por sua vez, o segundo ponto reverberou sobre a categoria “regionalismo aberto”, surgida no Japão em 1955, fazendo com que ela reacendesse na Ásia-Pacífico durante as reuniões do Conselho de Cooperação Econômica da Bacia do Pacífico, e, na América Latina, fosse adaptada à transição teórico-metodológica cepalina do estruturalismo para o neoestruturalismo¹⁹, tal como consta em “*El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe*” de 1994 (PERROTTA, 2013; BRICEÑO RUIZ, 2018a).

Assim como no “novo regionalismo”, o “regionalismo aberto” se definiu diferenciando-se:

O que diferencia o regionalismo aberto da abertura e da promoção indiscriminada das exportações é que ele inclui um ingrediente preferencial, refletido nos acordos de integração e reforçado pela proximidade geográfica e pela afinidade cultural dos países da região. (CEPAL, 2000, p. 945).

Fazendo uso da mesma lógica binário-antagônica e dicotômica que criou o “velho regionalismo”, o “regionalismo aberto” das décadas de 1980 e 1990²⁰ forjou, anacronicamente, o “fechado” de 1950 a 1970, conceituando-o como um conjunto de iniciativas que buscaram “privilegiar o comércio entre os membros do processo em detrimento do resto do mundo” (GUDYNAS; BUONOMO, 2007, p.192).

Em contrapartida, remeteu-se o “aberto” a “um processo essencialmente comercial, especificamente baseado na diminuição das barreiras alfandegárias e na

¹⁹ Def. “uma corrente de pensamento que buscava estabelecer uma síntese entre as ideias de transformação produtiva nacional, livre comércio e equidade” (BRICEÑO RUIZ, 2018, p.73-74). Conforme a CEPAL (2000, p.63), o neoestruturalismo surge buscando recuperar a “agenda de análises e de políticas de desenvolvimento, adaptando-a aos novos tempos de abertura e globalização”. Avaliou-se que no passado houve, em muitos países, demasiada complacência com a inflação e que os novos tempos exigem alterações na forma de intervenção do Estado na economia, buscando-se ampliar sua eficiência. São tempos de compromisso entre a admissão da conveniência de que se ampliem as funções do mercado e a defesa da prática de intervenção governamental mais seletiva.

²⁰ Refiro-me ao regionalismo aberto surgido no final da guerra fria que, tal como o “novo regionalismo”, incorporou a lógica da bipolaridade da Guerra Fria e de “fim da história” no sentido dialético-hegeliano. É interessante notar que em 1955, quando a categoria surgiu no Japão, não existia a terminologia “fechado” ou “velho”. Esse é mais um indício de que esses conceitos foram forjados.

abertura dos mercados nacionais ao exterior”, onde “a liberalização não só era dentro da região, mas sim com o mundo” (GUDYNAS; BUONOMO, 2007, p.160).

Por possuir uma visão binário-antagônica (aberto V.S. fechado), essa concepção foi capaz de captar o fato de o regionalismo ser concebido entre regiões fronteiriças ou não e, “supostamente”, inovou ao “retirar o componente da história compartilhada e geografia comum como um dos requisitos a serem considerados na construção da região” (PERROTTA; PORCELLI, 2016, p. 57). A partir de então, tornou-se possível, por exemplo, “integrar-se com países que não compartilham de uma fronteira geográfica” (PERROTTA; PORCELLI, 2016, p. 57).

Ademais, por construir a sua análise voltada à observação dicotômica das grandes tendências e rupturas econômicas, ela foi hábil ao prever e prescrever as mudanças de diretrizes em voga durante a hegemonia neoliberal sobre o desenvolvimentismo, na virada da década de 1980 para 1990.

Contudo, ao restringir parte da sua análise à observação da institucionalização de práticas fronteiriças (fechadas) ou transfronteiriças (abertas), tal perspectiva (des)significou um dos principais pressupostos da geografia - o qual prega que “as regiões são construções: não existem regiões naturais ou dadas” (PERROTTA, 2013, p. 39).

Nesse aspecto, para Perrotta e Porcelli (2016, p. 57), o regionalismo deveria ser visto como um processo histórico-dinâmico (ao invés de estático e atemporal), “reflexo das transformações do espaço regional, incluindo o que a região significa para os atores estatais e não estatais, e como este significado pode mudar e ser ressignificado na medida em que as motivações, ideias, interesses, relatos e políticas econômicas se modificam”.

As regiões geográficas e, conseqüentemente, a opção por aprofundar o regionalismo via um processo de regionalização são, antes de tudo, uma escolha política, nas palavras de Puntigliano (2012, p. 21), amalgamadas na “conjunção de ideias e ações provenientes de distintas vertentes”.

Assim, partindo de uma ótica estritamente geoeconômica, o regionalismo “aberto V.S. fechado” enxergou as experiências periféricas de forma extremamente compartimentada, como se elas se resumissem em uma relação causal-simples baseada em estratégias dicotômicas, protecionistas ou liberais; entre regiões fronteiriças ou não; no marco do desenvolvimentismo ou da hegemonia da doutrina

neoliberal²¹.

Em corolário, tal processo gerou duas incongruências básicas – semelhantes às desencadeadas pelo “velho V.S. novo” regionalismo:

1. Em primeiro lugar, por negligenciar *la politique* em detrimento do econômico, o binarismo invisibilizou, acriticamente, as idas e vindas, as continuidades, os avanços e os retrocessos, as interferências externas, os conflitos de interesses e o jogo de poder inerentes às iniciativas regionalistas periféricas.
 - 1.1. Noutras palavras, o regionalismo não foi analisado como um fenômeno multicausal e multidimensional, fruto de múltiplos fatores de ordem econômica, social, política e ideológica presentes nas escalas estatais, regionais e internacionais das macrorregiões.
 - 1.2. A integração e cooperação política passaram a ser vistas como variáveis negativas, de cunho ideológico.
2. Em segundo lugar, ocultou-se a história, afetando a nossa percepção da teoria produzida em 1950 de modo a (des)qualificá-la, a-histórica e economicamente, como sendo “fechada”.

Epistemologicamente, ao dessignificarem a história e os processos políticos, ambas as incongruências tornaram o regionalismo do Sul Global caricatural, endossando associações pejorativas, a formação de juízos de valor, assim como inconcretudes temporais, semióticas e semânticas, tal como ocorre quando questionamos, por exemplo, a interpretação do Regionalismo Latino-americano pós-Segunda Guerra Mundial:

1. Se partirmos de uma visão historicista, quando acabou o regionalismo fechado, quando começou o regionalismo aberto e como chamar o período de transição do regionalismo latino-americano? De semi-aberto?

²¹ Sobre este último parêntese, Perrotta destacou (2010, p.3, grifo nosso): “a operação realizada durante o apogeu do consenso neoliberal tem excluído a dimensão política, inerente a qualquer processo de integração regional, para centrar a abordagem nas dinâmicas do próprio mercado. Da mesma forma, por trás desta operação - realizada tanto a partir dos âmbitos da gestão pública, organismos internacionais como pelo **o próprio setor acadêmico** - tem resultado na exclusão de qualquer outro tipo de ação fundamentada na análise dos processos, o que tem levado a uma **inviabilização de políticas** regionais nas agendas comerciais”.

2. O acumulado histórico do século XIX, sobre integração e cooperação econômica e política, está contemplado nessa concepção de regionalismo? Se não, ele seria um “proto-história”? Se sim, ele seria fechado ou aberto-liberal? Onde se encaixariam as múltiplas iniciativas de cooperação política presentes desde o unionismo de Bolívar?
3. De um espectro semântico, o regionalismo é fechado porque ele é protecionista? Por que não é transfronteiriço? Ou ambos?
4. Do ponto de vista semiótico, a associação entre o “desenvolvimento protecionista-fronteiriço” e o “regionalismo fechado” teria sido uma simples progressão de ideias economicistas? Ou foi uma proposta política (para além de econômica), diante das demais escolhas que se apresentavam na ordem internacional pós 1945? Em via contrária, o regionalismo aberto seria, realmente, “apolítico”, “neuro”, “tecnocrata” e “comercial”?

Tal inconcretude pode ser vista nestes questionamentos abstratos, mas também em casos práticos, como no do regionalismo formulado pela Cepal na década de 1950. Em oposição ao regionalismo “aberto”, ele passou a ser adjetivado de “fechado”, foi associado ao suposto “protecionismo fronteiriço-desenvolvimentista” de Prebisch que, por sua vez, esteve estreitamente relacionado ao fracasso da ALALC.

Por aparentemente ser economicista e autarquista, a ALALC tornou-se uma esquecida “peça de museu” (TORRES, 2010, p.1) “não favorecida na memória dos economistas, tanto que poucas iniciativas regionais foram renegadas tão unanimemente quanto esta” (DOSMAN, 2016, p.109).

A Associação e o regionalismo proposto pela Cepal, sob a égide de Prebisch, tornaram-se parte do “*pasado borroso*” da teoria e *práxis* do regionalismo latino-americano, pejorativamente adjetivado de “fechado”, onde “os acordos de integração que surgiam foram, na realidade, acordos anticomerciais, pois ressaltam a regulação dos investimentos e da produção, assim como, a restrição das importações do resto do mundo” (HUFBAUER *apud* DOSMAN, 2006, p. 9).

Contudo, a teoria cepalina teria sido *per si* “fechada” e antiliberal? Ela buscava, autarquicamente, restringir as importações latino-americanas do resto do mundo? Ela se enquadraria no “velho regionalismo europeu”?

Neste trabalho defendemos que não! Estas são concepções anacrônicas e equivocadas da teoria formulada pela Cepal pós-Segunda Guerra, geradas pelo binário-antagonismo “aberto V.S. fechado” sugestionado do eurocentrismo “novo V.S. velho”.

Ambas as dicotomias afetaram a nossa *episteme* histórica, forjando conceitos (velho/fechado) que mais pertenciam a outros continentes do que, propriamente, à realidade Latina de 1950. Assim, para fazer frente a isso, deve-se, primeiramente, delatar as contradições, para depois buscar entender a história sob um novo prisma, se possível, reconstruindo o que foi forjado, a-historicamente, de modo cronológico.

Nesse aspecto, tendo em vista que o presente tópico buscou questionar as principais contradições da dicotomia “aberto V.S. fechado”, subseqüentemente compreenderemos o regionalismo latino-americano a partir de um enfoque não europeu - visando, nos capítulos dois e três, reconstruir o regionalismo proposto pela Cepal de modo cronológico, por meio de um estudo de caso.

2.3 A INTEGRAÇÃO REGIONAL E O REGIONALISMO ENQUANTO OBJETOS DE ESTUDO E PRÁXIS NÃO RESTRITA À EUROPA: O CASO DA AMÉRICA LATINA

A práxis da Europa Ocidental, por ter avançado como nenhuma outra região internacional, tornou-se o referencial - econômico, político e social - das teorias integracionistas desenvolvidas no âmbito da Economia, Ciência Política, Sociologia e Relações Internacionais. Os aportes do funcionalismo, do neofuncionalismo, do intergovernamentalismo assumiram o rol disciplinar do debate sobre a integração e o regionalismo internacional, sendo instrumentalizados em arranjos para além do velho continente europeu (BRICEÑO RUIZ, 2018a; DA SILVA, 2019b).

Jacob Viner, Bela Balassa, Haas, Schmitter, Hoffmann, Moravcsik, além de *mainstream* na Europa, tornaram-se referencial teórico para explicar e avaliar empiricamente as iniciativas de integração no Sul Global. Com a ascensão da categoria “regionalismo” e da correlata dicotomia “novo V.S. velho” esse fenômeno se intensificou, fazendo com que a experiência europeia permanecesse no “centro” e as iniciativas desenvolvidas no Sul Global continuassem relegadas a um segundo plano, por natureza, “periférico” (BRICEÑO RUIZ, 2018a; DA SILVA, 2019b).

Por sua vez, ao tentar se adaptar à lógica do “centro”, as periferias passaram

a reproduzir contradições e dicotomias - tal como a expressa na noção “aberto V.S. fechado” - que apagaram *práxis* contemporâneas à europeia e subestimaram teorizações regionalistas que versavam sobre fenômenos distintos do europeu, reforçando o que Acharya denominou de “UE centrismo”:

[...] a tendência a julgar outros regionalismos em termos de um ponto de referência que surge, em grande medida, dos processos e instituições da UE, enquanto que ignora outros possíveis enfoques do regionalismo e se nega a ver sua trajetória em termos dos objetivos por eles propostos (ACHARYA, 2016, p. 110 *apud* BRICEÑO RUIZ, 2018a, p. 26).

O UE centrismo projetou a Europa de tal modo que “[...] nenhuma outra região no mundo é vista: primeiro como um modelo, segundo, como um ponto de referência, terceiro, como um exportador de integração e quarto, como um exportador de normas” (MURRAY, 2010, p. 310 *apud* BRICEÑO RUIZ, 2018a, p. 24).

Historicamente, isso propiciou uma “hierarquia de saberes” acompanhada por uma forte estrutura de poder e dominação da *práxis* bem como da validação do conhecimento científico (DE SOUSA SANTOS, 2008)²². Em contrapartida, as Periferias, ao se preocuparem em aplicar as teorias de integração europeias, tornaram-se incapazes de dimensionar a importância das próprias narrativas, discursos e valores no entendimento dos seus processos de integração e de regionalismo (BRICEÑO RUIZ, 2018a).

Enquanto na Europa tais elementos foram aprofundados pelas mais variadas vertentes do construtivismo, na América Latina tais temáticas não foram exploradas de forma ampla e rigorosa, pois ainda reina um “a-historicismo” que, ao conceber a história do regionalismo latino-americano apenas a partir das propostas de Prebisch, considera todos os antecedentes como “proto-história” (BRICEÑO RUIZ, 2018a; DA SILVA, 2019b).

O componente histórico - assim como a subjetividade da evolução das ideias, identidades e interesses - são negligenciados porque não interessam aos estudos de conjuntura (objetivados em mensurar a dimensão instrumental da integração) ou porque se considera suficiente recorrer a um par de citações de Simon Bolívar sobre a unidade continental (BRICEÑO RUIZ, 2018a; DA SILVA, 2019b).

Contudo, mesmo inserida em um sistema de hierarquização científica, ainda

²² Esse é um ponto de interseção com a perspectiva decolonial, em especial com a vertente da geopolítica do conhecimento.

que o seu *status quo* permaneça dependente, a “América Latina – a partir da sua posição periférica na economia e na política mundial – tem sim gerado uma produção própria, nem sempre bem recebida ou em grande medida desconhecida pelos países do centro” e pelas próprias periferias (BRICEÑO RUIZ; SIMONOFF, 2012, p. 41; DA SILVA, 2019b).

Historicamente, essa produção autônoma girou em torno da ideia de união que, posteriormente, caracterizaria o que hoje conhecemos por “regionalismo” (PUNTIGLIANO; BRICEÑO-RUIZ, 2013). Em torno da união houve iniciativas, assim como registros de ideias comuns, objetivos e métodos para a coesão da região – seja em termos políticos, econômicos, culturais ou sociais – desde o século retrasado (BRICEÑO-RUIZ, 2012, DA SILVA, 2018a).

No centenário XIX, já se pairava um pensamento latino-americano, isto é, um conjunto de ferramentas endógenas, teórico-conceituais - surgidas desde os movimentos emancipatórios - com o objetivo de compreender e propagar a ideia de unidade regional (PAIKIN; PERROTTA; PORCELLI, 2016, DA SILVA, 2018a).

Nesse aspecto, em nenhuma outra parte do globo esse ideário tem tido tal desenvolvimento e persistência. A união – entendida ora como mecanismo fundamental para superar os dilemas internos, ora meio para defender-se dos estrangulamentos externos – resilientemente apareceu nos projetos que se propunham a pensar a América Latina enquanto região coesa (PAIKIN; PERROTTA; PORCELLI, 2016, DA SILVA, 2019c). Ainda que a literatura ocidental traga o caso europeu como sendo o pioneiro e exemplar, a busca pela unidade continental antecedeu inclusive o projeto da Comunidade Europeia (LESSA, 2003; MENEZES e PENNA FILHO, 2006; DA SILVA, 2018a, b).

Todavia, apesar desse unionismo acompanhar a Região desde a sua independência, os projetos e estratégias de regionalismo aqui implantadas variaram quanto ao seu caráter e finalidade – passando a assumir diversas formas e vários significados no decorrer da história (BRICEÑO-RUIZ, 2012; DA SILVA, 2018a).

Por conta de tamanha diversidade, tornou-se difícil responder o que é o Regionalismo Latino-Americano, bem como agrupar uma variedade de iniciativas em torno de um conceito único. Em alguns aspectos, ele se assemelhou ao Regionalismo Internacional, sobretudo quando este último emergiu enquanto tendência pós-Segunda Guerra, mas, para além disso, ele foi marcado por especificidades históricas fundamentadas em torno da União para a Autonomia

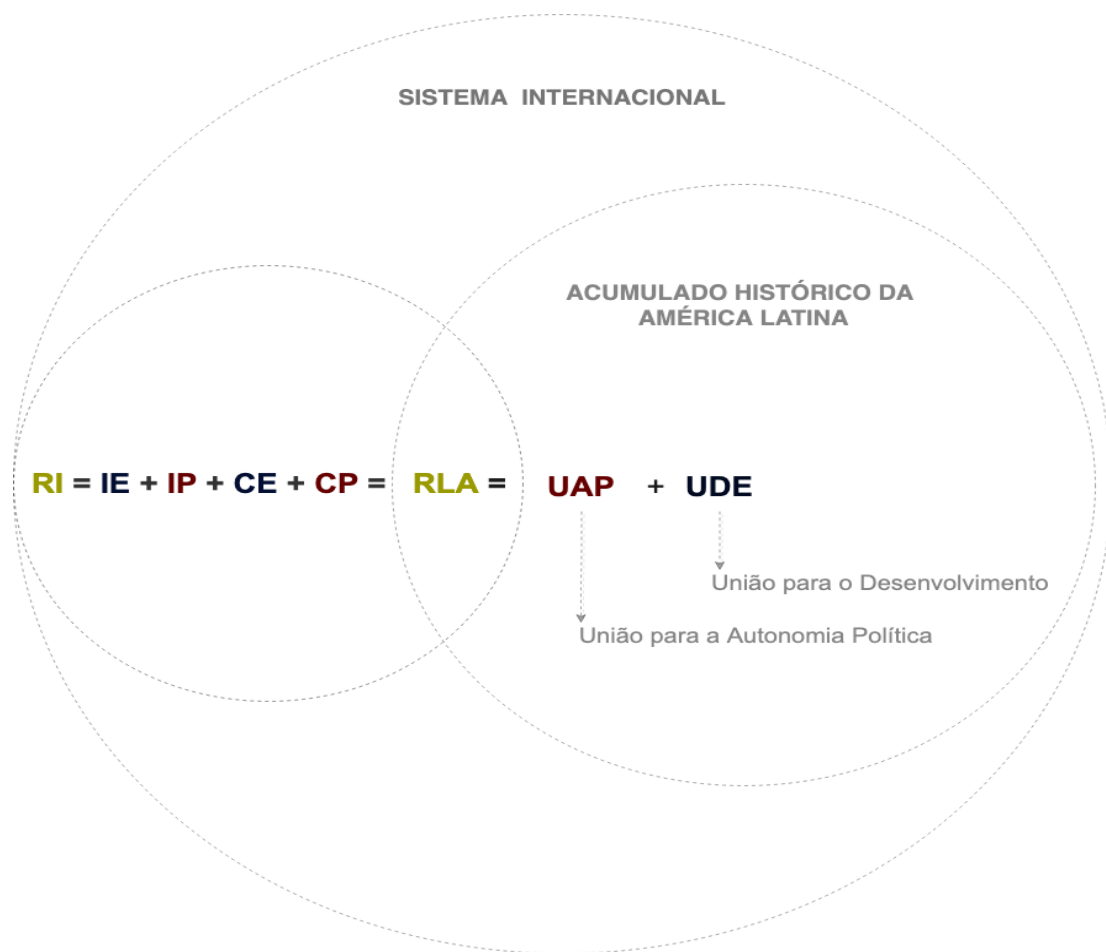
Política e da União para o Desenvolvimento Econômico (BRICEÑO-RUIZ, 2012; DA SILVA, 2018a,b).

União para a Autonomia Política, compreendida como “a busca por maior liberdade frente às potências extrarregionais” (BRICEÑO RUIZ, 2012, p. 27), em associação com a União para o Desenvolvimento Econômico, assimilada como “a busca pela diversificação da estrutura produtiva regional” (BRICEÑO RUIZ, 2012, p. 27), constituem o “acumulado histórico”²³ do pensamento regionalista latino-americano, resiliente nas propostas de integração e cooperação, política e econômica, do século XIX ao XXI (BRICEÑO RUIZ, 2012; DA SILVA, 2018a,b).

Nesse aspecto, tal como o regionalismo internacional, o Regionalismo Latino-Americano poderia ser compreendido matematicamente a partir da equação $IE + IP + CE + CP$. No entanto, ao mesmo tempo, ele deve ser analisado por meio da sua peculiaridade histórica, ilustrada na figura abaixo:

²³ Essa expressão foi cunhada por Cerro (2008) ao defender que a busca pelo desenvolvimento econômico consiste em um “acumulado histórico” da política externa brasileira, isto é, um fundamento basilar. Neste trabalho fazemos uma analogia direta a ele, defendendo, a partir do aporte teórico-interpretativo de Briceño-Ruiz, que a autonomia política e o desenvolvimento econômico constituem o acumulado histórico do pensamento e *práxis* do regionalismo latino-americano.

Figura 9 - Analogia do Regionalismo Latino-Americano



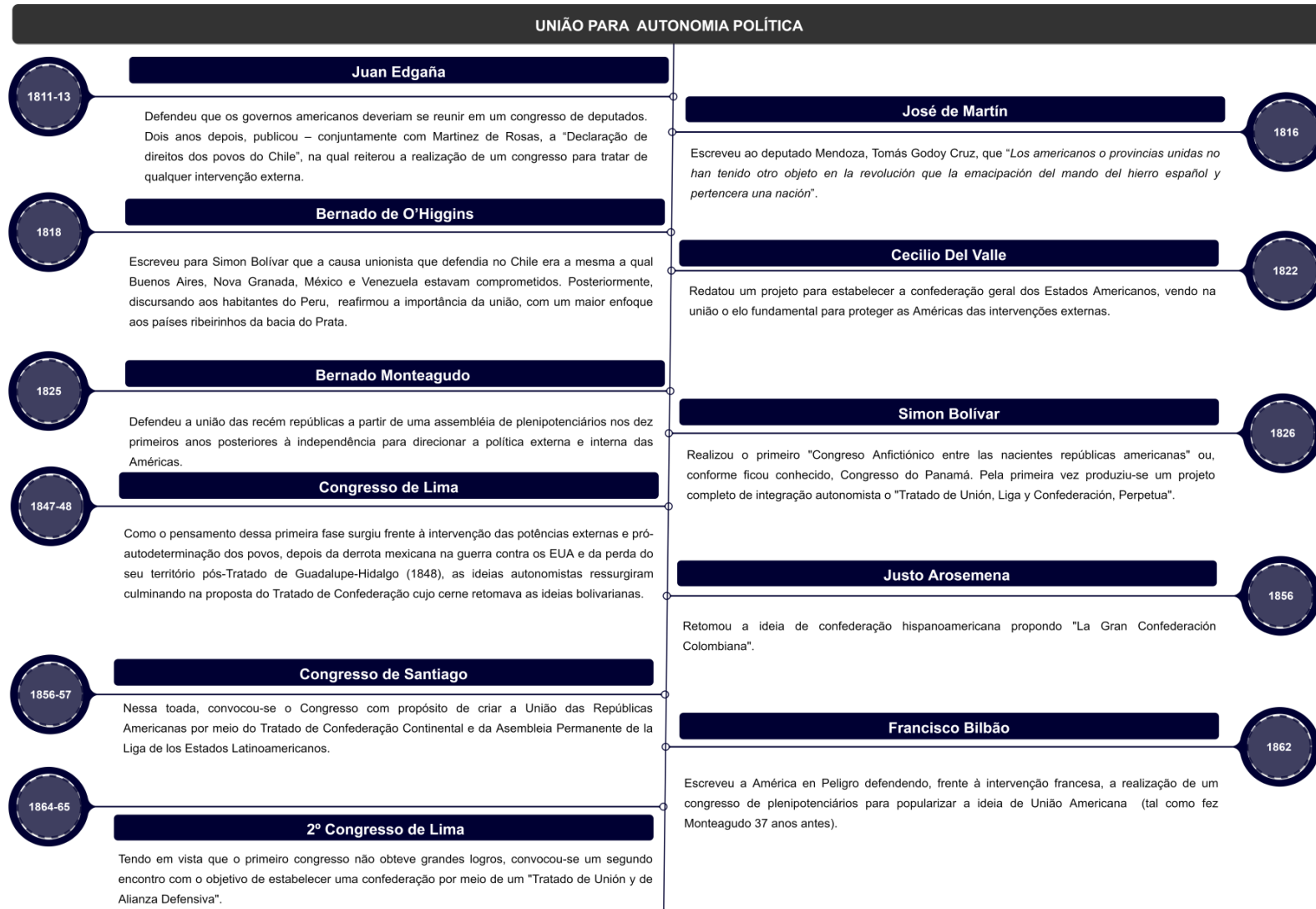
Fonte: Briceño Ruiz (2012).

Apesar do binômio “União para a Autonomia Política” e União para o Desenvolvimento Econômico ser complementar, se assumimos uma perspectiva de larga duração, houve períodos em que - por conta de uma série de condicionantes estruturais internos, internacionais e regionais - uma constante histórica tornou-se mais hegemônica do que a outra (BRICEÑO RUIZ, 2012; DA SILVA, 2018a, b).

Cronologicamente, de 1810 (no marco dos processos de luta pela a independência política) até o final do século XIX, a União para a Autonomia Política tornou-se a constante histórica preponderante - por conta do medo da recolonização espanhola, do rearranjo de forças da Santa Aliança e, posteriormente, do imperialismo norte-americano (BRICEÑO-RUIZ; SIMONOFF, 2017; BRICEÑO-RUIZ, 2014a, 2014b).

Tal como sintetiza abaixo, condicionantes da conjuntura interna, internacional e regional fizeram com que os idealizadores políticos enxergassem na autonomia política uma estratégia para assegurar “uma maior liberdade frente às potências extraregionais” (BRICEÑO RUIZ, 2012, p. 27).

Figura 10 - União para a Autonomia Política

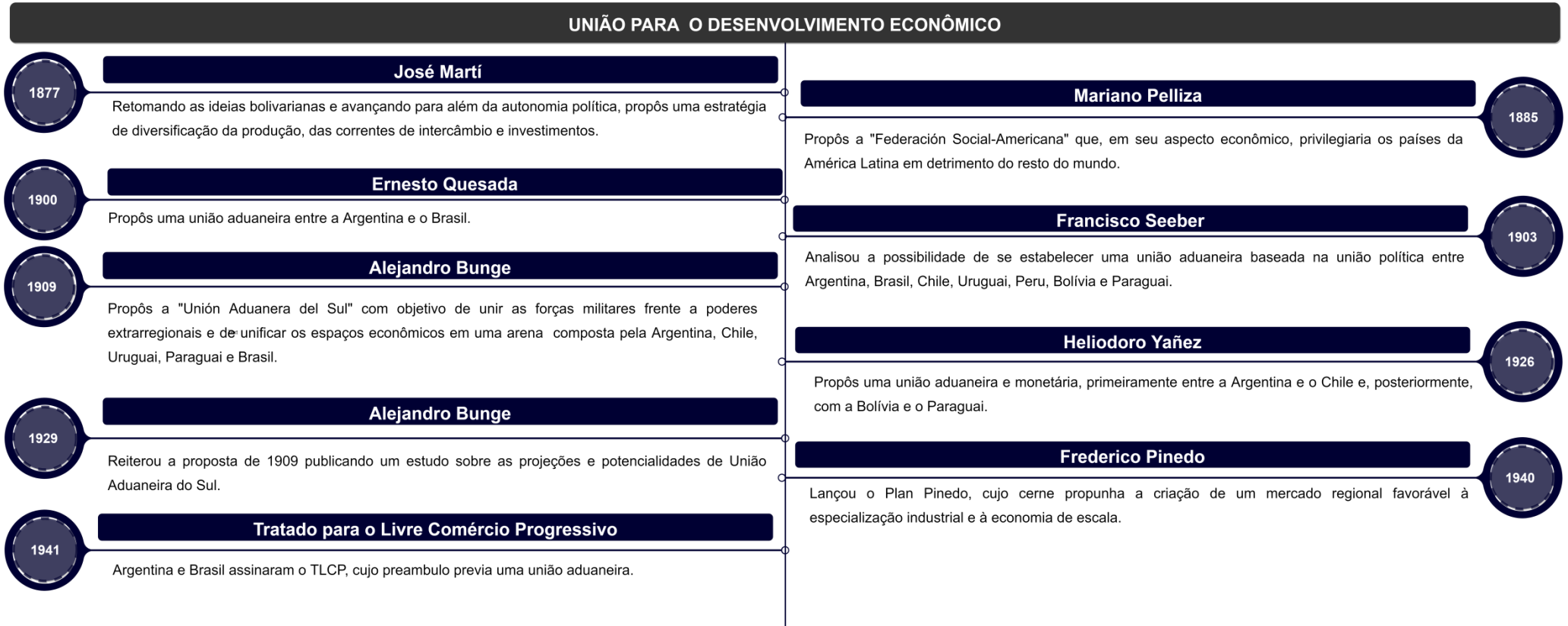


Fonte: Elaborado a partir das fontes primárias e secundárias sistematizadas por Briceño Ruiz (2012)²⁴.

²⁴ Vale ressaltar que o vocábulo 'América' ou 'Americanos' rotineiramente era empregado para distinguir aqueles que buscavam a independência daqueles que faziam parte do jogo imperialista espanhol. Procurou-se contrastar tudo o que era hispânico/europeu do hispanoamericano (Paikin; Perrotta; Porcelli, 2016).

A partir das décadas 1870-80, quando os Estados Unidos começaram a adquirir pujança econômica e projetar-se para o hemisfério ocidental via pan-americanismo²⁵, essas ideias unionistas, paulatinamente, passaram a se deslocar para a união econômica, contribuindo, tal como ilustra a figura abaixo, para a ascensão de novas iniciativas que vislumbravam a União para a Autonomia Política como elo primordial para a autodeterminação dos povos, mas também passavam a considerar, embrionariamente, a União para o Desenvolvimento Econômico (BRICEÑO RUIZ, 2012; DA SILVA, 2018 a, b).

Figura 11 - União para o Desenvolvimento econômico



Fonte: Elaborado a partir das fontes primárias e secundárias sistematizadas por Briceño Ruiz (2012).

²⁵ O fim da guerra civil nos EUA inaugurou uma nova fase da sua política externa, a qual via a América Latina como um mercado valioso e fonte de matérias primas. Por isso, a potência em ascensão buscava fomentar uma união aduaneira com intuito de propiciar o mercado continental para os seus produtos manufaturados em crescente expansão. "O Pan-americanismo pretendia criar uma comunidade de interesses entre os países do hemisfério ocidental, o fator econômico foi em grande medida o seu eixo-motor" (BRICEÑO RUIZ, 2012, p. 35). Entretanto, o pan-americanismo não só não foi bem aceito pelos representantes latino-americanos (que viam com receio a incorporação da América do Sul em um projeto com a América do Norte), como também, posteriormente, estimulou projetos autonomistas/anti-imperialistas - tal como o Tratado ABC de 1915 (BRICEÑO-RUIZ, 2012).

Entretanto, apesar da União para o Desenvolvimento Econômico ter ascendido no final do século XIX e início do século XX, foi somente pós-Segunda Guerra, no contexto da transição hegemônica da Grã-Bretanha para os Estados Unidos, que o eixo se consolidou enquanto prática dominante, produzindo uma síntese histórica entre as distintas vertentes do pensamento regionalista latino-americano sobre a autonomia política²⁶ e o desenvolvimento econômico.

Nas palavras de Briceño-Ruiz (2012, p. 38):

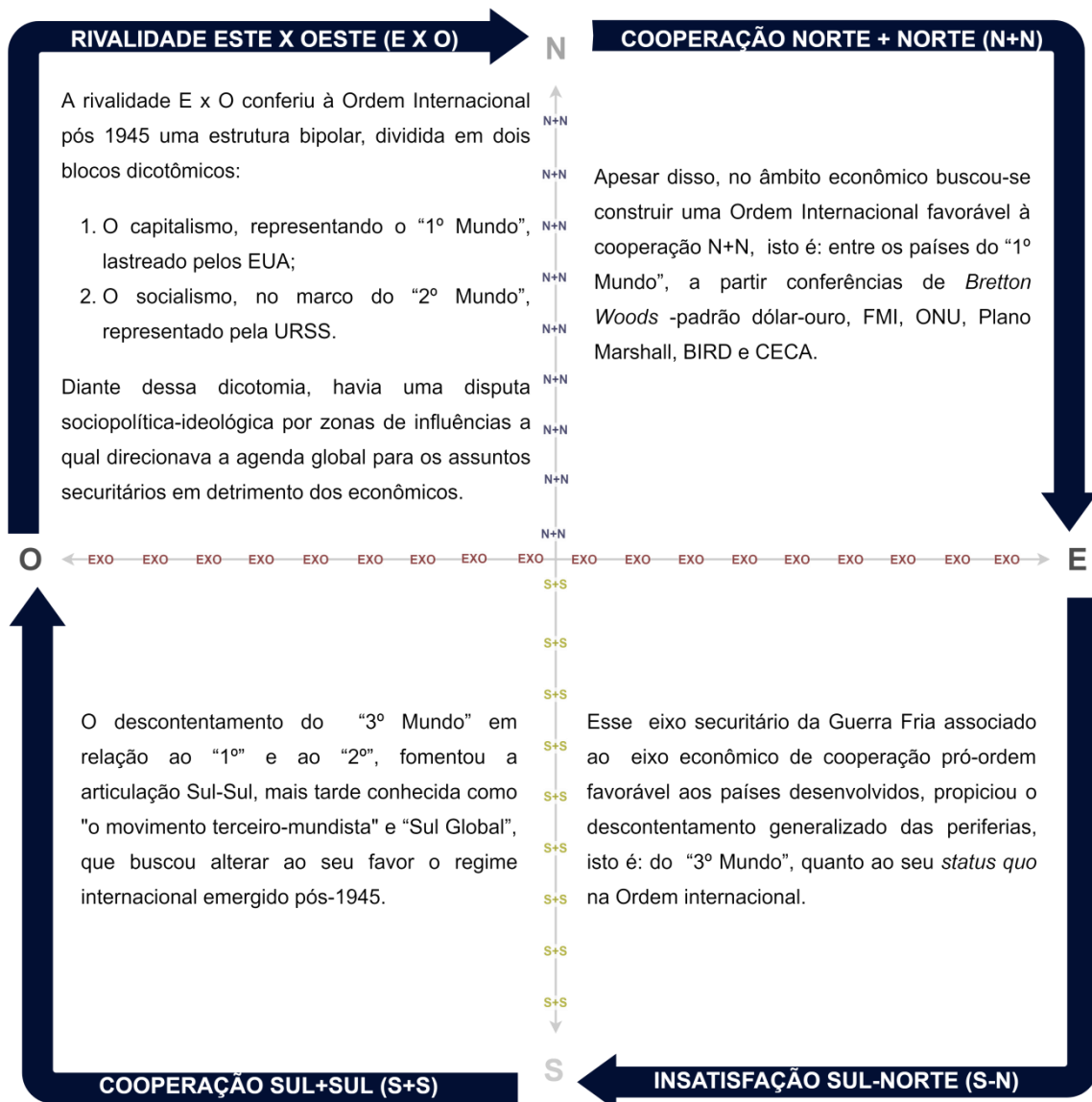
[Se iniciou], então, uma nova etapa do pensamento integracionista latino-americano, na qual as ideias ou pré-teorizações da integração começam a serem complementadas, ao menos a partir da economia, por uma nova concepção teórica do regionalismo latino-americano.

A relevância dessa conjuntura inaugurada, em meio à transição hegemônica, teve “uma expressão sem precedentes tanto na criação de organizações e ações político-econômicas como no que tange à elaboração teórica” (PUNTIGLIANO, 2012, p. 80). Historicamente, ela teria representado: (1) o “ponto de chegada” (leia: ápice) de um conjunto de transformações latino-americanas ocorridas na *longue durée* do século XIX e início do XX; (2) mas também o “ponto de partida” para a teoria desenvolvimentista da Cepal e sua correlata proposta de regionalismo (DA SILVA, ABIRAMIA, 2019a).

Esse segundo ponto, em específico, emergiu em uma conjuntura internacional extremamente complexa, marcada, tal como ilustra a figura abaixo, pela simultaneidade da rivalidade Leste-Oeste; cooperação Norte-Norte; insatisfação sul-norte e articulação Sul-Sul:

²⁶ Sobre esse último ponto, há uma citação que o sintetiza bem: “A partir do final da década dos anos quarenta do século XX, se produz um relançamento da ideia de integração na América Latina. As ideias decimonônicas de forte traço bolivariano, que buscavam a unidade política da região, se mantêm no discurso regional, contudo começa a desenvolver-se no âmbito da economia uma teorização sobre as causas do subdesenvolvimento latino-americano” (BRICEÑO-RUIZ, 2012, p. 39 e grifo nosso).

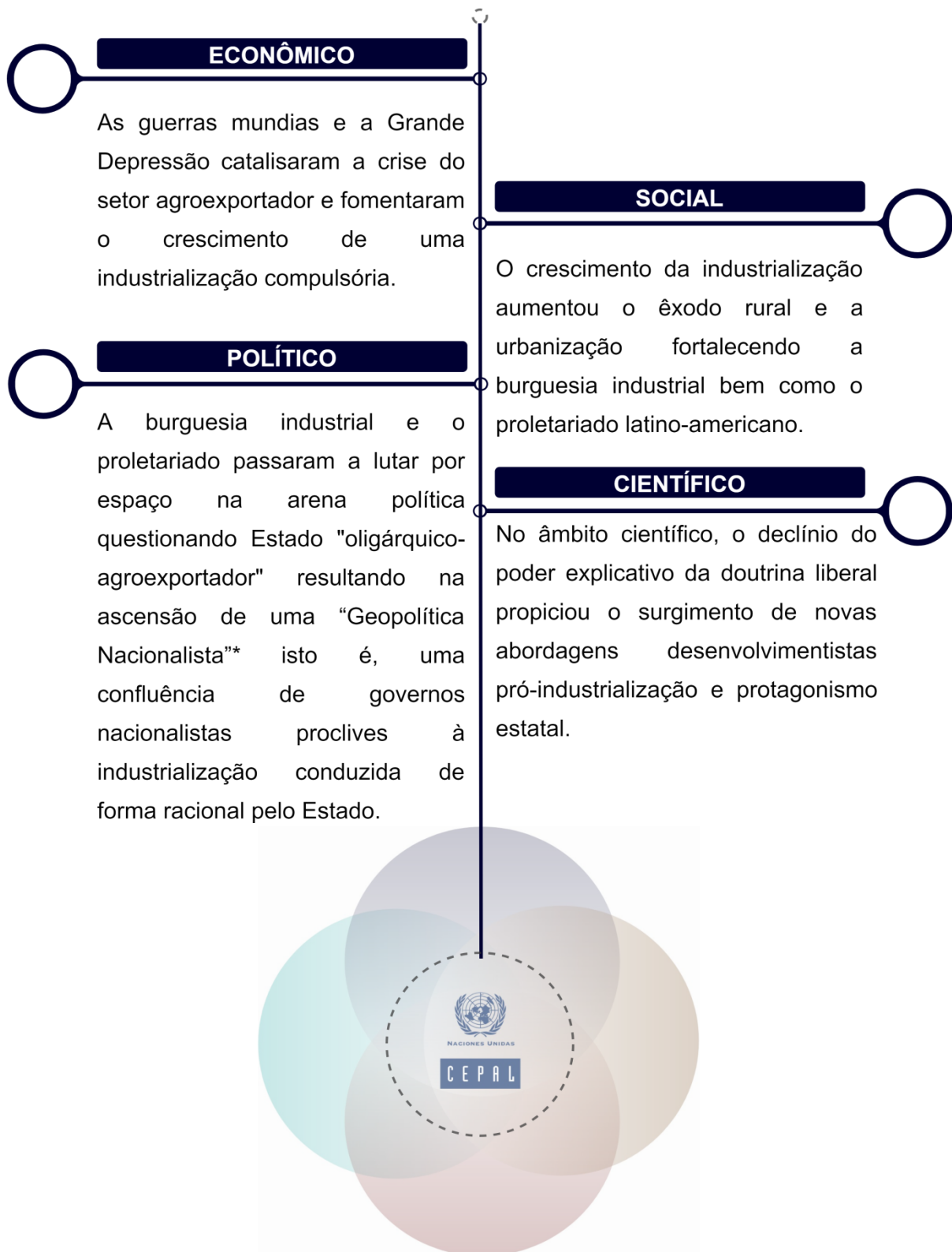
Figura 12 - Conjuntura Internacional pós 1945



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Essa conjuntura internacional se inseriu no *modus operandis* regional permeando bem como sendo permeada por um processo complexo de mudanças econômicas, sociais, políticas e científicas, em gestação desde as duas guerras mundiais e da Grande Depressão, tal como sistematiza a figura abaixo:

Figura 13 - Conjuntura regional pós 1945

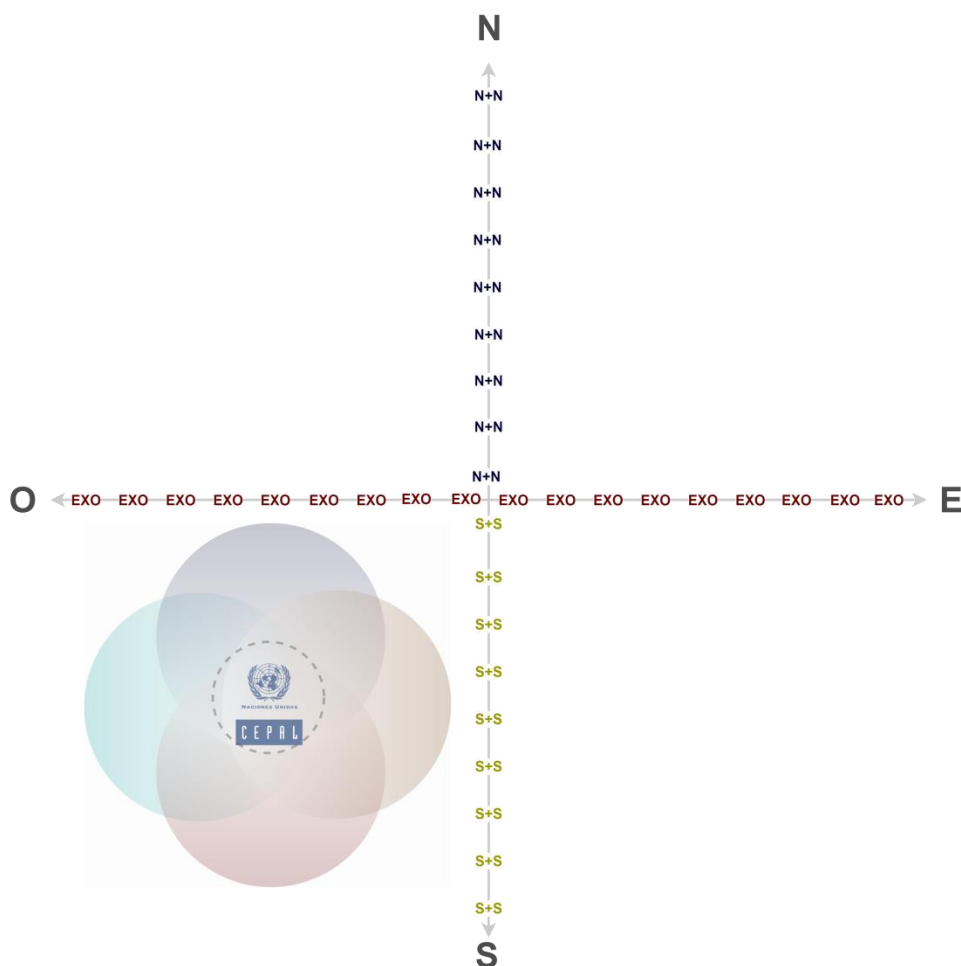


Fonte: Elaborado a partir de Puntigliano, 2012*²⁷.

²⁷ No México, Lázaro Cárdenas (1934-40). Na Argentina, Perón (1946-55). No Brasil, Vargas (1930-45/1951-54). No Chile, Carlos Ibáñez del Campo (1927-31/1952-58). Na Bolívia, Paz Estenssoro (1952-64).

Em meio a esse contexto, a Cepal, assim como a sua teoria desenvolvimentista e regionalista, teria emergido na tentativa de fornecer uma resposta teórica aos condicionantes internacionais e regionais (mapeados nas figuras abaixo), advogando no eixo da União para a Autonomia Política pelo pleno controle dos “centros de decisões”²⁸ econômicas, políticas e sociais e, na vertente da União para o Desenvolvimento Econômico, pela diversificação da estrutura produtiva regional a partir de um processo endógeno (*hacia dentro*), orquestrado pelo Estado via política racional de Industrialização por Substituição de Importações e planificação (BRICEÑO-RUIZ, 2007; DA SILVA, ABIRAMIA, 2019).

Figura 14 - Conjuntura internacional e regional sob a qual se inseriu a Cepal



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

²⁸ O conceito de “centro de decisão econômica” foi uma chave-interpretativa deixada por Furtado, presente, sobretudo nas suas obras “A pré-revolução brasileira” (1962) e em “Teoria Política do desenvolvimento” (1969). Em um esforço de formalização teórica, Saraiva (2015, p. 6) sintetizou esse conceito como sendo: “expressão da capacidade de uma sociedade de ter domínio sobre as atividades industriais e suas técnicas e processos produtivos associados [...] de modo que se encontre em condições de ter controle sobre o próprio desenvolvimento econômico”. Neste trabalho, ampliamos o entendimento deste conceito para além do econômico, ou seja, no tocante ao pleno controle das nuances políticas, culturais, sociais e ambientais.

Inserida em uma conjuntura de mudanças econômicas, sociais, políticas e científicas regionais, a Cepal teria emergido como uma arena para a cooperação Sul-Sul em meio aos vetores simultâneos de rivalidade Leste-Oeste, articulação Norte-Norte e insatisfação Sul-Norte – tal como ilustrou a figura no *caput* e será detalhado no capítulo seguinte.

Ao se inserir em um contexto internacional e regional extremamente político e politizado, conforme demonstraremos no estudo de caso a seguir, a teoria da Comissão não deve ser categorizada como “fechada” porque ela não se reduziu ao econômico - tal como prega o economicismo reinante na América Latina, sobretudo após o conceito de “regionalismo aberto”. Mas também, ela não deve ser enquadrada como “velha” - porque, apesar de contemporânea à teoria europeia, o aporte da Cepal emergiu e buscou explicar uma conjuntura divergente daquela vivenciada pelo Velho Continente durante a década de 1950.

Com base em Briceño Ruiz (2018), defendemos que o eurocentrismo perpassa as teorias de integração e de regionalismo se manifestando em aportes de teóricos europeus, que partem da realidade europeia para entender a América Latina, e para além deles. Nesse sentido, finalizando este capítulo e antes de adentrar nos próximos, gostaríamos de destacar um eurocentrismo para além da Europa, aquele enraizado e reproduzido endogenamente pelos próprios latino-americanos, pois, conforme dito na introdução, esse foi um dos episódios que motivou a construção do presente trabalho e se manifesta na forma como os próprios países periféricos entendem seus processos regionalistas, enquadrando-os nos marcos categóricos “velho”, “novo”, “fechado” e “aberto”. Apesar de defendemos, fazemos a ressalva que não há um consenso entre os próprios latino-americanos em relação ao uso dessas categorias e quanto a sua relação causal com o eurocentrismo.

3 ESTUDO DE CASO: A PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA CEPAL

Um pouco antes do final da Segunda Guerra Mundial, começou-se a desenhar a nova ordem internacional pós 1945. Em 1944, iniciaram-se as conferências de Bretton Woods, estabelecendo o conjunto de princípios, normas, regras e procedimentos do novo sistema monetário e financeiro. Posteriormente, no mesmo ano, criou-se o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento juntamente com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Em 1945, em meio ao corolário inicial dos acordos de paz do fim da guerra, foi realizada a conferência de São Francisco, lançando as bases fundacionais da ONU e um conjunto de acordos de cooperações internacionais (MOURA, 1990; DA SILVA, 2017).

A ONU surgiu, nesse novo regime, com um grande propósito - o da manutenção da paz e segurança internacional - atuando via dois princípios: o da solução pacífica de controvérsias e o da proibição da ameaça ou uso da força (RITTBERGER; ZANGL; KRUCK, 2012). Institucionalmente, ela passou a ser composta por seis órgãos principais: o Conselho de Segurança, a Assembleia Geral, o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça, o Secretariado e o Conselho Econômico e Social (ECOSOC) (HERZ; HOFFMAN, 2004; DA SILVA, 2017).

O ECOSOC ficou encarregado de coordenar as atividades das agências e programas especializados da ONU, além de fazer recomendações econômicas, sociais, culturais, de saúde pública, bem como referente aos direitos humanos em várias partes do globo. O funcionamento desse órgão refletia a ideia de que a ONU deveria ter um papel central no campo econômico e social das economias vulneráveis, muito maior do que aquele outrora exercido pela Liga das Nações (HERZ; HOFFMAN, 2004; DA SILVA, 2017).

Sob esse contexto, em 1947, durante o Quinto Período de Sessões do ECOSOC, o embaixador chileno, Hernán Santa Cruz, apresentou a proposta de criação da Cepal²⁹, conclamando a melhoria nas condições de vida da América Latina, bem como reivindicando as promessas da nova ordem internacional pós-guerra, presentes no regime internacional inaugurado em Bretton Woods e na Carta da ONU (SANTA CRUZ, 1985; 1987; 1995; NU. CEPAL, 1978).

²⁹ Apenas em 1984, por meio da resolução 1984/67, que o Caribe foi incorporado no nome da Comissão tornando-se Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

Com relação à ONU em específico, o embaixador chileno:

Acreditava [...] que **as Nações Unidas estavam obrigadas**, segundo a sua Carta constitutiva, a encarar a partir deste momento o problema do desenvolvimento econômico das regiões de economia débil e atrasada, as quais compreendiam aos dois terços da população mundial, e que a **América Latina tinha direito de exigir que a organização criada em São Francisco lhe prestasse assistência na difícil tarefa de elevar o nível de vida de seus habitantes** (SANTA CRUZ, 1995, p.24, grifos nossos).

Conforme Santa Cruz (1985; 1987; 1995), apesar de a América Latina não ter sido cenário da Guerra, a região foi afetada diretamente pela deflagração do conflito mundial, além de ter desempenhado um papel fundamental para a vitória dos Aliados. Logo, também deveria gozar e ter um lugar de prestígio na nova ordem e regime internacional construído dentro e fora da ONU.

No entanto, em detrimento das tensões Leste-Oeste e da cooperação Norte-Norte no “Primeiro” e no “Segundo Mundo”, o continente latino-americano estava sendo relegado para um terceiro plano. As potências, sobretudo a *hegemon* norte-americana, viam a América Latina “como uma região afortunada, que não havia sofrido nem o horror dos bombardeios e dos assassinatos em massa, nem as angústias e humilhações da ocupação estrangeira e, portanto, não necessitava de uma atenção particular” (SANTA CRUZ, 1995, p. 24).

No âmbito do ECOSOC, os Estados Unidos propuseram a criação de duas comissões econômicas regionais - uma para a Europa e outra para Ásia e o Extremo Oriente - com a retórica de reconstruir as economias palco da Segunda Guerra e, como pano de fundo ideológico, combater o comunismo. Contudo, não propuseram nenhum tipo de cooperação internacional para os países latino-americanos (DOSMAN, 2011; DA SILVA, 2017).

Para o embaixador Santa Cruz (1985; 1987; 1995) isso era paradoxal. Ao negligenciar a região em detrimento da Europa, Ásia e Extremo Oriente, a ONU estaria descumprindo a universalidade, bem como os princípios da sua carta fundacional, os quais, nas suas palavras (1985, p.9) “adquiriram o caráter de um compromisso obrigatório de Tratado Internacional por meio do artigo 56 do dito instrumento”, que versa sobre a cooperação para o estabelecimento de “níveis mais altos de vida, trabalho efetivo, condições de progresso e desenvolvimento econômico e social” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945, p.39).

Deste modo, o projeto da Cepal, nas palavras do seu proponente:

[...] se fundamentava no fato de a América Latina ter entrado em uma grave crise originada do esforço econômico realizado para defender a causa das Nações Unidas durante a guerra e das perturbações que esta última havia causado na economia mundial; e em que era necessário “desenvolver a indústria dos países da América Latina e utilizar, ao máximo, seus enormes recursos naturais para elevar o nível de vida dos seus habitantes, ajudar a resolver os problemas econômicos de outros Continentes, alcançar o melhor equilíbrio do edifício econômico mundial e intensificar o comércio internacional” (SANTA CRUZ, 1995, p.25).

Além desse fundamento primário, no projeto idealizado, a Cepal também teria o caráter estratégico de auxílio à diversificação da política externa regional, para além da órbita pan-americana, num contexto em que a América Latina era vista como a área de influência direta dos Estados Unidos, porém gozava de pouca ajuda externa da *hegemon*.

Nesse sentido, conforme alegou seu proponente, Santa Cruz (1985, p.11): “nos interessava a presença da Europa para não limitarmos a repetir o diálogo Estados Unidos-América Latina que já se desenvolvia no âmbito pan-americano”.

Como o projeto da Cepal amalgamava os principais anseios da conjuntura regional, ele foi apoiado pelos países latino-americanos membros no ECOSOC (Cuba, Peru e Venezuela). Pelo fato de a proposta de Santa Cruz também concretizar os principais conclames do Terceiro Mundo perante a ordem pós-guerra, ela foi endossada pelas delegações do Líbano, Índia, China e Noruega (NU. CEPAL, 1978).

No entanto, ao mesmo tempo, por ir de encontro à agenda prioritária da guerra fria e da construção de uma ordem internacional pós-guerra, a Cepal foi problematizada pelos representantes do Primeiro e Segundo Mundo, a citar: Grã-Bretanha, Canadá, Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Relembrando os distintos argumentos apresentados em 1947, Santa Cruz (1985, p.10) sintetizou:

Era um erro regionalizar o trabalho das Nações Unidas na esfera econômica (Canadá); que as Comissões criadas para a Europa, Ásia e Extremo Oriente eram *temporais* e seu objetivo era somente a reconstrução e a reabilitação (o Reino Unido da Grã Bretanha e Canadá); que se havendo criado em Chapultepec o Conselho Interamericano Econômico e Social, não deveria duplicar-se uma tarefa começada e, portanto, haveria que esperar a reunião da próxima Conferência Pan-americana para opinar sobre o projeto (Estados Unidos), e que o Conselho não deveria ocupar-se com países que não sofreram diretamente com a guerra (URSS).

Assim, nas reuniões plenárias 110 e 111, em agosto de 1947, o ECOSOC debateu se deveria ou não aceitar o projeto de resolução chileno. Contudo, estava

tão dividido entre Norte e Sul, desenvolvidos e subdesenvolvidos, que decidiu, por meio da resolução 70 (V), criar um comitê *ad hoc* - composto pelo Chile, China, Cuba, França, Líbano, Peru, Reino Unido, Estados Unidos e Venezuela - para estudar o caso (DOSMAN, 2011; NU. CEPAL, 1978).

Conforme NU. CEPAL (1978), o Comitê deveria preparar um informe com as recomendações correspondentes a serem apresentadas em fevereiro de 1948 no Sexto Período de Sessões do ECOSOC e, também, estava autorizado a consultar organismos interessados, dentro e fora da ONU, a respeito da criação de uma nova comissão econômica regional.

Dentre as opiniões, solicitou-se um posicionamento do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), pois os Estados Unidos levantaram a hipótese de sobreposição/duplicações de funções entre a Cepal e o referido organismo. Em resposta favorável, no primeiro semestre de 1948, o Conselho aprovou uma resolução em que “havia resolvido apoiar a criação imediata da proposta Comissão Econômica para América Latina” (SANTA CRUZ, 1995, p. 31).

Conseqüentemente, em seu informe “E/630”, o Comitê *Ad hoc* sugeriu ao ECOSOC a criação da Comissão, assim como sinalizou a necessidade de coordenação de esforços entre a Cepal e o CIES no âmbito interamericano da Organização dos Estados Americanos (NU. CEPAL, 1978).

Após analisados ambos indicativos, na reunião número 153, celebrada em 25 de fevereiro de 1948, o ECOSOC adotou, por um caráter experimental de três anos³⁰ - após treze votos favoráveis, zero contra e quatro abstenções (EUA, URSS, Canadá e Bielorrússia) - a resolução 106(V), que aprovava, definia os campos de atuação, deveres e responsabilidades da Cepal (NU. CEPAL, 1978; 1987).

Em síntese, a função da Comissão passou a:

- a) Iniciar e participar de medidas destinadas a facilitar a ação concertada para tratar os problemas econômicos de natureza urgente, nascidos da guerra, elevar o nível da atividade econômica na América Latina, assim como manter e fortalecer as relações econômicas dos países da América

³⁰ De acordo com Gonçalves (2011), os EUA - respaldado nas demais potências opositoras - aprovaram, contudo impuseram a ressalva de que a Cepal deveria funcionar em caráter provisório por três anos, sendo extinta, consolidada ou revisada em 1951 - conforme consta no parágrafo 16 da Resolução 106(V). Para Moraes (1995), ao impor tal reserva, os norte-americanos buscavam ser cautelosos porque “viam com maus olhos o surgimento de uma entidade paralela à bem controlada Organização dos Estados Americanos. Além disso, temiam a uma tendência ao confronto e ao enfraquecimento da influência norte-americana se a Cepal enveredasse por alianças políticas com o nacionalismo local” (MORAES, 1995, p.20). Por conta deste motivo, partimos do pressuposto de que a Comissão, apesar de ter surgido em 1948, somente se consolidou em 1951 - quando o risco de extinção ou anexação foi afastado.

Latina, tanto entre eles como com os demais países do mundo;

b) Conduzir ou promover pesquisas e estudos sobre problemas econômicos e técnicos dentro do território da América Latina, de acordo com o que a Comissão considerar pertinente;

c) Empreender ou promover a compilação, avaliação e divulgação das informações econômicas, técnicas e estatísticas, de acordo com o que a Comissão considerar pertinente (NU. CEPAL, 1978, p. 12-13).

Assim, por meio da dita resolução, iniciava-se a história da Comissão³¹ responsável por propor o regionalismo latino-americano em um cenário regional - conforme apresentado - de industrialização, crescente complexificação social, desponte de uma geopolítica nacionalista e do desenvolvimentismo.

Diante desta conjuntura, conforme posteriormente destacou o Ex-secretário Executivo da Cepal, Enrique Iglesias, a Comissão “nasceu como resultado da inquietude de um grupo de homens que viam que era necessário começar a descobrir problemas comuns na América Latina para [...] cooperar entre si [...] [e] explorar a unidade na diversidade latino-americana” (CAYUELA, 1988, p.14). O organismo do ECOSOC buscou “criar um pensamento econômico autônomo e adequado às condições que eram comuns às periferias latinas: sua situação de exportadora de produtos primários baratos e importadoras de manufaturas cada vez mais caras” (CAYUELA, 1988, p. 25). Já em 1947, a Comissão teria surgido “para conhecer a América Latina e para pensá-la em seu sentido de ação” (NU. CEPAL, 1978, p.8).

No âmbito da cooperação Sul-Sul, esta resolução tornou-se uma prova cabal da luta pelo desenvolvimento do Terceiro Mundo em meio ao contexto de insatisfação do Sul para com o Norte, rivalidade Leste-Oeste e articulação Norte+Norte. Conforme resgatou o seu propositor: “A Cepal foi o ponto de partida da luta pela cooperação para o desenvolvimento do Terceiro Mundo que se deu nas Nações Unidas e em todo o campo internacional. [...] Foi esta uma contribuição muito importante dos países latino-americanos naquela luta” que se deu no marco após 1945 (SANTA CRUZ, 1987, p.10).

³¹ O objetivo deste tópico consiste em contextualizar, brevemente, o projeto de criação da Cepal, com fito de demonstrar que o seu surgimento não foi consensual e isento de contradições e interesses. Não temos a pretensão de esgotar o debate fundacional da Comissão porque ele não é o objeto central deste trabalho. No entanto, para uma abordagem mais profunda, consultar Santa Cruz (1985; 1978; 1995), onde ele esmiúça os pormenores da sua proposta de Comissão, assim como o documento NU, Cepal (1978; 1887), onde, respectivamente, construiu-se um breve histórico do processo fundacional e foram compilados os documentos originários da mesma. Por fim, para um aprofundamento da relação Cepal-Sistema Interamericano, consultar: Ventura-Dias (1998).

Além do caráter diretivo e, contemporaneamente, simbólico, a Resolução originária também marcou o local do Primeiro Período de Sessões da Comissão, projetado para ocorrer meses depois, no país proponente, anfitrião e sede da CEPAL (NU. CEPAL, 1978).

3.1 PRIMEIRO PERÍODO DE SESSÕES

O primeiro Período de Sessões da CEPAL aconteceu em Santiago (Chile), do dia 7 a 25 de junho de 1948. Alinhados à resolução 106(V), os temas da ordem do dia, conforme NU. CEPAL (1978), buscaram estabelecer programas de trabalho destinados a:

1. Tratar dos problemas econômicos urgentes nascidos da Guerra;
2. Aumentar o nível da atividade econômica latino-americana;
3. Reforçar as relações econômicas dos países da região;
4. Realizar ou promover investigações sobre os problemas econômicos e técnicos do desenvolvimento regional;
5. Executar ou fomentar a compilação, avaliação e difusão das informações econômicas, técnicas e estatísticas.

A tomada de decisão, emergida dessas tratativas, resultou na aprovação de vinte e uma resoluções³². E, o principal fato destacado versou sobre a urgência de realizar-se um estudo econômico da região - diante da escassez de dados, empíricos e sistematizados, sobre os mais variados temas (NU. CEPAL, 1978; 1948a).

Nesse aspecto, conforme sintetizou Dosman (2011, p. 274):

A reunião ocorreu tranquilamente porque pouco se esperava de uma organização tão nova, mas a principal resolução deixou o secretariado sobrecarregado ao instruí-lo a apresentar o documento “Investigación económica de América Latina” na segunda sessão [...]. [...] nada semelhante havia sido preparado antes [...]. Como as funções da Cepal eram muito gerais [...], também se esperava que a “Investigación económica” fornecesse uma estrutura e uma direção para a nova organização. “Estamos de acordo em que grande parte do futuro da Cepal

³²(1) Coordenação; (2) Estudo econômico da América Latina; (3) Organização para a Agricultura e a Alimentação; (4) Estatística; (5) Empréstimos do Banco Internacional de Reconstrução e Fomento; (6) Cotação de emissões de capital; (7) Convênios intergovernamentais sobre produtos básicos; (8) Reabilitação econômica mundial; (9) Imigração; (10) União aduaneira latino-americana (11) Zonas e portos francos; (12) Preço de produtos agrícolas e seguro de colheita; (13) Inflação; (14) Preços da importação e exportação; (15) Compensação multilateral de pagamentos; (16) Matérias-primas básicas; (17) Facilidades de crédito; (18) Assistência técnica; (19) Relação entre os problemas econômicos e os de higiene; (20) Transportes e comunicações; (21) Data e lugar da reunião do Segundo Período de Sessões (NU. Cepal, 1978).

depende desse documento”, escreveu Wladek Malinowski a Harold Causin. “Não estou preocupado só com o nível da publicação sob o aspecto puramente acadêmico ou profissional. Também acho que, como resultado dela, deveríamos ser capazes de formular as tarefas, a política e a estrutura organizacional da Cepal”.

Por ser o primeiro grande relatório regional dirigido e escrito por gente do continente em vez de estrangeiros, o futuro documento “tornara-se um teste para os economistas latino-americanos” (DOSMAN, 2011, p. 276). Ademais, ele definiria os contornos da Comissão frente ao contexto de insatisfação dos países da América Latina para com os Estados Unidos e de baixa cooperação econômica dos EUA para com o restante de hemisfério.

Sobre este último ponto, contextualizou Dosman (2011, p.277, grifos nossos):

Em 1949, no começo do segundo governo Truman, **já havia uma sensação de injustiça** em relação à posição de Washington, que centrava suas prioridades na Europa e na Ásia. [...] O governo Truman vetou todas as tentativas latino-americanas de implementar as promessas de parcerias econômicas, feitas durante a guerra. Washington agora se opunha à criação de um banco de desenvolvimento latino-americano, continuava a adiar a tão anunciada conferência econômica interamericana e rejeitava esforços multilaterais para estabilizar os preços dos bens comercializados. [...] Pior ainda: crescia no Congresso a oposição contra a ratificação da Organização Internacional do Comércio (OIC) [...] O fracasso da iniciativa frustrava e desapontava os latino-americanos. **A sequência da Grande depressão, da guerra e do desafio do ajuste à Pax Americana, no pós-guerra, criaria um regionalismo incipiente na América Latina, sob a forma de experiências compartilhadas e necessidades maiores** [...]

Conforme destacou Dosman (2011), essa conjuntura permitiu o florescimento, ainda que incipiente, da integração e cooperação econômica regional - de tal modo que, já no Primeiro Período de Sessão, registrou-se a proposição de três projetos de resolução tangenciais às temáticas:

1. O projeto de resolução equatoriano de uma união aduaneira latino-americana (NU. CEPAL, 1948b);
2. O projeto panamenho sobre zonas e portos francos regionais (NU. CEPAL, 1948c; NU. CEPAL, 1948d);
3. O projeto peruano de estabelecimento de um sistema multilateral de compensações (NU. CEPAL, 1948e).

Considerando que “uma união aduaneira pode afetar de forma importante as relações comerciais entre os países deste continente e, por sua vez, a escassa documentação estatística sobre esta matéria”, a resolução 10 adiou “a deliberação sobre esse tema transcendental até a próxima reunião, na qual a Cepal poderia utilizar o estudo econômico para enriquecer a informação e deferir sobre o que fosse

conveniente” (NU. CEPAL, 1948f, p.1).

Considerando a infraestrutura regional, a resolução 11, proposta pelo Panamá, pediu que “o estudo econômico para a América Latina inclua informações concernentes às zonas e portos existentes nas repúblicas americanas, as facilidades que elas oferecem, sua importância (presente e eventual) para o fomento do comércio interamericano, entre a América Latina e o resto do mundo” (NU. CEPAL, 1948g, p.2).

Considerando, conforme NU. CEPAL (1948h, p. 1), “que há muitas economias na América Latina que poderiam compensar-se entre si”, a resolução 15 solicitou que o FMI realizasse um estudo sobre a conveniência do estabelecimento de um sistema multilateral de pagamentos, primeiramente, entre os países latino-americanos e, depois, com o restante do mundo.

Além dessas tratativas, aprovou-se a resolução 21, a qual estabeleceu a data e local do Segundo Período de Sessões da Cepal (NU. Cepal, 1978; NU. CEPAL, 1948i).

3.2 SEGUNDO PERÍODO DE SESSÕES

O segundo Período de Sessões da Cepal aconteceu em Havana (Cuba), do dia 29 de maio a 14 de junho de 1949. Os temas da ordem do dia, conforme NU. Cepal (1978; 1949a), versaram sobre:

1. O debate acerca da situação e perspectivas da economia latino-americana, fundamentado na versão preliminar do Estudo Econômico de 1948;
2. A situação, o desenvolvimento e as possibilidades de expansão da produção agrícola;
3. As necessidades regionais em matéria de assistência técnica e disponibilidade de recursos;
4. Possibilidades de uma conferência dos países da bacia amazônica;
5. Capacidade de desenvolvimento dos recursos florestais;
6. Coordenação das atividades com o CIES; e
7. Problemas de imigração, potencialidades turísticas, situação e perspectivas do transporte.

A tomada de decisão, emergida dessas tratativas, resultou na aprovação de

vinte e três resoluções³³. E, os principais fatos e debates destacados giraram em torno: (1) do “*Estudio Económico de América Latina 1948*”, conforme esperado; (2) do documento conexo “*El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*”; (3) e do informe do secretariado executivo sobre as “*Perspectivas de incremento del comercio*” (NU, Cepal, 1978; NU. CEPAL, 1949b).

O Estudo Econômico representou um marco teórico, tanto para a Comissão quanto para a região, pois realizou o esforço - empiricamente latino-americano - de compilar, examinar e desenvolver as principais pautas de pesquisa encomendadas no Período de Sessões anterior - a citar:

...a Resolução sobre o ‘Estudo Econômico de América Latina’ (E/CN.12/59), e Resoluções conexas sobre ‘Restabelecimento econômico mundial’ (E/CN.12/65), ‘Imigração’ (E/CN.12/66), ‘Portos e zonas francas’ (E/CN.12/68), ‘Preços de produtos agrícolas e seguro de colheita’ (E/CN.12/69), ‘Inflação’ (E/CN.12/70); ‘Preço da importação e exportação’ (E/CN.12/71); ‘Matérias-primas básicas’ (E/CN.12/73) e ‘Transportes e comunicações’ (E/CN.12/77) ... (NU, CEPAL, 1949c, p.2).

Ele norteou os debates dos quatro comitês criados na ocasião³⁴ e, estruturalmente, se dividiu em duas partes principais: (1) “*Tendencias de la Producción*” - onde foi feito um balanço sobre a realidade e perspectivas da produção de manufaturas, da indústria da construção, da mineração e da agricultura - (2) e “*Otros Aspectos Económicos*” cuja missão, como o próprio nome sugere, consistiu em considerar os macroaspectos que afetavam diretamente as economias latino-americanas, em especial, as nuances do transporte, do comércio exterior, da balança de pagamentos, da inflação e demografia (NU. CEPAL, 1949d; NU. CEPAL, 1949b).

Considerando os projetos de uma união aduaneira, de criação de zonas e portos francos, bem como de um sistema multilateral de compensações, o

³³ (22) Estudos básicos da secretaria; (23) Desenvolvimento econômico; (24) Comércio exterior; (25) Compensação multilateral de pagamentos internacionais; (26) Estudo das condições que afetam as inversões de capital; (27) Estudo dos problemas de interesse comum para a FAO e a Cepal; (28) Interdependência entre desenvolvimento da indústria e o desenvolvimento da agricultura; (29) Medidas para aumentar a produção agrícola; (30) recomendações sobre o desenvolvimento da agricultura e da piscicultura na América Latina; (31) Saúde rural; (32) Informe do grupo misto de trabalho da Cepal e a FAO; (33) Capítulo sobre a agricultura do estudo econômico da América Latina; (34) Desenvolvimento da silvicultura; (35) Assistência técnica; (36) Fomento às investigações econômicas e à formação de economistas; (37) Imigração; (38) Transportes; (39) Estudos sobre a bacia amazônica; (40) Colaboração e coordenação entre a Cepal e o CIES; (41) Turismo; (42) Censo demográfico; (43) Data e lugar de reunião do Terceiro Período de Sessões; (44) Necessidades financeiras para o programa de trabalho da Cepal.

³⁴A citar: (I) Agricultura; (II) Comércio Exterior e pagamentos internacionais; (III) Desenvolvimento econômico, assistência técnica e investimento; (IV) Coordenação, imigração, transportes, conferência econômica dos países da bacia amazônica e turismo

documento germinava, dentro dos debates da Cepal, a necessidade de avançar rumo a uma integração das economias nacionais da região ao afirmar que:

Cada país poderia se especializar em determinados artigos industriais, dispondo, assim, não apenas seu próprio mercado nacional, mas também do mercado de outro ou de outros países que prometeram a admitir livremente, ou com baixas tarifas aduaneiras, certos produtos. Ampliar-se-iam, pois, os mercados recíprocos, com os menores custos resultantes da dimensão mais econômica das respectivas empresas produtoras.

Em outras palavras, a órbita de ação das indústrias seria ampliada, protegida da concorrência dos grandes centros, dos quais, no entanto, continuaria importando tudo o que, sendo adequado ao desenvolvimento econômico de cada país, estivesse dentro da capacidade de pagamento respectiva (NU. CEPAL, 1958, p.2 *apud* NU. CEPAL. 1949, p.403).

O mesmo estudo também tratava de relações econômicas complementares, instigando a maior cooperação entre dois países da América do Sul: Brasil e Argentina. Pois:

Ambos são países complementares, tanto pela índole de seus recursos naturais, quanto pelo fato de ter proposto dar um impulso notável ao desenvolvimento industrial; ambos possuem grandes possibilidades de intercâmbio recíproco, como mostra a experiência do que hoje são grandes países industrializados... Não está demonstrado de forma alguma que o trigo importado (pelo Brasil) não possa ser pago, em parte, com saldos de proveitoso intercâmbio industrial recíproco, além das possibilidades oferecidas pelos outros produtos de interesse mútuo (NU. CEPAL, 1958, p.2 *apud* NU. CEPAL. 1949, p. 273-4).

Enquanto o Estudo de 1948 tratou de um guarda-chuva de temas de modo técnico, “*El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*”, elaborado por Prebisch, sistematizou as mesmas problemáticas sensíveis do pós-guerra, conferindo-lhes um tom de manifesto durante os debates travados no Comitê III (sobre desenvolvimento econômico, assistência técnica e investimento)³⁵.

³⁵ Antes deste Estudo apresentado em Havana, Prebisch circulou um ensaio, entre os seus colegas de trabalho, na Cepal. Conforme afirmou Dosman (2011, p. 279): “O que aconteceu [...] foi muito bem relatado por Furtado em [...] *A fantasia organizada*”. O “pré-estudo” tinha um estilo acadêmico e tratava dos temas debatidos na época: o declínio do coeficiente de importação dos EUA, os controles de capitais, o comércio exterior, a poupança, a inflação e a industrialização (DOSMAN, 2011). Conforme sintetizou Furtado (1985, p.59), Prebisch se referia “à dinâmica do sistema centro-periferia e aos desequilíbrios estruturais engendrados nas economias periféricas pelo novo centro principal (os Estados Unidos), que combinava elevada produtividade e protecionismo seletivo [refletindo em um baixo coeficiente de importação]. *A priori*, o argentino, “pretendia demonstrar que os desequilíbrios da economia internacional dos últimos dois decênios (deixado de lado os efeitos da guerra) tinham sua origem no comportamento da economia norte-americana, que se havia “fechado” persistentemente. Se o coeficiente de importação dos Estados Unidos não houvesse reduzido de cinco para três por cento, dizia [Prebisch], não estaríamos sofrendo uma tão brutal escassez de dólares. As políticas de controle de câmbios, que o acusavam de haver introduzido na América Latina, outra coisa não haviam sido senão manobras defensivas de economias submetidas a forte contração de suas reservas” (FURTADO, 1985, p.59). Na mesma época em que Prebisch escrevia o pré-estudo, circulava, nos bastidores da ONU, o relatório, escrito por Hans Singer à

Estruturalmente, ele se dividiu em duas partes principais. A primeira descreveu: (1) as vantagens do progresso técnico e os países da periferia; (2) a América Latina e a elevada produtividade dos Estados Unidos; (3) o problema da escassez de dólares e seus impactos regionais; (4) a formação do capital latino-americano e o processo inflacionário; e (5) os limites da industrialização. A segunda seção, mais prescritiva, estabeleceu as bases para a discussão de uma política anticíclica na América Latina no contexto de desenvolvimento regional pós-Segunda Guerra (PREBISCH, 1949a).

Conforme relatou Dosman (2011, p. 280), diferentemente do Estudo de 1948, “o documento de 55 páginas não tinha o tom acadêmico [...], nem estava repleto de fórmulas matemáticas, hipóteses explícitas ou montes de notas de rodapé. Nenhum dos componentes de seu principal argumento era inteiramente novo [...]”. No entanto, para Furtado (1985, p.60, 61, 62, grifos nossos):

O que dava importância ao novo documento era o seu tom de denúncia de uma situação intolerável a que eram condenados os países exportadores de produtos primários. [...] **A linguagem [...] era a de um manifesto** que conclamava os países latino-americanos a engajar-se na industrialização. [...] O ponto de partida era um grito de guerra: **“A realidade está destruindo, na América Latina, aquele velho sistema de divisão internacional do trabalho / ... / que seguia prevalecendo, doutrinariamente, até há pouco tempo”**. O ataque à ordem internacional existente e aos seus ideólogos era direto: nessa ordem “não cabia a industrialização dos países novos”. Reconhecia que nós, latino-americanos, estávamos longe de ter uma “correta interpretação teórica” da realidade, mas já sabíamos que para obtê-la necessitaríamos abandonar a “ótica dos centros mundiais” [...]

O Manifesto de Havana, conforme o ensaio de Prebisch ficou conhecido, iniciou-se e foi concluído com um apelo, aos economistas latino-americanos, sobre

Subcomissão sobre o Desenvolvimento Econômico, intitulado: “*Post-War Price Relations Between Under-developed and Industrialized Countries*”. Nele, Singer observava, a partir de estatísticas de longa duração, um declínio nas relações comerciais dos países subdesenvolvidos. “Do final do século XIX até o início da Segunda Guerra Mundial, um período de meio século, houve uma tendência secular descendente nos preços dos produtos primários em relação aos preços dos produtos manufaturados. Tal declínio proporcionou um ‘novo incentivo à industrialização’ nos países em desenvolvimento, já que de outra forma eles perderiam recursos para os industrializados. O texto de Singer também levantava a questão da equidade global, pois os dados mostravam que a dinâmica do comércio internacional matinha separados ricos e pobres” (DOSMAN, 2011, p. 279). Ao ter contato com esse relatório, relatou Dosman (2011, p. 280): “Prebisch identificou-se com o trabalho de Singer, que corroborava com as suas hipóteses sobre comércio e lhe dava a confiança necessária para relançar sua obra com uma nova estrutura e estilo. Recuperou a energia e começou a reescrever do zero [em linguagem menos acadêmica e mais profusa], certificando-se de que todas as cópias de seu texto anterior fossem desconsideradas [o que talvez explique o fato de não havermos tido acesso a ela nesta dissertação]. Em três dias e três noites, escreveu ‘*El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*’, que acabou conhecido como o ‘Manifesto’ ou o ‘Manifesto de Havana’, no qual a prosa elaborada de sua obra anterior desapareceu em um ensaio que lembrava a força e a simplicidade de Keynes”.

a necessidade de conhecer - ontológica, epistemológica e metodologicamente - a América Latina, para “penetrar, com critério original, nos fenômenos concretos latino-americanos”, sobretudo nos oriundos do contexto pós-transição hegemônica da Grã-Bretanha para os Estados Unidos (PREBISCH, 1949a, p. 13).

Para Prebisch (1949a), a realidade latino-americana já não estava mais sendo explicada, em sua totalidade, pelos conceitos universais da teoria econômica geral, e a América Latina carecia de economistas capazes de enxergar essa disjuntura³⁶. Nesse sentido, o Manifesto se inseriu como uma das primeiras iniciativas de interpretação da realidade latino-americana, reconhecida via resolução E/CN.12/131, mas, também como um chamamento a uma agenda regional desenvolvimentista, considerada via resolução E/CN.12/133 (NU. CEPAL, 1949b). Por tais motivos, o seu escrito é um marco histórico.

O Marco de Havana foi uma observação, empírica e sistematizada, que inovou ao se distanciar da ótica dos grandes centros mundiais para analisar a realidade sob o prisma das periferias. **Ele não era um rechaço teórico ao liberalismo**, tampouco uma apologia ao protecionismo e à autarquia³⁷.

³⁶ Essa carência, que angustiava Prebisch, também foi relatada por Dosman (2011), no capítulo dois de ‘Raúl Prebisch (1901-1986)’. No entanto, o que melhor exprimiu esse sentimento do argentino e a cegueira generalizada da época foi a metáfora da “armadilha” teórica desenvolvida por Furtado (1992). Os economistas estão tão presos em tentar explicar os fenômenos sob a ótica e padrões do Centro que perdem a capacidade de captá-los, inusitadamente, pelo viés das Periferias. Ao fazer isso, são impossibilitados de enxergar novos caminhos e não entendem o fenômeno em sua totalidade. Em analogia a essa metáfora, cabe a nós reflexionar: ao conceber o regionalismo latino-americano (em especial, o emergido em meados do século XX) como uma derivação do marco do regionalismo europeu e/ou pela teoria econômica de integração, não estaríamos reféns de mais uma armadilha teórica? Não estaríamos, mais uma vez, ignorando a ontologia, epistemologia e metodologia regional?

³⁷ Procurando desmistificar esse equívoco de associação de Prebisch ao protecionismo ou à crítica ao liberalismo, Furtado (1985, p. 140) escrevera: “Viner [renomado professor ortodoxo da Universidade de Princeton e crítico à Prebisch] tinha toda razão quando afirmava que só por ignorância se pode afirmar que a teoria ortodoxa do comércio internacional é errada. É como duvidar do Teorema de Pitágoras. Como no caso de toda teoria dedutiva, não se pode ir mais longe do que indagar se ela tem algum valor explicativo. A verdade é que Prebisch não se referiria a essa teoria; falara vagamente da “teoria clássica”, mas o que tinha no espírito era simplesmente o sistema da divisão internacional do trabalho tal qual ele existe e a doutrina do livre-câmbio que trazia implícita a tese de que o intercâmbio conduz à igualização das rendas, cabendo à mobilidade de produtos no plano internacional papel idêntico ao da mobilidade de fatores dentro de um país”. Quanto ao segundo ponto controverso, referente ao desenvolvimento baseado no protecionismo e na autarquia, vale ressaltar que, nesses estudos iniciais (bem como nos posteriores sobre o Mercado Comum), Prebisch reproduziu chaves-interpretativas liberais em escala regional e delegou ao comércio externo um papel central para o desenvolvimento econômico da América Latina (representando, inclusive, um indício de o regionalismo formulado, subsequentemente, não ser fechado). No entanto, apesar de ter uma importância basilar, o comércio externo era visto de outra forma pela interpretação heterodoxa do argentino. Tal como observou Furtado (1985, p.63), na leitura estruturalista prebischiana “o comércio exterior é bom, não porque permite maximizar vantagens comparativas, mas porque nos fornece meios de pagamento para importar equipamentos, diversificar as estruturas

Quanto ao primeiro ponto controverso, Prebisch (1949), inclusive, afirmou no próprio manifesto, que, na tarefa de conhecer a realidade latino-americana, não se deve adotar uma postura particularista e excludente:

Pelo contrário, essa tarefa só será cumprida mediante um sólido conhecimento das teorias elaboradas nos grandes países, com seu grande caudal de verdades comuns. Não se deve confundir o conhecimento reflexivo com o conhecimento estrangeiro e com uma sujeição mental às ideias alheias, das quais, muito lentamente, estamos aprendendo a nos livrar (PREBISCH, 1949a, p. 13-14).

Enquanto manifesto, **o tal documento foi uma crítica à real divisão internacional do trabalho** e ao pressuposto de que ela propagaria, indubitavelmente, os benefícios do progresso técnico do centro para as periferias. Para Prebisch (1949b):

É certo que a argumentação relativa às vantagens econômicas da divisão internacional do trabalho é de validade teórica inobjetable. Mas, esquece-se, via de regra, que se baseia em uma premissa terminantemente negada pelos fatos. Segundo esta premissa, o fruto do progresso técnico tende a repartir-se igualmente em toda a coletividade, seja pela baixa dos preços, seja pela alta equivalente das remunerações. Por meio do intercâmbio internacional, os países de produção primária obtêm sua parte nesse fruto. Não necessitam, portanto, de industrializar-se. Pelo contrário, sua menor eficiência fá-los-ia perder irremissivelmente as vantagens clássicas do intercâmbio. **O erro dessa premissa consiste em atribuir caráter geral ao que de si mesmo é muito circunscrito. Se por coletividade se entende, apenas, o conjunto dos grandes países industriais, é certo que o fruto do progresso técnico se distribui, gradualmente, entre todos os grupos e classes sociais. Mas, se o conceito de coletividade também se estende à periferia da economia mundial, essa generalização encobre um grave erro.** As grandes vantagens do desenvolvimento da produtividade não chegaram à periferia em medida comparável ao que lograram desfrutar as populações dos grandes países. Daí as diferenças tão acentuadas entre os níveis de vida das massas nestes e naquela, e as notórias discrepâncias entre suas respectivas forças de capitalização, uma vez que a margem de poupança depende, primordialmente, do aumento da produtividade. **Existe, portanto, manifesto desequilíbrio, e qualquer que seja sua explicação ou a maneira de justificá-lo, trata-se de um fato certo, que destrói a premissa básica do esquema da divisão internacional do trabalho** (PREBISCH, 1949b, p. 47- 48, grifos nossos).

Como a lógica da divisão internacional do trabalho (centro-industrializado/periferia-primária) não estava garantindo o desenvolvimento

produtivas, assimilar técnicas modernas”, sobretudo, diante do contexto após 1945 de poucas reservas cambiais, poupança e investimentos externos. Apesar disso, advertia Furtado (1985, p.62): “Não se tratava de crescer à custa do comércio exterior e sim de saber aproveitá-lo” de modo a canalizar recursos para a importação de bens de capital. Esse argumento foi sustentado por Braga (2008, p.76) em um artigo, onde ele conclui “que Prebisch jamais se opôs ao livre comércio. Pelo contrário, desejava uma maior participação da América Latina no comércio internacional, não apenas de bens primários, mas também de manufaturas. Prebisch também reconhecia as limitações do processo de substituição de importações, e considerava a integração econômica regional como uma forma de superar tais limitações”.

periférico devido à tendência conjuntural de baixo coeficiente de importação norte-americano - associada ao fenômeno estrutural de Deterioração dos Termos de Troca -, o Manifesto Latino-americano já apresentava traços prescritivos ao defender a industrialização endógena - *hacia adentro* - afiançada em uma política anticíclica, em médio a longo prazo, para as periferias³⁸. “Para escapar aos constrangimentos da ordem internacional existente, os países periféricos tinham que adotar a via da industrialização, caminho real de acesso aos frutos do progresso técnico” (FURTADO, 1985, p. 62).

No entanto, ao defender a industrialização *hacia adentro*, Prebisch não assumiu uma postura dogmática e excludente, isto é, de idolatria à industrialização - como um fim em si mesma - e de eliminação dos demais setores que compunham a estrutura socioeconômica latino-americana (tal como pregam as interpretações errôneas que o associam ao protecionismo, à autarquia e ao regionalismo fechado).

Quanto à contradição industrialização V.S. autarquia, Prebisch (1949b, p. 52, grifo nosso) ressaltou:

A este respeito é necessário definir, com precisão, o objetivo que se persegue mediante a industrialização. Se se tem em vista um ideal de **autarquia**, no qual as considerações econômicas passam para o segundo plano, seria admissível qualquer indústria que eliminasse importações. Mas se o propósito é aumentar o que se chamou com justeza de bem-estar mensurável das massas, **convém ter presente os limites além dos quais uma industrialização maior poderia significar perda de produtividade.**

Prebisch (1949a, b) tinha consciência dos limites da industrialização e, por saber disso, concebia os demais setores como aportes a ela³⁹. Sistematizando trechos do argumento do argentino, Dosman (2011, p. 285, grifo nosso) sintetizou:

O texto [...] não era anticomércio: “Quanto mais ativo for o comércio exterior da América Latina, maiores as possibilidades de aumentar a produtividade mediante a formação intensiva de capital.” **Não era antiagricultura:** “A industrialização da América Latina não é incompatível com o desenvolvimento eficiente da produção primária.” **Tampouco era cegamente favorável à industrialização.** O capítulo 6 chamava-se “Os

³⁸ Os quais, já adiantando, serão intensificados em 1951, com a consolidação da Comissão enquanto instituição *policy-oriented* dos *policy-makers* latino-americanos.

³⁹ Furtado chamou essa concepção (de industrialização limitada e não excludente) de concessões. Ao refletir sobre essa passagem no manifesto, disse: “A partir desse ponto, Prebisch começava a fazer concessões, voltando a falar de “limites da industrialização”. Esta, dizia, não é “incompatível com o desenvolvimento eficaz da produção primária”. Não se tratava de crescer à custa do comércio exterior, e sim de saber aproveitá-lo. Não se deveria perder de vista que os bens de capital tinham que ser importados” (FURTADO, 1985, p.62). Essa parte é um ponto de inflexão que, sobretudo quando a industrialização endógena começou a entrar em crise entre o final da década de 1950 e 1970, tornou-se uma imensa controvérsia (tendo o debate sido encabeçado pelas perspectivas teóricas da Dependência). Abrimos esse parêntese, contudo, não vamos aprofundá-lo porque ele não faz parte do escopo e do recorte temporal deste trabalho.

limites da industrialização”: “**A industrialização não é um fim em si mesma**, mas é o único meio para obter uma parcela dos benefícios do progresso técnico e de aumentar progressivamente o padrão de vida das massas”.

Tratava-se, portanto, de um marco histórico holístico e incitativo. A respeito desse último ponto, destacou Dosman (2011, p. 282, grifos nossos):

A atratividade do Manifesto residia em uma dupla força: oferecia um diagnóstico poderoso [o da Deterioração dos Termos de Troca somada ao baixo coeficiente de importação norte-americano] e prometia uma saída [conciliatória] para o dilema dos países agrícolas [a industrialização]. [...] **Tratava-se de uma receita de mudança não revolucionária e não comunista** [funcional ao contexto de rivalidade E x O e tolerável no âmbito institucional da ONU] que os governos da região podiam aplaudir independente da orientação ideológica de cada um.

No entanto, apesar de sistematizar a maioria dos temas da ordem do dia, o Manifesto não fazia referência, direta, ao Regionalismo Latino-americano, tampouco, às nuances de integração e cooperação econômica e política. Um dos poucos indícios do debate tangencial ao Regionalismo Latino-Americano, em especial nas nuances da integração e cooperação econômica, pode ser visto no “Comitê II: Comércio exterior e pagamentos internacionais” o qual foi conduzido, conforme registrou NU. CEPAL (1949b), pelo informe do Secretário Executivo sobre as “*Perspectivas de incremento del comercio*” (E/CN.12/85).

O informe de Martinez Cabañas consistiu “em um [...] resumo analítico dos pontos mais importantes do capítulo sétimo [sobre Comércio Exterior, do Estudo Econômico de 1948]” (NU. CEPAL, 1949f, p. 3). Estruturalmente, ele se dividiu em três partes principais: a primeira descreveu a situação atual do comércio; a segunda projetou as possibilidades de incremento comercial entre os países latino-americanos, os Estados Unidos e a Europa; e a terceira e última seção dedicou-se a analisar o comércio na América Latina e seus mecanismos de compensação (NU. CEPAL, 1949e).

Nessa última parte, em específico, após uma leitura pragmática das relações comerciais com a Europa e os EUA no contexto pós-guerra, Cabañas defendeu o aumento da cooperação e integração econômica, via especialização produtiva e diversificação econômica regional, como forma de ampliação de mercados e, conseqüentemente, redução de custos, aumento da eficiência e competitividade das empresas que empregam grandes volumes de capital por trabalhador (como é o caso da indústria de produção de bens de capital) (NU. CEPAL, 1949f).

Ao advogar pelo fortalecimento das relações inter-regionais, Cabañas, tal

como Prebisch, não assumiu uma postura excludente e isolacionista (de regionalismo fechado). No Informe, inclusive, o Secretário Executivo propôs a criação de uma comissão permanente de comércio que, conforme ele esclareceu em NU. CEPAL (1949g), atuaria em quatro frentes regionais: (1) América Latina - Europa; (2) América Latina - EUA e Canadá; (3) América Latina - Ásia e África; (4) e América Latina - América Latina.

Quanto a essa última frente, implicitamente, o Secretário Executivo reproduzia, em *“Perspectivas de incremento del comercio”*, parte do argumento econômico da Cepal para a defesa do regionalismo na década de 1950 (conforme iremos adentrar posteriormente). Por isso, ainda que embrionário, tal Informe deve ser considerado como um marco do Regionalismo Latino-Americano, na sua nuance da integração e cooperação econômica.

No âmbito da cooperação econômica, em especial, esse Informe, em conjunto com o Estudo de 1948, endossou o projeto uruguaio de criação de uma Organização Internacional Americana de Cooperação Econômica (E/CN.12/95) (URUGUAY, 1949), cuja essência consistia “na livre conversibilidade das moedas dos países participantes e na compensação de seus pagamentos internacionais” como forma de incentivo ao comércio, sobretudo, intrarregional (NU. CEPAL, 1949i, p. 2).

No entanto, essa temática foi sutilmente rechaçada pelo FMI, no informe *“Compensacion Multilateral de Pagos Internacionales en América Latina”* (E/ CN. 12/ 87), encomendado via resolução 15 de 1948. No documento, o Fundo argumentava que “seria um erro crer que as dificuldades nos pagamentos são o obstáculo mais importante no caminho da expansão do intercâmbio comercial” (NU. CEPAL, 1949j, p. 3). Sobretudo porque “as relações comerciais mútuas entre os países da América Latina constituem uma pequena porção de 10%, em média, de seu comércio em geral” (NU. CEPAL, 1949j, p. 61). “Um sistema [...] de compensação multilateral [...] seria, indubitavelmente, um complicado experimento, que significaria muito trabalho e muita organização” (NU. CEPAL, 1949 j, p. 62). Durante o seu estabelecimento “surgiriam, em várias direções, muitos resultados difíceis de prever, alguns dos quais poderiam não ser benéficos” (NU. CEPAL, 1949 j, p. 62).

Diante disso, ao passo que colocava em segundo plano a compensação multilateral de pagamentos intraregional, o informe defendia que “as relações

comerciais com a Europa constituem umas das partes mais importantes no panorama geral da América Latina” (NU. CEPAL, 1949j, p. 63). E que era “desejável um aumento nas importações da Europa já que, ao final do Programa de Reconstrução, possa ser que a Europa se veja impossibilitada de pagar, em moeda conversível, grandes excedentes de importações da América Latina ou de salda-las com ingressos por serviços” (NU. CEPAL, 1949 j, p. 61).

Nesta batalha de ideias, prevaleceu a opinião do FMI, conforme registrado na Ata da Quarta Sessão do Comitê 2 (E/ CN. 12/ AC. 2/ SR.4) (NU. CEPAL, 1949 g), e concretizado via Resolução 25 (E/ CN. 12/ 128) (NU. CEPAL, 1949 i). O projeto uruguaio foi rechaçado, a proposta do Secretário foi arquivada, e as resoluções 10 e 11 de 1948 não passaram de meras incursões ao Regionalismo Latino-Americano.

Fazendo um balanço anacrônico desse período, fica claro que o regionalismo, nas suas variadas manifestações, era uma pauta embrionária e secundária. Existiam propostas isoladas (tais como: o projeto equatoriano e o projeto panamenho de integração regional; o projeto peruano e o projeto uruguaio de cooperação econômica), mas elas careciam de respaldo, generalizado, por parte dos países latino-americanos e, em alguns casos, eram desacreditadas por organismos internacionais como, por exemplo, o FMI.

Analisando as resoluções aprovadas nesses dois períodos de sessões, é clarividente que a pauta primária era constituída por dois eixos consolidados da política externa latino-americana: (1) agricultura e (2) capital externo. Das quarenta e quatro resoluções aprovadas de 1948 a 1949, 12 tangenciavam ora o primeiro ponto ora o segundo. Noutras palavras, o somatório das resoluções sobre a agricultura e o capital externo representava aproximadamente 27%, mais de $\frac{1}{4}$, de todas as deliberações da Comissão, enquanto que o somatório de todas as resoluções tangenciais ao Regionalismo Latino-Americano era, aproximadamente, 6%.

No contexto pós-guerra (pós-transição hegemônica, em um cenário de acentuação da Deterioração dos Termos de Troca e de baixo coeficiente de importação norte-americano), os países latino-americanos recorriam às velhas fórmulas do pré-guerra (insistindo na recuperação dos fluxos comerciais de exportação de matérias primas e na barganha por capital externo) por ainda não

enxergarem a conjuntura pós 1945.

No “nevoeiro pós-guerra”, Prebisch enxergou essa disjuntura, o que lhe permitiu defender o desenvolvimento via industrialização *hacia adentro* e fazer algumas ressalvas quanto à agricultura e ao capital externo.

Sobre esse último ponto, em específico, ressaltou Furtado (1985, p. 62, grifos nossos):

[No Manifesto] não via no apelo ao capital estrangeiro a fórmula natural para solucionar o problema, como era recorrente na época entre os economistas de mais prestígio na América Latina. Os investimentos financiados do exterior criariam uma contrapartida de serviços a pagar em divisas que concorriam com as importações. Ora, a intensificação do crescimento já em si criava pressão no balanço de pagamentos, dada a necessidade de importar equipamentos e a grande elasticidade da demanda de bens de consumo manufaturados, particularmente dos mais sofisticados, que eram importados. Em contrapartida a demanda dos produtos primários que exportava a América Latina era reconhecidamente inelástica, que explicava a permanente ameaça do estrangulamento externo. Portanto, **havia que ter cautela na absorção de capitais forâneos.**

O peso da busca pelo capital externo interferia até na incredulidade dada à Cepal em detrimento da credibilidade do Conselho Interamericano Econômico e Social (FURTADO, 1985; GONÇALVES, 2011, DOSMAN, 2011). Tanto em seu primeiro quanto no segundo período de sessões, grande parte dos países latino-americanos enviou os delegados de baixo escalão, pois “apesar desse incentivo transitório [de 1947], a percepção generalizada da época parecia ser a de que a nova Organização estaria fadada a tornar-se mais uma entre as inúmeras agências internacionais inexpressivas e burocratizadas já existentes” (BIELSCHOWSKY, 2000, p.26).

Em contrapartida, a diplomacia latino-americana centrava seus esforços no Conselho que, “exatamente por estar sob maior controle dos Estados Unidos, era visto como foro de debates mais favorável àqueles que almejassem obter vantagens ou concessões de ordem econômica por parte dos norte-americanos” via retórica pan-americana (GONÇALVES, 2011, p. 38)⁴⁰.

⁴⁰ Sob a luz da contemporaneidade, para Dosman (2011), essa concepção latino-americana - de centrar esforços no Conselho Interamericano Econômico e Social para barganhar ajuda norte-americana - era errada. Em síntese, as diretrizes básicas que os Estados Unidos buscavam seguir em qualquer negociação econômica conjunta com o hemisfério eram: “(a) **os empréstimos de governo a governo por parte dos Estados Unidos deviam ser abandonados como meio de prover capital de desenvolvimento** aos países da América Latina; (b) **as solicitações de empréstimos a governos estrangeiros ou suas agendas deviam ser encaminhadas a fontes de capital privado ou ao Banco Mundial**, dependendo este último, principalmente, do mercado de capital privado; e (c) **negociações** tendo em vista criar clima favorável para o investimento privado **deviam ser**

Os norte-americanos aproveitaram-se dessa conjuntura para minar a Cepal por meio da eloquência Pan-Americanista. Tal como destacou Dosman (2011, p. 295, grifo nosso):

Assim como quase todos os presidentes americanos, Truman [após reeleito] inaugurou o novo governo prometendo revitalizar as relações com a América Latina. Desde o início de 1949, Acheson, secretário de Estado, proclamou a prioridade das relações interamericanas, insistindo em que a negligência dos Estados Unidos desde 1945 e no início da Guerra Fria seria revertida. Em um discurso à Sociedade Pan-Americana em 19 de setembro de 1949, anunciou um pacote de novas iniciativas que foram muito louvadas nas capitais latino-americanas. **O Escritório de Assuntos Interamericanos dos Estados Unidos foi reorganizado e fortalecido em torno de uma missão que pretendia promover segurança, democracia e desenvolvimento econômico, e um embaixador em um regime de tempo integral foi designado para o Conselho Econômico e Social da OEA para estimular o multilateralismo regional.** O presidente Truman reafirmou a mensagem de Acheson em uma recepção em 12 de outubro. Miller, secretário de Estado adjunto, fez discursos tão floreados, invocando a solidariedade dos tempos da guerra, que seus embaixadores temeram um alarde exagerado sobre as novas resoluções de Washington.

Entretanto, essas narrativas infladas sobre a relevância da América Latina na Política Externa Norte-Americana não passavam de retóricas. A potência hegemônica estava destinada ao combate do comunismo e à reconstrução da Europa. A América Latina, área de controle direto norte-americano, não tinha nenhuma ameaça concreta de revolução comunista, logo, não era de interesse imediato do “Tio Sam” fomentar um desenvolvimento a partir de massivos investimentos externos⁴¹ e construir uma vitrine capitalista de modo a contrapor à realidade socialista.

Na verdade, para Dosman (2011, p. 295): “Truman ainda estava estudando a política dos Estados Unidos em relação às Américas” e, dentro do seu governo, a política hemisférica era um ponto de infundáveis controvérsias.

Tais controvérsias, ausências de consenso e conflitos eram refletidos inclusive na esfera dos discursos, conforme ficou claro na seguinte passagem de Dosman (2011, p. 295-296):

Atlanticistas como George Kennan [diplomata, cientista político e historiador central da Guerra Fria] subestimavam a importância de um planejamento regional para a América Latina, argumentando que Washington deveria escolher uns poucos aliados significativos como o Brasil e o México em vez de promover uma ficção geopolítica chamada de

realizadas separadamente com cada país latino-americano” (GONÇALVES, 2011, p. 40, grifos nossos).

⁴¹ Essa situação muda no contexto da Revolução cubana de 1959, onde os EUA se deparam com a ameaça comunista na sua área de influência direta, “no seu quintal”.

“hemisfério Ocidental”. Nelson Rockefeller [político norte-americano de um dos clãs mais ricos do mundo], por sua vez, enfatizava a necessidade de um engajamento econômico de longo prazo na América Latina. John C. Dreier [diplomata norte-americano, embaixador da OEA] argumentava que era um erro dar aos latino-americanos a impressão de que eles tinham o direito de ser consultados antes de os Estados Unidos darem passos importantes no mundo. Louis B. Haller Jr. defendia a solidariedade, favorecendo a consulta, como os ingleses tinham feito na *Commonwealth*, reconhecendo que certas queixas latino-americanas contra os Estados Unidos eram justificadas, mas lamentando a persistência de “velhos conceitos”, como o de que “os Estados Unidos exercem liderança no mundo em nome da comunidade de Estados americanos”. Miller advertia contra “uma tendência excessiva a colocar camisas de força”. Acheson [secretário de Estado durante o governo Truman] tendia para o floreio. Em uma reunião de líderes latino-americanos, insistiu: “Somos parte da associação do mundo livre” e não “uma aliança como as que a Europa impingiu no último século”, não “um ordenamento de esferas de influências ou um sistema de satélites”, mas “uma confederação espiritual de povos e de nações ligadas pela preocupação com a liberdade”.

Os grandes consensos da Política Externa Norte-Americana para a América Latina eram quanto à importância da Organização dos Estados Americanos - enquanto mecanismo norte-americano de controle hemisférico no contexto da Guerra Fria - e quanto à necessidade de dar-se um fim à Cepal, seja anexando-a ou aniquilando-a.

A OEA representa o “sistema de segurança reserva” dos Estados Unidos. Halle confidenciou que “as vinte outras repúblicas são, em grande medida por força das circunstâncias, nossos clientes; essa é a base da nossa liderança”. A OEA era a única ligação dos Estados Unidos com a América Latina, **um investimento que valia a pena**. Os Estados Unidos pagavam a maior parte do orçamento, mantendo controle sobre as nomeações e os programas. A sede era em Washington. Além disso, Amos E. Taylor, secretário executivo do Conselho Econômico e Social da entidade, era americano. **A OEA deveria permanecer como um fórum inquestionável para as relações entre os Estados Unidos e a América Latina. Era preciso evitar que a Cepal, fundada pela ONU, dividisse essa esfera interamericana e duplicasse responsabilidades. [...] A pequena Cepal era um tiro no escuro e um fator de irritação nas relações, não pelo o que efetivamente era em 1948-1949, mas pelo que poderia se tornar no futuro.** Pelo menos implicitamente, desafiava o sistema interamericano representado pela OEA e o Tratado de Assistência Recíproca do Rio de 1947, situando-se fora da conformidade ideológica do anticomunismo que prevalecia na Guerra Fria. Diferentemente da OEA, a Cepal não era previsível ou totalmente controlável. Não seria possível evitar o surgimento de visões radicais sobre mercados e o Estado ou prioridades diferentes das de Washington em relação à ameaça comunista, a segurança e desenvolvimento. Os latino-americanos apoiavam o desenvolvimento econômico, com a Guerra Fria sendo uma preocupação secundária. Em Washington, era justamente o contrário. Nessa equação, a Cepal estava claramente identificada com o desenvolvimento, e sua sobrevivência tinha implicações simbólicas para as relações interamericanas (DOSMAN, 2011, p. 296- 297, grifos nossos).

Em abril de 1950, três meses antes do terceiro Período de Sessões da Cepal, o governo Truman já estava confiante que o Conselho Interamericano Econômico e

Social prevaleceria sobre essa Comissão. Nas duas reuniões interamericanas da OEA, o seu fim foi explicitamente advogado pelo México, Argentina, Colômbia, El Salvador, Panamá e, claro, pelos Estados Unidos. A Venezuela e o Equador eram os únicos que não tinham opinião formada, contra ou a favor. Porém, tal como relatou Furtado (1985), isso poderia ser facilmente mudado até junho (mês do próximo Período de Sessões). Apenas o Chile, o Brasil, o Uruguai, a Guatemala e Cuba continuaram a apoiá-la. E o Peru somente fez objeções quanto à presença de governos europeus na Comissão.

Diante desse quadro relativamente favorável, a OEA entregou uma nota formal à Trygve Lie (o secretário-geral das Nações Unidas), anunciando a criação de um programa de cooperação técnica em concorrência direta ao da ONU. Após essa estratégia de desmobilização ativa, os Estados Unidos passariam a minar a credibilidade da Cepal por meio de uma diplomacia mais discreta, deixando que Argentina e Colômbia tomassem a frente na defesa da fusão Cepal-OEA (DOSMAN, 2011).

Conforme adentraremos adiante, no terceiro Período de Sessões, “a delegação [norte-]americana desempenharia um papel passivo, na esperança de que a desordem gerencial da Cepal na preparação da reunião de Montevideu falasse por si” (DOSMAN, 2011, p.298). Ela também sabia que nos bastidores da ONU havia um crescente *schadenfreude*, isto é, alegria pelo fracasso alheio. “Os mais céticos em Nova York [...] duvidavam que economistas latino-americanos conseguissem fazer um bom trabalho sem a supervisão de [norte-]americanos e europeus” (DOSMAN, 2011, p. 276).

Ainda dentro dessa postura passiva e discreta, os Estados Unidos buscariam impedir qualquer resolução que garantisse a continuação da Cepal depois de 1951 (período experimental), bem como promoveriam jantares para cada delegação latino-americana em sua embaixada com o fito de convencê-las de que a Comissão deveria ser fundida à Organização dos Estados Americanos, enterrando, prematuramente, o debate desenvolvimentista e regionalista latino-americano (DOSMAN, 2011).

3.3 TERCEIRO PERÍODO DE SESSÕES

Diante do cenário de crescente oposição norte-americana, aconteceu em Montevideu (Uruguai), do dia 5 a 21 de junho de 1950 - o Terceiro Período de

Sessões da Cepal. Os temas da ordem do dia, conforme NU. CEPAL (1978), versaram sobre:

1. A situação econômica e problemas fundamentais do desenvolvimento econômico da América Latina;
2. Tendências do comércio internacional e da política comercial nos países latino-americanos;
3. Condições que influenciam os investimentos estrangeiros na região, sua situação jurídica e econômica;
4. Situação e perspectivas do crédito agrícola na América Central;
5. Situação e perspectivas da imigração em alguns países da região.

A tomada de decisão, emergida dessas tratativas, resultou na aprovação de dezesseis resoluções⁴² relacionadas a temários já consolidados nos períodos de sessões anteriores, a citar: desenvolvimento econômico, capital externo⁴³, comércio⁴⁴, agricultura, imigração e transporte (NU. CEPAL, 1950a, b, c).

Os principais fatos e debates destacados giraram em torno do: (1) “*Estudio Económico de América Latina 1949*” (E/CN.12/163); (1.1) do seu corolário, o “*Decálogo de Montevideo*”; (2) assim como, no âmbito do Regionalismo Latino-Americano, do Informe da Secretaria “*Tendencias del comercio internacional y de la política comercial en los países de la América Latina* (E/CN.12/165⁴⁵)” (NU.

⁴² (45) Desenvolvimento econômico e política anticíclica; (46) Assistência técnica; (47) Distribuição, mercados e preços de produtos agrícolas; (48) Imigração; (49) Assistência técnica e reunião de especialistas em crédito agrícola; (50) Estudos relacionados ao crédito agrícola; (51) Mercado interno de capitais; (52) Investimentos estrangeiros; (53) Financiamento do desenvolvimento econômico; (54) Comércio com a Europa; (55) Comércio intraregional; (56) Transporte marítimo; (57) Coordenação com o Conselho Econômico e Social Interamericano e outros organismos internacionais; (58) Cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; (59) Programa de trabalho e ordem de prioridade; (60) Data e local da reunião do Quarto Período de Sessões (NU. CEPAL, 1978).

⁴³ No quesito capital externo, consideraram-se as condições que influem sobre os investimentos externos na América Latina por meio dos documentos: (1) “*Situación jurídica e económica de las inversiones extranjeras en países seleccionados de la América Latina*” (E/CN. 12/166); (2) “*Movimientos internacionales de capital durante el intervalo entre ambas guerras, 1949*” (1949. II. 0. 2); (3) “*Métodos de financiar el desarrollo económico en países infra-desarrollados*” (E/1614/Rev1). Esse terceiro documento, por sua vez, possui duas peculiaridades: em primeiro lugar, o uso da terminologia “*infra-desarrollados*”, em segundo, a retificação do título para “*Estudio de la política sobre inversiones de capital privado extranjero*”, feita por meio da correção E/CN.12/163/Rev.1/Corr.1 (NU. CEPAL, 1950a, d).

⁴⁴ No Estudo Econômico de 1949, esse ponto foi considerado no capítulo: “*Función del comercio en el desarrollo económico*”. Além disso, ele constou no informe da Secretaria sobre “*Tendencias y política del comercio en América Latina*” (E/CN.12/165), bem como na nota do Secretário Executivo sobre “*Estudios acerca del comercio y reuniones de expertos comerciales*” (E/CN. 12/168) (CEPAL, 1950a).

⁴⁵ Há uma discrepância no título deste documento. No temário provisório (NU. CEPAL, 1950a), bem como temário provisório comentado (NU. CEPAL, 1950b), ele foi intitulado de “*Tendencias y política*

CEPAL, 1950e)⁴⁶.

Conforme justificado por NU. CEPAL (1950c, p. 103):

Muitas das matérias discutidas e a maioria das resoluções aprovadas no segundo período de sessões da Comissão (E/1330/Rev.I), celebrado em Havana, se relacionavam de uma ou outra forma com o problema do desenvolvimento econômico da América Latina. [...] Por essa razão e por carecer-se, ainda, de um estudo analítico das tendências e dos processos de desenvolvimento da América Latina, se decidiu levar a cabo o estudo econômico de 1949 sobre essa ideia central.

Nesse sentido, o Estudo se inseriu como um marco teórico do desenvolvimentismo na medida em que buscou construir uma análise das problemáticas gerais do desenvolvimento econômico e uma interpretação teórica desse processo no contexto especificamente regional, de modo a subsidiar as discussões travadas nos quatro comitês criados na ocasião⁴⁷ (NU. CEPAL, 1950b,c).

Estruturalmente, ele se dividiu em três partes: (1) “*Crecimiento, desequilibrio y disparidades: interpretación del proceso de desarrollo económico*” - cujo mérito consistiu em considerar os problemas gerais do desenvolvimento econômico

del comercio en América Latina”. No entanto, no Informe, o mesmo foi chamado de “*Tendencias del comercio internacional y de la política comercial en los países de la América Latina*” possuindo a mesma codificação: E/CN.12/165. Neste trabalho consideramos o título do Informe da Secretaria conforme NU. CEPAL (1950e).

⁴⁶ Porém, previamente à proeminência desses marcos, outra coisa que chamou bastante a atenção foi a desorganização antes e durante o evento. “Conforme a reunião de Montevidéu se aproximava ficou evidente que a Cepal tinha se atrasado e não seria capaz de divulgar a ‘Investigación’ e outros documentos importantes antes da reunião” (DOSMAN, 2011, p. 294-295). Inclusive, o Temário Provisório Comentado anunciou que a primeira parte do Estudo Econômico “não se distribuirá até a sessão inaugural do Terceiro Período, a fim de poder oferecer a informação disponível em última data” (NU. CEPAL, 1950b, p. 2). “A sede das Nações Unidas estava insatisfeita, assim como os governos” - para a alegria tanto da oposição norte-americana quanto dos “*schadenfreude(s)*” da ONU (DOSMAN, 2011, p. 294-295). Em decorrência desse atraso prévio, todo o terceiro Período de Sessões foi prejudicado: “Como os documentos não haviam sido divulgados para as capitais antes das reuniões, os governos não deram instruções às delegações. **A organização foi um desastre.** Alguns materiais foram divulgados depois do início do evento. A comissão sobre o desenvolvimento econômico só pôde começar a trabalhar depois de dez dias, provocando confusão nas agendas que dependiam dela. Houve outros problemas: os presidentes não definiram procedimentos-padrão, de forma que novas propostas surgiram de repente sem aviso e nunca ficava claro se os delegados estavam falando em seu nome próprio ou como representantes de governos” (DOSMAN, 2011, p. 298-299, grifo nosso). Após esse fiasco, em termos organizacionais, da Conferência de Montevidéu e o histórico de sucessos de Prebisch, o Argentino foi nomeado Secretário Executivo da Comissão em 1950 (FURTADO, 1985). Refletindo sobre esse episódio vinte e cinco anos depois, Furtado (1985, p. 84) lembrou: “A conferência de Montevidéu foi marcada pela consolidação do prestígio de Prebisch.” Conforme completou Dosman (2011, p. 300): “Sua apresentação da ‘*Investigación económica*’ dominou a reunião inteira: ele exibiu a mesma personalidade e o carisma que mostrava em Havana, a mesma liderança e a mesma habilidade para se comunicar”.

⁴⁷ A citar: Comitê I: Desenvolvimento econômico, assistência técnica, imigração; Comitê II: Investimentos estrangeiros e crédito agrícola; Comitê III: Comércio internacional. Comitê IV: Coordenação com o Conselho Interamericano Econômico e Social e com os organismos especializados, propostas da UNESCO e de outras fontes (NU. CEPAL, 1950c).

regional; (2) “*Desarrollo económico de algunos países de América Latina*” - onde realizou-se uma série de estudos aplicados ao entendimento das tendências de longo prazo da agricultura, indústria e comércio na Argentina, no Brasil, no Chile, em Cuba, no México e no Uruguai; (3) “*Cambios recientes en la situación económica de la América Latina*”, no qual construiu-se um panorama da situação econômica pós 1945, com enfoque na situação comercial/balança de pagamento dos países latino-americanos e na sua reverberação sobre o movimento dos preços (NU. CEPAL, 1949⁴⁸; 1950b).

A primeira parte do Estudo, em específico, constituiu “seguramente a mais importante tentativa feita por Prebisch, em sua longa vida criativa, para apresentar suas teses fundamentais” (sobretudo do ponto de vista acadêmico)⁴⁹ (FURTADO, 1985, p. 76). Aparentemente, o argentino criticava a teoria corrente dos desequilíbrios nos balanços de pagamentos e da moeda, “denunciava [...] o caráter estático dessa teoria, ‘que se limita a observar que toda perturbação supunha o trânsito de uma situação de equilíbrio a outra’” (FURTADO, 1985, p.76).

No entanto, o cerne da reflexão era mais profundo. Foi nesse texto em que o argentino (PREBISCH, 1950, NU. CEPAL, 1949l):

1. Clareou a sua interpretação da dinâmica da economia internacional, isto é, a concepção Centro-Periferia⁵⁰;

⁴⁸ Nota de pesquisa: há algumas inconsistências quanto às informações técnicas disponibilizadas no repositório da Cepal, bem como sobre a disposição das seções do Estudo. Na plataforma, a data de publicação consta 1949. No entanto, isso é pouco provável, pois o documento foi apresentado no Período de Sessões de 1950. Além disso, até a data de 29 de setembro de 2019, não encontramos o documento original e constatamos que a ordem das seções presentes em E/CN.12/164/REV.1 difere da informada nas fontes primárias: E/CN.12/163/ADD.1 - E/CN.12/163/ADD.1/CORR.1 e E/1717 - E/1762 - E/CN.12/190. Por questões metodológicas, referenciamos conforme as informações técnicas disponíveis do repositório da cepal (isto é: com o ano de 1949), assim como seguimos a ordem das seções apresentadas em: E/CN.12/164/REV.1;

⁴⁹ Quanto a esse último ponto, relacionado ao timbre e linguagem da nova investigação, ressaltou Furtado (1985, p. 76, grifo nosso): “Já não existe o tom polêmico, de autêntico manifesto, que caracterizava o ensaio do ano anterior. O grito de alerta havia sido executado no vasto continente. A linguagem agora era serena, como convém a um texto que também pretendia captar as atenções do mundo acadêmico. Dessa ambiguidade resultaria que seu poder de convencimento seria menor: a uns (a grande maioria) parecera demasiado abstrato, a outros (os mais influentes nos círculos especializados) se afiguraria impreciso ou concebido num quadro conceitual que não estava suficientemente explicitado. Daí que **o debate subsequente no âmbito universitário haja, com frequência, assumido a forma de diálogo de surdos**”. Essa incompreensão inicial, possivelmente, fortaleceu as associações de Prebisch ao protecionismo e, em corolário e *a posteriori*, ao regionalismo fechado.

⁵⁰ É importante reiterar (já que poucos atualmente fazem esta distinção) que existe uma diferença entre a visão Centro-Periferia de Prebisch e o estruturalismo de meados do século XX. De acordo com Pérez Caldentey, Sunkel e Torres (2012, p.6), esta primeira perspectiva “se trata de um método que caracteriza estruturas socioeconômicas internas e as inter-relacionam de maneira sinérgica para explicar o progresso em um polo da economia mundial e o atraso ou estancamento em outro

2. Analisou, de modo sincrônico, a transição do centro hegemônico da Grã-Bretanha para os EUA após a Segunda Guerra Mundial;
3. Detalhou os condicionantes estruturais e conjunturais imperantes na América Latina com o advento dessa nova Ordem;
4. Sugeriu, a partir dessa análise de cenário, a industrialização como atenuante dos estrangulamentos externos.

Para Prebisch, as economias centrais eram aquelas “desenvolvidas” que criavam e exportavam tecnologias. Em contrapartida, as periféricas eram as “subdesenvolvidas⁵¹” no qual o seu desenvolvimento era condicionado/dependente da absorção dessas tecnologias por meio do intercâmbio externo, via troca de produtos primários por manufaturados (FURTADO, 1985).

Estruturalmente, as periferias seriam marcadas: (a) pelo predomínio do setor primário sobre o industrial; (b) pela concentração de renda e pouca diferenciação do sistema produtivo; e, sobretudo, (c) pela supremacia do mercado externo sobre o interno - tal como refinaram, posteriormente, Tavares (2000) e Cardoso; Faletto (1985).

Na concepção de Prebisch (1951 *apud* Dosman, 2011, p. 316): “A marcha forçada dos primeiros países na Revolução Industrial criou um firmamento econômico como um sol composto pelas economias mais desenvolvidas no centro, em torno do qual os países periféricos giram em órbitas desorganizadas”.

Diante dessa órbita, a propagação do progresso técnico dar-se-ia a partir das economias centrais para as periféricas - as quais, por sua vez, gravitavam em torno de um centro principal que ditava e condicionava toda a ordem internacional.

polo”. Ela é “essencialmente sincrônica: assinalava uma descontinuidade estrutural no sistema capitalista geradora de dinâmicas distintas nos segmentos central e periférico. [Prebisch] Quando comparava o comportamento do sistema na época em que o centro principal era a Grã-Bretanha com o da época em que esse centro passou a ser os Estados Unidos, ele se limitava a fazer a interface dos dois cortes sincrônicos [sem se importar, em primeira instância, com a análise em perspectiva histórica]” (FURTADO, 1985, p. 67). Este foi o método que a Cepal adotou nas suas primeiras contribuições, inclusive, neste terceiro Período de Sessões. A partir da incorporação de aportes historicistas de outros pensadores, sobretudo de Furtado e Aníbal Pinto, este enfoque sincrônico foi se tornando diacrônico. “Desta fusão entre o conceito centro-periferia e a análise histórica surgiu o método histórico estrutural, que é a metodologia que a Cepal tem empregado recorrentemente ao longo de sua trajetória de produção intelectual. Segundo Bielschowsky (2010 *apud* PÉREZ CALDENTEY, SUNKEL, TORRES, 2012, p.6), se trata de um método “dedicado ao exame das especificidades produtivas, sociais, institucionais e de inserção internacional dos países da América Latina e o Caribe, em seu caráter de ‘periféricos’, examinadas em contraposição às características das economias ‘centrais’, e observadas a partir de uma perspectiva prioritária de sua transformação a médio e longo prazo”.

⁵¹ Essa terminologia não era utilizada por Prebisch, tampouco, pela maioria dos intelectuais da época.

Antes da Segunda Guerra esse centro fora a Grã-Bretanha, e o padrão de transferência do progresso técnico, via comércio externo, operava relativamente bem:

Dado o elevado grau de abertura da economia inglesa (seu coeficiente de importação se mantivera em torno de 30 por cento de 1870 a 1929), sua capacidade de resposta a qualquer estímulo externo era considerável. **As exportações desempenhavam na economia da Grã-Bretanha “uma função dinâmica semelhante à que desempenhavam as intervenções de capital”**. Se outros países industrializados ativavam suas economias e aumentavam suas importações oriundas da Grã-Bretanha, o efeito estimulante sobre esta se fazia sentir imediatamente, ampliando-se concomitantemente as importações inglesas. [Quanto mais os países importavam da Grã-Bretanha mais ela importava do resto do mundo] **Portanto, não podia haver tendência persistente à acumulação de reservas** [e desequilíbrios permanentes na balança de pagamentos]. **Distribuindo-se o ouro conforme as necessidades efetivas do comércio internacional**” (FURTADO, 1985, p.77, grifos nossos).

Logo, o pressuposto da teoria corrente do balanço de pagamentos e sua prolongação (a teoria quantitativa da moeda) tinham valia ao afirmar “que toda perturbação supunha o trânsito de uma situação de equilíbrio a outra” (FURTADO, 1985, p. 76). O desequilíbrio era uma situação temporária e isso, de certo modo, explicava a esperança das elites regionais quanto à recuperação e resiliência, mesmo diante da tendência à Deterioração dos Termos de Troca, do modelo primário-exportador na América Latina durante a hegemonia do centro britânico.

Contudo, com a transição para o centro hegemônico norte-americano, essa situação mudou adversamente e o padrão de transferência do progresso técnico, via comércio externo, também. Enquanto que o coeficiente de importação britânico era de 30% (de 1870 a 1929) o norte-americano registrava 3% (em 1949), “tão somente um décimo do da Grã-Bretanha” (FURTADO, 1985, p. 77)⁵².

Portanto, o que Prebisch antevia era que, se essa tendência persistisse, o desequilíbrio na balança de pagamentos não seria uma situação temporária. A escassez de moedas (ouro) e da propagação do progresso técnico tampouco. Eles tornar-se-iam perenes e apenas uma das aparências/sintomas de uma problemática que tinha como essência: (1) conjunturalmente: **o baixo coeficiente de importação do centro hegemônico**; e (2) estruturalmente: a **Deterioração dos Termos de**

⁵² Cabe aqui perguntar-nos se o padrão de relacionamento inaugurado com a hegemonia do centro chinês/asiático não seria semelhante ao da Grã-Bretanha (ao invés de ser como o dos EUA), isto é, se quanto mais importamos da China mais a ela importa dinamicamente do resto do mundo. Em caso positivo, a tendência de retorno do modelo de desenvolvimento primário-exportador seria explicável e, provavelmente, inevitável. Contudo, nesta nova Ordem, imperaria outros condicionantes para os quais seria necessário um estudo mais detalhado.

Troca (PREBISCH, 1950; FURTADO, 1985).

Em suma, a propagação do progresso técnico com o advento da era norte-americana não dar-se-ia nos mesmos termos que o da Grã-Bretanha, isto é, não seria induzida via o comércio externo. Em corolário, o modelo de desenvolvimento primário exportador tornar-se-ia insustentável - seja em curto, médio ou em longo prazo - fazendo imperativa a adoção de uma industrialização por substituição de importação conduzida pelo Estado.

Nesse aspecto, para a Cepal, a função estatal consistiria em definir os espaços dentro dos quais atuariam os empresários privados e, sobretudo, promover as mudanças estruturais requeridas para o desenvolvimento - pois, nas palavras de Furtado (1985, p.79):

Nas circunstâncias criadas pelo comportamento da economia internacional, na fase de predomínio do novo centro principal, a propagação do progresso técnico à periferia requeria ação deliberada, pois a dinâmica do sistema é insuficiente para impulsioná-la. [...] Mas, ainda que Prebisch afirme repetidas vezes que não é propósito do estudo sugerir receitas de política, mas cingir-se à análise da realidade latino-americana, a mensagem que emerge com força é de crítica ao *laissez-faire* em matéria de intercâmbio externo.

Apesar de não ser um manifesto, as conclusões prebischinianas na primeira seção do Estudo, bem como o Estudo de 1949 de modo geral, adentraram na região como um imperativo desenvolvimentista. Um indício disso pode ser visto no relato de Ravndal, representante da delegação norte-americana (principal opositora à Cepal), feito após a ocasião:

Em seu relatório confidencial da reunião de Montevidéu, explicou a Washington que o novo vocabulário de desenvolvimento de Prebisch espalhará-se na reunião como que por osmose, mudando de forma sutil e profunda a dinâmica do encontro. **“Foi interessante notar a maneira como muitos delegados latino-americanos, no final da sessão, tinham adotado os pensamentos e as expressões técnicas usadas por Prebisch em sua tese central sobre o desenvolvimento latino-americano”**. Sem dúvida, Prebisch foi o centro das atenções quando a segunda “Investigación económica” foi acolhida com entusiasmo, recebendo comentários favoráveis nos relatórios de todos os países da região. Inexistia um trabalho sobre a América Latina com essa qualidade e profundidade. O documento de 650 páginas e os estudos sobre os países eram um trabalho inovador. **Prebisch deu voz ao interesse pelo desenvolvimento econômico da região**, passando dias no palco respondendo a perguntas teóricas e práticas [...]. Se Havana deu visibilidade a Prebisch, Montevidéu acrescentou credibilidade. **“O trabalho de pesquisa produzido sob sua direção”,** relatou Ravndal, **“é bem-vindo e endossado por muitos que podem desconfiar das conclusões apresentadas por economistas em Washington”** (DOSMAN, 2011, p.300-301, grifos nossos).

Conforme afirmou Furtado (1985, p.85), ao trazer “implícita a mensagem de

que os governos deveriam assumir a orientação do processo de desenvolvimento”, o Estudo não só adentrou, por “osmose”, no léxico latino-americano como também inspirou o documento, adjetivado de Decálogo de Montevideu, apresentado pelos países da região no Comitê I: “Desenvolvimento econômico, assistência técnica, imigração” (NU. CEPAL, 1950f,g,h,i,j,l, m, n).

O manuscrito de nome bíblico para Dosman (2011), de fato, assemelhou-se aos Dez Mandamentos por seu caráter diretivo. Em essência, ele evocava a “Santíssima Trindade” - indústria, agricultura e capital externo - como intercessores do desenvolvimento regional (NU. CEPAL, 1950m,n).

O inciso II, em específico e respectivamente: (1) fazia referência aos principais gargalos e condicionantes estruturais do desenvolvimento latino-americano, diagnosticados nos Períodos de Sessões anteriores; (2) reiterava o papel do capital externo (enquanto suplemento a pouca poupança); (3) implicitamente defendia a relevância da planificação (ponto esse que será aprofundado nos próximos Período de Sessões); (4) e, sutilmente, trazia a tona o argumento liberal da especialização produtiva:

Levando em consideração que a meta fundamental do desenvolvimento econômico deve ser o crescimento da sua renda real e sua menor vulnerabilidade às flutuações e contingências externas, com o emprego completo e mais produtivo de seu potencial humano e de seus recursos naturais e a melhor utilização de suas poupanças que, sendo insuficientes para o desenvolvimento econômico, requerem investimentos estrangeiros para complementá-las,

Levando em consideração, ademais, que as necessidades emergentes do desenvolvimento são consideráveis e limitados são os meios para satisfazê-las,

Recomenda aos governos latino-americanos determinar as metas específicas do desenvolvimento econômico e estabelecer uma ordem de prelações para a sua realização, a fim de obter o aproveitamento harmônico dos recursos e evitar que certas atividades se desenvolvam em detrimentos de outras mais proveitosas para a economia de cada país (NU. CEPAL, 1950n, p.13).

Por sua vez, o inciso III: (1) enfatizava a tese keynesiana do pleno emprego e desenvolvimento; (2) assumia uma postura conciliatória em relação à indústria e à agricultura; (3) reconhecia explicitamente (porém com bastante condicionantes) a necessidade de proteção:

Levando em consideração que as exportações dos países latino-americanos são, em geral, insuficientes para assegurar o **emprego completo** e mais produtivo de sua população ativa, assim como de seu incremento e do excedente da dita população provocado pelo progresso técnico;

Chama a atenção dos Governos membros das Nações Unidas para a necessidade em que se encontram os países latino-americanos, de procurar tal emprego completo e mais produtivo mediante o desenvolvimento das indústrias em harmonia recíproca com o progresso técnico da agricultura e das demais atividades, com o fim de satisfazer as necessidades básicas da economia e da população de cada país, dando preferencialmente utilização a seus recursos naturais;

Recomenda aos governos latino-americanos que adotem as medidas adequadas para manter, estimular e desenvolver ditas atividades e reconhece que, a esta finalidade, poderia ser indispensável, em certos casos, fazer uso das medidas necessárias de proteção (NU. CEPAL, 1950n, p.13, grifo nosso).

Em complemento, o inciso IV apontava o regionalismo, na nuance da cooperação e integração econômica, como saída sustentável para o problema da limitação dos mercados internos nas economias regionais:

Levando em consideração que a limitação dos mercados internos é um dos obstáculos mais importantes no desenvolvimento da produção dos países latino-americanos;

Recomenda aos governos latino-americanos que, ao tomar as medidas referentes ao ponto III, tenham em conta as possibilidades de **expansão das demandas mediante o intercâmbio recíproco**, a fim de alcançar uma melhor integração de suas economias e um maior desenvolvimento de sua produtividade e renda real (NU. CEPAL, 1950n, p.13, grifo nosso).

Simbolicamente, estes dez mandamentos ao todo representavam uma carta de manifesto, planejamento e ação, elaborada pela América Latina, em um contexto de crescente insatisfação quanto a pouca ajuda externa advinda dos países desenvolvidos e de articulação dos subdesenvolvidos. O Decálogo foi o retrato dessa conjuntura e da lógica desenvolvimentista da época. Em comparação anacrônica, ele estaria para o desenvolvimentismo tal qual o receituário de Washington está para o neoliberalismo. Portanto, foi interpretado por Dosman (2011) e Gonçalves (2011) como sendo o marco histórico do Período de Sessões de 1950^{53, 54}.

⁵³ O embaixador Luís Machado (chefe da delegação cubana) declarou - a título de exemplo: "que o decálogo constituía 'o mais importante de todos [os documentos] até hoje elaborados para o desenvolvimento econômico das nações latino-americanas'" (GONÇALVES, 2011, p. 46). No entanto, como os dez pontos apresentados iam de encontro aos interesses dos Centros, eles sofreram fortes objeções, tanto por parte dos ianques quanto dos ingleses. A Delegação dos Estados Unidos se "absteve" (leia: se opôs formalmente), via Declaração E/CN.12/215 (NU. CEPAL, 1950o). Conforme relatou Dosman (2011, p. 301): "Surpreendida, a delegação [norte-]americana ameaçou bloquear o 'Decálogo'. Surgiu a possibilidade de um sério desencontro entre os Estados Unidos e a América Latina e até de fracasso da conferência". Em sintonia, os britânicos reiteraram a oposição estadunidense segundo a qual: "não cabia aos governos empreender estratégias de planejamento econômico de modo a acelerar o desenvolvimento; deveriam apenas proporcionar uma atmosfera doméstica favorável ao ingresso de investimentos externos, o que resultaria, espontaneamente e, no longo prazo, no desenvolvimento econômico local" (GONÇALVES, 2011, p.46).

⁵⁴ Ademais, no tocante à Cepal, o Decálogo também marcou mais um passo rumo à consolidação dessa Comissão enquanto instituição *policy-oriented* dos *policy-makers* latino-americanos.

O inciso IV, em específico, ao reproduzir a lógica utilizada pela Cepal para defesa da cooperação econômica, deve ser concebido como mais um passo rumo ao crescimento da pauta regionalista associada ao desenvolvimentismo. Tal ponto foi aprofundado no Informe do Secretariado Executivo “*Tendencias del comercio internacional y de la política comercial en los países de América Latina*” (E/CN.12/165) - cujas conclusões foram debatidas no Comitê 3 “*Comercio internacional*”.

Na primeira parte do Informe, Martinez Cabañas analisou as perspectivas para o restabelecimento da corrente de intercâmbios comerciais entre a Europa e a América Latina, de modo a tornar as finanças dessa última menos dependente de recursos em dólares - diante do contexto, apresentado nos estudos econômicos anteriores, de escassez de divisas, desequilíbrio na balança de pagamentos e pouca ajuda externa (NU. CEPAL, 1950t).

Nesse sentido, o Secretário Executivo retomava a pauta de estabelecimento de um sistema de compensação multilateral de pagamentos, contudo, direcionando-a à Europa (conforme o parecer do FMI) ao invés de para o comércio intraregional:

Uma breve análise das possibilidades de estabelecer um plano de pagamentos inter-regionais fundamentados nas informações disponíveis para 1948 e 1949 demonstra que do total das transações, aquelas compensadas bilateralmente constituíram 53 por cento, as compensadas multilateralmente, 23 por cento e os saldos líquidos, 24 por cento. **Estes dados corroboram com as conclusões do informe do Fundo Monetário Internacional sobre “Compensación multilateral de pagos internacionales en la América Latina”, apresentado em Havana no Segundo Período de Sessões da Comissão, em junho de 1949.** O informe do Fundo Monetário Internacional expressava que “a compensação multilateral pode por si mesma contribuir a um incremento do comércio, porém só como parte de um plano regional de pagamentos, no qual os países participantes estão dispostos a conceder-se reciprocamente créditos especiais, ou a recorrer a uma fonte externa de divisas, caso necessário, para ajudar aos países que são credores líquidos dentro do grupo, a converter seus saldos favoráveis de modo que sejam utilizáveis em outras regiões”.

Dito de outro modo: um plano de compensação multilateral facilitaria o comércio, sempre e quando a modalidade do intercâmbio comercial se preste a isso. Como se poderá observar nos dados apresentados nos Quadros adjuntos, **os países latino-americanos, um a um, realizam intercâmbios, tanto recíprocos quanto com países alheios à América Latina, de tal modo desiguais, o que torna muito difícil toda compensação multilateral de pagamentos dentro da região, a menos que possa cada país utilizar seus saldos favoráveis e desfavoráveis com países de moeda não conversível, para a liquidação recíproca dos saldos regionais.** As possibilidades de impulsionar o comércio com a Europa e dentro da própria região são mais bem limitadas, se é que cada país da América Latina deva seu comércio com cada país europeu. **Se existe ou não base sólida para desenvolver o comércio multilateral entre os países latino-americanos e os europeus considerados coletivamente, sem necessidade de liquidar grandes saldos em**

dólares entre países isolados, essa é uma questão que só pode ser elucidada mediante novos estudos, e a base da experiência da Europa em matéria de acordos de compensação multilateral de pagamentos (NU. CEPAL, 1950p, p.12-13, grifos nossos).

Além da defesa de um sistema de compensação multilateral de pagamentos, na segunda parte do Informe, Martinez Cabañas analisou a política comercial de diversos países da América Latina, reiterando a importância do comércio intraregional (NU. CEPAL, 1950t):

No comércio entre os países latino-americanos se tem produzido alterações importantes devido às mudanças na estrutura de sua economia. A industrialização chilena, ao aumentar a renda nacional, tem acrescentado a demanda por carnes argentinas. Suas indústrias têxteis e siderúrgicas têm permitido ao Brasil reduzir seus saldos devedores com a Argentina, sobretudo durante a guerra, e, por outro lado, os avanços industriais da Argentina têm incrementado também a demanda por matérias primas brasileiras. O rápido desenvolvimento da indústria têxtil no Chile, durante os últimos anos, tem acarretado em maiores importações de algodão do Peru e do Brasil. **Ainda que estes fatos não configurem, por enquanto, o conjunto do comércio intraregional, indica, no entanto, futuras possibilidades.**

Os esforços pretéritos para integrar harmonicamente a economia dos países latino-americanos têm sido demasiado ambiciosos para alcançar uma realização cabal, sobretudo no tocante aos projetos de união aduaneira[...] Não obstante, **a possibilidade de expandir o comércio dentro da área, por meio de uma maior integração dos planos de desenvolvimento, merece consideração e estudo. Isso ofereceria a possibilidade de desenvolver novas indústrias de exportação reciprocamente complementares, que abriam amplos mercados, muitas vezes necessários para aumentar a produtividade por operário e diminuir os custos da produção e distribuição.** Não quero com isto dizer que haja de operar-se mediante vastos planos de fomento, antes bem, conviria começar por uma produção determinada, que oferecesse perspectivas de satisfatórios resultados (NU. CEPAL, 1950p, p.50, grifos nossos).

Diante disso, o Secretário apresentou duas conclusões: (1) que “a importância do comércio intrarregional tem aumentado na medida em que se tem desenvolvido a economia da região”; e (2) que “o comércio intrarregional poderia facilitar o desenvolvimento, expandindo os mercados nacionais [...] rumo à maior eficiência e escala possível (NU. CEPAL, 1950v, p.1).

Tais conclusões, conforme elucidado no Informe, mereciam maiores considerações e estudos, fazendo com que o projeto de resolução E/CN.12/201 se concretizasse na resolução 55, a qual solicitava ao Secretário Executivo que: “1. Preparasse estudos sobre um número reduzido de produtos ou serviços que possam oferecer oportunidades à especialização e contribuir para expansão do comércio entre os países da América Latina ou entre alguns desses países [...]”; “2. e que, ainda assim, estudasse outros meios para promover a expansão do comércio

dentro da região” (NU. CEPAL, 1950z, p.18) (NU. CEPAL, 1950aa).

O Informe do Secretário, associado ao Estudo de 1949, norteou os debates do Comitê 3 de tal modo que: (1) para aprofundar as relações comerciais com a Europa, criou-se o Grupo de Trabalho (GT) 1; (2) para avançar sobre as perspectivas do comércio intrarregional, criou-se o GT 2 (NU. CEPAL, 1950q,r, s,t.).

Nas discussões do GT 1 foram debatidos quatro temários: (1) disponibilidade de produtos exportáveis da América Latina, de países europeus, e de outros países não americanos; (2) obstáculos ao comércio causados pelas práticas comerciais; (3) entraves comerciais gerados pelas cotas de exportação/importação e por tarifas aduaneiras; (4) problemas na balança de pagamentos (NU. CEPAL, 1950t).

Desse debate prevaleceu a diretriz de direcionar os esforços da Comissão para o estudo do problema de como reestabelecer o intercâmbio comercial com os europeus, sem deixar de reconhecer a importância de outras regiões, para diminuir a dependência de recursos em dólares. Ficou consensuado que o principal obstáculo era a inconvertibilidade das moedas. Diante disso, as delegações solicitaram ao Secretário Executivo, por meio do projeto de resolução E/CN.12/200 (concretizado via resolução 54), um estudo aprofundado com prospecções sobre essa temática (NU. CEPAL, 1950s, u, x).

Nas discussões do GT 2 também foram debatidos quatro temários: (1) obstáculos comerciais gerados pelas restrições quantitativas e tarifas aduaneiras; (2) problemas de balança de pagamento; (3) comércio e integração do desenvolvimento econômico; (4) possibilidade de expandir as exportações para a zona do dólar (NU. CEPAL, 1950t).

Desse debate emergiu o projeto de resolução da Guatemala que, resgatando a proposta feita no Período de Sessão anterior, reafirmava a necessidade de criação de uma “Comissão permanente encarregada de estudar as relações comerciais dos países da América Latina, entre si e com o resto do mundo, e propor as medidas adequadas para intensificar as relações e coordenar sua aplicação” (NU. CEPAL, 1950t, p. 5).

Conforme ressaltou seu proponente, o guatemalteco Ramirez, era “necessário organizar o comércio latino-americano de modo que se conheçam as possibilidades de produção e as necessidades de cada uma das Nações latino-americanas”, por isso que o objetivo da Comissão consistiria em “facilitar o intercâmbio de matérias primas, produtos e mercadorias entre os países latino-americanos, estabelecendo

um procedimento de centralização das ofertas e demandas desses países” (NU. CEPAL, 1950t, p. 5).

Além da centralização da oferta e demanda, Ramirez também propunha regionalizar as frotas mercantes, aéreas e marítimas. Elas seriam financiadas de acordo com “o volume de comércio de cada país, de modo que o transporte dos produtos não estivesse sujeito às tarifas diferenciais que influenciassem artificialmente a oferta, a demanda e os preços dos produtos das nações latino-americanas” (NU. CEPAL, 1950t, p. 7).

Para o guatemalteco, o transporte - de modo geral - não deveria estar sujeito às altas tarifas que aumentam os preços dos produtos importados, reduzindo o poder aquisitivo do consumidor, elevando os preços dos produtos exportados e tirando-lhe capacidade competitiva nos mercados fora da América Latina (NU. CEPAL, 1950t,).

Para a delegação do Panamá, tal como defendia a Guatemala, o desenvolvimento do regionalismo era impossibilitado pela falta de conhecimento dos mercados associada às dificuldades nos transportes, mas, também, pela ausência de arranjos de integração regional. Nesse sentido, a Delegação “manifestou que a criação de ‘zonas livres’ de comércio exterior poderiam constituir um elemento efetivo para estimular o intercâmbio latino-americano”, portanto, “sugeriu que se incluísse uma recomendação, nesse sentido, na resolução sobre transporte marítimos e aéreos proposta pela delegação da Guatemala” (NU. CEPAL, 1950v, p4).

Durante o Primeiro Período de Sessão, a delegação do Panamá havia proposto um projeto sobre zonas e portos francos regionais (NU. CEPAL, 1948d). Tendo em vista que tal proposição foi dissipada, em 1950 ela tentou reconstruir o projeto por outras vias. Entretanto, de última hora, o delator da Guatemala, Sr. Ramirez, “retirou o primeiro projeto de resolução que havia apresentado em matérias de transportes” [...] e submeteu ao Comitê “um novo projeto de resolução (E/CN.12/AC.3/7) relativo ao mesmo assunto” (NU. CEPAL, 1950bb, p.4).

Apesar de possuir o mesmo tema, o conteúdo era menos ambicioso. Quitou-lhe, sem aviso prévio e justificativas, a proposta de Comissão Permanente de Comércio, assim como a proposição do Panamá. Inconformada, a delegação panamenha solicitou “que as observações que havia formulado, relativas à importância das zonas francas no comércio exterior, **figurasse no informe** que o

Comitê deveria apresentar para a Comissão” (NU. CEPAL, 1950bb, p.4, grifo nosso).

A solicitação Panamenha foi acatada. No entanto, literalmente, figurou o Informe da seguinte forma: “Os Delegados estiveram de acordo com o ponto de vista expressado pela Delegação do Panamá, no sentido de que as zonas francas constituem um elemento útil para facilitar o desenvolvimento do intercâmbio” (NU. CEPAL, 1950s, p.5).

Enquanto que a proposta panamenha foi registrada de forma apática, sem deliberação, o projeto de resolução da Guatemala foi apagado, sem deixar grandes vestígios⁵⁵.

Em contrapartida, “considerando que a Comissão de Cooperação Comercial do Conselho Interamericano Econômico e Social está estudando atualmente o problema das tarifas de transporte marítimo”, o Delator guatemalteco “abriu mão” do projeto inicial e propôs um segundo, de modo a entregá-lo ao Conselho da Organização dos Estados Americanos, geopoliticamente, organização de Influência dos Estados Unidos (NU. CEPAL, 1950cc, p.1).

Assim, Ramirez “toma nota das recomendações [...] que sugerem que os ‘Problemas de transporte Marítimo que afetam a América Latina’ se retirem do temário dessa Comissão e se entreguem para o exame de outros organismos competentes” (NU. CEPAL, 1950cc, p.1). Por meio da Resolução 56, solicitou-se “do Secretário Executivo que [...] consultasse o Secretário Executivo do Conselho Interamericano Econômico e Social para cooperar no estudo que está sendo preparado por esse último organismo” (NU. CEPAL, 1950dd, p.18).

No âmbito do regionalismo latino-americano, esse Terceiro Período de Sessões foi marcado pela retomada, sob uma nova linguagem, do projeto de integração econômica apresentado em 1948, assim como da proposta de criação de uma comissão permanente de comércio, de 1949.

Sob a luz da contemporaneidade, tais fatos reiteram, em primeiro lugar, que

⁵⁵ Nota de pesquisa: Não conseguimos ter acesso ao projeto de resolução E/CN.12/AC.3/2. Tivemos conhecimento da existência dele por meio da ata E/CN.12/AC.3/SR., onde foram descritos os principais argumentos do seu proponente. No entanto, na referida ata não consta uma página “(*Página 6 esta faltando del texto original*)” onde, possivelmente, estaria localizada a ideia central do projeto.

essa era uma pauta postergada, logo, secundária. E, em segundo, que apesar disso, ela era resiliente, ora proposta pelo Secretário Executivo, ora por países de pequeno a médio porte - tais como: o Equador, o Panamá, o Peru, o Uruguai e a Guatemala.

O caso controverso da Guatemala, em específico, é difícil de ser explicado já que não encontramos justificativas formais, escritas, capazes de responder o porquê de ter-se entregue um projeto latino-americanista para a esfera de influência pan-americana (leia: norte-americana) da Organização dos Estados Americanos.

A hipótese principal é que a Guatemala, tal como a maioria das nações latino-americanas, acreditava que a Cepal, após o período experimental de três anos, seria extinta ou anexa ao Conselho Interamericano Econômico e Social em 1951. Por isso (e/ou, talvez, por alguma informação advinda dos bastidores diplomáticos) resolveu antecipar-se entregando o projeto ao Conselho para que ele desse continuidade.

Tal análise de conjuntura não era sem fundamento. Ainda que a Comissão tivesse barganhado mais apoio e credibilidade, a sua sobrevivência não poderia ser dada como certa, sobretudo, em um contexto de intensificação da Guerra Fria e após a ascensão de Prebisch ao cargo de Secretário Executivo. “Isso dependeria, em parte, de obter maior apoio na América Latina, mas principalmente do curso das relações entre os Estados Unidos e o continente durante a Guerra na Coreia” (DOSMAN, 2011, p. 307)

Dentro do contexto de cooperação entre os países desenvolvidos pós 1945, assim como diante do acirramento da Guerra Fria, pairavam duas incógnitas sobre o imaginário dos *policy makers* latino-americanos:

1. As relações comerciais com a Europa, pós-transição hegemônica⁵⁶ e Plano Marshall, recuperariam os fluxos de outrora?
2. Com a intensificação da rivalidade entre os EUA e a URSS, a América Latina voltaria a ter o papel estratégico de fornecedora de bens primários necessários à corrida armamentista norte-americana e seria beneficiada com assistência técnica e ajuda externa ao desenvolvimento?

Juntos, ambos os questionamentos representaram 23%, quase ¼, do

⁵⁶ Adverte-se que essa terminologia não é da época. Geralmente, utilizava-se “centro”/“periferia”,

somatório de resoluções aprovadas do Primeiro ao Terceiro Período de Sessões. A especulação quanto à primeira pergunta endossou, pelo menos, cinco resoluções nesses três anos, enquanto que a busca por respostas para essa segunda, gerou nove deliberações.

Entretanto, apesar de incidentes e incisivos:

Os líderes latino-americanos ficaram mais assertivos em relacionar o repentino auge das matérias primas necessárias à guerra com suas necessidades de desenvolvimento em mais longo prazo. Embora recebessem um estímulo econômico no curto prazo, eles temiam os custos ocultos [sobre os quais os Estudos Econômicos da Cepal buscavam revelar após a Segunda Guerra Mundial], como a escassez de importações industriais durante a guerra e o colapso dos preços quando terminasse (DOSMAN, 2011, p. 307).

Em abril de 1951, na reunião convocada pelos Estados Unidos para discutir a crise na Coreia, os ministros de relações exteriores latino-americanos questionaram e reiteraram, no âmbito da Organização dos Estados Americanos, que não desejavam repetir a desagradável experiência de convulsão econômica da Segunda Guerra (DOSMAN, 2011). “Dessa vez, era preciso evitar um ciclo de expansão e retração, e as matérias-primas estratégicas latino-americanas deviam obter um preço justo em vez de subsidiar o esforço de guerra dos Estados Unidos” (DOSMAN, 2011, p. 307). Em resposta evasiva a essa arguição, os norte-americanos invocaram a solidariedade interamericana e argumentaram que esse seria um ônus diante de uma ameaça global ao Ocidente.

Essa conjuntura provocou uma onda de descontentamento regional⁵⁷, endossando o eixo de insatisfação das periferias para com o centro e fomentando a articulação entre essas últimas. Conforme registrou Gonçalves (2011, p. 49): “Os países da região ressentiam-se da falta de disposição mostrada pelos Estados Unidos nos anos anteriores em prestar auxílio econômico, em nível governamental, às nações latino-americanas”. Em detrimento disso, “quando o governo Truman retomou a campanha para fundir a Cepal com o Conselho Econômico e Social da OEA [dentre outras coisas, por conta da nomeação de Prebisch em 1951], a **sobrevivência de Santiago tornou-se um símbolo da autonomia latino-americana**” (DOSMAN, 2011, p. 307, grifo nosso).

⁵⁷ ...a qual teve o seu auge simbólico, em 1958, com o apedrejamento do carro do presidente Nixon, na Venezuela, conforme registou a Folha da Manhã Ltda (1974), Para um maior aprofundamento, acesse o Banco de dados da Folha de São Paulo: http://almanaque.folha.uol.com.br/mundo_09ago1974.htm

Entretanto, para além disso, conforme destacou Furtado, posteriormente (1958, p. 106-107, grifos nossos):

A reação contra a Cepal, vinda do governo dos Estados Unidos, não deve ser atribuída apenas à orientação que assumiu o Secretariado dessa instituição internacional e à rápida penetração de suas ideias. [...] **A Cepal era vista como uma instituição que atropelava a Organização dos Estados Americanos**, de docilidade comprovada, localizada em Washington, com um pessoal latino-americano que logo se deslumbrava com as maravilhas do padrão de vida *yankee*, com embaixadores vacinados contra o espírito regional por rivalidades e ciúmes. O Conselho Interamericano Econômico e Social (**CIES**) **simboliza a cômoda**, ainda que falsa, **harmonia nas relações hemisféricas**. Por que desviar para as Nações Unidas, essa arena tão menos segura, assuntos que vinham sendo tratados com êxito no âmbito pan-americano? Essa a razão pela qual o governo de Washington empenhara-se em evitar a criação da Cepal, abster-se no momento da votação e fazia agora *démarches* para liquidá-las. **As coisas evidentemente se agravaram com a ascensão de Prebisch à Secretaria Executiva** [...]. Se a Cepal era indesejável de nascença, passava a ser perigosa sob uma liderança de crescente influência nas esferas políticas e intelectuais da região. Acrescente-se a isso que a guerra-fria havia entrado em sua fase de maior virulência com o início das hostilidades na Coréia.

Contudo, apesar da sobrevivência da Comissão ter se tornado um estandarte da autodeterminação regional, a imagem da Comissão tornou-se indissociável da de Prebisch (o que representava uma “faca de dois gumes”). Além disso, eram poucos os países cuja iniciativa e sagacidade diplomática seria suficiente para contrapor a oposição norte-americana.

Conforme a análise de conjuntura feita por Furtado (1985), na balança dos “prós e contras”, era difícil prever o voto de, pelo menos, seis países-chaves (Argentina, México, Peru, Colômbia, Venezuela e Brasil). Possivelmente, conforme a reconstrução realizada no Apêndice I, países de pequeno porte da América Central, tal como Cuba, seriam favoráveis à Cepal. Entretanto, a única certeza era o apoio vindo do Chile, país proponente da Comissão.

Assim, para Furtado (1985, p. 109): “À primeira vista - e essa era a opinião predominante - a probabilidade de sobrevivência [da Cepal] era pequena”. Com exceção do Chile, “dada a magnitude dos interesses em confronto naqueles momentos em que ardia a guerra fria, não se via quem estivesse disposto a quebrar lanças na defesa de uma pequena instituição dedicada a trabalhos ‘teóricos’”. Recordando suas memórias póstumas, Furtado afirmou: “Quando partimos para a Conferência do México, em maio de 1951, as informações que circulavam eram desencorajadoras” (FURTADO, 1985, p. 109). A oposição norte-americana aumentara ao mesmo tempo em que se tornou ainda mais discreta. “Corria a notícia

de que, na Reunião de Consulta dos Chanceleres, os americanos haviam obtido a concordância dos países-chaves para liquidar a Comissão” (FURTADO, 1985, p. 111). Como a Cepal, uma Comissão da periferia latina, conseguiu sobreviver à oposição da maior potência hegemônica de meados do século XX?

3.4 QUARTO PERÍODO DE SESSÕES

No contexto de acirramento do quadro geopolítico pós-guerra, aconteceu na Cidade do México (México), do dia 28 maio a 16 de junho de 1951 - o Quarto Período de Sessões da Cepal. Os temas da ordem do dia, conforme NU. CEPAL (1978), versaram sobre:

1. Tendências da Economia Latino-americana;
2. Problemas relacionados ao crescimento econômico;
3. Situação do comércio da região com a Europa e perspectivas do comércio intrarregional⁵⁸;
4. Possibilidades da produção florestal latino-americana e análises dos programas de cooperação conjuntas FAO/CEPAL;
5. Campos de ação coordenada com organismos do sistema das Nações Unidas e com organizações não governamentais;
6. Estudo de medidas destinadas a uma ação global de conservação e utilização dos recursos agrícolas.

A tomada de decisão, emergida dessas tratativas, resultou na aprovação de trinta e cinco resoluções⁵⁹. E os principais fatos e debates destacados giraram em

⁵⁸ É a primeira vez que o comércio intrarregional aparece de forma explícita na ordem do dia.

⁵⁹ (61) Exame, por parte do Conselho Econômico e Social, do trabalho realizado pelas comissões econômicas regionais; (62) Desenvolvimento econômico; (63) Financiamento do desenvolvimento econômico; (64) Criação de um centro de estudos da Cepal para desenvolvimento econômico da América Latina; (65) Conservação e utilização de recursos não agrícolas; (66) Problemas de imigração; (67) Continuação sobre bases permanentes do Estudo Econômico da América Latina e de estudos acerca do desenvolvimento econômico; (69) Regime econômico e jurídico dos investimentos estrangeiros na América Latina; (70) Desenvolvimento econômico centro-americano; (71) Estudos especiais de indústrias; (72) Complementação do estudo sobre a indústria têxtil; (73) Assistência técnica; (74) Investigação tecnológica; (75) Memorando sobre o programa de trabalho conjunto da Cepal e da FAO; (76) Necessidade de melhorar a agricultura na América Latina; (77) Centro latino-americano de capacitação em planos e projetos agropecuários; (78) Informe sobre a importâncias dos bosques e da produção florestal na economia latino-americana; (79) Manutenção do poder aquisitivo dos saldos em divisas estrangeiras acumuladas durante a emergência; (80) Efeitos do programa de defesa dos Estados Unidos da América sobre o comércio com os países latino-americanos; (81) Comércio intrarregional; (82) Capacidade dos Estados Unidos em absorver produtos latino-americanos; (83) Aplicação de medidas relativas ao sistema de fixação de preços no comércio exterior; (84) Medidas para aumentar a disponibilidade de abastecimento de materiais educativos, científicos e culturais; (85) Regulamentação do trânsito na rodovia interamericana; (86)

torno do: (1) Futuro da Comissão e sua consolidação, enquanto uma instituição *policy-oriented* dos *policy-makers*; e, (2) no âmbito do Regionalismo Latino-Americano, do correlato desenvolvimento das iniciativas de fomento ao comércio e integração regional⁶⁰ (NU. CEPAL, 1951a, b, c).

Conforme apontado no início deste capítulo, em 1948 a proposta da Cepal foi aprovada pelo Conselho Económico e Social das Nações Unidas, contudo, com algumas ressalvas oriundas das objeções feitas pelas grandes potências, em especial, a norte-americana (que levantou a hipótese de sombreamento de funções Cepal V.S. Conselho Interamericano Económico e Social).

Em decorrência disso, o Conselho Económico e Social das Nações Unidas condicionou a existência da Cepal prevendo:

...no mais tardar em 1951, um exame especial sobre os trabalhos da Comissão com objetivo de determinar se esta deve cessar ou continuar e, em caso de que continue funcionando, quais modificações devem introduzir-se em suas atribuições, se houver lugar a isso (NU. CEPAL, 1951b, p.6).

Em resposta, no Quinto período de Sessões da Assembleia Geral, aprovou-se a resolução 409V - em que:

A Assembleia Geral toma nota, com satisfação, da decisão do Conselho Económico e Social de empreender, em um futuro próximo, um exame completo da organização e funcionamento do Conselho e de suas Comissões; e expressa sua opinião de que as comissões econômicas regionais devem ser mantidas, ainda que sua organização e suas atribuições sejam revisadas, de acordo com a experiência vivida desde a sua criação (NU. CEPAL, 1951b, p.6).

Considerando a referida resolução, em julho de 1951, durante o seu Décimo Terceiro Período de Sessões, o Conselho Económico e Social das Nações Unidas decidiu revisar o trabalho das comissões econômicas regionais, designando ao “*Comité especial de funciones de la CEPAL*” a tarefa de informar sobre a necessidade de existência, organização e funcionamento da Comissão (NU. CEPAL, 1951b).

Zona libre de Colón, República do Panamá; (87) Instituto sul-americano de petróleo; (88) Censo demográfico dos países latino-americanos; (89) Relações com organizações não governamentais; (90) Adoção do português como idioma oficial e de trabalho; (91) Estabelecimento de um escritório da Cepal no México; (92) Coordenação entre a Comissão Económica para a América Latina e o Conselho Interamericano Económico e Social; (93) Programa de trabalho e prioridades; (94) Emendas ao regulamento; (95) Data e lugar do Quinto Período de Sessões; (96) Informe anual da Comissão Económica para a América Latina (NU, CEPAL, 1951c).

⁶⁰ Além desse Comitê, as atividades da conferência foram divididas em mais três comitês: (b) Comércio Internacional; (c) Coordenação e Questões Gerais; (d) Funções da Cepal (NU, CEPAL, 1951c).

Tomando como ponto de partida a experiência vivida durante os três anos de trabalho da Cepal, o Secretário Geral, Raúl Prebisch, elaborou o documento E/AC.34/6, em que defendeu a permanência e propôs a modificação das funções da Cepal (NU. CEPAL, 1951b).

Em resposta, Cuba afirmou que “ainda que sua delegação estivesse muito interessada nos trabalhos da OEA e do Conselho Interamericano Econômico e Social, considera, no entanto, que nenhuma organização, fora das Nações Unidas, tem o direito de expressar seus pontos de vista sobre as funções da Cepal” e, muito menos, sobre o futuro da Comissão (NU. CEPAL, 1951d, p.5).

Em complemento, a delegação uruguaia argumentou que, “juridicamente, a Cepal é uma organização autônoma” (NU. CEPAL, 1951d, p.6). A “questão das atribuições da Cepal é, portanto, uma simples forma de cortesia, que os representantes do CIES têm a oportunidade de participar nos debates do Comitê sobre essa questão” (NU. CEPAL, 1951d, p.6).

Embasada nessa argumentação, Cuba apresentou o projeto de resolução E/CN.12/AC.15/1 que deliberava sobre a existência da Comissão (NU. CEPAL, 1951d). Em apoio, a delegação do Haiti complementou que “os estudos econômicos precedentes efetuados na América Latina têm sido de caráter teórico e, só a partir da criação da Cepal, que os economistas têm dedicado mais tempo aos aspectos práticos das economias de seus países” (NU. CEPAL, 1951e, p.3).

Reiterando o apelo e a crítica feita no Manifesto de Havana, tal delegação destacou que “a experiência vivida em seu país demonstra que a formação de economistas nas universidades europeias não tem conduzido a uma compreensão adequada dos problemas” (NU. CEPAL, 1951e, p.3). Nesse aspecto, “inclusive economistas que têm estudado em universidades norte-americanas, encontram grande dificuldade para adaptar suas ideias às condições reais da América Latina” (NU. CEPAL, 1951e, p.3-4).

Para a ocasião, a delegação do Brasil tinha preparado um projeto de resolução, mas, diante da preempção cubana, resolveu apoiar a proposta da Ilha caribenha, somente sugerindo que fossem ampliadas as atribuições da Cepal via emenda E/CN. 12/AC. 15/2 (NU. CEPAL, 1951e, f).

Estrategicamente, a delegação dos Estados Unidos pediu mais tempo para estudar o texto em inglês (NU. CEPAL, 1951e). Tempestivamente, em apoio à proposta de Cuba e do Brasil, as delegações da Argentina, do Chile, do México, e

do Reino Unido, anteciparam, informalmente, o seu voto. Entretanto, a delegação norte-americana reiterou que fosse adiada a votação formal “até que tenha tido tempo para estudar as instruções de seu governo” (NU. CEPAL, 1951f, p.9).

Como a delegação dos EUA já não podia mais postergar o posicionamento, frente ao apoio irrestrito dos latino-americanos, em 8 de junho de 1951, “o Sr. BOHAN (Estados Unidos da América) manifesta que está disposto a votar, sem reservas, a favor do projeto conjunto de resolução” (NU. CEPAL, 1951g, p.3).

Assim, o projeto E/CN. 12/ AC. 15/3 concretizou-se, e a Comissão não somente passou a existir por tempo indeterminado, como também teve as suas atribuições ampliadas e robustecidas (NU. CEPAL, 1951h,i,j) - de modo a:

(a) dedicar atenção especial a problemas de desenvolvimento econômico e auxiliar na elaboração de medidas coordenadas de fomento ao desenvolvimento econômico da região; e (b) auxiliar o Conselho Interamericano Econômico e Social e seu Comitê de Assistência Técnica no desempenho de funções relacionadas com o Programa de Assistência Técnica da ONU (GONÇALVES, 2011, p. 54).

Com o recuo do projeto norte-americano de sobrepor o Conselho Interamericano Econômico e Social à Cepal, essa última transformou-se em um “símbolo do esforço de união da América Latina em sua luta para escapar das tenazes do subdesenvolvimento” (FURTADO, 1985, p. 119). A Comissão se tornou “o ponto de partida da luta pela cooperação para o desenvolvimento do Terceiro Mundo que se deu nas Nações Unidas e em todo campo internacional” (SANTA CRUZ, 1987, p.5).

A sua ampliação de funções, sobretudo no que diz respeito ao auxílio na elaboração de medidas de fomento ao desenvolvimento econômico regional, marcou-a definitivamente como uma instituição *policy-oriented* dos *policy-makers* latino-americanos, tal como pode ser visto no projeto de resolução E/CN.12/AC.12/7, proposto no Comitê sobre Desenvolvimento Econômico (NU. CEPAL, 1951lm)

Partindo do pressuposto de que o ponto IV⁶¹ do Decálogo de Montevideu recomendava que os governos latino-americanos levassem “em conta as possibilidades de expansão da demanda mediante o intercâmbio recíproco, a fim de alcançar uma melhor integração de suas economias”, as delegações da Costa

⁶¹ Conforme apresentado na seção anterior, o ponto IV do Decálogo de Montevideu, aprovado via resolução E/CN.12/194, apontava o regionalismo, na nuance da cooperação e integração econômica, como saída sustentável para o problema da limitação dos mercados internos nas economias regionais (NU. CEPAL, 1950n).

Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua - cujo desenvolvimento econômico estava obstaculizado por conta da limitação dos mercados internos - solicitaram ao Secretário Executivo que não só estudasse, como também propusesse projetos que permitissem a integração centro-americana, tendo em vista os vínculos geográficos e históricos que uniam a região (NU. CEPAL, 1950n, 1951l).

No projeto E/CN.12/AC.12/7, os países centro-americanos expressavam pioneiramente:

1. “O interesse de seus governos em desenvolver a produção agrícola e industrial, bem como os sistemas de transporte de seus respectivos países, de forma que promova a integração de suas economias e a formação de mercados mais amplos, mediante intercâmbio de seus produtos” (NU. CEPAL, 1951m, p.1-2).
2. A predisposição para “a coordenação de seus planos de fomento e a criação de empresas em que todos ou alguns de tais países tenham interesse” (NU. CEPAL, 1951m, p.2).
3. “O desejo de que a Secretaria da Comissão proporcionasse aos governos mencionados a cooperação necessária para o estudo e desenvolvimento dos ditos planos” (NU. CEPAL, 1951m, p.2).

Sem ressalvas, o Projeto concretizou-se na resolução E/CN.12/ 275 em que resolvia:

1. Solicitar ao Secretário Executivo que estudasse as medidas ou projetos que permitissem a realização gradual de tais propósitos (NU. CEPAL, 1951n).
2. Convidar os governos do Istmo Centroamericano para que na oportunidade determinem e procedam a formação de um Comitê de Cooperação Econômica, constituídos pelos ministros do ramo da economia ou por seus delegados, que atue como organismo coordenador das atividades e como órgão de consulta do Secretário Executivo (NU. CEPAL, 1951n).

Destoando dos anos anteriores em que a temática ora era postergada, ora figurava o segundo plano, a integração, sobretudo centro-americana, pela primeira vez assumiu um papel de destaque ao constar no programa de trabalho e ordem de prelação da Cepal para os anos de 1951 e 1952 (NU. CEPAL, 1951c,o).

Considerando tal recorte temporal, Prebisch orçava a quantia de \$ 38, 400 (trinta e oito mil e quatrocentos) dólares para a viabilização inicial da integração das economias nacionais dos países centro-americanos, enquanto que, em comparação do comércio dos países da América Latina com os EUA e Europa, orçava \$ 4 (quatro mil dólares). Tais investimentos, estrategicamente, estavam em consonância com a proposta de estabelecimento de um escritório da Cepal no país anfitrião do quarto período de sessões (NU. CEPAL, 1951p) – tal como o próprio Prebisch fez questão explicitar:

Considero que tenha sido um grande acerto escolher a cidade de Santiago do Chile como sede da Comissão, tanto pela tranquilidade propícia para realizar trabalhos desse tipo, como pelo apoio que o governo chileno nos mostrou em todos os sentidos. Mas aprendemos que querer abarcar de uma capital latino-americana, qualquer que seja, todo o panorama do vasto território que devemos estudar, está cheio de dificuldades. Por esse motivo, concluímos que seria conveniente realizar parte de nossas tarefas no México, estabelecendo aqui uma subsede da Comissão, o que nos permitiria abarcar este país e aos países da América Central e Caribe. Devo reconhecer que, com muito pesar, temos negligenciado esses países devido às limitações impostas pela distância e escassez de recursos.

O estabelecimento da subsede no México e a aprovação do orçamento que apresentei nos permitiriam resolver satisfatoriamente esse assunto, embora eu deva registrar que, com o aumento nas despesas com projeto, seria necessário que se estabeleça já a Subsede ou que todos os trabalhos sigam realizando-se em Santiago. [...] O estabelecimento da subsede no México nos permitiria iniciar imediatamente alguns estudos relacionados à economia da América Central; dentre eles, seria muito interessante explorar as possibilidades de estabelecimento de indústrias de interesse recíproco, na forma que a indústria de um país sirva para os outros, removendo assim o obstáculo que a expansão industrial enfrenta frente ao estreito mercado de cada um dos países centroamericanos. (NU. CEPAL, 1951q, p.17-18).

O segundo maior orçamento estava destinado aos estudos sobre comércio intrarregional e grupo de *expertise*, que estimava a quantia de \$ 30,400 (trinta mil e quatrocentos dólares) (NU. CEPAL, 1951c). Tais investimentos, estrategicamente, estavam em consonância com a solicitação de alta prioridade feita pelas relações latino-americanas, a fim de ampliar os mercados para as indústrias em desenvolvimento na América Latina, bem como evitar competições desnecessárias, alcançando a coordenação dos programas de desenvolvimento sobre uma base regional - tal como prescrevia o Decálogo de Montevideu (NU. CEPAL, 1951c).

O imperativo do fomento ao comércio regional sobre uma base regionalista desencadeou, inclusive, na ampliação das atribuições a respeito do estudo dessa temática (outrora solicitada em 1950). Assim, considerando que:

1. O estudo sobre o comércio interlatinoamericano, de suma importância

para os países membros da Cepal, deve ser realizado em seu conjunto e levando em conta suas diversificações regionais que facilitem o estudo das medidas práticas para a expansão do comércio regional e para a melhor coordenação das diferentes economias nacionais;

2. É necessário modificar os termos da resolução E/CN.12/201, aprovada durante o terceiro período de sessões da Comissão...

A resolução E/CN.12/257 expandiu os estudos encomendados na resolução de 1950 (NU. CEPAL, 1951r), solicitando ao Secretário Executivo que:

1. Fizesse um exame continuado do comércio interlatinoamericano, visando a sua expansão, em seu conjunto e em suas diversas características regionais, e preparasse para a próxima reunião da Cepal um estudo considerando os trabalhos já realizados (NU. CEPAL, 1951s).
2. Seguisse prestando atenção especial para o estudo da relação do comércio interlatinoamericano com a coordenação das unidades econômicas nacionais dentro dos planos de desenvolvimento conjuntos e harmônicos (NU. CEPAL, 1951s).

Consultasse os governos sobre quais aspectos do comércio interlatinoamericano seriam interessantes de serem contemplados no Estudo, e que convocasse uma reunião com especialistas em comércio exterior para discutir o que foi destacado (NU. CEPAL, 1951s).

Ao tentar rastrear a pauta regionalista na Cepal, a maioria das fontes secundárias geralmente se direciona para os estudos econômicos, documento de maior notoriedade. Entretanto, se olharmos em perspectiva histórica para esses três períodos de sessões, percebemos que o Regionalismo Latino-Americano emergiu de proposições dos estados membros, com subsídios do Secretário Executivo.

De 1949 a 1950, a resiliência desse último, em especial, foi um tanto paradoxal. Ao mesmo tempo em que Martinez Cabañas propunha a pauta regionalista, a colocava (ou era levado a colocar) em segundo plano, ao privilegiar as relações comerciais com a Europa. Soma-se a isso, o fato de os estados membros sempre postergarem a tomada de decisão sobre medidas concretas de integração e cooperação político-econômicas.

Sistematizando os debates registrados em atas, fica claro que o imaginário dos *policy makers* da região era marcado por dois eixos/expectativas primárias: 1. O reestabelecimento das relações comerciais com a Europa; 2. A barganha de investimentos externos dos EUA.

O período de sessões de 1951 demonstrou que essas eram realidades distantes na conjuntura da Guerra Fria, e correlata intensificação da Guerra na Coreia, bem como em um cenário de mudanças nas próprias relações europeias a partir do estabelecimento da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (1951).

Conforme veremos no capítulo posterior, essa conjuntura fez com que o que era secundário se tornasse primário e foi acompanhada pela visibilidade de Prebisch, como Secretário Executivo, assim como pela consolidação da Cepal enquanto comissão *policy-oriented* dos *policy-makers* latino-americanos. Uma evidência desse processo pode ser vista no clamor e o voto de confiança dado pelas delegações centro-americanas ao propor o projeto E/CN.12/AC.12/7, aprovado via resolução E/CN.12/ 275.

Entretanto, cabe destacar que a América Central e, posteriormente, o restante da América Latina, não resolveram por livre e espontânea vontade hastear a bandeira regionalista. Essa decisão foi fruto das circunstâncias políticas e econômicas da época (guerra fria, intervenção e luta pela autodeterminação) que se fortalecerá ao longo do restante da década de 1950.

Tal fato, portanto, não caracteriza o Regionalismo Latino-Americano como sendo a-político. Pelo contrário, no período de sessão posterior, pelo menos na teoria, ascenderá o que Briceño Ruiz (2012) denominou de “regionalismo autonômico”, uma simbiose entre a união para a autonomia política e o desenvolvimento econômico.

4 ESTUDO DE CASO: COMO O PROJETO DE REGIONALISMO DA CEPAL FOI FORMULADO?

Às vésperas do Quinto Período de Sessão, a guerra fria se acentuou ao passo que o privilégio norte-americano no continente decaía após ele ter atuado contra a consolidação da Cepal no México. Essa conjuntura aumentou a necessidade de uma maior articulação latino-periférica, seja para aumentar o poder de barganha regional (frente à escassa ajuda internacional) ou para buscar soluções compartilhadas diante dos gargalos ao desenvolvimento.

Tal como sintetizou Dosman (2011, p. 326):

O aprofundamento da Guerra Fria na Ásia e na Europa concentrava nessas regiões a atenção política e econômica dos Estados Unidos em detrimento da América Latina. Os conflitos na Ásia exigiam grande ajuda econômica americana a governos amigos como um muro de contenção contra o comunismo [para o estabelecimento de uma vitrine ideológica]. A América Latina, área dentro do perímetro de defesa dos Estados Unidos, estava segura e podia ser esquecida. Washington passou a dedicar à região menos de 1% de sua ajuda global ao desenvolvimento.

Tal conjuntura deteriorou a retórica da política externa de “boa vizinhança” após-guerra. De modo agravante, a aceitação do governo Truman declinava conforme ele era criticado em casa e no exterior. Esse processo atingira o seu ponto ápice quando os Estados Unidos reconheceram como legítimo o golpe de Estado do ditador Fulgêncio Batista em Cuba, no ano de 1952 (DOSMAN, 2011).

No entanto, nesse mesmo ano, chegou ao poder o general Eisenhower prometendo, em campanha eleitoral, restaurar a política externa norte-americana para com a América Latina, deteriorada na gestão de Truman:

Em um discurso em 3 de outubro, [Eisenhower] prometeu uma nova abordagem depois da política de “vaivém e ziguezague” de Truman. Alegou que a “política de boa vizinhança” fracassara porque os Estados Unidos tinham sido inconsistentes e incapazes de cumprir as promessas de apoio à América Latina. Em uma clara referência ao abandono por Truman da promessa de realizar uma conferência econômica com o continente, ele disse: “Com a chegada da [Segunda] guerra, cortejamos freneticamente a América Latina. Então veio o fim da guerra e o governo esqueceu esses países com a mesma rapidez. Uma terrível desilusão tomou de conta da América Latina. Problemas econômicos de longo prazo não foram resolvidos em conjunto. A política de boa vizinhança tornou-se por negligência, uma política de má vizinhança” (DOSMAN, 2011, p. 327).

Eisenhower escolheu George Humphrey, o secretário do Tesouro, para ser o seu braço direito na América Latina. Inclusive, admitia publicamente que: “O que George falar, está falado” (DOSMAN, 2011, p.328). Por sua vez, para o Secretário do Tesouro, os latino-americanos “não precisavam de ajuda externa a expensas

dos contribuintes norte-americanos” (DOSMAN, 2011, p. 328). Em vez disso, defendia, como receita para o desenvolvimento, a ortodoxia do livre mercado, os investimentos privados e a redução dos impostos, alegando que todos os estímulos para o progresso global já estavam em funcionamento (FMI, Banco Mundial, GATT), e advertindo contra as “práticas socialistas” (como a do planejamento advogada, nessa mesma conjuntura, pela Cepal) (DOSMAN, 2011).

4.1 QUINTO PERÍODO DE SESSÕES

Nesse cenário de acirramento da Guerra Fria, bem como de expectativa de mudança da política externa norte-americana para com o hemisfério, aconteceu em Petrópolis (Rio de Janeiro - BR), no hotel Quitandinha, do dia 9 a 25 de abril de 1953, o quinto Período de Sessões da Cepal.

Os temas da ordem do dia, conforme NU. CEPAL (1978), versaram sobre:

1. Situação e perspectivas da economia em relação à produção, ritmo de desenvolvimento e inflação;
2. Volumes de importação e exportação, relação de preço de intercâmbio e problemas de pagamento;
3. Problemas gerais de desenvolvimento econômico e métodos de programação;
4. Possibilidades de desenvolvimento da indústria siderúrgica;
5. Tendências na produção e consumo de celulose e papel, bem como perspectivas para o setor;
6. Fatores que afetam a produção e o desenvolvimento agrícola;
7. Integração na América Central;
8. Problemas do comércio interregional e possibilidades de intensificá-lo na zona meridional da sulamérica.

A tomada de decisão, emergida dessas tratativas, resultou na aprovação de vinte e sete resoluções relacionadas a temas diversos, e de duas ligadas estritamente à temática da integração regional⁶².

⁶²(97) Estudo econômico da América Latina; (98) Comércio entre a América Latina e os países industrializados; (99) Relação de preços de intercâmbio; (100) Compensações multilaterais de pagamentos; (101) Técnica de programação do desenvolvimento; (102) Estudos de desenvolvimento econômico por países; **(103) Integração econômica da América Central**; (104) Assistência técnica; (105) Tributação nos países importadores e exportadores de capital de investimentos privados estrangeiros na América Latina; (106) Pesquisa tecnológica e formação de técnicos na América Latina; (107) Distribuição de renda em relação com desenvolvimento econômico; **(108) Integração**

Pela primeira vez, a integração entrou explicitamente na ordem do dia, e foi criado um comitê⁶³ destinado, especificamente, às discussões do comércio intrarregional latino-americano⁶⁴ em uma narrativa *policy oriented*:

Das discussões e resultados do quinto período de sessões, é evidente que a Comissão entrou nos últimos dois anos no campo de atividade prática, que os governos latino-americanos consideram que têm investido em um instrumento eficiente de ação intergovernamental e que, devido ao seu caráter de organismo das Nações Unidas, está em situação de ajudar os governos membros a **orientar** suas relações econômicas internacionais com outras regiões do mundo. Embora a reunião abarque um amplo campo de temas, os debates se concentraram em conceitos relativos à técnica de programação do desenvolvimento, e à **necessidade de acelerar o ritmo do crescimento econômico mediante a expansão industrial e o fomento ao comércio intrarregional e internacional** (NU. CEPAL, 1978. p.13, grifos nossos).

Quanto ao último grifo do *caput*, os principais fatos e debates destacados giraram em torno das deliberações outrora tomadas nas resoluções E/CN.12/ 275 e E/CN.12/257, que versavam respectivamente sobre: (1) a integração centro-americana; e (2) comércio interlatinoamericano (NU. CEPAL, 1953a).

Considerando que a resolução E/CN.12/ 275, de 1951, deliberava sobre a formação de um Comitê de Cooperação Econômica (CCE) como uma das primeiras medidas para iniciar o processo de integração da América Central, apresentou-se, em 1953, um informe sobre o estado atual do programa de integração e reciprocidade econômica centro-americana (NU. CEPAL, 1953a, b, c).

Estruturalmente, o Informe E/CN.12/296 se dividiu em três partes principais. A primeira realizava uma contextualização dos antecedentes do Programa. A segunda apresentava as deliberações da reunião do CCE, celebrada em agosto de 1952, na cidade de Tegucigalpa, a convite do governo de Honduras. A terceira, por sua vez, detalhava o que foi diligenciado, elucidando: (1) as atividades de assistência técnica necessária para levar a cabo o programa; (2) a criação de um

econômica; (109) Desenvolvimento do turismo; (110) Indústrias de ferro, aço e mineração; (111) Indústrias de celulose e papel; (112) Indústrias químicas; (113) Inventário de recursos naturais não-agrícolas; (114) Métodos de amostragem e sua aplicação ao estudo de problemas econômico-agrícolas; (115) Estudos de desenvolvimento agrícola por países; (116) Estudos da relação do café com o desenvolvimento econômico; (117) Estatísticas agrícolas; (118) Crédito agrícola; (119) Reforma agrária; (120) Indústria da banana; (121) Fibras duras; (122) Comércio interlatinoamericano; (123) Coordenação com o Conselho Interamericano Econômico e Social; (124) Emendas ao regulamento; (125) Local e data do Sexto Período de Sessões.

⁶³ Além do referido comitê, criou-se mais cinco: 1. Tendências e perspectivas da economia; 2. Desenvolvimento econômico e ajuda técnica; 3. Indústrias; 4. Agricultura; 5. Coordenação com o CIES (NU. CEPAL, 1978).

⁶⁴ Refletindo a ascensão da preocupação quanto ao fomento do que a *posteriori* conheceremos como regionalismo (GONÇALVES, 2011).

subcomitê para a unificação das nomenclaturas alfandegárias centro-americanas; (3) além dos demais trabalhos da Secretaria relacionados à participação em grupos de trabalho e preparação de estudos (NU. CEPAL, 1953d)⁶⁵.

A segunda parte, em específico, apresentava os princípios gerais que deveriam orientar a política de integração e reciprocidade econômica no Istmo Centro-americano, reconhecendo que:

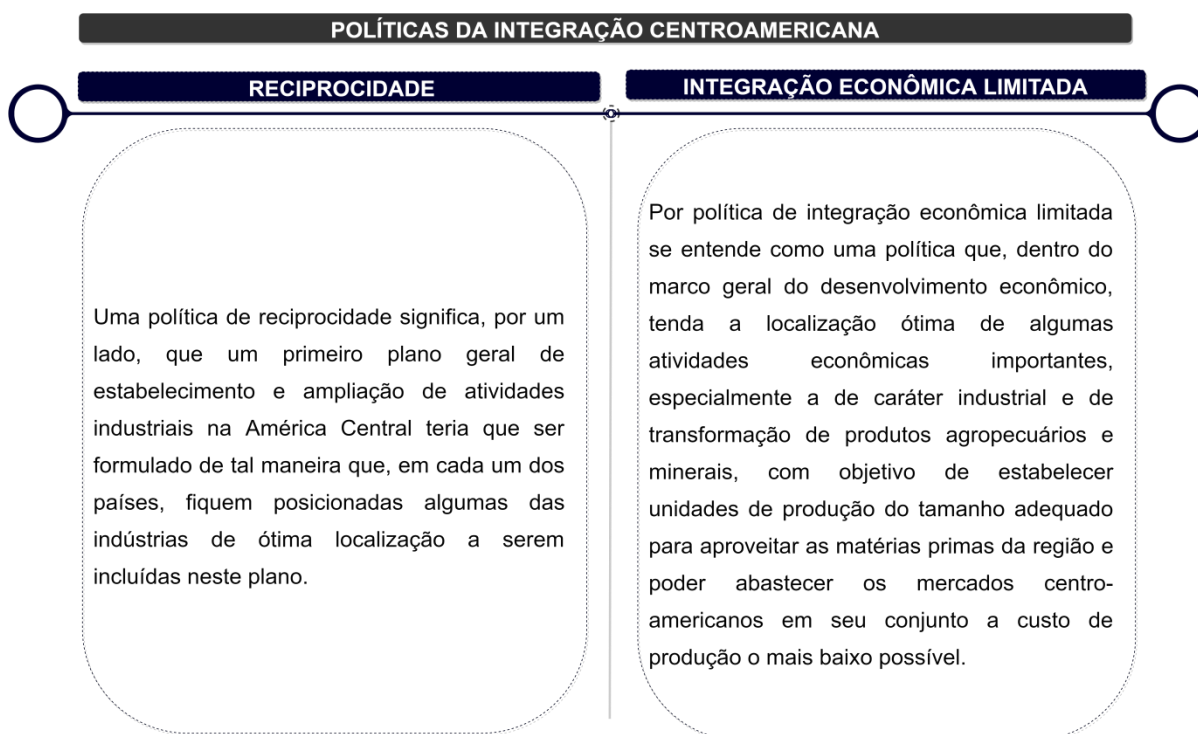
1. As repúblicas da América Central, individualmente, têm mercados locais próximos, o que resulta na perda de produtividade e em uma base insegura para suas atividades agrícolas e industriais (NU. CEPAL, 1953a);
2. Os meios de transporte internos e intercentroamericanos são insuficientes e inadequados (NU. CEPAL, 1953a);
3. A criação de um mercado regional integrado, o desenvolvimento das fontes de energia, e as melhorias nos transportes, colocariam sobre uma base mais ampla certas atividades econômicas já existentes na região, e outras novas, além de fortalecer a balança de pagamentos e proporcionar um apoio maior ao desenvolvimento regional em seu conjunto (NU. CEPAL, 1953a).

Partindo dessa tríade, se estabeleceu que a integração deveria ser realizada sob o princípio da reciprocidade⁶⁶, e de modo limitado - tal como elucida a ilustração abaixo:

⁶⁵ Adicionalmente, o Informe possuía três anexos compostos pelo(a): 1) Informe Preliminar sobre Integração e Reciprocidade Econômica na Centroamérica (E/CN.12/AC.17/3) ; 2) Nota do Secretário Executivo sobre Integração Econômica e Cooperação Tecnológica (E/CN.12/AC.17/4); 3) Informe da Primeira Reunião do Comitê de Cooperação Econômica (E/CN.12/AC.17/24) (NU. CEPAL.CEE, 1952a,b,c).

⁶⁶ [princípio] “segundo o qual o desenvolvimento das distintas atividades produtivas em qualquer programa de integração deveria ser feito de forma que, participando nela os distintos países, o intercâmbio resultante se realize sobre bases de interesse recíproco” (NU. CEPAL.CEE, 1952c, p. 11).

Figura 15 – Políticas da Integração Centroamericana



Fonte: NU. CEPAL.CEE, 1952a, p. 37-38.

Essa segunda política, em especial, estava relacionada com contorno o qual se queria dar à integração econômica centro-americana em curto e médio prazo. Esse ponto controverso foi, inclusive, objeto do tópico “União Econômica V.S. integração limitada” do Informe Preliminar sobre Integração e Reciprocidade Econômica na Centro-américa (E/CN.12/AC/17/3). Nele, fica esclarecido que, apesar de o mercado comum ser uma etapa almejada em longo prazo, o objetivo imediato seria estabelecer o que, na terminologia do artigo XXIV do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, denominou-se de “zona de comércio livre”:

Uma zona de livre comércio com um grupo de dois ou mais territórios aduaneiros em que os direitos e outras disposições restritivas ao comércio são eliminadas em decorrência do comércio entre eles (NU. CEPAL.CEE, 1952a, p.41).

A priori, optou-se por uma zona de comércio livre, em detrimento de uma união econômica, conforme justificado na seguinte passagem:

Dentro do terreno dos fatos, e atendendo a razões práticas, não há como proceder, de imediato, a união econômica completa das repúblicas centro-americanas, mesmo isso sendo um anseio histórico de todas elas. É fácil

ver que uma união econômica teria amplas consequências no terreno político e administrativo, e que implicaria na uniformidade da legislação, unificação monetária, unificação alfandegária para o exterior, unificação fiscal e centralização da política de desenvolvimento econômico. [...] Sem prejudicar a possível conveniência de alcançar essas metas ao decorrer do tempo, os objetivos imediatos devem ser mais modestos. O conceito de integração econômica no caso da centro-américa é o da integração limitada acompanhada de uma política de reciprocidade comercial e industrial (NU. CEPAL.CEE, 1952a, p.37).

Assim, acreditava-se que, uma vez consolidado esse conceito, seria possível conciliar os distintos programas nacionais de desenvolvimento em perfeita observância ao ponto IV do Decálogo de Montevideu, tal como detalhou NU. CEPAL:

Com relação às condições básicas para a realização de uma política de desenvolvimento e integração, se estimou que era fundamental o desenvolvimento do transporte e da energia elétrica, assim como a formulação de uma política comercial centro-americana que facilitasse a realização gradual da integração. Igualmente se insistiu na necessidade de fomento à agricultura e à pecuária vinculada com programas de desenvolvimento industrial (NU. CEPAL, 1953d, p.5).

A conceituação de quais princípios e contornos que deveriam ser dados à integração centro-americana incitou a ampliação da ideia para o restante da América Latina - de tal modo que considerando:

- a) O estabelecido no ponto IV da resolução da Cepal de 20 de junho de 1950 (E/ CN.12 /194), no sentido de "alcançar uma melhor integração das economias" dos países latino-americanos.
- b) A resolução da Cepal de 16 de junho de 1951 (E/ CN.12/275), que interpreta os desejos dos países centro-americanos "no que diz respeito à integração de suas economias nacionais";
- c) O documento E /CN.12/296 da Secretaria Executiva, que mostra a evidente conveniência da integração econômica dos países mencionados;
- d) Que vários outros governos latino-americanos já avançaram nos esforços para uma melhor integração de suas economias;
- e) Que o desenvolvimento econômico é o caminho a ser seguido pelos países latino-americanos para elevar seus padrões de vida e aproximá-los dos países mais avançados nesse quesito;
- f) Que o desenvolvimento econômico requer a existência de condições que permitam a abertura aos mercados, a complementação e a mobilidade das produções, medidas monetárias eficientes, facilidades de comércio e outras indicadas pela doutrina mencionada;
- g) Que a experiência histórica revela, em concordância com os resultados da pesquisa teórica, que ditas condições podem ser criadas e funcionar com mais eficiência quando há um alto grau de aproximação econômica entre os grupos;
- h) Que essa aproximação econômica representa, de fato, um processo, mais ou menos rápido e intenso, de integração, que passa a constituir o corolário e a condição necessária do desenvolvimento econômico (NU. CEPAL, 1953e, p. 30-31).

Os países latino-americanos solicitaram, por meio da resolução E/CN.12/340, que fossem investigadas as vantagens e possibilidades de um processo de integração econômica, gradual e progressivo, assim como as modalidades, medidas, procedimentos e regimes que deveriam ser adotados.

A priori, recomendou-se que a Secretaria considerasse:

1. Uma elevação geral e progressiva no padrão de vida dos países, garantindo que os benefícios do progresso fossem distribuídos equitativamente entre os países membros da Integração Econômica.
2. A soberania política e a independência econômica dos Estados.
3. A inclusão, progressiva, de todos os países da América Latina (NU. CEPAL, 1953e).

Tal tríade se respaldava no Estudo E/CN.12/304 “Problemas do Comércio Intrarregional e Possibilidades para uma Intensificação do Comércio entre os Países Meridionais da Sulamérica” o qual examinava as características do intercâmbio entre a Argentina, a Bolívia, o Brasil, o Chile, o Paraguai, o Peru e o Uruguai.

No estudo, foi diagnosticado que esses sete países detinham aproximadamente 80% do comércio intrarregional latino-americano, por isso, bem como pela falta de recursos humanos, se decidiu delimitar a primeira fase da integração a tais nações do sul continental (NU. CEPAL, 1953e). Além disso, constatou-se uma debilidade e contradição entre o comércio intrarregional e o desenvolvimento econômico da região:

Em parte, se explica essa anomalia pelo fato de que, frente à necessidade de reduzir seletivamente certas importações a fim de obter divisas suficientes para importar os bens de capital necessários ao aceleração do ritmo de desenvolvimento, os países latino-americanos têm aplicado entre si as restrições que empregam no comércio com outras regiões (NU. CEPAL, 1953a, p. 23).

A elevação das taxas de investimentos, e o emprego de técnicas avançadas, dificilmente permitiram superar ou amenizar a inferioridade econômica da região, que avançaria com mais proeminência a partir de um espaço comercial cuja amplitude permitisse atenuar os inconvenientes que certas indústrias causam nos pequenos mercados e na sua rápida saturação.

Visando estudar um prognóstico para sair dessa disjuntura, aprovou-se a resolução E/CN.12/354 sobre comércio interlatinoamericano, a qual, dentre outras coisas, demandava um estudo com projeção de aporte financeiro de \$ 5.000 (cinco mil) dólares, para 1953, e \$ 23.080 (vinte e três mil e oitenta) dólares, para 1954

(NU. CEPAL. a, f).

Apesar de o quinto período de Sessão ter sido finalizado apenas com esse diagnóstico quanto aos empecilhos ao comércio intrarregional, e com o prognóstico do fortalecimento da integração regional, ambas as deliberações representaram uma carta branca para a formulação do regionalismo pela Cepal. Era uma prova do prestígio da Comissão enquanto *policy-oriented*, sobretudo em um contexto em que ela vinha sendo investigada pela CIA e o FBI, e acusada - dentro e fora da ONU - de ser comunista (por ser favorável à planificação e à reforma agrária) (FURTADO, 1985; DOSMAN, 2011).

Além disso, a defesa ao que a posteriori denominar-se-ia “regionalismo”, constituía um “plano B” para os estadistas latino-americanos frente às expectativas e incertezas levantadas pela indefinição da Política Externa Norte-Americana no recém-mandato de Eisenhower. Ele prometera melhorar a imagem norte-americana, tornando mais concreta as retóricas abstratas de Truman. No entanto, até o final da conferência do Rio, não havia nada consolidado (apenas uma reunião interamericana marcada para acontecer em 1954).

Às vésperas dessa reunião de 1954, o prestígio norte-americano deteriorou-se - ainda mais - quando apoiou, explícita e diretamente, o golpe na Guatemala, que derrubou o presidente Jacobo Arbenz Guzman em junho daquele ano. Conforme ponderou Dosman (2011, p. 332):

Não era apenas a primeira intervenção norte-americana direta desde a Segunda Guerra Mundial, como também assinalava uma nova era na política externa dos Estados Unidos, que passaria a usar forças organizadas pela CIA. O reconhecimento de Batista pelos Estados Unidos em 1952 tinha aborrecido os latino-americanos, mas isso era coisa do passado. A Guatemala mostrou uma forma de penetração americana que poderia desestabilizar quaisquer países na escala regional.

Frente a esse contexto de deterioração de imagem, os norte-americanos optaram por relegar a organização da IV Reunião Extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social da OEA à Cepal - Comissão com maior credibilidade naquela época.

Tal como no quinto Período de Sessões de 1953, essa reunião ocorreu no hotel Quitandinha em Petrópolis (RJ) um ano depois. Fazendo uma síntese desse ponto, Dosman (2011, p. 333, grifo nosso) relatou que:

Embora de forma relutante, Dulles [liberal-ortodoxo, secretário de Estado dos EUA] tinha aceitado a proposta em março, antes da irrupção da crise na Guatemala, como forma de reduzir a pressão latino-americana para que

se realizasse a chamada conferência econômica interamericana, prometida por Truman em 1949. [No entanto] **O governo Eisenhower estava ainda menos disposto a ceder às conhecidas queixas dos latino-americanos.** Concordar com a reunião feita no Quitandinha era uma concessão feita para manter as aparências, diminuir a pressão e obter alguns anos de paz e tranquilidade. Porém, o impacto do golpe na Guatemala reabriu feridas perenes.

Além de organizar a Conferência, ficou acordado, como era de costume nesses encontros, que a Cepal apresentaria um documento de apoio aos debates, posteriormente intitulado de “*Cooperación Internacional en una política de desarrollo latino-americano*”. Diante desse “passe livre” dado por Washington (quase que forçosamente), Prebisch aproveitou o Estudo para pautar uma agenda de ajuda externa ao desenvolvimento (a qual certamente seria rejeitada pelos norte-americanos, mas que escancararia aos latino-americanos que o desenvolvimento *hacia afuera/exógeno* - naquela conjuntura - seria impraticável, logo, que a melhor saída adviria de um processo endógeno, fomentado pelo regionalismo *hacia adentro*).

Tal como endossou Dosman (2011, p. 334):

A reunião no Quitandinha era uma oportunidade única para propor uma nova agenda que rompesse com os clichês estabelecidos em torno do “desenvolvimento”. [Norte-]Americanos, europeus e soviéticos apoiavam, em princípio, o “desenvolvimento”. Em abstrato, era um termo consensual e um objetivo universalmente aceito. Porém, apesar da concordância com a palavra, a dinâmica real do desenvolvimento provocava desacordo, quase sempre ignorado. No Quitandinha, Prebisch decidiu aceitar esse discurso comum sobre o desenvolvimento como ponto de partida e centrou o principalmente nas condições tanto internacionais quanto nacionais para seu sucesso. Ao fazê-lo, colocou as estruturas de interdependência e de governo como foco primário de análise, afastando o debate das generalidades sem sentido, destacando as responsabilidades recíprocas de países industrializados e em desenvolvimento, projetando um plano de ação comum e um marco de políticas para essa agenda comum.

Nessa conjuntura, Prebisch apresentou o Estudo em 24 de novembro, como um “desafio para que os governos reunidos resgatassem o capitalismo” (DOSMAN, 2011, p. 335). Enquanto que o Manifesto de Havana e o Decálogo de Montevideu representaram um reclame aos condicionantes conjunturais e estruturais imperantes na Ordem pós 1945, quase uma década depois, tal texto de 1954 tornou-se um conclave frente à pouca cooperação internacional para o desenvolvimento.

Conforme sintetizou Dosman (2011, p.336):

“Cooperación internacional...” propunha “uma combinação de medidas nacionais e internacionais” a serem aplicadas “simultaneamente e de modo coordenado” para inaugurar uma nova era de cooperação entre os Estados Unidos e a América Latina. Isso incluía a criação de um banco de desenvolvimento regional; o reforço do planejamento econômico para evitar turbulências; estabilidade para a exportação de matérias-primas; cooperação técnica e treinamento; taxaço e reforma agrária; financiamento para o desenvolvimento, com meta mínima de US\$ 1 bilhão por ano em auxílio à industrialização; e a realização da tão prometida conferência econômica interamericana de 1956. Todos esses itens tinham sido levantados antes, individualmente, mas ele sugeria um processo de cooperação radicalmente diferente. [...] O conceito, em suma, sugeria uma nova abordagem à governança e à construção da América Latina com base na cooperação e no interesse mútuo de longo prazo.

Como já era esperado, o documento, bem como o conceito de cooperação proposto por ele, foi rejeitado pelos norte-americanos, em especial, pelo seu secretário de Tesouro, Humphrey. Ele alegou que o Banco de Desenvolvimento Interamericano era dispensável porque os latinos tinham acesso “mais do que adequado” ao capital norte-americano, e que a meta de US\$ 1 bilhão de dólares, assim como as políticas de proteção às matérias-primas, eram inaceitáveis na atual conjuntura estadunidense.

De acordo com Dosman (2011, p. 337), diante do sucesso dessa emboscada: “A delegação americana ficou aborrecida, a ponto de levantar de novo a ameaça de incorporar a Cepal à OEA, mas o Brasil, no espírito do recém-falecido Vargas, abafou esse rompante”. Ainda conforme esse autor: “Poucas conferências interamericanas resultaram em tamanho fracasso, mas essa conseguiu projetar uma agenda internacional duradoura, particularmente sobre o futuro Banco de Desenvolvimento Regional” (DOSMAN, 2011, p. 337). E mostrou aos latino-americanos a pouca disposição quanto à ajuda externa ao desenvolvimento vinda dos Estados Unidos.

Após esse episódio, o tema do regionalismo, via integração econômica, deixou de ser meras incursões para torna-se central no ano de 1955, sobretudo, a partir Sexto Período de Sessões da Cepal.

4.2 SEXTO PERÍODO DE SESSÕES

Nessa conjuntura de conclave à cooperação para o Desenvolvimento, associada ao crescimento das ideias, posteriormente denominadas “regionalistas”, aconteceu na Colômbia, na cidade de Bogotá, do dia 29 de agosto a 16 de setembro

de 1955, o Sexto Período de Sessões da Cepal.

Os temas da ordem do dia, conforme NU. CEPAL (1978), versaram sobre:

1. Situação e perspectivas da economia regional;
2. Introdução às técnicas de programação;
3. Análise de casos de desenvolvimento por país;
4. *Status* da força de trabalho na América Latina e características sociais da Região;
5. Marcha da integração na América Central e perspectivas para o comércio intercentoamericano;
6. Problemas de energia e desenvolvimento industrial;
7. Estado atual e perspectivas da indústria siderúrgica, de papel e celulose na região; e
8. Situação dos produtos agropecuários frente ao problema dos excedentes.

A tomada de decisão, emergida das tratativas debatidas pelos seis comitês⁶⁷ criados na ocasião, resultou na aprovação de vinte e três resoluções relacionadas à ordem do dia, sendo uma estritamente ligada à temática do comércio e integração regional⁶⁸.

O debate sobre essa última resolução, em específico, concentrou-se no Comitê III, “Comércio Internacional”, o qual tomou como ponto de partida o “Estudo do Comércio Interlatinoamericano” (E/CN.12/369), que ampliava o trabalho preliminar E/CN.12/304 apresentado pela Secretaria Executiva durante o Quinto Período de Sessões.

O Estudo se dividia em seis capítulos: 1. Resumo dos resultados da investigação; 2. Características do comércio interlatinoamericano; 3. Comércio de

⁶⁷ (I) Tendências e perspectivas da economia; (II) Desenvolvimento econômico e assistência técnica; (III) Comércio Internacional; (IV) Problemas econômicos da agricultura; (V) Problemas de energia e desenvolvimento industrial; (VI) Coordenação com o CIES, programa de trabalho para 1955-56 e outros assuntos.

⁶⁸ (126) Tendências e perspectivas da economia; (127) Dados sobre ocupação; (128) Programação do desenvolvimento econômico; (129) Fatores sociais que influenciam o desenvolvimento econômico; (130) Trabalho; (131) Integração econômica do Istmo da América Central; (132) Assistência técnica; (133) Produtividade; (134) Seletividade e produtividade da atividade agrícola; (135) Coordenação da programação agropecuária; (136) Programação do desenvolvimento agrícola; (137) Estudos sobre problemas do café; (138) Desenvolvimento pecuário; (139) Investimentos agrícolas; (140) Investigação da região amazônica; (141) Industrialização de produtos agrícolas; (142) Excedentes agrícolas; (143) Indústrias siderúrgicas; (144) Indústria química; (145) Indústria de papel e celulose; (146) Recursos energéticos e hidráulicos; (147) Energia nuclear; (148) Intensificação do comércio inter-latino-americano e constituição de um Comitê de Comércio.

produtos; 4. Política comercial latinoamericana; 5. Política de pagamentos; e 6. Transporte Marítimo na América do Sul (NU. CEPAL, 1955a).

Para NU. CEPAL (1955b, p.5), tal documento apresentava "uma revisão das características e estrutura do intercâmbio entre países da América Latina, e uma análise da posição dessa região no comércio mundial". Conforme complementou NU. CEPAL (1955c), seus seis capítulos continham um exame exaustivo da situação presente, características e perspectivas do intercâmbio de produtos entre os países da região, problemas de política de comércio e de pagamentos, bem como a incidência do transporte marítimo sobre as relações comerciais latino-americanas.

Para o Secretário do Comitê III, Sr. Ivovich, ao oferecer um panorama do comércio interlatinoamericano, o Estudo deixou evidente que, apesar de o volume total do comércio regional ter aumentado no pós-guerra, o fluxo comercial continuava direcionado para fora, ao invés de para dentro da América Latina (NU. CEPAL, 1955d). Mesmo compreendendo que isso se devia a muitos fatores, durante a apreciação do Estudo, o Secretário destacou dois:

1. Em primeiro lugar, os custos com o transporte marítimo dentro da América Latina são uns dos mais altos, se comparados com outras regiões do mundo, em alguns casos, chegando a representar cinquenta por cento do total com frete.
2. Em segundo lugar, não existe uma política comercial, tampouco de pagamentos, fazendo com que 90% do comércio entre os países da zona sul da região ocorra por meio de convênios bilaterais, empregando contas de compensação (NU. CEPAL, 1955d).

Partilhando desse entendimento:

Houve consenso geral entre as delegações de que esse sistema prejudicava o crescimento potencial das relações comerciais na América Latina e que era necessário coordenar de maneira mais eficaz os regulamentos e procedimentos a esse respeito (NU. CEPAL, 1955e, p.14-15).

Em complemento, a Delegação brasileira reiterou que a falta de um sistema adequado de pagamentos constituía uma trava ao comércio. Sobretudo porque, algumas vezes, tornava difícil determinar o valor equivalente de diversos produtos, tal como ocorria, por exemplo, com o trigo que a Argentina exportava ao Brasil, e a madeira de construção que o Brasil exportava à Argentina (NU. CEPAL, 1955f).

Como forma de melhorar o comércio intrarregional, a Delegação propôs que os países exportadores de matérias primas e minerais buscassem mercados dentro da própria América Latina, ao invés de fora da região, e que os países que importam tais produtos tentassem encontrar seus abastecedores entre os próprios vizinhos (NU. CEPAL, 1955f).

Em alinhamento a tais proposições, e resgatando as propostas de integração surgidas nos períodos de sessões anteriores, o Chile defendeu a necessidade de um Mercado Comum (NU. CEPAL, 1955f).

Tal proposição se baseava nos precedentes da Comunidade Britânica de Nações e da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, assim como se embasava no próprio Estudo E/CN.12/369, o qual enxergava o comércio intrarregional como atenuante dos gargalos do processo de desenvolvimento, ao advogar que:

A cada dia é mais ostensivo na América Latina, que uma orientação deliberada no comércio interlatinoamericano aportaria elementos úteis para a transformação que, na economia dos seus países, impõe o estancamento da capacidade para importar. Problemas de capitalização, abastecimento de matérias primas, substituição de importações e baixa produtividade seriam menos difíceis de resolver se os estados latinoamericanos mancomunassem seus esforços para facilitar a circulação de certos produtos primários essenciais, assegurando, também, uma área comercial maior do que seu próprio país para as produções (NU. CEPAL, 1955a, p.1).

Visando aprofundar a pauta do mercado comum, bem como buscar soluções concretas para o fomento do comércio regional, o Chile e o Uruguai propuseram, por meio do projeto de resolução E/CN.12/AC. 29/5, a criação de um Comitê de Comércio (CC), formado por vinte e três países⁶⁹ (NU. CEPAL, 1955g; NU. CEPAL. CEE, h), cujo objetivo consistia em:

Procurar intensificar o comércio interlatinoamericano - sem prejudicar a expansão do comércio com outras áreas e tomando em conta a necessidade fundamental de aumentar o intercâmbio mundial em seu conjunto - mediante a solução dos problemas práticos que o impeçam ou o entorpeçam, e a preparação de bases que facilitem as negociações comerciais. (NU. CEPAL, 1955i, p.29).

Além dessa pretensão principal, o Comitê concebido no seio da Cepal como um órgão permanente, teria que elaborar fórmulas concretas frente aos problemas comerciais dos países mediterrâneos da América Latina, harmonizando-as com as obrigações, atuais e futuras, de caráter bilateral e multilateral, dos governos

⁶⁹ Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, El Salvador, EUA, França, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Países Baixos, Panamá, Paraguai, Peru, Reino Unido, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

membros, para a apreciação do Secretário Executivo da Cepal, Prebisch, após cada período de sessão.

Para tal, a Comissão reuniu um grupo de especialistas, convidando um intelectual do governo brasileiro (José Garrido Torres) e um argentino (Eusébio Campos) para preparar os estudos a serem apresentados no Primeiro Período de Sessões do Comitê de Comércio (DA SILVA, 2017; WIONCZEK, 1996).

4.2.1 Primeiro Período de Sessões do Comitê de Comércio da Cepal

Considerando a resolução E/CN.12/410, o Comitê de Comércio reuniu-se pela primeira vez na sede da Cepal, em Santiago, Chile, de 19 a 29 de novembro de 1956.

Os temas da ordem do dia, conforme NU. CEPAL (1956a), versaram sobre:

1. A aprovação do regulamento do Comitê;
2. Convênios comerciais e de pagamentos, bem como as últimas reformas cambiais de alguns países latinoamericanos;
3. Problemas derivados do isolamento das contas de compensação e da intransferibilidade dos seus saldos;
4. Possibilidades de incremento do tráfico interlatinoamericano de produtos intermediários e manufaturados;
5. Aprovação do Informe, data e lugar da próxima reunião.

A tomada de decisão, emergida das tratativas debatidas pelos dois subcomitês⁷⁰ criados na ocasião, resultou na aprovação de cinco resoluções⁷¹ relacionadas à ordem do dia. E, os principais fatos e debates destacados giraram torno da: 1. Crescente expectativa dos líderes regionais quanto ao papel do Comitê no processo de cooperação e integração regional que estava sendo projetado; 2. E do início da formulação do projeto de mercado regional latino-americano.

Com relação ao primeiro ponto supracitado, a reunião foi marcada por discursos com forte apelo à cooperação e integração econômica, tal como pode ser visto na fala do ministro de relações exteriores do Chile, Osvaldo Sainte-Marie:

O governo chileno tem o convencimento de que a expansão do comércio

⁷⁰ (I) Convênios e pagamentos; (II) Produtos e mercado regional.

⁷¹ Estabelecimento gradual de um regime multilateral de pagamentos na América Latina (E / CN.12 / C1 / 8); Estudos preliminares para a criação de um mercado regional (E / CN.12 / C.1 / 9); Procedimento para a criação de um mercado regional (E / CN.12 / C1 / 10); Comércio de produtos tradicionais (E / CN.12 / C.1 / 11); Local e data da próxima sessão (E / CN.12 / C.1 / 12).

no seu sentido mundial é uma garantia de estabilidade para todas as nações. Mas, a experiência de países e grupos de países nos demonstra que a cooperação e o entendimento entre unidades com interesses comuns, e a consideração dos problemas econômicos em função de um mercado mais amplo que os nacionais são requisitos indispensáveis para um harmônico desenvolvimento continental e para o sucesso, permanente, da prosperidade que anelam os países da América Latina (NU. CEPAL, 1956b, p2-3).

Tal apelo, especificamente quanto à cooperação econômica, foi reiterado pelo brasileiro Antônio Corrêa do Lago, quando, representando todas as delegações presentes, destacou “a urgente conveniência de aperfeiçoar os sistemas de cooperação regionais a fim de que o progresso de cada uma de nossas repúblicas contribua, efetivamente, para o progresso da coletividade latino-americana” (NU. CEPAL, 1956c, p2).

Representantes de organizações e empresas vinculadas à iniciativa privada também fizeram exposições em defesa da integração. Max Nolff, assessor econômico da Confederação da Produção e Comércio do Chile, destacou a importância de “mancomunar esforços e recursos dos países latino-americanos” (NU. CEPAL, 1956d, p.2), visando, nas palavras de Abraham Scheps, do Conselho Interamericano de Comércio e Produção: “eliminar restrições, derrubar barreiras artificiais e chegar ao grande mercado comum que merece ter a comunidade latino-americana, com base nos exemplos tão alentadores como o da Comunidade Britânica de Nações (NU. CEPAL, 1956e, p.1).

Torcuato Sozio, Diretor da Siam Di Tella, indústria privada automobilística argentina, em sintonia com os demais representantes da iniciativa privada, igualmente destacou:

Temos acreditado e cremos firmemente que a integração industrial e a criação de um mercado regional para a latino-américa pode resultar em uma feliz fórmula para o seu desenvolvimento industrial, tirando boa parte das distorções produzidas na origem e evolução inorgânica de muitas das suas indústrias. Compartilhamos a opinião de que os países latino-americanos têm superado a estrutura típica de países infradesenvolvidos, para alcançar a etapa dinâmica em que atualmente vivem, de economias em desenvolvimento. Alguns países se encontram em fase de crescimento mais avançada, mas, em seu conjunto, têm empenhado metas e aspirações comuns que poderão alcançar mais rapidamente, se se estabelecerem princípios orientados à concretar mercados regionais comuns (NU. CEPAL, 1956f, p.1-2).

Em complemento, Gino Miniatti, diretor secretário da Fiat Someca Concord, discursou que:

Chile, com seus recursos minerais e sua indústria siderúrgica; Brasil, com sua indústria siderúrgica, metalúrgica e mecânica; a Argentina, com suas indústrias mecânicas e seus produtos terminados do setor de mecanização agro, da energia e do transporte, já estão em condições de atuar e de cobrir as primeiras etapas no caminho da cooperação e integração econômica, sob o signo da comum civilização latina e com o mesmo anseio de paz e progresso (NU. CEPAL, 1956g, p.4).

Tais considerações foram reiteradas e amadurecidas nos debates do Subcomitê II, “Produtos e Mercado Regional”, que se dedicou, dentre outras coisas, a iniciar o projeto de definição do Mercado Regional⁷², tomando como ponto de partida o Estudo E/CN.12/C1/4 “Os pagamentos e o mercado regional no comércio interlatinoamericano”, elaborado por José Garrido Torres e Eusébio Campos, após pesquisas na América do Sul (NU. CEPAL, 1956h).

A segunda parte do documento, definido por Prebisch como “o primeiro documento em que se expõe organicamente a ideia de mercado regional” (NU. CEPAL, 1958a, p.9), apresentava a busca pelo mercado comum como um fenômeno resiliente, mas inconcluso, na América Latina e, ao mesmo tempo, defendia que a conjuntura pós 1945 era ideal para retomar o projeto inacabado:

A preocupação com a necessidade de expansão dos mercados nacionais não é nova nos países do Continente. Das várias tentativas, praticamente nenhuma obteve êxito. Tanto no norte quanto no sul da América Latina, iniciativas foram tomadas nesse sentido entre dois e as vezes mais países, mas a meta não foi alcançada por várias causas. Atualmente, as repúblicas da América Central buscam estruturar um mercado único como solução para seus problemas econômicos e como base para o desenvolvimento e a prosperidade que não podem ser fornecidas isoladamente por seus territórios, populações e recursos. O maior grau de maturidade econômica alcançado, uma melhor compreensão dos problemas recíprocos, a dependência dos países latino-americanos para alcançar o progresso que almejam, alguns progressos feitos ou em curso em termos de meios de transporte, inclusive terrestre, e, em especial, a simultaneidade e identidade quanto às dificuldades surgidas nos setores industriais, de comércio exterior e de pagamentos - este último, sobretudo, na América do Sul -, são fatores que já estão contribuindo para criar um clima propício para reconsiderar, com realismo, e na perspectiva correta, a questão da utilidade de encontrar soluções gerais para problemas que são comuns aos países latino-americanos e que não se limitam apenas ao aspecto industrial (NU. CEPAL, 1956h, p.19-20).

Ainda apresentando a cooperação e integração econômica como fenômenos

⁷² O Estudo conceituou a categoria “mercado regional” como: [...] território comercial comum que pode abrir acordos e concluí-los entre mais de dois países a determinadas produções das partes contratantes, sem eliminar a possibilidade de adesão, imediata ou posterior, dos demais países da zona e deixando, por conseguinte, aberto a essa adesão. [...] Esta expressão se refere especialmente à América do Sul (NU. CEPAL, 1956h, p.23)..

resilientes, o documento não possuía um viés particularista, ele destacava que essa era uma tendência mundial em ascensão pós-guerra. Inclusive, pioneiramente, fazia alusão a debates, em torno da categoria regionalismo “fechado” V.S. “aberto”, que só se consolidariam em décadas posteriores:

Aqueles que defendem a ideia do mercado regional, certamente não percebem o conceito "regionalista" no sentido excludente dessa expressão. Pelo contrário, consideram que o desenvolvimento econômico latino-americano poderia verse substancialmente estimulado por um intenso aumento do comércio com outras áreas econômicas. Além disso, a ideia do mercado regional traduziria uma tendência que hoje se deixa perceber em todo o mundo. A economia universal parece estar evoluindo no sentido de se organizar de acordo com grandes espaços econômicos "integrados" e não mais em termos de países isolados. Isso não significa necessariamente que as relações econômicas internacionais devem ocorrer entre grandes blocos monolíticos, pois o fluxo de capital e comércio continuará a ocorrer entre país e país. O fenômeno significa que, identificados em certa medida, os países buscariam o desenvolvimento natural a partir de seus próprios mercados em territórios mais ou menos contíguos, e aumentariam sua estabilidade econômica mitigando sua dependência, hoje excessiva, de centros comerciais distantes. Se estaria assim penetrando em uma nova fase, a da interdependência regional, na qual o velho binômio do livre comércio - indivíduo e mercado mundial - que se transformou para incluir a entidade "nação", agora, se expandiria com o elemento "mercado regional" (NU. CEPAL, 1956h, p.23)

Nesse cenário, tal como deixou claro Prebisch (NU. CEPAL, 1956i), buscar-se-ia evoluir para um mercado regional de forma paulatina e gradual, começando, pragmaticamente, por aqueles países ou subregiões cujas circunstâncias fossem mais propícias, sem recorrer a fórmulas prontas, muitas vezes importadas, que não levavam em conta a especificidade da Região:

Muitas vezes vi que fórmulas generosas de aproximação econômica entre os países latino-americanos fracassaram por ambicionar abarcar tudo, por pretender reger todas as relações comerciais entre dois países ou grupo de países; e em todas essas ocasiões me perguntei se, diante dessa evolução da indústria nos países mais avançados, não haveria possibilidade de acordos mais limitados antes de tentar encontrar uma solução para todos os problemas.

Por exemplo, poderíamos escolher uma série de produtos de indústrias a serem estabelecidas ou que ainda estão em um estado incipiente, especialmente aqueles que são complexos e exigem mercados amplos, e tratar de estabelecer certas fórmulas de reciprocidade industrial com base em listas limitadas onde cada país saiba o que está fazendo e para onde está indo e sem dar a impressão, de que outras vezes tem dado, de saltar para o vazio. Talvez tenha chegado o momento favorável para levantar o problema do mercado comum para certos produtos. Deixar de lado as indústrias existentes em todos os países para não criar interrupções desnecessárias a elas; e levar em consideração aquelas que ainda não existem — aquelas que estão em um estado incipiente — esses tipos de iniciativas que são de grande importância, mas talvez coloquem um fardo muito grande sobre o país por seu custo e nas quais a ampliação de um mercado comum poderia ter efeitos positivos qual ele, escolhendo todas essas indústrias e olhando para essa base para como forma de chegar a

um entendimento. Essa seria a abordagem que eu me permitiria fazer, evitando fórmulas mais gerais pelas razões aqui destacadas (NU. CEPAL, 1956i, p.73-74).

Em alinhamento às diretrizes de Prebisch, o Estudo projetava duas etapas para o programa de integração:

Seria necessário, primeiro, considerar quais indústrias, no estado incipiente ou ainda não estabelecidas, exigiriam que, para sua instalação ou desenvolvimento, se contasse desde cedo com o mercado regional, dada a capitalização e o consumo requeridos para o seu funcionamento; em segundo lugar, quais outras, dentre as já existentes no centro nacional, dependem do mesmo mercado para a redução de custos e para expansão futura. Entre aquelas estariam, principalmente, as de bens de produção e algumas de bens de consumo duráveis; entre estas figurariam, sobretudo, as indústrias de bens de consumo (NU. CEPAL, 1956h, p.30).

Visando alcançar tais etapas, foi proposta a resolução E/CN.12/ C.1/10 a qual consensuava:

Que a industrialização da América Latina é uma exigência imposta pela necessidade de utilizar de forma mais eficiente os recursos humanos e naturais disponíveis, na forma de aumento de produtividade e, com isso, do bem-estar da população;

Que o futuro desenvolvimento industrial da América Latina, e especialmente o das indústrias básicas, além de outros fatores, requer mercados amplos que lhes permitam uma dimensão econômica adequada e produção a baixos custos em condições competitivas;

Que os grandes investimentos exigidos por tais indústrias tornam essencial, entre outros estímulos, o de mercados mais amplos do que hoje; e

Que os mercados dos países latino-americanos, tomados individualmente, podem ser insuficientes para permitir o desenvolvimento das indústrias ditas acima, em uma base técnica eficiente (NU. CEPAL, 1956i, p.44).

Ao levar em conta o supracitado, a Resolução sugeria a criação de um Grupo de Trabalho, a ser chancelado pela Cepal no seu próximo período de sessões, com objetivo de: 1. Definir as características do mercado regional, levando em consideração os variados graus de industrialização das economias regionais; 2. Estudar suas possibilidades e projeções; e 3. Fazer recomendações sobre como deveria ser o acordo e os procedimentos para a implantação da integração.

4.3 SÉTIMO PERÍODO DE SESSÕES

Nesse cenário de avanço da pauta regionalista, aconteceu na Bolívia, na cidade de La Paz, do dia 15 a 29 de maio de 1957, o Sétimo Período de Sessões da Cepal.

Os temas da ordem do dia, conforme NU. CEPAL (1978), versaram sobre:

1. Tendências da produção e taxa de crescimento do desenvolvimento econômico, situação da balança de pagamentos e comércio exterior;
2. Medidas para mitigar a vulnerabilidade externa dos países latino-americanos;
3. Problemas relacionados à mão de obra e mudanças estruturais na economia;
4. Situações decorrentes da transferência de tecnologia do exterior que frequentemente acompanham o investimento privado direto;
5. Integração econômica da América Central e perspectivas para o mercado regional da América Latina;
6. Observação sobre progresso do mercado comum europeu e análise de suas possíveis repercussões na região;
7. Problemas e políticas dos setores industrial, energético e de mineração;
8. Situação e perspectivas da produção agropecuária e madeireira.

A tomada de decisão, emergida das tratativas debatidas pelos quatro comitês⁷³ criados na ocasião, resultou na aprovação de vinte e cinco resoluções⁷⁴ relacionadas à ordem do dia. E, os principais fatos e debates destacados, na

⁷³ (I) Comércio; (II) Desenvolvimento econômico, indústria e energia; (III) Agricultura; (IV) Programa de trabalho, coordenação e outras matérias.

⁷⁴ (149) Regime de pagamentos intrarregionais; **(150) Mercado regional da América Latina;** **(151) Informe sobre pagamentos e mercado regional aos governos e à Conferência Econômica da Organização dos Estados Americanos;** **(152) Reunião do Comitê de Comércio;** (153) Estudo do comércio de produtos; (154) Transporte inter-latino-americano; **(155) Impacto do mercado comum europeu;** **(156) Comércio dos países mediterrânicos;** **(157) Integração econômica da América Central;** (158) Aspectos sociais do desenvolvimento econômico; (159) Assistência técnica; (160) Registro de especialistas para assistência técnica; (161) Transformação do ferro e aço e indústrias siderúrgicas; (162) Grupo consultivo sobre papel e celulose; (163) Reunião especial para a indústria de mineração; (164) Energia nuclear; (165) Aproveitamento de rios e lagos; (166) Substituição de importações; (167) Estudo das tendências e perspectivas da produção e consumo de madeira na América Latina; (168) Produtividade na agricultura; (169) Explorações agrícolas insuficientes; (170) Estudos sobre café; (171) Programação e preparação setorial e regional, apresentação e avaliação de projetos; (172) Edifício para a CEPAL das Nações Unidas no Chile; (173) Local e data do Oitavo Período de Sessões.

temática da integração e cooperação regional, se concentraram no Comitê I “Comércio”.

Em linhas gerais, tal como evidencia NU. CEPAL (1957a; b), os trabalhos do Comitê I foram marcados por calorosos debates sobre as repercussões do mercado comum europeu. Dentre outros aspectos, a associação do projeto de mercado comum latino-americano ao processo de integração em andamento na Europa, era uma pauta que, recorrentemente, vinha aparecendo nas reuniões dentro e fora dos períodos de sessões da Comissão, inclusive, sendo objeto de debate na reunião de *Experts* da Indústria Siderúrgica e de Transformação de Ferro e Aço, celebrada em São Paulo, de 15 a 28 de outubro de 1956.

Na ocasião, a Alta Autoridade da CECA apresentou o documento “Notas sobre a criação, funcionamento e realizações de um mercado comum” em que, dentre outras coisas, respondia o que era o mercado comum e contextualizava as circunstâncias sob as quais surgiu a CECA:

As duas guerras que, no decorrer de vinte e cinco anos, assolaram o continente e a crise social e econômica sem precedentes que se registou no período intermédio desempenharam um papel importante. Os estados europeus se viram obrigados a fechar-se em suas conchas, a aplicar uma série de medidas defensivas e agressivas e a introduzir de forma sistemática no setor econômico as rivalidades nacionais que até então se havia limitado ao setor político.

Tais manobras foram eficazes durante algum tempo, mas vieram a debilitar algumas de nossas economias nacionais, a estrangular o desenvolvimento de outras, a criar rivalidades políticas entre os estados e, ainda, fez com que a Europa perdesse grande parte da sua importância e influência em um mundo impulsionado por avanços tecnológicos rumo à formação de grandes blocos unificados.

Depois da segunda guerra mundial, se agudizou na Europa a necessidade de superar essa situação e foram feitos esforços destinados à alcançá-las. Em 1948, se criou a Organização de Cooperação Econômica Europeia e, em 1950, a União Europeia de Pagamentos. [...] Tendo presente estes fatos e com o afã, também, de ver a Alemanha integrada por completo com uma Europa em que já não existia inimizade franco-germânica, seis países responderam ao chamado feito pelo Sr. Robert Schuman em maio de 1950. Em 18 de abril de 1951 se firmou o tratado que estabelece a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (NU. CEPAL, 1956l, p.2-6).

Tal como supracitado, partilhando do entendimento de que as motivações da integração europeia destoavam das latinas, Prebisch discursou:

O problema é muito mais difícil na América Latina do que na Europa pois, [...], alí se tratava de reconstruir e recuperar formas de integração que existiam anteriormente e que haviam sido destruídas pelas vicissitudes da guerra mundial e das crises econômicas. Em contraste, na América Latina essa intercomunicação econômica entre nossos países não existia antes, exceto em certos casos e com relativamente pouca amplitude. E, precisamente, isso não existia porque - dado esse esquema da divisão internacional do trabalho - nosso comércio era realizado quase

exclusivamente com grandes centros industriais. Consequentemente, não havia sido levantada a necessidade de estimular o comércio interlatino-americano, nem na primeira etapa do desenvolvimento industrial, quando é mais fácil alcançar uma dimensão mais conveniente nas indústrias de consumo no mercado nacional.

Mas agora que estamos entrando em indústrias mais complexas que exigem mais investimento - e nas quais a estreiteza do mercado costuma ser um fator limitante sério - a análise das possibilidades do mercado comum nos parece urgente (NU. CEPAL, 1956m, p. 11).

Apesar de o regionalismo ser uma tendência da época, Prebisch antevia que a CECA surgiu para integrar economias já industrializadas e com papel na divisão internacional do trabalho totalmente diferente do qual estava incumbida a América Latina. Tal advertência foi reiterada no seu discurso durante a abertura da primeira reunião do Grupo de Especialistas em Mercado Regional, proposto, outrora, pelo CC via resolução E/CN.12/ C.1/10.

A partir de então, a associação “desenvolvimento econômico” e “integração” passou a se tornar uma tese em ascensão, que extrapolou a fronteira institucional da Cepal, configurando-se como um projeto regional - tal como ficou nítido durante a Conferência Econômica dos Estados Americanos, celebrada em 1957, em Buenos Aires, onde os governos do hemisfério mancomunaram: “a conveniência de estabelecer gradual e progressivamente, de forma multilateral e competitiva, um mercado regional latino-americano” (NU. CEPAL, 1958a, p.2).

4.3.1 Primeira Reunião do Grupo de Especialistas em Mercado Regional

Nessa conjuntura de avanço do projeto de integração, aconteceu no Chile, na cidade de Santiago, sede da Cepal, do dia 3 a 11 de fevereiro de 1958, a primeira reunião do Grupo de Especialistas em Mercado Regional, composta por representantes de vários países e segmentos da elite latino-americana, a citar:

1. José Garrido Torres: Presidente do Conselho Nacional de Economia do Brasil.
2. Rodrigo Gómez: Diretor Geral do Banco do México, S.A., do México.
3. Flavian Levine: Professor da Universidade de Qiiie e Gerente da Companhia de Aço do Pacífico (Huachipato).
4. Eustaquio Méndez Delfino: Presidente da Bolsa de Valores de Buenos Aires e Ex-presidente da Comissão Nacional Honorária de Economia e Finanças da Argentina.
5. Juan Pardo Heeren: Ex-ministro da Fazenda do Peru.
6. Galo Plaza: Ex-presidente da República do Equador.

7. Joaquín Vallejo: Ex-ministro de Fomento da Colômbia.

A reunião iniciou-se com um discurso de abertura de Prebisch, no qual o Secretário Executivo, ao tratar dos efeitos do deslocamento do epicentro da economia mundial da Europa para os EUA pós 1945:

1. Diferencia as motivações que levaram a adoção do Mercado Comum europeu das que estariam induzindo o incremento de novas formas de integração econômica na América Latina.
2. Destaca o quanto esse processo era basilar para a industrialização endógena e autônoma da região.
3. Deixa claro que a integração, via incremento das exportações industriais, seria um passo rumo à mudança da inserção internacional da América Latina em uma ordem internacional cada vez mais avançada.

Com relação ao primeiro ponto, reiterando o que foi dito um ano antes, Prebisch advertiu quanto ao risco em torno do qual residia associar o processo de integração europeu com o projeto que estava sendo arquitetado na América Latina:

É inquestionável que a constituição do mercado comum europeu tem a vir a apresentar uma luz muito especial aos problemas de intercâmbio latino-americano. A influência que este acontecimento, de tanta significação, tem tido e está tendo sobre a América Latina é evidente, tanto no positivo quanto no negativo, nas vantagens como nos prejuízos. Mas **essa mesma reflexão poderia talvez levar a estabelecer similitudes errôneas se não se destacam, suficientemente, as sérias diferenças que este último apresenta com relação ao projetado mercado regional latino-americano.**

Antes de tudo, não devemos esquecer que **a Europa, anterior à primeira guerra mundial, já possuía um forte grau de integração, que as tentativas de cooperação econômica entre os países europeu a partir desse acontecimento têm estado direcionadas a restabelecer esse alto grau de interdependência**, dando-lhe, por suposto, o novo conteúdo que a evolução econômica aconselhava.

Em via contrária, **na América Latina essa interdependência é incipiente**. Na realidade, o desenvolvimento histórico da economia dos países latino-americanos tem levado cada um deles a buscar, insistentemente, sua convergência com os grandes centros industriais. É tanto que se tem registrado uma articulação - **para não dizer integração** - com os grandes centros, tem existido escassíssimos contatos entre nossos países. Portanto, **enquanto que na Europa o mercado comum corresponde ao desígnio de reestabelecer uma integração que se havia perdido**, dando-lhe as formas cada vez mais avançadas que impõe a mesma técnica moderna, **na América Latina este movimento, rumo a uma maior comunicação econômica, não trata de reestabelecer velhas formas, mas sim de buscar outras novas em função dos problemas de desenvolvimento, especialmente, de industrialização que vão surgindo na América Latina** (NU. CEPAL, 1958b, p. 1-2, grifos nossos).

Para Prebisch, o retorno da busca pela interdependência e correlata integração europeia, recém-desembocada no Tratado de Roma de 1957, consistia em:

[...] um fenômeno de adaptação - de adaptação muito atrasada, por sinal - às novas modalidades que têm surgido no mundo econômico a partir do deslocamento do centro dinâmico da economia internacional da livre iniciativa do Reino Unido para os Estados Unidos [...] (NU. CEPAL, 1958b, p. 2).

Partindo do entendimento de que a integração europeia era uma adaptação a uma tendência inaugurada a partir do que, *a posteriori*, ficaria conhecido como “transição hegemônica” e, ao mesmo tempo, sintetizando uma das teses centrais da Cepal (desenvolvida nos períodos de sessões anteriores), Prebisch detalhou:

O Reino Unido, como centro dinâmico principal do mundo do passado, se caracterizou por ter uma proporção considerável do comércio mundial dentro da sua economia. Não devemos esquecer que no apogeu desse centro 35 por cento do ingresso nacional britânico se dedicava a importações. Quando os Estados Unidos começaram a cumprir a função de novo centro dinâmico, já haviam reduzido seu coeficiente de importações a 5 por cento do seu ingresso, cifra que logo seguiu baixando até chegar a oscilar entre 2 a 3 por cento, com tendência a subir ligeiramente.

Esta divergência tem para mim uma importância fundamental. Quando o centro dinâmico principal tem um alto coeficiente de importações, permite que os outros centros e a periferia da economia mundial tenham também um alto coeficiente de importações. Quando os centros comprimem seu coeficiente de importações, obrigam todo o resto do mundo a buscar fórmulas para comprimi-lo também. E é o que tem ocorrido depois da primeira guerra mundial com a economia europeia. Acostumada com as fórmulas altamente convenientes do comércio multilateral, a Europa teve que comprimir suas importações devido ao acontecimento destacado. E as comprimiu não só com relação ao novo centro dinâmico, como também cada país europeu o fez com os demais países da Europa, assim como com o resto do mundo e sobreveio, assim, o deslocamento da economia europeia. Essas profícuas e intensas relações de intercâmbio que antes existia entre os países da Europa se viram subitamente deslocadas pela necessidade de importação e pela escassez de dólares, para falar em termos genéricos. Assim se chegou ao bilateralismo europeu, que não é se não a tentativa de defender o intercâmbio da falta de meios de pagamentos conversíveis. A defesa foi feita com todo afã, por cima de todos os transtornos que o bilateralismo traz consigo, até que, na segunda guerra mundial e no pós guerra, apareceram esforços mais inteligentes, mais amplos, primeiro através da união de pagamentos e da liberalização do comércio entre os países europeus e, depois, através do mercado comum, para romper definitivamente o sistema bilateral e intensificar um intercâmbio dentro da Europa Ocidental, qualquer que seja a quantidade de comércio com a zona do dólar.

Aqui está o princípio essencial: resguardar o intercâmbio, na área que tem todas as condições para ser intenso e profícuo, de qualquer alternativa que possa oferecer o resto do mundo, em outros termos, manter e desenvolver entre os países europeus um alto coeficiente de importações por mais baixo que seja o coeficiente de importações com a zona do dólar (NU. CEPAL, 1958b, p. 3-4, grifo nosso).

Para o Secretário Executivo da Cepal, a integração europeia foi uma forma encontrada pelas economias para atenuar as dificuldades acentuadas pelo baixo coeficiente de importação do principal centro da economia mundial da época. Entretanto, ele não negava que esse fenômeno do Centro não tivesse incidido sobre as periferias:

Os países latino-americanos convergiam as suas relações econômicas para o Reino Unido e o conjunto dos países europeus, e depois para os Estados Unidos, com escassíssimo intercâmbio entre eles mesmos. Este fenômeno de deslocamento do centro do intercâmbio mundial e a tendência de restrições das importações não somente afetou a aqueles núcleos em que se debilitava o intercâmbio, como também debilitou o escasso intercâmbio entre os próprios países latino-americanos (NU. CEPAL, 1958b, p. 4).

No entanto, além de sofrer os efeitos do baixo coeficiente de importação norte-americano, a periferia latina tinha que lidar com a agudizada Deterioração dos Termos de Troca – característica do papel que ocupava na Divisão Internacional do Trabalho.

Exportamos produtos primários cuja demanda no mundo - por razões bem conhecidas tanto de caráter econômico como de caráter tecnológico - tende a crescer com menos intensidade que nossa demanda por produtos manufaturados (NU. CEPAL, 1958b, p. 5).

Nesse sentido, apesar de o Regionalismo Latino-Americano ser um fenômeno resiliente, com propostas datadas desde o século XIX, os projetos aqui concebidos não avançaram para processos de integração e cooperação, econômicas e políticas, porque as relações da América Latina estavam voltadas *hacia afuera* ao invés de *hacia adentro*, fazendo com que o grau de interdependência econômica fosse baixo. Somou-se a isso, o fato de os países latino-americanos terem aplicados convênios bilaterais visando, nas palavras de Prebisch: “defender-se desse estado de coisas, com resultados sumariamente limitados em alguns casos, muito pouco convincentes em outros e, geralmente, desastrosos por todas as complicações que acarretam (NU. CEPAL, 1958b, p. 4).

Para o argentino, apesar das etapas avançadas da Industrialização por Substituição de Importação demandar amplos mercados, cada país estaria tocando isoladamente a sua industrialização – de tal modo que o comércio regional, “longe de ser aberto, tem se tornado cada vez mais fechado” e isso trouxe “consequências muito sérias no passado e que serão muito mais sérias no futuro, e não somente nos países grandes, com também nos países pequenos, nos países menos avançados da América Latina” (NU. CEPAL, 1958b, p. 6).

Perplexo quanto à falta de integração das economias latino-americanas, mesmo em um contexto em que quase todos os países estavam adotando em maior ou menor grau as etapas de industrialização, o Argentino indagava o Grupo de Especialistas em Mercado Regional:

Que me influencia pergunto e pergunto a vocês - tem tido o intenso desenvolvimento econômico do Brasil, nos tempos recentes, ou o da Argentina, em tempos anteriores, sobre as economias do Paraguai ou da Bolívia? Que influencia tem tido o desenvolvimento da indústria argentina sobre a industrialização uruguaia? Nenhuma, a não ser algum intercâmbio esporádico e de contrabando. Pois bem, de um lado ao outro do Rio de La Plata se tem instalado as mesmas indústrias, muitas delas com custos muito elevados, sem tentativa alguma de integração ou alívio das restrições que têm estabelecidos esses países (NU. CEPAL, 1958b, p. 6-7).

Para Prebisch, as economias latino-americanas deveriam especializar-se, produzir em grande escala, se tornando mais competitivas, compartilhando esforços e, sobretudo, mercados. Partindo desse entendimento, o Secretário Executivo novamente incitava o Grupo de Especialistas:

Será que a América Latina, que está ansiosa para elevar o seu nível de vida aproveitando a técnica moderna, vai poder tirar todos os frutos dessa técnica se segue parcelada em 20 compartimentos estancos? [...] Se não fazemos e seguimos como até agora, América Latina daria este espetáculo insólito no mundo: o de ser a única região extensa e de grande população que está trabalhando industrialmente isolada. Europa resolveu seu problema; o mundo soviético tem resolvido; o está fazendo a Índia que tem seus 400 milhões de habitantes e pode ter um alto grau de especialização. Somente na América Latina se estaria tratando de fragmentar a técnica produtiva em desterro do seu nível de vida e da industrialização. E algo mais, Senhores. A disparidade destacada entre o desequilíbrio entre as exportações e importações ocorre, não porque estamos industrializando, mais porque a industrialização está se produzindo dessa forma antieconômica e fragmentada. **Se nos fala de desenvolver as exportações industriais, podemos fazer e devemos fazer dentro da nossa região** (NU. CEPAL, 1958b, p. 9, grifo nosso).

Para o Argentino dever-se-ia priorizar a região porque:

Toda aquela teoria da divisão internacional do trabalho, baseada na distribuição de esforços e benefícios entre países que produzem matérias-primas e aqueles que produzem produtos industriais, é economicamente falsa, pois não reflete as necessidades dos países em desenvolvimento. A concorrência entre desiguais na industrialização não é possível, mas se pouco a pouco nos aproximarmos, já que não há igualdade, pelo menos a certa comparabilidade de normas técnicas, abrirá uma possibilidade mais lucrativa de intercâmbio entre países desta parte do mundo e países mais desenvolvidos, porque estamos em posição de enviar não apenas produtos primários, mas também industriais. O grau de desigualdade se fará reduzido e nos situaremos em melhor posição para intervir no comércio internacional (NU. CEPAL, 1958b, p. 11).

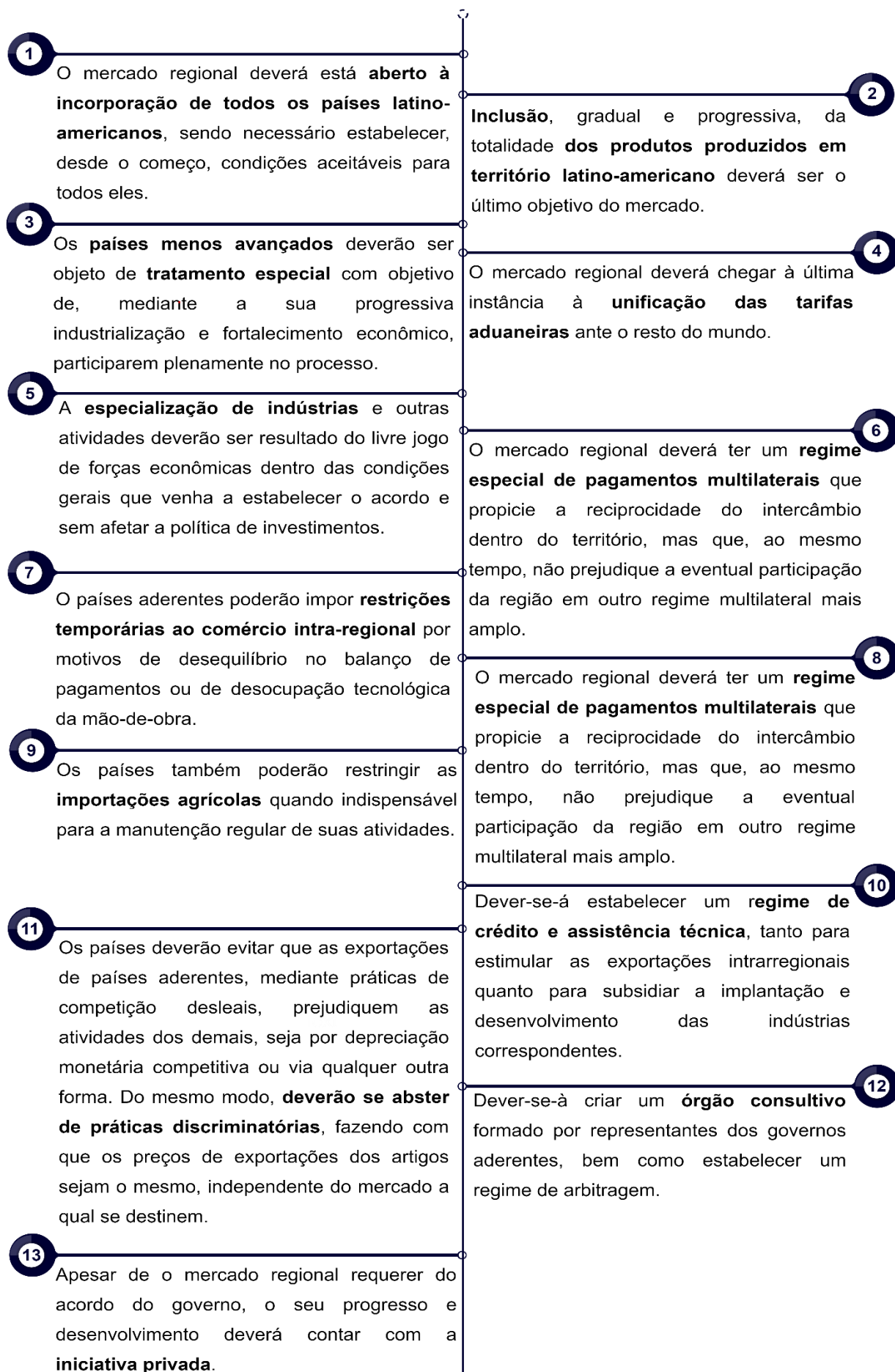
Apesar disso, vale destacar que a intenção não era promover o que, *a posteriori*, a literatura chamaria de “regionalismo fechado”:

Na livre concorrência, uma América Latina bem industrializada poderia buscar alívio através de seu comércio internacional, de formas de exportação industrial que complementem as exportações primárias que estão sendo feitas atualmente. Isso não significa que as oportunidades que estão surgindo e que serão acentuadas nos próximos anos possam ou não ser negligenciadas. Uma delas merece menção especial, pois está relacionada ao problema que vamos considerar. Devido ao esgotamento de suas minas de ferro, a Europa está sendo forçada a importar uma proporção crescente desse minério. De acordo com os cálculos efetuados pelas autoridades competentes, essa proporção aumentará muito acentuadamente nos próximos anos. E a América Latina, se agir de maneira inteligente e coordenar seus esforços, poderá ter aqui uma oportunidade, não ilusória ou utópica, mas muito positiva, de exportar não apenas minério de ferro, mas também lingotes ou produtos de ferro com algum grau de elaboração. [...] Isso nos dá a ideia do que uma ação coordenada pode significar para a América Latina. Acredito que, por meio de arranjos adequados para a integração econômica ou trocas mais intensas - para não me ater a um termo dado - **as nações latino-americanas estariam em condições cada vez mais favoráveis, não apenas para tirar proveito dos mercados latino-americanos, mas também dos mercados estrangeiros.** Essa consideração é muito importante para demonstrar aos grandes centros industriais que tais acordos não serão contrários aos seus interesses fundamentais. A América Latina compra desses centros na medida em que eles compram seus produtos. A existência de um mercado regional na América Latina ou fórmulas progressivas de troca não levará os países da América Latina a comprar menos do que a Europa ou os Estados Unidos compram deles. Simplesmente mudará a composição das importações. Pararemos de comprar uma certa quantidade de alguns produtos para comprar outros [...] Portanto, cabe afirmar que um arranjo bem acordado entre os países latino-americanos não tenderia a prejudicar o comércio com os grandes centros; apenas tenderia a dar-lhe uma composição mais favorável para a América Latina (NU. CEPAL, 1958b, p. 10-11, grifo nosso).

A Integração, na medida em que contribuísse para a redução dos custos, capacitaria algumas linhas das exportações industriais da América Latina para competir no mercado externo. A redução de tarifas entre os países latinos tenderia a estabelecer o espírito da concorrência, beneficiando a política de industrialização. Dentro desse novo ambiente, o destaque de setores mais eficientes desenvolveria, gradativamente, uma corrente de exportações industriais para o resto do mundo – concebendo, assim, novas formas de intercâmbio comercial diferentes, *per si*, da secular e desvantajosa troca de matérias primas por produtos industrializados (BIELSCHOWSKY, 2000).

Depois do discurso inaugural de Prebisch, as atividades institucionais do Grupo de Trabalho se adensaram, culminando na produção treze diretrizes sobre o projeto de integração latino-americana – tal como ilustra a figura a seguir:

Figura 16 - Diretrizes do projeto de integração latino-americana



Esses pontos, de certa forma, desenhavam o projeto da Cepal, visando simplificar a complexa e inusitada tarefa sobre a qual os países da região iriam se debruçar pós-1959, isto é: “traduzir a estrutura prévia e as normas centrais em projetos concretos e quantificar as metas de redução de direitos, impostos e restrições acerca das transações comerciais latino-americanas” (DÁLIO, 2016, p. 17). Nesse ínterim, aconteceu o segundo período de sessões do Comitê de Comércio, e o último período de sessões da Cepal da década de 1950.

4.3.2 Segundo Período de Sessões do Comitê de Comércio da Cepal

Conforme NU. CEPAL (1959a), o Comitê de Comércio reuniu-se pela segunda vez no Panamá, de 11 a 19 de maio de 1959 para considerar a seguinte ordem do dia:

1. Bases para o estabelecimento de um mercado comum e exame da sua possível estrutura;
2. Normas principais para o funcionamento dessa integração;
3. Pagamentos.

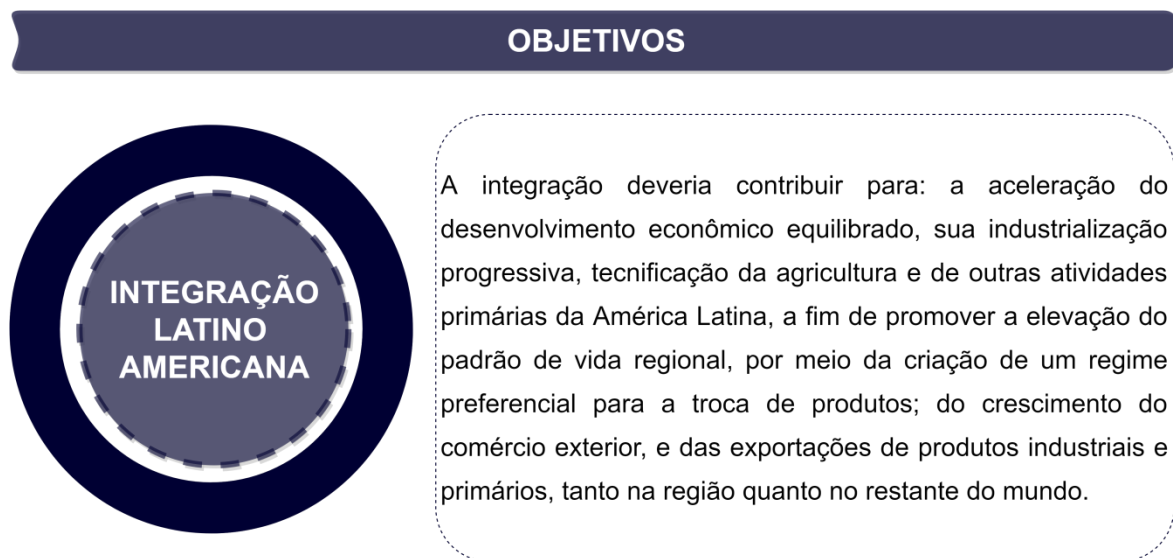
A tomada de decisão emergida das tratativas debatidas resultou na aprovação de cinco resoluções⁷⁵, e os principais fatos e debates destacados giraram torno do avanço, quanto à concretude, do projeto de integração que se estava configurando.

A partir do documento E/CN.12/C.I/WG.2/7 “Possíveis Alternativas para o Estabelecimento do Mercado Regional Latino-americano”, apresentou-se:

1. Os objetivos;
2. A forma jurídica;
3. A amplitude; e
4. Os núcleos iniciais do projeto – tal como elucidam as ilustrações abaixo.

⁷⁵ Trabalhos tendentes à constituição do mercado comum latino-americano; Nomenclatura alfandegária uniforme; Estudo do problema dos pagamentos latino americanos, difusão dos objetivos do mercado comum (NU. CEPAL, 1959b).

Figura 17 - Objetivos da Integração Latino-americana



Fonte: Elaborado a partir de NU. CEPAL, 1959b.

Tais objetivos deveriam ser respaldados sob a forma jurídica de uma zona de livre comércio, com vistas à gradual transformação em união aduaneira⁷⁶ (NU. CEPAL, 1959b) – que se daria em duas etapas:

A primeira etapa, com duração de dez anos, terá como objetivo a redução substancial, entre os membros do Acordo, de direitos aduaneiros e encargos de efeito equivalente e a eliminação de outras restrições (NU. CEPAL, 1959b, p.6).

Tendo em vista o objetivo futuro da livre circulação de pessoas, mercadorias, bens e serviços, previa-se que:

- a) no primeiro ano do Acordo, uma redução percentual uniforme será aplicada a cada um dos direitos aduaneiros e uma redução equivalente das outras restrições;
- b) dentro de cinco anos após a validade do Acordo, as restrições não-tarifárias serão eliminadas ou transformadas em direitos aduaneiros [...]; e
- c) dentro de dez anos da primeira etapa, os direitos aduaneiros e outros encargos de efeito equivalente continuarão a diminuir até atingir os níveis médios estabelecidos (NU. CEPAL, 1959b, p.7).

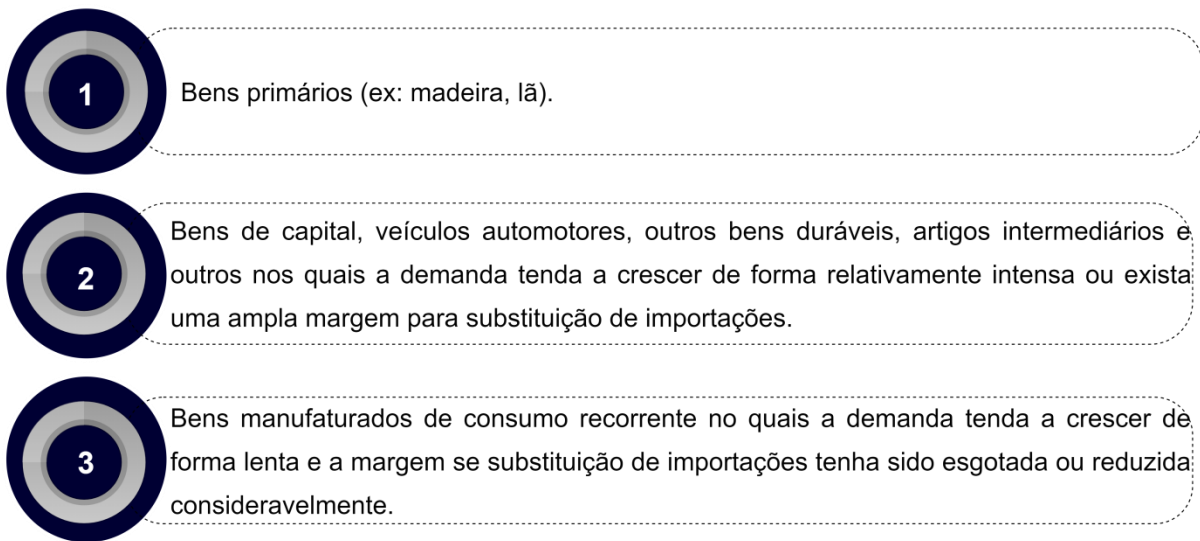
Na segunda etapa, se ampliaria a redução de direitos e de outros gravames. E, na medida em que essa redução progredisse, se eliminariam gradualmente as demais preferências outrora aplicadas, com vista a favorecer a especialização e/ou complementação latino-americana (NU. CEPAL, 1959b).

Visando implementar o regime aduaneiro e a liberalização, metodologicamente,

⁷⁶ Entretanto, o Comitê ressaltava que: “a escolha da fórmula da zona de livre comércio e sua evolução para a união aduaneira não implica, de forma alguma, seguir estritamente padrões pré-estabelecidos, mas sim um esforço para adaptar esses padrões à realidade latino-americana” (NU. CEPAL, 1959b, p.17).

a classificação dos produtos deveria ser realizada conforme a figura abaixo:

Figura 18 - Classificação dos produtos



Fonte: Elaborado a partir de NU. CEPAL, 1959b.

Para o primeiro, salvo exceções, poder-se-ia eliminar totalmente os impostos, além de outros gravames comerciais. Quanto ao segundo, traçou-se a meta de reduzir os impostos, paulatinamente, ao patamar mais baixo possível. No que diz respeito ao terceiro – visto que sua demanda era pouco dinâmica, pois havia produção em quase todos os países – pedia-se, apenas, uma redução moderada dos impostos de forma gradual e controlada (NU. CEPAL, 1959b).

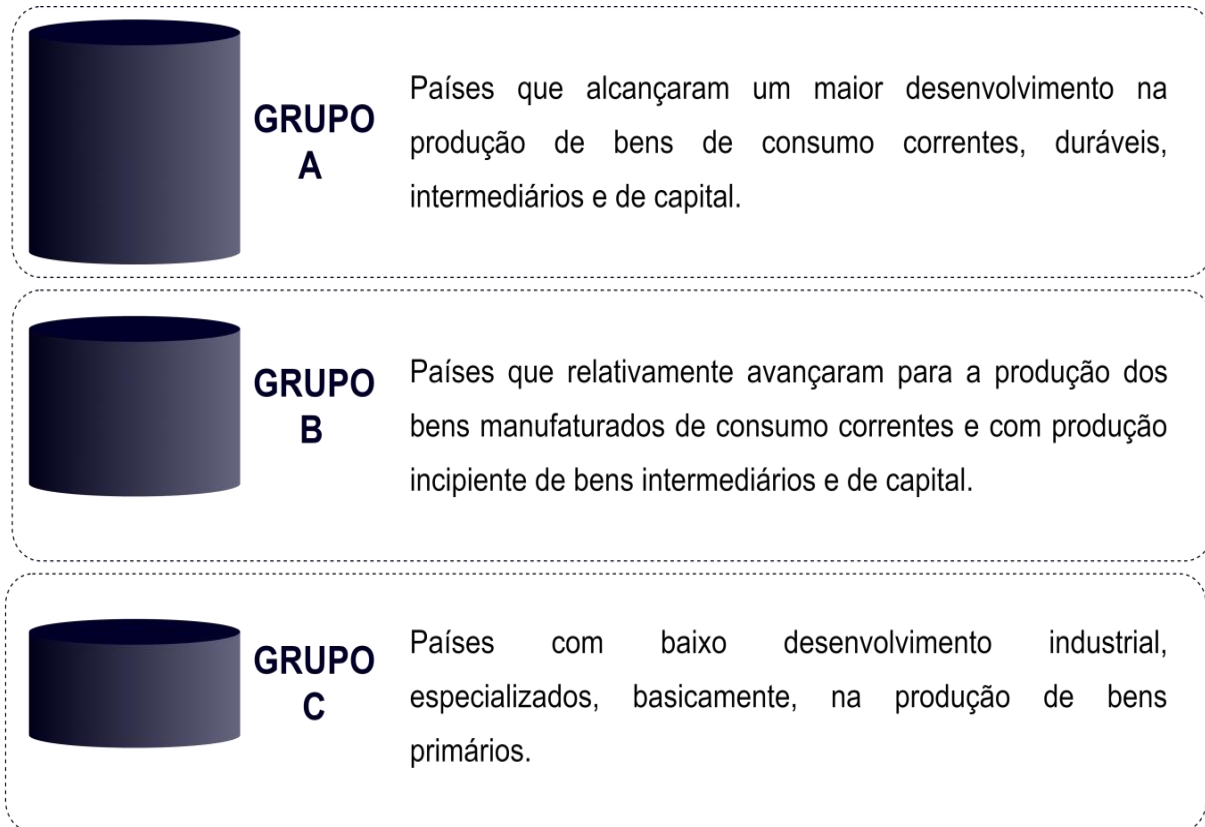
Além dessa classificação de produtos, foi proposto um regime diferencial entre os países industrializados, de industrialização baixa e de industrialização incipiente:

A fim de estimular o desenvolvimento dos países de industrialização incipiente e facilitar seu acesso aos benefícios do mercado comum, será estabelecido um tratamento diferenciado a seu favor.

Com este objetivo, se fará uma classificação dos países da América Latina baseada na margem disponível de substituição de importações que existe entre eles, e na potencialidade e exportação que ofereçam em cada uma das categorias de bens mencionados (NU. CEPAL, 1959b, p.8).

Para tal, os países foram estratificados em três grupos, tal como elucida a ilustração abaixo:

Figura 19 - Estratificação dos países



Fonte: Elaborado a partir de NU. CEPAL, 1959b.

Dada as diferenças entre os graus de desenvolvimento econômico dos países da América Latina, e as dificuldades práticas inerentes ao processo, a redução tarifária – apesar de gradual – não seria uniforme. Ela se estabeleceria de acordo com essa classificação de grupo de países e categoria de produtos. Tal como consta no relatório da Secretaria Executiva:

O mercado comum deveria dar oportunidades iguais de aceleração do desenvolvimento a todo e qualquer país latino-americano. Mas, como as situações relativas dessas nações são desiguais, em virtude de seus diferentes graus de evolução, impõe-se um tratamento diferenciado para conseguir, na medida do possível, essa igualdade de oportunidades em relação ao mercado comum (CEPAL, 2000, p.350).

Com tal prudência, tinha-se em mente proteger a produção existente – da primária à industrial – adotando um gradualismo temporário. Quanto às indústrias ainda não existentes ou em estágios incipientes de desenvolvimento econômico, acreditava-se que a redução ou eliminação de tarifas aduaneiras não causaria grandes impactos, pois ela já surgiria em um ambiente de competitividade crescente

(NU. CEPAL, 1959b).

No entanto, no que diz respeito às indústrias existentes, o mercado comum potencialmente, traria maiores prejuízos. Apesar disso, o crescimento da demanda – na medida em que o impulso geral fosse permitindo a reformulação das atividades de baixa eficiência – iria criando condições propícias para a especialização e comércio recíproco, sobretudo em matéria de bens de capital, produtos automotivos, bens de consumo duráveis, bem como de produtos intermediários (BIELSCHOWSKY, 2000).

Ademais, previa-se o estabelecimento de acordos de especialização industrial e complementação entre países fronteiriços – reservando apenas a eles as reduções ou eliminações de impostos acordadas (NU. CEPAL, 1959b).

A fim de evitar grandes deslocamentos nas correntes de intercâmbio, admitia-se que concessões preferenciais já existentes poderiam ser gradualmente eliminadas. Assim, embora fosse mantida a recomendação de 1958 de que "o mercado regional deverá está aberto à incorporação de todos os países latino-americanos", o bloco econômico regional poderia ser iniciado por um grupo menor de países, tal como ocorreu com o mercado comum centro-americano (DÁLIO, 2016). A única ressalva feita era que o grupo de países deveria convidar os demais a participarem das negociações iniciais e permitir a adesão futura de outros membros.

Normas gerais foram definidas para assegurar o sucesso do futuro acordo. As principais asseguravam:

1. O princípio da reciprocidade;
2. A equiparação tarifária para a importação de terceiros países sobre produtos específicos sempre que a discrepância de níveis exteriores fosse um obstáculo ao comércio regional;
3. A conveniência da coordenação política comercial frente ao resto do mundo.

Nessa segunda reunião considerou-se que, se os Governos membros da Comissão, durante o Oitavo Período de Sessões da Cepal, chancelassem as recomendações supracitadas, presentes no Informe E/CN.12/C.1/15/Rev.2, em estreito contato com os governos envolvidos, poder-se-ia, *a posteriori*, redatar o acordo inicial sobre o mercado comum, que facilitaria a aglutinação dos países interessados, dando concretude ao processo de cooperação e integração regional (NU. CEPAL, 1959b).

4.4 OITAVO PERÍODO DE SESSÕES

Nesse cenário de expectativas quanto à aprovação do projeto de integração, aconteceu no Panamá, do dia 14 a 23 de maio de 1959, o Oitavo Período de Sessões da Cepal.

Os temas da ordem do dia, conforme NU. CEPAL (1978), versaram sobre:

1. Situação e perspectivas da economia latino-americana;
2. Vantagens e possibilidades de um mercado comum na região;
3. Problemas relacionados ao crescimento populacional, mão de obra e outras políticas de desenvolvimento;
4. Destaques do processo de integração centro-americana;
5. Revisão de programas de treinamento profissional no campo da economia e de atividades de assistência e colaboração técnica na região;
6. Status dos estudos relacionados ao inventário da indústria latino-americana; e análise de como as indústrias químicas, de material circulante e de papel e celulose estão progredindo;
7. Exposições e relatórios sobre a participação da América Latina nos usos pacíficos da energia nuclear e o uso dos recursos hídricos da região;
8. Papel da agricultura em um mercado comum regional, perspectivas de comércio exterior de produtos agrícolas e características da produção e consumo de madeira;
9. Status dos serviços de estatística.

A tomada de decisão, emergida das tratativas debatidas pelos três comitês⁷⁷ criados na ocasião, resultou na aprovação de vinte e duas resoluções⁷⁸ e, os principais

⁷⁷ (I) Desenvolvimento econômico; (II) Setores da Economia; (III) Assuntos gerais.

⁷⁸ (174) Coordenação entre as agências de planejamento; (175) Melhoria dos procedimentos orçamentários; (176) Mão-de-obra especializada; (177) Atividades da UNESCO no campo da educação primária na América Latina; (178) Cooperação com a secretaria do Conselho Econômico e Social Interamericano sobre estudos econômicos por país; (179) Trabalhos do Comitê para a cooperação econômica da Istmo da América Central ; (180) Programa de treinamento da CEPAL / DOAT sobre desenvolvimento econômico estatística ; (181) Grupos consultivos sobre desenvolvimento econômico; (182) Estabelecimento de pavilhões permanentes e feiras de produtos latino-americanos; (183) Curso sobre o papel das empresas privadas no programa de treinamento da CEPAL / DOAT sobre desenvolvimento econômico; (184) Fatores estruturais e institucionais do desenvolvimento agrícola; (185) Estudo de tendências e perspectivas para a produção e consumo de madeira na América Latina; (186) Estrutura institucional da industrialização; (188) Estudo das indústrias mecânicas; (189) Conselhos de especialistas em petroquímica e na siderurgia; (190) Papel e celulose; (191) Planejamento para uso hidrelétrico;

fatos e debates destacados, na temática da integração e cooperação regional, se concentraram no avanço dos debates sobre a integração regional latino-americana a partir do Informe do Segundo Período de Sessões do Comitê de Comércio (NU. CEPAL, 1959c).

Nesse sentido, sintetizou NU. CEPAL

No Panamá, e pela primeira vez, os governos disseram - como pode ser visto na resolução aprovada - a forma que veem o mercado comum latino-americano. Essas seriam suas principais características: **Mercado que inicialmente inclui o maior número possível de países e aberto a todos; que seja baseado na realidade das desigualdades existentes entre os países da região, do ponto de vista de seus diferentes graus de desenvolvimento econômico; que considere a uniformidade progressiva dos regimes tarifários nas relações desses países com outras áreas; que permita a ampla colaboração da iniciativa privada; que tenha em mente a crescente especialização das atividades econômicas para o melhor uso dos recursos; e que contribua para a expansão e diversificação do comércio com o resto do mundo** (NU. CEPAL, 1959c, p. 1-2, grifo nosso).

Apesar desses consensos, o último período de sessões da década foi marcado por alguns dissensos. De um lado, a Argentina, o Brasil, o Chile e o Uruguai defendiam a criação de uma área sub-regional, partindo do particular (Cone Sul) para o geral (América Latina). De outro, Cuba, México, Peru e a própria Cepal demonstravam preocupação diante dessa proposta gradualista - apesar de o projeto envolver uma perspectiva futura de mercado comum (NU. CEPAL, 1959c; WIONCZEK, 1996).

A delegação de Cuba, por exemplo, explicitou sua objeção afirmando que, mesmo o projeto declarando-se aberto à adesão de outros países, esse tipo de estrutura tenderia a beneficiar os interesses dos antigos signatários em detrimento dos novos.

A Cepal, apesar de alegar que esse projeto dificultaria o estabelecimento do mercado mais abrangente, não tinha poder e legitimidade para desenfrear qualquer tipo de agrupamento de Estados soberanos, mesmo gozando de bastante influência na região (NU. CEPAL, 1959c; WIONCZEK, 1996).

Assim, sob respaldo da Secretaria-Executiva da Comissão, paralelamente à zona sub-regional do Cone Sul, o comitê agendou a convocação de uma reunião de especialistas governamentais com fim de preparar um pré-projeto para a formação do mercado comum. Depois de ser estudado pelos países latinos, ele serviria de base para a elaboração do acordo definitivo de integração regional em 1960 (NU. CEPAL,

(192) Energia atômica para fins pacíficos; (193) Recursos hidráulicos; (194) Avaliação do programa 1959-64 Relatório da Segunda Sessão da Comissão de Comércio; (195) Local e data da nona sessão.

1959c; WIONCZEK,1996).

Desse embate de propostas, posteriormente surgiria, a partir do Tratado de Montevideú, a ALALC, representando o *denominador comum* dos projetos regionalistas latino-americanos da década de 1950 (WIONCZEK,1996).

O fim era o mesmo: o estabelecimento do mercado comum. Todavia, a Associação de 1960 defendia um maior gradualismo, do sub-regional para o regional, enquanto a proposta de 1950 advogava por uma maior abrangência, apesar de não descartar a possibilidade do início se dar a partir de um grupo de países. Assim, em ambas:

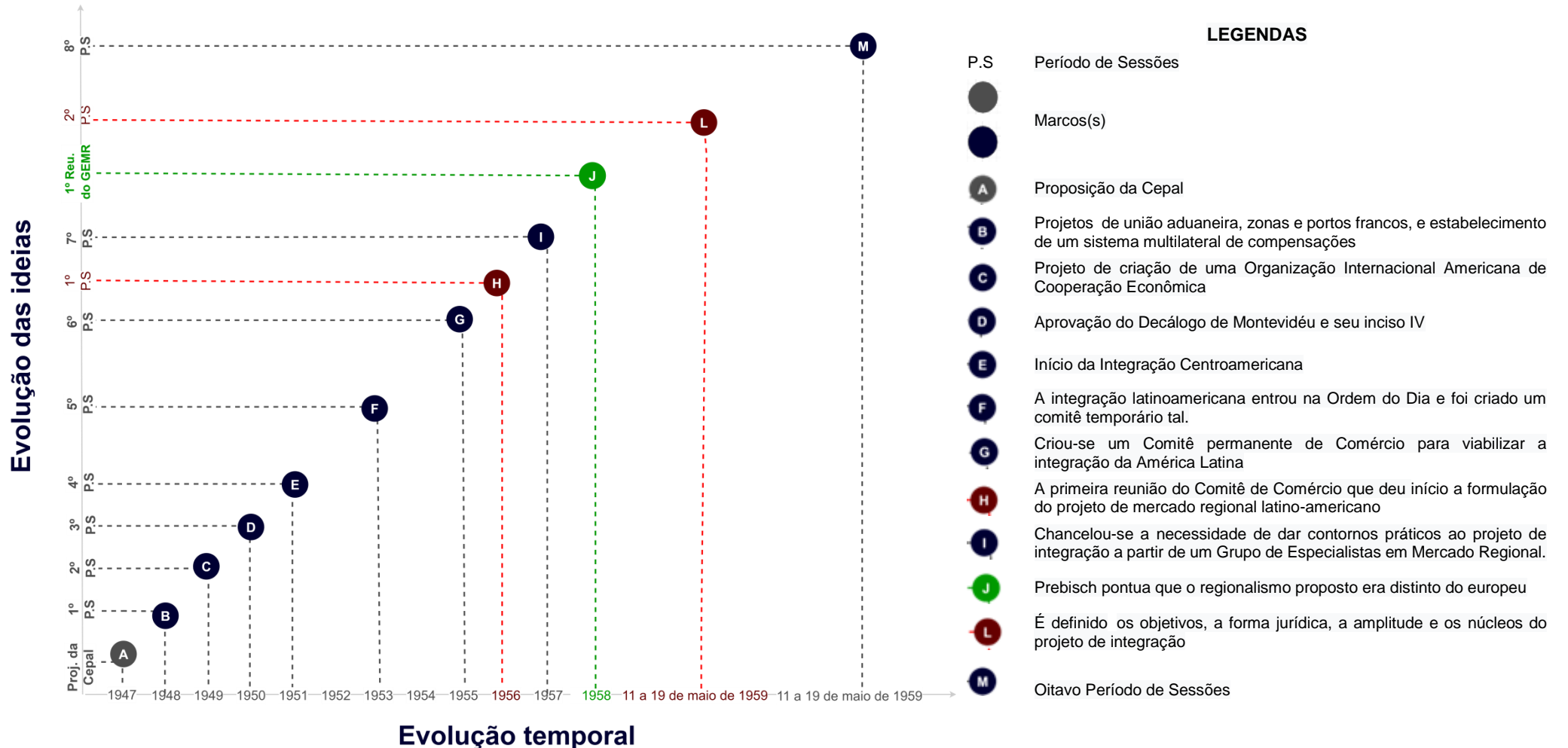
A busca de factibilidade para a integração econômica regional sugeria apoiá-la no núcleo das relações comerciais mais significativas entre os países da América Latina, isto é, os do Cone Sul. Dessa forma, o esboço final do acordo amalgamaria as recomendações de princípios e os objetivos mais ambiciosos presentes no projeto do Mercado Comum Latino-Americano, destacados no Preâmbulo do Tratado, com as partes mais operacionais do projeto dos quatro países do Sul, realçadas nas cláusulas centrais referentes ao estabelecimento da área de livre comércio (DÁLIO, 2016, p.28).

Por conseguinte, em fevereiro de 1960, reunidos em Montevideú, os plenipotenciários da Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai assinam o tratado da ALALC, com ratificação prevista para o mês do maio de 1961 e adesão da Colômbia e Equador no mesmo ano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O seguinte gráfico sintetiza a evolução das ideias referentes ao projeto de integração proposto pela Comissão ao longo da década de 1950, considerando as 106 (cento e seis) fontes primárias analisadas no presente estudo de caso.

Gráfico 1 - Evolução das ideias do projeto regionalista da Cepal



Fonte: Elaborado a partir das 106 fontes primárias oriundas de NU. CEPAL, 2020.

Tal como ilustra o marco “A” do gráfico, e conforme foi contextualizado no capítulo dois, a proposta da Cepal surgiu no ano de 1947, inserida em uma ordem internacional pós-transição hegemônica da Grã-Bretanha para os EUA, e em uma conjuntura regional de industrialização, crescente complexificação social e busca pelo desenvolvimento econômico da região latino-americana.

Apesar da oposição advinda dos EUA e do descrédito por parte da maioria dos países latino-americanos, tal conjuntura permitiu o florescimento, ainda que embrionário, da integração e cooperação econômica regional - de tal modo que, em 1948, já no Primeiro Período de Sessões da Comissão, registrou-se a proposição dos projetos de união aduaneira, de zonas e portos francos, e de estabelecimento de um sistema multilateral de compensações - conforme é retratado no marco regionalista “B” do gráfico.

Um ano depois, em 1949, no Segundo Período de Sessões, considerando as propostas supracitadas, o Estudo Econômico da América Latina e o Informe do Secretário Executivo, levaram em consideração a pauta levantada em 1948, defendendo o aumento da cooperação e integração, via especialização produtiva e diversificação econômica regional.

Ambos os documentos, o Estudo e o Informe, endossaram o projeto uruguaio de criação de uma Organização Internacional Americana de Cooperação Econômica - conforme evidencia o marco regionalista “C” do gráfico.

Apesar de ter se restringido ao âmbito das ideias, tal projeto foi indiretamente contemplado, durante o Terceiro Período de Sessões da Comissão, pelo inciso IV da Declaração de Montevideú.

Nesse sentido, o marco “D” retrata a primeira resolução que recomendava explicitamente o intercâmbio recíproco e a integração das economias como uma saída para enfrentar os gargalos regionais e internacionais do desenvolvimento.

Aprovados em 1950, os dez princípios do Decálogo/Declaração de Montevideú representaram uma carta de manifesto, planejamento e ação, que ganhou contornos mais precisos a partir da consolidação da Cepal, em 1951, enquanto instituição *policy-oriented* dos *policy-makers* latino-americanos.

Considerando que o ponto IV do Decálogo apontava o regionalismo, na nuance da cooperação e integração econômica, como saída para o problema da limitação dos mercados internos, no Quarto Período de Sessões os países centroamericanos deram início à integração das suas economias nacionais, tendo

em vista os vínculos geográficos e históricos que uniam a Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua - tal como evidencia o marco “E”.

Por sua vez, dois anos depois, quando os períodos de sessões da Cepal passaram a ser bianuais e foi afastada a ameaça de extinção ou anexação da Comissão ao CIES, o Decálogo e o início da integração centroamericana inspiraram a ampliação da ideia regionalista para o restante da América Latina.

Acreditava-se que a integração, a *posteriori* denominada de “regionalismo”, recuperaria e sustentaria as taxas de crescimento econômico experimentadas após 1945, bem como, ao fomentar o comércio intra-regional, diminuiria a vulnerabilidade econômica e os estrangulamentos da industrialização por substituição de importações.

De igual modo, em longo prazo, tinha-se em mente aumentar a competitividade e mudar a inserção da região no mercado internacional a partir da inauguração de correntes de exportações de produtos industriais latino-americanos para o restante do mundo.

Tendo em vista esses objetivos, no Quinto Período de Sessões de 1953, a integração entrou, pela primeira vez e explicitamente, na ordem do dia, e foi criado um comitê temporário destinado, em específico, às discussões do comércio intrarregional latino-americano em uma narrativa *policy oriented* (vide marco “F”).

Tal processo culminou, em 1955, durante o Sexto Período de Sessões da Cepal, na aprovação de um Comitê permanente de Comércio destinado a viabilizar a integração e cooperação regional na América Latina - conforme é ilustrado no marco regionalista “G”.

Um ano depois de sua aprovação, houve o Primeiro Período de Sessões do Comitê de Comércio da Cepal, marcando o início da formulação do projeto de mercado regional latino-americano, por meio do Estudo “Os pagamentos e o mercado regional no comércio interlatinoamericano”, tal como evidencia o marco regionalista “H”.

Ao expor organicamente a ideia de mercado regional, o Estudo apresentava a integração como um fenômeno resiliente, mas inconcluso, na América Latina. E, ao mesmo tempo, defendia que a conjuntura pós 1945 propiciava a retomada de tal projeto inacabado, dessa vez, de forma paulatina e gradual, começando por países ou subregiões cujas circunstâncias fossem mais propícias, sem recorrer a fórmulas prontas, muitas vezes importadas, que não levavam em conta as especificidades

da Região.

Tal ideia encontrou seu auge durante o Sétimo Período de Sessões da Cepal, quando se chancelou a necessidade de dar contornos práticos ao projeto de integração regional, a partir da criação de um Grupo de Especialistas em Mercado Regional (vide marco histórico “I”).

Em 1958, um ano depois, houve a Primeira Reunião do Grupo de Especialistas em Mercado Regional, a qual teve como principal ápice o discurso de abertura de Prebisch - tal conforme elucida o marco regionalista “J”.

As falas do Argentino representaram o ponto-chave, a fonte primária mais primordial que comprova a hipótese defendida por esta dissertação, problematizada no primeiro capítulo.

Buscando desmistificar associações que já nasceram arraigadas com o projeto de integração que vinha se desenvolvendo na década de 1950, Prebisch, considerado pela literatura especializada como arquiteto da integração regional e lastro teórico do suposto “velho regionalismo latinoamericano”, afirmou << explicitamente >> que não convêm “considerar o mercado comum europeu como um modelo a se seguir devido ao fato de **suas condições serem diferentes das realidades latinoamericanas**” (NU. CEPAL, 1958b, p.11).

Nesse sentido, apesar de o velho regionalismo ter sido um fenômeno contemporâneo, que partilhou da conjuntura inaugurada pós-transição hegemônica da Grã-Bretanha para os Estados Unidos, os condicionantes que incidiram sobre a Europa destoaram dos da América Latina - tal como sintetizam as ilustrações abaixo:

Quadro 2 - Semelhança e diferenças entre o regionalismo europeu e latino-americano

(continua)

SEMELHANÇA	
Conjuntura compartilhada	Uma ordem internacional orquestrada pela potência hegemônica cuja característica econômica central consistia em ter um baixo coeficiente de importações.
DIFERENÇAS	
Europa	Inserida na divisão internacional do trabalho em uma posição de centro, o condicionante de baixo coeficiente de importação norte-americano incidia sobre a Europa de modo que países desenvolvidos, atigas potências coloniais, outrora interdependentes, buscassem reestabeler a integração para recontrar soluções conjuntas e retomar a sua importância na ordem internacional.

(conclusão)

DIFERENÇAS	
América latina	Inserida na divisão internacional do trabalho em uma posição de periferia, incidia sobre a América Latina não só os efeitos do baixo coeficiente de importação norte-americano como também o condicionante estrutural de deterioração dos termos de troca. Ambos condicionantes fizeram com que países subdesenvolvidos, antigas colônias, com baixo grau de interdependência, com fluxos comerciais outrora voltados para as metrópoles, resolvessem iniciar um processo de integração, sobretudo como forma de fazer frente aos estrangulamentos e gargalos que dificultavam o desenvolvimento econômico da região.

Fonte: Elaboração do autor, 2020.

Quadro 3 - Imperativos

Europa	No velho continente o imperativo verbal era marcado pelo prefixo “RE” “reestabelecer”, “retomar” o que posteriormente denominariamos de “velho regionalismo”.
América latina	No novo mundo latinoamericano, a palavra de ordem era nova, tratava-se de “iniciar”, “concretizar” projetos, que apesar de terem existido desde o século XIX, nunca culminaram verdadeiramente em um processo de integração. Logo, consistia em um fenômeno “novo”, moderno e inusitado para região.

Fonte: Elaboração do autor, 2020.

Conforme discursou Prebisch, na Europa “o problema é fundamentalmente distinto e isso nos obriga a encontrar para a América Latina fórmulas que se adaptem a nossos próprios fenômenos sem prejuízo de compará-las com as europeias” (NU. CEPAL, 1958b, p.12).

Partindo dessa diretriz de encontrar fórmulas que levem em consideração a realidade latino-americana, o Segundo Período de Sessões do Comitê de Comércio da Cepal avançou rumo à definição dos objetivos, a forma jurídica, a amplitude, e os núcleos iniciais do projeto de integração regional arquitetado no seio da Comissão (vide marco “L”).

Em resumo, o projeto tinha em mente a adesão de todos os países da América Latina em seus diferentes graus de desenvolvimento econômico. Ele foi gestado para ser um jogo de soma positiva onde os mais industrializados ganhariam mercado e os países menores poderiam pular algumas etapas da industrialização – dedicando-se a atividades mais favoráveis ao seu clima, solo, cultura e estrutura.

No “*dever ser*” do regionalismo de 1950, previu-se um tratamento especial e distinção para as regiões menos industrializadas. A inclusão dos produtos produzidos em território latino-americano deveria ser dividida por categorias e a redução das barreiras tarifárias ocorreria de forma gradual, progressiva, a partir de metas temporais.

Um dos grandes objetivos comerciais consistia no estabelecimento de um regime tarifário único, bem como na multilateralização dos pagamentos regionais. Ademais, previa-se a especialização produtiva das atividades da região além do estímulo à iniciativa privada, do fomento ao crédito comercial, à assistência técnica e financeira, visando, sempre, o desenvolvimento. Deste modo, no alvorear de 1959, durante o Oitavo Período de Sessões, a Cepal já tinha formulado o projeto regionalista - tal como elucida o marco "M". No entanto, nesse mesmo ano a proposta cepalina passou por uma série de objeções, tanto estatais quanto das Organizações Internacionais.

Sua abrangência, bem como viabilidade, foi questionada, principalmente pelo FMI, GATT, EUA e os Estados que compõem o Cone Sul. Paralelamente à proposta da Comissão, o Brasil, a Argentina, o Chile e o Uruguai lançaram um projeto de criação de uma zona sub-regional composta inicialmente pelo Cone Sul, mas prevendo a adesão de outros países no futuro.

Dessa competição de proposições, surgiu a ALALC, em 1960, compilando todos os interesses e projetos do regionalismo da década de 1950. A Cepal atuou enquanto fórum, fonte técnica e teórica dos projetos regionais da América Latina dentro do recorte temporal estudado. O seu projeto, portanto, pode ser conceituado como sendo uma tentativa de aumentar a integração econômica regional que, apesar de estar presente de forma embrionária desde o surgimento da Comissão, ganhou força na segunda metade da década de 1950, após a sua consolidação.

A Cepal propôs um arranjo de integração gradual, progressivo, capaz de abarcar todos os países latino-americanos, possibilitar a perpetuação do desenvolvimento endógeno, atenuar a vulnerabilidade das economias latinas e alterar a inserção da região na Divisão Internacional do Trabalho.

No entanto, a sua reverberação prática deu-se, pela primeira vez, a partir de uma zona de livre comércio, vivida na experiência prática da ALALC. Por conta de uma série de fatores conjunturais, essa Associação não conseguiu alcançar grandes resultados. No entanto, o legado da Comissão continuou a ser reconhecido como marco prescritivo do regionalismo da América Latina.

NOTA DE PESQUISA INCONCLUSA

Apesar de avançar quanto à temática, essa dissertação é um ponto de reticências, o início de algo inacabado, ainda a terminar, sobretudo no que tange a história do regionalismo e integração regional latino-americana.

O presente trabalho foi iniciado problematizando os adjetivos “velho”, “fechado”, “novo”, “aberto” por que eles qualificam e, ao qualificar, são pejorativos e criam binarismos, antagonismos e oposições que influenciam nossa *episteme*, isto é, a forma e imaginário de como entendemos as coisas. Em corolário, teriam implicações ontológicas e sobre o *methodus* do regionalismo latino-americano.

Contudo, ao mesmo tempo, apontar “binarismos”, “antagonismos” e “pejorativismos” ainda não é suficiente! “Velho”, “Fechado”, “Novo”, “Aberto” seria o coroamento, a aparência, de um fenômeno que tem uma essência mais profunda, a qual, conforme problematizado no primeiro capítulo, giraria em torno do eurocentrismo.

O eurocentrismo coloniza a forma como olhamos para o passado, dificulta o entendimento do presente e formata, em modelos preestabelecidos, o que projetamos para o futuro. Em uma “mirada” *episteme* e metodológica, crê-se que um do(s) caminho(s), não eurocêntrico, poderia advir das perspectivas decoloniais, sobretudo no que tange à geopolítica do conhecimento.

A geopolítica do conhecimento teria potencial para responder perguntas tais como:

1. **Por que** ainda chamamos o regionalismo latino-americano de velho, de fechado?
2. **Por que** isso não é uma pauta central na agenda latino-americana?

Quanto à primeira pergunta, talvez poderíamos adjetivar o regionalismo projetado pela Cepal na década de 1950 (e, depois, o processo de integração do decênio de 1960) como sendo “autônômico”, ao invés de “velho” ou “fechado”, um regionalismo que buscaria a autonomia política por meio do desenvolvimento econômico (BRICEÑO RUIZ, 2018; BRICEÑO RUIZ; RIVAROLA PUNTIGLIANO; CASAS GRAGEA, 2012).

Com isso, adotariamos a estratégia da geopolítica do conhecimento, de dar nomes próprios a fenômenos próprios, sem cair no “eurocentrismo invertido”, em um “latino-americanismo” particularista e excludente tal como o Europeu (BRICEÑO

RUIZ, 2018, DA SILVA, 2019).

Entretanto, é importante reiterar que isso não implica em rechaçar aportes teóricos e a *práxis* do continente europeu, desconsiderando que a União Europeia é uma experiência de larga trajetória, um laboratório de referência cuja utilidade, quando levada em conta as especificidades e os contextos regionais, é ampla.

Contudo, é necessário, fazendo coro a Briceño Ruiz (2018), ir mais além da Europa; avaliar o grau de abstração e contextualizar as categorias europeias; deixar de considerar a experiência europeia como um *comparator*; não aceitar o seu papel disciplinador; dimensionar o acervo histórico e teórico das periferias, assim como valorizar o valor explicativos das categorias nelas criadas (BRICEÑO RUIZ, 2018, DA SILVA, 2019).

Em complemento e adaptando a epígrafe que abriu esta dissertação:

Não cabe dúvida de que a imaginação descontrolada produz delírios, mas como conceber uma construção teórica sem um forte ingrediente de invenção? Pelo fato mesmo de que são irreversíveis e comportam muito de aleatório, os processos históricos somente são compreendidos quando de alguma forma são reinventados. Daí que a capacidade analítica não seja suficiente para captar o que neles é essencial. Não se trata de fazer a teoria do particular e sim de captar o que neste desborda do quadro explicativo convencional. ~~Arregacei~~ [Arregacemos] as mangas e ~~comecei~~ [comecemos] a pensar ~~o Brasil~~ [a América Latina] com a desvoltura de quem ~~reunisse~~ [reúne] ignorância e intrepidez. Ao invés de reduzir a realidade a um modelo teórico, ~~esforcei-me~~ [nos esforçamos] em adotar um enfoque histórico, abarcando o que ~~cabia~~ [cabe] e o que não ~~cabia~~ [cabe] no marco explicativo ~~do economista~~ [europeu]" (FURTADO, 1985, p.67).

Quanto à segunda indagação, torna-se imperativo ressaltar que o regionalismo, apesar de ser pauta marginalizada, é resiliente, e nisso reside a sua força.

Ainda com as mudanças de conjuntura e de ordem internacional, tal tema, de modo geral, e a integração regional, em específico, continuam sendo uma pauta secular na América Latina, conforme dito << um acumulado/patrimônio histórico e estratégico regional>> caracterizado pela união para a autonomia política e desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, é interessante pontuar que essa resiliência se fortalece em momentos de crise e/ou transição e/ou mudança na composição da ordem internacional. Em uma conjuntura marcada pela pandemia gerada pelo COVID-19, pela “suposta” transição hegemônica dos Estados Unidos para a Ásia ou, pelo menos, pela mudança na composição do “Centro”, com a ascensão da China, o

tema do presente trabalho reaparece na América Latina, no discurso da Comissão que fez o regionalismo latino-americano ganhar projeção mundial durante o centenário XX.

No atual ano de dois mil e vinte, a Cepal, ao escrever um comunicado de imprensa lançando o relatório “A América Latina e o Caribe diante da pandemia do COVID-19: efeitos econômicos e sociais”, trouxe no título o seguinte apelo: **“A única opção estratégica no médio prazo para mitigar os efeitos do COVID-19 na região é avançar para um novo modelo de desenvolvimento por meio de uma maior integração”** (NU.CEPAL, 2020).

Tal argumento novamente é reiterado no site das Nações Unidas que, ao ser mais sintética, afirmou “CEPAL: integração regional é crucial para enfrentar pandemia de COVID-19” (ONU, 2020).

Entretanto, apesar de o corpo das notícias nos fazer lembrar do projeto áureo de 1950, a Cepal de 2020 não é tão vanguardista quanto outrora foi na metade do século passado.

Em meados do século XX, era uma instituição *policy-oriented* dos *policy-makers* latino-americanos. Havia uma relação mutualística entre as ideias da Comissão e as *práxis* dos governantes regionais, bem como com a conjuntura da época. Com erros e acertos, o projeto da Cepal coadunava com o método histórico-estruturalista.

A partir da década de 1990, quando a Comissão advogou pelo “regionalismo aberto”, no marco do neoestruturalismo e no contexto de crescimento da pauta neoliberal, acabou perdendo forças. As *práxis* dos governantes latino-americanos caminharam em sentidos opostos às ideias da Comissão, fazendo com que a sua defesa à integração se tornasse muito mais declarativa, tal como é comprovado na notícia, do que analítica e caísse na armadilha teórica do regionalismo prescritivo.

Obviamente isso se deve às influências do contexto regional, às mudanças no triângulo “centro, semiperiferia e periferia”, assim como à própria configuração da ordem internacional no ano de 2020. Mas, mesmo assim, carecem os debates: As crises gerariam janelas de oportunidades? A fenda na ordem internacional abriria espaço para novos arranjos do regionalismo latino-americano? Ou o aniquila?

Antes de encontrar a resposta para tais indagações, há uma tarefa latino-americana que consiste em revisar mais de 50 anos de história, que corresponde à metade do século XX, para que possamos projetar “o dever ser” dos demais futuros

anos do século XXI.

Com essa dissertação, nós, eu, a “Universidade Federal da Integração Latino-americana”, de modo geral, e o “Programa de Integração Contemporânea da América Latina”, por incumbência, buscamos contribuir com essa difícil tarefa inacabada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto. Mercosul: fundamentos e perspectivas. **Grande Oriente do Brasil**, 1998.

BALASSA, B. **The Theory of Economic Integration**. Londres: George Allen and Unwin Ltd, 1961.

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. **Más allá de las fronteras: El nuevo regionalismo en América Latina**: Progreso económico y social en América Latina: Informe 2002. Banco Interamericano de Desarrollo, 2002.

BARBOSA, Rubens; ALBUQUERQUE, José AG. O Brasil e a integração regional: a ALALC e a ALADI (1960-1990). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)**: diplomacia para o desenvolvimento, v. 2, 1996.

BARRIOS, Miguel Ángel. Del unionismo hispanoamericano al integracionismo político latinoamericano. **Integración latinoamericana y caribeña: política y economía**. Madrid: Fondo de Cultura Económica, p. 59-78, 2012.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na Cepal: uma resenha. In: **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**-Rio de Janeiro: Record/CEPAL, 2000-v. 1, p. 13-68, 2000.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Sesenta años de la CEPAL: textos seleccionados del decenio 1998-2008**. Siglo Veintiuno, 2010.

BRAGA, Márcio Bobik. Integração econômica regional na América Latina: uma interpretação das contribuições da CEPAL. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 29, n. 4, p. 200-220, 2002.

BRICEÑO RUIZ, José. La integración regional en América Latina y el Caribe. **Procesos históricos y realidades comparadas**, 2007.

BRICEÑO RUIZ, José; RIVAROLA PUNTIGLIANO, A; CASAS GRAGEA, A. **Integración Latinoamericana y Caribeña. Política y Economía**. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2012.

BRICEÑO RUIZ, José. O regionalismo latino-americano depois do regionalismo aberto: novos eixos, novas estratégias, modelos diversos. **Relações Internacionais: olhares cruzados. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão**, 2013.

BRICEÑO RUIZ; José SIMONOFF, A. **Integración y cooperación regional en América Latina**. Una relectura a partir de la teoría de la autonomía. 1. ed. Buenos Aires: Biblos, 2014. v. 500. 274p.

BRICEÑO RUIZ, José; SIMONOFF, Alejandro (Ed.). **Integración y cooperación regional en América Latina: una relectura a partir de la teoría de la autonomía**. Editorial Biblos, 2015.

BRICEÑO RUIZ, José; SIMONOFF, Alejandro. La Escuela de la Autonomía, América Latina y la teoría de las relaciones internacionales. **Estudios internacionales** (Santiago), v. 49, n. 186, p. 39-89, 2017.

BRICEÑO RUIZ, José. **Las teorías de la integración regional**: más allá del eurocentrismo. Bogotá: Universidad Cooperativa de Colombia: Centro de Pensamiento Global, 2018a. Colección de bolsillo Acontecer Mundial - Tomo 8. ISSN 2500-7696; 8.

BRICEÑO RUIZ, José. Razón de ser de la integración y conceptualización de un nuevo marco teórico de la integración de América Latina y el Caribe. **Derecho y Economía de la Integración**, [s. l.], ano 2018b, ed. 6, 2018b. Disponível em: <https://global.juri-dileyc.com/razon-de-ser-de-la-integracion-y-conceptualizacion-de-un-nuevo-marco-teorico-de-la-integracion-de-america-latina-y-el-caribe/>. Acesso em: 25 maio 2020.

BRICEÑO RUIZ, José. INTEGRATION AND REGIONALISM IN LATIN AMERICA: BETWEEN EUROPEAN INFLUENCE AND ONE'S OWN THINKING. **Análisis Político**, v. 31, n. 94, p. 49-74, 2018c.

CAPORASO, J., y KEELER, J. The European Community and Regional Integration Theory. Trabajo presentado en **Third Biennial International Conference of the European Community Studies Association**, 1993.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Repensando dependência e desenvolvimento na América Latina. **Economia e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, p. 13-31, 1985.

CARNEIRO, Ricardo. Globalização e a integração regional. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 3, n. 5, p. 213-254, 2008.

CAYUELA, José. **CEPAL 40 años (1948-1988)**. Santiago (Chile): Serie: Libros de la CEPAL No. 15, 1988. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/2642>. Acesso em: 3 jul. 2019.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. Editora Saraiva, 2008.

DA SILVA, Armstrong Pereira da. **O velho regionalismo da Cepal**, 2017.

DA SILVA, Armstrong Pereira; DE PAULA ABI-RAMIA, Rodrigo. O DESENVOLVIMENTISMO LATINO-AMERICANO PELA CEPAL. **Revista Espirales**, v. 2, n. 3, p. 6-24, 2018a.

DA SILVA, Armstrong Pereira. O REGIONALISMO E O PENSAMENTO LATINO-AMERICANO DA UNIÃO PARA A AUTONOMIA POLÍTICA. **Espirales**: Revista para a Integração da América Latina e o Caribe, Foz do Iguaçu, v. 2, ed. 3, 2018b. Disponível em: <https://ojs.unila.edu.br/espirales/article/view/1433>. Acesso em: 25 maio 2020.

DA SILVA, Armstrong Pereira. O regionalismo latino-americano a partir da década de 1950: a ótica de Briceño-Ruiz. **Conferências FFLCH - USP: I Congresso Internacional Pensamento e Pesquisa sobre a América Latina**, São Paulo, 2019a. Disponível em: <http://conferencias.fflch.usp.br/cippal/Inscricoes/rt/printerFriendly/2586/0>. Acesso em: 25 maio 2020.

DA SILVA, A. As teorias da integração regional. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, v. 18, n. 35, p. 195-202, 30 dez. 2019.b

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. Epistemologias do Sul. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 80, p. 5-10, 2008.

DOSMAN, Edgar J. PREBISCH Y LOS MERCADOS REGIONALES: PRIMERA FASE. **Raúl Prebisch**, p. 109, 2006.

DOSMAN, Edgar J. **Raúl Prebisch (1901-1986): a construção da América Latina e do terceiro mundo**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

FURTADO, Celso. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1983.

FURTADO, Celso. **A fantasia organizada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GONÇALVES, Luiz Eduardo Fonseca de Carvalho. **As relações Brasil-CEPAL**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

GUDYNAS, Eduardo; BUONOMO, Mariela. **Integración y comercio**: diccionario latinoamericano de términos y conceptos. Coscoroba Ediciones, 2007.

HAAS, Ernst B. Regionalism, functionalism, and universal international organization. **World Politics**, v. 8, n. 2, p. 238-263, 1956.

HAAS, E. B. The Uniting of Europe: Political, Social and Economic Forces 1950, 1957. Stanford, California: **Stanford University Press**, 1958.

HAAS, E. B. The Study of Regional Integration: Reflections on the Joy and Anguish of Pretheorizing. In L. N. Lindberg y S. A. Scheingold (eds.), **Regional Integration: Theory and Research** (pp. 3-44). Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1971.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **Organizações internacionais**: teoria e prática. Editora Campus/Elsevier, Rio de Janeiro, 2004.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**. Editora Companhia das Letras, 1995.

KEOHANE, R., y Hoffmann, S. Institutional Change in Europe in the 1980s. In Robert Keohane y Stanley Hoffmann (Eds.), **The New European Community**: Decision making and institutional change. Boulder: Westview Press, 1991.

KINCAID, H.. Contextualism, explanation and the social sciences, **Philosophical Explorations**, 7(3), 2004. doi: <https://doi.org/10.1080/1386979045000258312>

LESSA, Antônio Carlos. **A construção da Europa**: a última utopia das relações internacionais. IBRI, 2003.

MANGABEIRA UNGER, R. **Social Theory**: Its Situation and Its Task. Nueva York: Verso. 2004.

MARINI, Ruy Mauro; SADER, Emir. **Dialéctica de la dependencia**. 1977.

MENEZES, Alfredo da Mota; PENNA FILHO, Pio. **Integração regional**: os blocos econômicos nas relações internacionais. 2006.

MORAES, Reginaldo C. Corrêa de Moraes. **Celso Furtado: o subdesenvolvimento e as idéias da Cepal**, 1995.

MOURA, Gerson. O alinhamento sem recompensa: a política externa do governo Dutra. **FGV**, 1990.

NU. CEPAL. **Resolución 2: Estudio económico de América Latina = Resolution 2: Economic survey of Latin America = Résolution 2: Enquête**

économique sur l'Amérique latine. Santiago (Chile): [s. n.], 1948a. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/15595>. Acesso em: 31 jul. 2019.

NU. CEPAL. **Proyecto de resolución presentado por el Grupo de Trabajo.: unión aduanera latinoamericana.** Santiago: [s. n.], 1948b. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/13923>. Acesso em: 7 jul. 2019.

NU. CEPAL.. **Informe del Primer Período de Sesiones (7-25 junio 1948) = Report on the First Session (7-25 June 1948) = Rapport sur la Première Session (7-25 juin 1948).** Santiago: [s. n.], 1948c. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/15278>. Acesso em: 7 jul. 2019.

NU. CEPAL. **Proyecto de resolución presentado por el Grupo de Trabajo.: puertos y zonas libres.** Santiago: [s. n.], 1948d. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/13921/S4800377_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 7 jul. 2019.

NU. CEPAL. **Propuesta peruana sobre establecimiento de un sistema comercial multilateral de compensaciones.** Santiago: [s. n.], 1948e. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/13942>. Acesso em: 7 jul. 2019.

NU. CEPAL. **Resolución 10: Unión aduanera latinoamericana = Resolution 10: Latin American customs unions = Résolution 10: Union douanière de l'Amérique latine .** Santiago (Chile), 1948f. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/15604>. Acesso em: 31 jul. 2019.

NU. CEPAL. **Resolución 11: Zonas y puertos francos = Resolution 11: Free ports and zones = Résolution 11: Ports francs et zones franches** (Chile), 1948g. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/15605> Acesso em: 31 jul. 2019.

NU. CEPAL. **Propuesta peruana sobre establecimiento de un sistema comercial multilateral de compensaciones.** Santiago: [s. n.], 1948h. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/13942>. Acesso em: 7 jul. 2019.

NU. CEPAL. **RESOLUCIÓN 21: FECHA Y LUGAR DEL SEGUNDO PERÍODO DE SESIONES = RESOLUTION 21: TIME AND PLACE OF SECOND SESSION = RÉOLUTION 21: DATE ET LIEU DE LA DEUXIÈME SESSION.** Santiago (Chile), 1948i. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/15616/RES-021_S_es.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 31 jul. 2019.

NU. CEPAL. **Temario provisional. Período de Sesiones de la CEPAL.** Santiago (Chile): [s. n.], 1949a. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/14241>. Acceso em: 10 jul. 2019.

NU. CEPAL. **Informe sobre el Segundo Período de Sesiones (26 junio 1948-14 junio 1949) = Report on the Second Session (26 June 1948-14 June 1949) = Rapport sur la Deuxième Session (26 juin 1948-14 juin 1949).** Santiago (Chile): [s. n.], 1949b. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/15280>. Acceso em: 10 jul. 2019.

NU. CEPAL. **Comentarios al temario provisional.** Santiago: [s. n.], 1949c. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/14243>. Acceso em: 6 jul. 2019.

NU. CEPAL. **Estudio económico de América Latina 1948 = Economic survey of Latin America 1948.** Santiago: [s. n.], 1949d. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/1002>. Acceso em: 7 jul. 2019.

NU. CEPAL. **Comité 2 (Comercio exterior y finanzas). Acta de la segunda sesión, celebrada en La Habana, Cuba, el jueves 2 de junio de 1949 a las 10.30 am.** Santiago: [s. n.], 1949e. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/37114>. Acceso em: 21 jul. 2019.

NU. CEPAL. **Perspectivas de incremento del comercio = Prospects for trade expansion.** Santiago: [s. n.], 1949f. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/29006?show=full>. Acceso em: 22 jul. 2019.

NU. CEPAL. **Comité 2 (Comercio y finanzas). Acta de la cuarta sesión, celebrada en La Habana, Cuba, el sábado 4 de junio de 1949 a las 10 am.** Santiago, 1949g. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/37116>. Acceso em: 27 jul. 2019.

NU. CEPAL. **Informe del relator del Comité No 2 = Committee No.2. Rapporteur's Report.** Santiago: [s. n.], 1949h. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/14261>. Acceso em: 24 jul. 2019.

NU. CEPAL. **Resolución 25 Compensación multilateral de pagos internacionales = Multilateral compensation of International Payments.** Santiago, 1949i. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/14267>. Acceso em: 30 jul. 2019.

NU. CEPAL. **Compensación multilateral de pagos internacionales = Multilateral compensation of international payments in Latin America.** Santiago, 1949j. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/29008>. Acesso em: 30 jul. 2019.

NU. CEPAL. Documentos del Período de Sesiones, E/CN.12/163 - E/CN.12/163/Rev. 10. **Temario provisional.** Período de Sesiones de la CEPAL, Santiago, 1950a. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/14299>. Acesso em: 24 set. 2019.

NU. CEPAL. E/CN.12/163/ADD.1 - E/CN.12/163/ADD.1/CORR.1. **Temario provisional comentado.** Período de Sesiones de la CEPAL, Santiago, 1950b. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/14301>. Acesso em: 24 set. 2019.

NU. CEPAL. E/1717 - E/1762 - E/CN.12/190. **Informe sobre el Tercer Período de Sesiones (15 junio 1949-21 junio 1950) = Report of the Economic Commission for Latin America (Third Session) (15 June 1949-21 June 1950) = Relatório anual da Comissão Econômica para a América Latina,** Santiago, 1950c. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/15282/S5000920_es.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 24 set. 2019.

NU. CEPAL. E/CN.12/163/REV.1/CORR.1. **Corrección de erratas al temario provisional,** Santiago, 1950d. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/14300/S4900583_en.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 24 set. 2019.

NU, CEPAL (1950e). NU. CEPAL. E/1717 - E/1762 - E/CN.12/190. **Informe sobre el Tercer Período de Sesiones (15 junio 1949-21 junio 1950) = Report of the Economic Commission for Latin America (Third Session) (15 June 1949-21 June 1950) = Relatório anual da Comissão Econômica para a América Latina,** Santiago, 1950e. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/15282>. Acesso em: 25 set. 2019.

NU.CEPAL. E/CN.12/186. **Informe del relator del Comité No.1,** Santiago, 1950f. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/14340>. Acesso em: 3 out. 2019.

NU.CEPAL. E/CN.12/AC.1/SR.1. **Acta resumida provisional de la primera sesión (Comité 1): celebrada en Montevideo, Uruguay, el miércoles 7 de junio de 1950,** Santiago, 1950g. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/13247>. Acesso em: 3 out. 2019.

NU.CEPAL. E/CN.12/AC.1/SR.2. **Acta resumida provisional de la segunda sesión (Comité 1): celebrada en Montevideo, Uruguay, el jueves 8 de junio de 1950**, Santiago, 1950h. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/13248>. Acceso em: 3 out. 2019.

NU.CEPAL. E/CN.12/164/REV.1. **Estudio económico de América Latina 1949 = Economic survey of Latin America 1949**, Santiago, 1949l. Disponible em: https://repositorio.cepal.org/discover?filtertype_1=unsymbol&filter_relational_operator_1>equals&filter_1=E/CN.12/164/REV.1&submit_apply_filter=Aplicar. Acceso em: 29 set. 2019.

NU.CEPAL. E/CN.12/AC.1/SR.3. **Acta resumida provisional de la 3a sesión (Comité 1): celebrada en Montevideo, Uruguay, el viernes 9 de junio de 1950**, Santiago, 1950i. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/13249>. Acceso em: 3 out. 2019.

NU.CEPAL. E/CN.12/AC.1/SR.4. **Acta resumida provisional de la 4a sesión (Comité 1): celebrada en Montevideo, Uruguay, el lunes 12 de junio de 1950**, Santiago, 1950j. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/13251>. Acceso em: 3 out. 2019.

NU.CEPAL. E/CN.12/AC.1/SR.5. **Acta resumida provisional de la 5a sesión (Comité 1): celebrada en Montevideo, Uruguay, el martes 13 de junio de 1950**, Santiago, 1950l. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/13252>. Acceso em: 3 out. 2019.

NU.CEPAL. E/CN.12/194. **Proyecto de resolución sobre desarrollo económico y política anticíclica ["Decálogo de Montevideo"] = Draft on resolutions on economic development and anti-cyclical policy = Projet de résolution sur le développement économique et la politique anti-cyclique**, Santiago, 1950m. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/14349>. Acceso em: 3 out. 2019.

NU.CEPAL. LC/RES.45. **Resolución 45: Desarrollo económico y política anticíclica = Resolution 45: Economic development and anti-cyclical policy**, Santiago, 1950n. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/15938>. Acceso em: 3 out. 2019.

NU.CEPAL. E/CN.12/215. **Declaraciones del Representante de los Estados Unidos de América en la sesión plenaria del 20 de junio de 1950 sobre el proyecto de resolución relativo al desarrollo económico y política anticíclica**, Santiago, 1950o. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/14368>. Acceso em: 6 out. 2019.

NU. CEPAL. E/CN.12/165. **Trade trends and policies of Latin American countries = Tendencias del comercio internacional y de la política comercial en los países de la América Latina**, Santiago, 1950p. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/13025>. Acesso em: 7 out. 2019.

NU. CEPAL. E/CN.12/170. **Informe de situación a los gobiernos miembros = Progress report**, Santiago, 1950q. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/29027>. Acesso em: 7 out. 2019.

NU.CEPAL. E/CN.12/AC.3/SR.1. **Acta resumida provisional de la primera sesión celebrada en Montevideo, Uruguay, el miércoles 7 de junio de 1950 a las 11 horas**, Santiago, 1950r. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/13353>. Acesso em: 10 out. 2019.

NU. CEPAL. E/CN.12/188/REV.1. **Informe del relator del Comité No 3**, Santiago, 1950s. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/14344>. Acesso em: 7 out. 2019.

NU.CEPAL. E/CN.12/AC.3/SR.2 0. **Acta resumida provisional de la segunda sesión celebrada en Montevideo, Uruguay, el jueves 8 de junio de 1950 a las 11 horas**, Santiago, 1950t. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/13352>. Acesso em: 10 out. 2019.

NU.CEPAL. LC/RES.54. **Resolución 54: Comercio con Europa = Resolution 54: Trade with Europe**, Santiago, 1950u. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/15948>. Acesso em: 9 out. 2019.

NU. CEPAL. E/CN.12/AC.3/W.4. **Informe del relator del Grupo de Trabajo 2. Comité 3**, Santiago, 1950v Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/13782>. Acesso em: 7 out. 2019.

NU.CEPAL. E/CN.12/200. **Proyecto de resolución sobre comercio internacional**, Santiago, 1950x. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/14356>. Acesso em: 12 out. 2019.

NU.CEPAL. LC/RES.55. **Comercio intrarregional = Resolution 55: Intra-regional trade**, Santiago, 1950z. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/15949>. Acesso em: 12 out. 2019.

NU.CEPAL. E/CN.12/201. **Proyecto de resolución sobre comercio internacional**, Santiago, 1950aa. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/14357>. Acesso em: 12 out. 2019.

NU.CEPAL. E/CN.12/AC.3/SR.3. **Acta resumida provisional de la 3a. sesión celebrada en Montevideo**, Uruguay, el miércoles 14 de junio de 1950, Santiago, 1950bb. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/13329>. Acceso em: 7 out. 2019.

NU.CEPAL. E/CN.12/202. **Proyecto de resolución sobre comercio internacional = Draft resolution on international trade**, Santiago, 1950cc. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/14358>. Acceso em: 13 out. 2019.

NU.CEPAL. LC/RES.56. **Resolución 56: Transporte marítimo = Resolution 56: Maritime transport**, Santiago, 1950dd. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/15950>. Acceso em: 13 out. 2019.

NU.CEPAL. E/CN.12/216/REV.1. **Temario provisional. Período de Sesiones de la CEPAL**, Santiago, 1951a. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/14369>. Acceso em: 20 out. 2019.

NU.CEPAL. E/CN.12/216/ADD.1/REV.1. **Temario provisional comentado. Período de Sesiones de la CEPAL**, Santiago, 1951b. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/14370>. Acceso em: 20 out. 2019.

NU.CEPAL. E/2021 - E/CN.12/266. **Informe anual (28 mayo-16 junio 1951) = Annual report (28 May-16 June 1951) = Rapport annuel (28 mai-16 juin 1951)**, Santiago, 1951c. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/15286>. Acceso em: 20 out. 2019.

NU.CEPAL. E/CN.12/AC.15/SR.2. **Comité especial de funciones de la CEPAL. Acta resumida de la segunda sesión, celebrada en México**, DF, el viernes 1 de Junio de 1951 a las 1600 horas, Santiago, 1951d. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/13991>. Acceso em: 22 out. 2019.

NU.CEPAL. E/CN.12/AC.15/SR.3. **Comité especial de funciones de la CEPAL. Acta resumida de la tercera sesión, celebrada en México**, DF, el martes 5 de Junio de 1951 a las 1530 horas, Santiago, 1951e. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/13992>. Acceso em: 22 out. 2019.

NU.CEPAL. E/CN.12/AC.15/SR.4. **Comité especial de funciones de la CEPAL. Acta resumida provisional de la cuarta sesión, celebrada en México**, DF, el miércoles 6 de Junio de 1951 a las 16 horas, Santiago, 1951f. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/13993>. Acceso em: 22 out. 2019.

NU.CEPAL. E/CN.12/AC.15/SR.5. **Comité especial de funciones de la CEPAL. Acta resumida de la quinta sesión, celebrada en México**, DF, el viernes 8 de Junio de 1951 a las 10.00 horas, Santiago, 1951g. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/13995>. Acceso em: 22 out. 2019.

NU.CEPAL. E/CN.12/263. **Comité especial sobre funciones de la CEPAL = Ad hoc committee on functions of ECLA = Comite special des fonctions de la CEPAL**, Santiago, 1951h. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/14532>. Acceso em: 22 out. 2019.

NU.CEPAL. E/CN.12/AC.15/SR.6. **Comité especial de funciones de la CEPAL. Acta resumida provisional de la sexta sesión, celebrada en México**, DF, el jueves 14 de Junio de 1951 a las 17 horas, Santiago, 1951i. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/13996>. Acceso em: 22 out. 2019.

NU.CEPAL. E/CN.12/AC.15/SR.7. **Comité especial de funciones de la CEPAL. Acta resumida provisional de la séptima sesión, celebrada en México**, DF, el viernes 15 de Junio de 1951 a las 9.30 horas, Santiago, 1951j. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/13997>. Acceso em: 22 out. 2019.

NU.CEPAL. E/CN.12/254/REV.2. **Comité Especial sobre Desarrollo Económico: informe del relator = Ad hoc Committee on Economic Development: Report of the Rapporteur = Comite Special du Developpement Economique: Rapport du rapporteur**, Santiago, 1951l. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/14522>. Acceso em: 18 mar. 2020.

NU.CEPAL. E/CN.12/AC.12/7. **Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras y Nicaragua: proyecto de resolución**, Santiago, 1951m. Disponible em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/14869/S5100678_es.pdf?sequence=7&isAllowed=y. Acceso em: 18 mar. 2020.

NU.CEPAL. E/CN.12/275. **Resolución 9(IV): Desarrollo económico en Centroamérica = Resolution 9(IV): Economic development in Central America = Résolution 9(IV): Développement économique en Amérique Centrale**, Santiago, 1951n. Disponible em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/15964/RES-009-S-IV_es.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acceso em: 18 mar. 2020.

NU.CEPAL. E/CN.12/285. **Programa de trabajo y prioridades: resolución aprobada el 16 de junio de 1951 = Work programme and priorities: Resolution approved 16 June 1951 = Programme de travail et ordre d'urgence: Résolution adoptée le 16 juin 1951**, Santiago, 1951o. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/14555>. Acceso em: 21 mar. 2020.

NU.CEPAL. LC/RES.30(IV). **Resolución 30(IV): Establecimiento de una oficina de la CEPAL en México = Resolution 30(IV): Establishment of a Mexico office of ECLA = Résolution 30(IV): Création d'un bureau de la CEPAL au Mexique**, Santiago, 1951p. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/15987>. Acceso em: 21 mar. 2020.

NU.CEPAL. E/CN.12/220. **Programa de trabajo y orden de prelación: informe del Secretario Ejecutivo a la Comisión Económica para América Latina en su cuarto período de sesiones sobre la marcha de los trabajos = Work programme and priorities: Progress Report by the Executive Secretary to the Fourth Session of the Economic Commission for Latin America = Programme du travail et ordre des priorités: Rapport soumis par le Secrétaire Exécutif a la quatrième session de la Commission Economique pour l'Amérique Latine sur l'état d'avancement des travaux**, Santiago, 1951q. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/13223>. Acceso em: 21 mar. 2020.

NU.CEPAL. E/CN.12/289. **Resoluciones aprobadas por la Comisión Económica para América Latina durante su Cuarto Período de Sesiones celebrado de mayo 28 a junio 16 de 1951 = Resolutions adopted by the Economic Commission for Latin America during its fourth session 28 May to 16 June 1951 = Résolutions adoptées par la Commission Economique pour l'Amérique Latine pendant la quatrième session 28 mai au 16 juin 1951**, Santiago, 1951r. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/15469>. Acceso em: 26 mar. 2020.

NU.CEPAL. LC/RES.20(IV). **Resolución 20(IV): Comercio intrarregional = Resolution 20(IV): Intra-regional trade = Résolution 20(IV): Commerce intrarégional**, Santiago, 1951s. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/15976>. Acceso em: 26 mar. 2020.

NU. CEPAL. CCE. **E/CN.12/AC.17/3. Integración y reciprocidad económica en Centroamérica = Economic integration and reciprocity in Central America**, Santiago, 1952a. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/22759>. Acceso em: 29 mar. 2020.

NU. CEPAL. CCE. E/CN.12/AC.17/4. **Nota del Secretario Ejecutivo sobre integración económica y cooperación tecnológica**, Santiago, 1952b. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/23241>. Acceso em: 29 mar. 2020.

NU. CEPAL. CCE. E/CN.12/AC.17/24. **Informe de la Primera Reunión del Comité de Cooperación Económica de los Ministros de Economía del Istmo Centroamericano = Report of the First Session of the Committee of the Ministers of Economy on Economic Co-operation in Central America**,

Santiago, 1952c. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/22760>. Acesso em: 29 mar. 2020.

NU.CEPAL. E/2405 - E/CN.12/324. **Informe anual (15 febrero 1952-25 abril 1953)**, Santiago, 1953a. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/15283>. Acesso em: 29 mar. 2020.

NU.CEPAL. E/12/AC.19/2. **Proyecto de resolución de Integración económica de América Central**, Santiago, 1953b. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/14870/S5300759_es.pdf?sequence=14&isAllowed=y. Acesso em: 29 mar. 2020.

NU.CEPAL. LC/RES.50(V). **Resolución 50(V): Integración económica de América Central = Resolution 50(V): Economic integration of Central America = Résolution 50(V): Intégration économique de l'Amérique Centrale**, Santiago, 1953c. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/15623>. Acesso em: 29 mar. 2020.

NU.CEPAL. E/CN.12/296. **Informe del director principal a cargo de la secretaría ejecutiva sobre el estado actual del programa de integración y reciprocidad económica centroamericana**, Santiago, 1953d. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/14393/S5300126_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 29 mar. 2020.

NU.CEPAL. LC/RES.55(V). **Resolución 55(V): Integración económica = Resolution 55(V): Economic integration = Résolution 55(V): Intégration économique, Santiago**, 1953e. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/15629>. Acesso em: 20 abr. 2020.

NU.CEPAL. LC/RES.69(V). **Resolución 69(V): Comercio interlatinoamericano = Resolution 69(V): Intra-regional trade = Résolution 69(V): Commerce intrarégional**, Santiago, 1953f. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/15644>. Acesso em: 6 maio 2020.

NU.CEPAL. E/CN.12/369/REV.1 -E/CN.12/C.1/2. **Estudio del comercio interlatinoamericano = Study of Inter-Latin-American trade**, Santiago, 1955a. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/18334>. Acesso em: 8 maio 2020.

NU.CEPAL. E/CN.12/383. **Temario provisional comentado. Período de Sesiones de la CEPAL**, Santiago, 1955b. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/18334>. Acesso em: 8 maio 2020.

NU.CEPAL. E/CN.12/AC.29/6/REV.1. **Comité III (comercio internacional): informe del Relator**, Santiago, 1955c. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/13775>. Acesso em: 8 maio 2020.

NU.CEPAL. E/CN.12/AC.29/SR.1. **Comité III (comercio internacional): acta resumida provisional de la 1a. sesión (celebrada en Bogotá el viernes 2 de septiembre de 1955)**, Santiago, 1955d. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/13300>. Acesso em: 8 maio 2020.

NU.CEPAL. E/2796/REV.1 -E/CN.12/387/REV.1. **Informe sobre el Sexto Período de Sesiones, 29 agosto al 16 de septiembre 1955 = Report on the Sixth Session, 29 August to 16 September 1955 = Rapport sur la Sixième Session, 29 août-16 septembre 1955**, [S. I.], 1955e. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/15284>. Acesso em: 21 maio 2020.

NU.CEPAL. E/CN.12/AC.29/SR.2. **Comité III (comercio internacional): acta resumida provisional de la segunda sesión (celebrada en Bogotá el lunes 5 de septiembre de 1955)**, [S. I.], 1955f. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/13301>. Acesso em: 21 maio 2020.

NU.CEPAL. E/CN.12/AC.29/SR.3. **Comité III (comercio internacional): acta resumida provisional de la tercera sesión (celebrada en Bogotá el martes 6 de septiembre de 1955)**, [S. I.], 1955g. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/13302>. Acesso em: 21 maio 2020.

NU.CEPAL. E/CN.12/AC.29/5. **Intensificación del comercio interlatinoamericano y constitución de un Comité de Comercio: Proyecto de resolución aprobado por el Comité III el 14 de septiembre de 1955**, [S. I.], 1955h. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/13856>. Acesso em: 21 maio 2020.

NU.CEPAL. LC/RES.101(VI). **Resolución 101(VI): Intensificación del comercio interlatinoamericano y constitución de un comité de comercio = Resolution 101(VI): Intensification of inter-Latin-American trade and creation of a trade committee = Résolution 101(VI): Intensification du commerce entre les pays de l'Amérique latine et création d'un comité du commerce**, [S. I.], 1955i. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/15697>. Acesso em: 21 maio 2020.

NU.CEPAL. E/CN.12/C.1/1 -E/CN.12/C.1/1/ADD.1. **Temario provisional = Provisional agenda. Comité de Comercio. Período de Sesiones de la CEPAL**, [S. I.], 1956a. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/18332>. Acesso em: 21 maio 2020.

NU.CEPAL. E/CN.12/C.1/DOC.INF.4. **Comité de Comercio. Documento informativo no. 4. Discurso pronunciado por el Excelentísimo señor, Osvaldo Sainte-Marie, Ministro de Relaciones Exteriores de Chile, en la sesión inaugural el día 19 de noviembre de 1956**, [S. /], 1956b. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/21842>. Acceso em: 21 maio 2020.

NU.CEPAL. E/CN.12/C.1/DOC.INF.7. **Comité de Comercio. Documento informativo no. 7. Discurso pronunciado por el Sr. Antonio Correa Do Lago, Representante del Brasil en nombre de las delegaciones, en la sesión inaugural el día 19 de noviembre de 1956**, [S. /], 1956c. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/21844>. Acceso em: 21 maio 2020.

NU.CEPAL. E/CN.12/C.1/DOC.INF.14. **Comité de Comercio. Documento informativo no. 14. Exposición hecha por el Sr. Max Nolff, Asesor económico de la Confederación de la Producción y el Comercio de Chile y Observador especial ante el Comité, en la tercera sesión del Subcomité de Productos y Mercados Regionales**, [S. /], 1956d. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/21851>. Acceso em: 21 maio 2020

NU.CEPAL. E/CN.12/C.1/DOC.INF.17. **Comité de Comercio. Documento informativo no. 17. Exposición del Sr. Abraham Scheps, del Consejo Interamericano de Comercio y Producción, ante el Subcomité de Productos y Mercado Regional, el 22 de noviembre de 1956**, [S. /], 1956e. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/21855>. Acceso em: 21 maio 2020.

NU.CEPAL. E/CN.12/C.1/DOC.INF.15. **Comité de Comercio. Documento informativo no. 15. Exposición hecha por el Sr. Torcuato Sozio, Director de Siam Di Tella de Argentina, y observador especial ante el Comité, en la tercera sesión del Subcomité de Productos y Mercados Regionales**, [S. /], 1956f. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/21853>. Acceso em: 21 maio 2020.

NU.CEPAL. E/CN.12/C.1/DOC.INF.16. **Comité de Comercio. Documento informativo no. 16. Exposición hecha por el Sr. Gino Miniatti, Director Secretario de la FIAT SOMECA -CONCORD- de la Argentina, ante el Subcomité de Productos y Mercado Regional, el 22 de noviembre de 1956**, [S. /], 1956g. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/21854>. Acceso em: 21 maio 2020.

NU.CEPAL. E/CN.12/C.1/4. **Los pagos y el mercado regional en el comercio interlatinoamericano: análisis y recomendaciones = Payments and the regional market in Inter-Latin-American trade: analysis and recommendations**, Santiago, 1956h. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/18336>. Acceso em: 5 jun. 2020.

NU.CEPAL. E/CN.12/C.1/7/REV.1. **Informe que eleva el Comité de Comercio a la Comisión Económica para América Latina = Report submitted by the Trade Committee to the Economic Commission for Latin America**, Santiago, 1956i. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/18339>. Acceso em: 5 jun. 2020.

NU.CEPAL. **Noticias de la CEPAL Año III N° 7**, Santiago, año III, n. 7, p. 1-18, 1956j. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/39038>. Acceso em: 5 jun. 2020.

NU.CEPAL. E/CN.12/C.1/DOC.INF.3. **Comité de Comercio. Documento informativo no. 3. ¿Qué es un mercado común?**, Santiago, 1956l. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/21840>. Acceso em: 5 jun. 2020.

NU.CEPAL. **Noticias de la CEPAL Año III N° 8**. Santiago, año III, v. 8, p. 1-16, 1956m. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/39044>. Acceso em: 5 jun. 2020.

NU.CEPAL. E/CN.12/449 -E/CN.12/449/ADD.1. **Nota de la Secretaría sobre las posibles repercusiones del Mercado Común Europeo en las exportaciones latinoamericanas**, Santiago, 1957a. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/14459>. Acceso em: 5 jun. 2020.

NU.CEPAL. E/CN.12/AC.35/9/REV.1. **Comercio (informe del Comité I)**, Santiago, 1957b. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/14051>. Acceso em: 5 jun. 2020.

NU.CEPAL. **Noticias de la CEPAL Año III N° 10. NU.CEPAL**, Santiago, v. III, n. 10, p. 14, 30 abr. 1958a. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/39052>. Acceso em: 1 jun. 2020.

NU.CEPAL. **Exposición del Dr. Prebisch, Director Principal a cargo de la Secretaría Ejecutiva de la CEPAL en la sesión inaugural del Grupo de Expertos en Mercado Regional**. Santiago, 1958b. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/32862>. Acceso em: 5 jun. 2020.

NU.CEPAL. E/CN.12/C.1/WG.2/6. **Bases para la formación del mercado regional latinoamericano: Informe de la Primera Reunión del Grupo de Trabajo = Bases for the formation of the Latin American Regional Market: Report of the first session of the Working Group**, Santiago, 1958c. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/32862>. Acceso em: 5 jun. 2020.

NU.CEPAL. E/CN.12/C.1/8/REV.1. **Temario = Agenda. Comité de Comercio. Período de Sesiones**, Santiago, 1959a. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/18289>. Acesso em: 5 jun. 2020.

NU.CEPAL. E/CN.12/C.1/15/REV.2. **Informe del Segundo Período de Sesiones del Comité de Comercio = Report of the Second Session of the Trade Committee**, Santiago, 1959b. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/18299>. Acesso em: 5 jun. 2020.

NU.CEPAL. LC/RES.168(VIII). **Resolución 168(VIII): Informe del Segundo Período de Sesiones del Comité de Comercio = Resolution 168(VIII): Report of the Second Session of the Trade Committee = Résolution 168(VIII): Rapport du Comité du commerce sur les travaux de sa Deuxième Session**, Santiago, 1959c. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/18299>. Acesso em: 5 jun. 2020.

NU. CEPAL. **La CEPAL-gobiernos**. Santigado (Chile): [s. n.], 1978. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/40638>. Acesso em: 3 jul. 2019.

NU.CEPAL. **La CEPAL-gobiernos**. Santigado (Chile): [s. n.], 1978. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/40638>. Acesso em: 3 jul. 2019.

NU.CEPAL. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. 2000.

NU, CEPAL. A única opção estratégica no médio prazo para mitigar os efeitos do COVID-19 na região é avançar para um novo modelo de desenvolvimento por meio de uma maior integração. **CEPAL**, Brasil, p. 1-1, 3 abr. 2020. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/unica-opcao-estrategica-medio-prazo-mitigar-os-efeitos-covid-19-regiao-avancar-novo>. Acesso em: 14 jun. 2020.

NYE, J. S. (ed.). *International Regionalism: Readings*. Cambridge: Harvard University - Center for **International Affairs**, Little, Brown, 1968.

ONU, NAÇÕES UNIDAS. CEPAL: integração regional é crucial para enfrentar pandemia de COVID-19. **Nações Unidas**, Brasil, p. 1-1, 3 abr. 2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/cepal-integracao-regional-e-crucial-para-enfrentar-pandemia-de-covid-19/>. Acesso em: 14 jun. 2020.

ONU, NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas**. São Francisco (EUA), 1945. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/11/A-Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2019.

PAIKIN, Damián; PERROTTA, Daniela; PORCELLI, Emanuel. Pensamiento latinoamericano para la integración. **Crítica y Emancipación**, v. 8, n. 15, p. 49-80, 2016.

PANIKKAR, K. M. Regionalism and World Security. In Panikka, K. M., et al. **Regionalism and Security**. Nueva Delhi: Indian Council of World Affairs, 1948.

PERROTTA, Daniela. La dialéctica entre la integración regional y las estrategias de inserción internacional en el marco de proyectos de desarrollo nacional: algunas pistas para la comprensión del MERCOSUR actual. **Jornadas de Relaciones Internacionales “Poderes emergentes¿** Hacia nuevas formas de concertación internacional, 2010.

PERROTTA, Daniela. La integración regional como objeto de estudio. De las teorías tradicionales a los enfoques actuales. **Relaciones Internacionales. Teorías y debates**, p. 197-252, 2013.

PERROTTA, Daniela; PORCELLI, Emanuel. Mercosur 25 años: desafíos en su nueva etapa. márgenes, **Revista de Economía Política**, 2(2 [en prensa]) p. 53, 2016.

PREBISCH, Raúl. **El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas = The economic development of Latin America and its principal problems**. Santiago: NU. CEPAL, 1949a. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/30088?show=full>. Acceso em: 13 jul. 2019.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista brasileira de economia**, v. 3, n. 3, p. 47-111, 1949b.

PREBISCH, Raúl. “Crecimiento, desequilibrio y disparidades: interpretación del proceso de desarrollo económico”, 1950. Separata de: NU. CEPAL. **Estudio económico de América Latina 1949 = Economic survey of Latin America 1949**. Santiago: [s. n.],. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/1110>. Acceso em: 29 set. 2019.

PUNTIGLIANO, A; CASAS GRAGEA, A. **Integración Latinoamericana y Caribeña. Política y Economía**. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2012.

PUNTIGLIANO, Andrés Rivarola. “Tres vertientes del pensamiento regionalista en Latinoamérica”. In: RUIZ, José Briceño; PUNTIGLIANO, Andrés Rivarola; GRAGEA, Ángel M. Casas (Ed.). **INTEGRACIÓN LATINOAMERICANA Y CARIBEÑA: Política y economía**. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2012. p. 79-105.

PUNTIGLIANO, Andrés Rivarola; BRICEÑO-RUIZ, José (Ed.). **Resilience of regionalism in Latin America and the Caribbean: Development and autonomy**. Springer, 2013.

RITTBERGER, Volker; ZANGL, Bernhard; KRUCK, Andreas. **International organization**. Palgrave Macmillan, 2012.

ROSAMOND, Ben. European integration and the social science of EU studies: the disciplinary politics of a subfield. **International Affairs**, v. 83, n. 2, p. 231-252, 2007.

RUSSETT, B. M. **International Regions and the International System: A Study in Political Ecology**. Chicago: Rand McNally and Company, 1967.

SANTA CRUZ, Hernán. Recuerdos de la creación de la CEPAL, a guisa de introducción. *In*: NU. CEPAL. **Antecedentes sobre la creación de la CEPAL: fotocopia de documentos de la Asamblea General y del Consejo Económico y Social de las Naciones Unidas - Santiago : CEPAL, 1987 - p. IX-XIII**. Santiago (Chile): [s. n.], 1987. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/29756>. Acesso em: 3 jul. 2019.

SANTA CRUZ, Hernán. CEPAL, encarnación de una esperanza de América Latina. *In*: NU. CEPAL. **Cuadernos de la CEPAL**. Santiago (Chile): NU. CEPAL, 1985.

SANTA CRUZ, Hernán. La creación de las Naciones Unidas y de la CEPAL. **Revista de la CEPAL**, Santiago (Chile), 1995. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/11998/057017032_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 3 jul. 2019.

SARAIVA, Renato. O conceito de Centros de Decisão Econômica nas obras de Celso Furtado: um esforço de formalização teórica e de aplicação prática na análise das relações internacionais. **Anais I Seminário Internacional de Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre, 2015**.

SCHARFSTEIN, B. A. **The Dilemma of Context**. Nueva York: New York University Press. 1991.

SKINNER, Q. Meaning and Understanding in the History of Ideas. **History and Theory**, 8(1), 3-53, 1969. doi: <https://doi.org/10.2307/2504188>

TAVARES, Maria da Conceição. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. *In*: **Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record/CEPAL, 2000-v. 1, p. 217-237, 2000.

TORRES, Miguel Agustín. Un antecedente de la integración latinoamericana. ALALC y su recuerdo, 50 años después. **Revista de Relaciones Internacionales**, n. 39, p. 1-16, 2010.

URUGUAY. GOBIERNO. **Proyecto de creación de la Organización Internacional Americana de Cooperación Económica, presentado por la delegación del Uruguay = Proposal for the establishment of Inter-American Organization for Economic Co-operation, presented by the Uruguayan**

Delegation. Santiago: [s. n.], 1949. Disponível em:
<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/14246>. Acesso em: 24 jul. 2019.

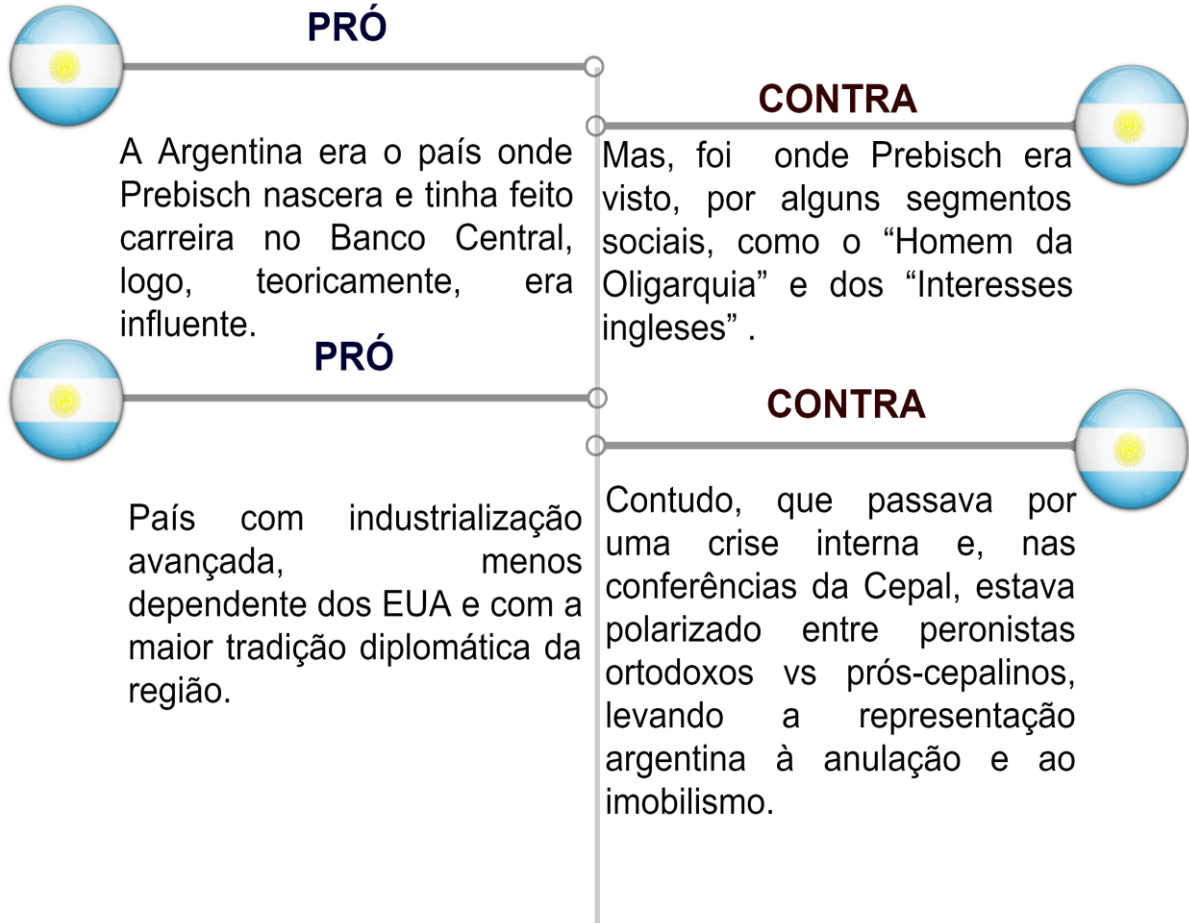
VACCHINO, Juan Mario. **Integración latinoamericana de la ALALC a la ALADI.** Buenos Aires: Depalma, 1983.

VENTURA-DIAS, Vivianne. La CEPAL y el sistema interamericano. **Revista de la CEPAL**, 1998.

WIONCZEK, Miguel S. **A integração econômica da América Latina: experiências e perspectivas.** Edições O Cruzeiro, 1966.

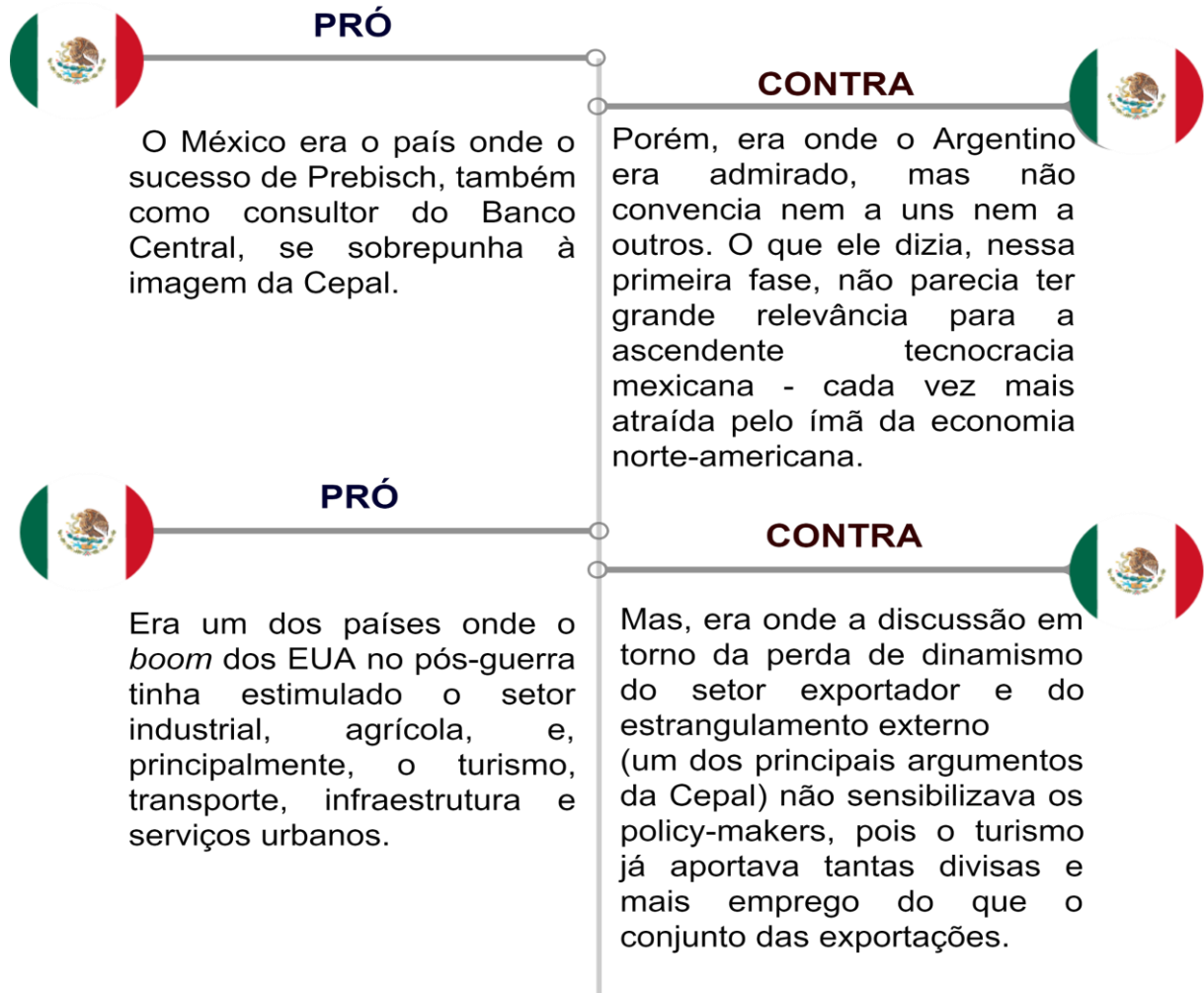
APÊNDICE

Figura 1 - Análise de cenário, balança pró e contra a Cepal, votos difíceis de prever, o caso da Argentina



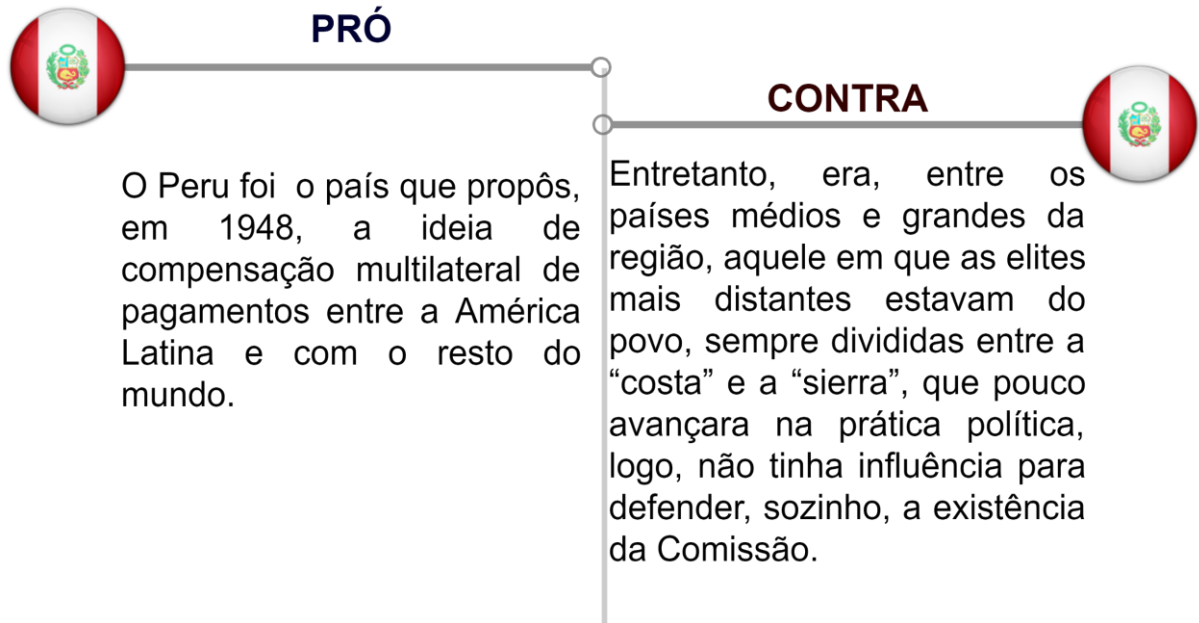
Fonte: Ilustração construída a partir da retrospectiva, póstuma, de Furtado (1985).

Figura 2 - Análise de cenário, balança pró e contra a Cepal, votos difíceis de prever, o caso do México



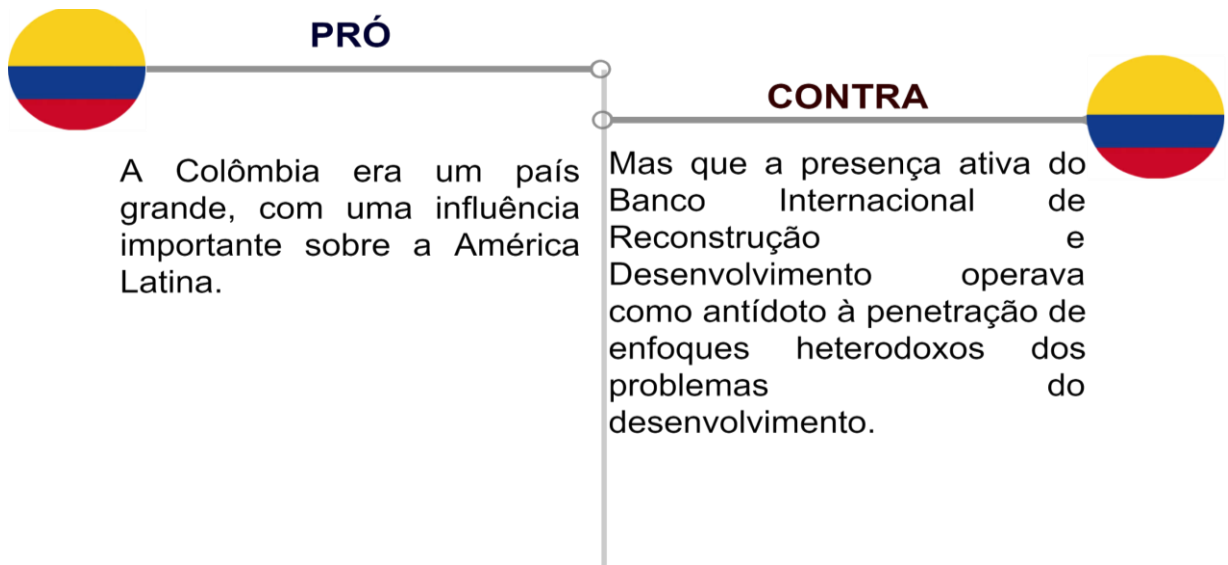
Fonte: Ilustração construída a partir da retrospectiva, póstuma, de Furtado (1985).

Figura 3- Análise de cenário, balança pró e contra a Cepal, votos difíceis de prever, o caso do Peru



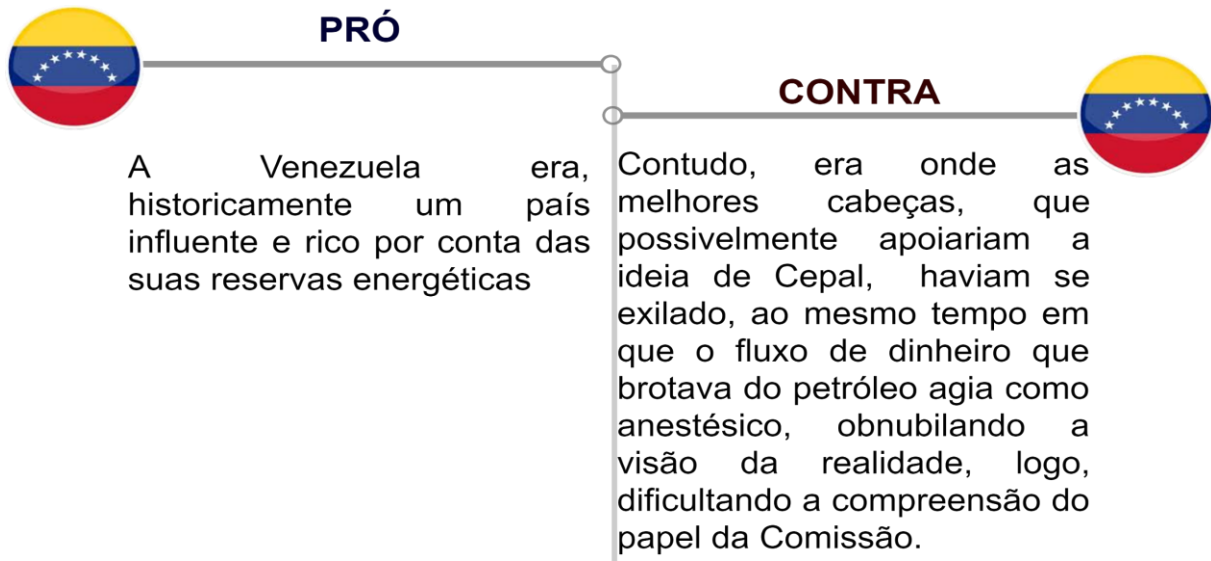
Fonte: Ilustração construída a partir da retrospectiva, póstuma, de Furtado (1985), bem como via NU. CEPAL, 1948e.

Figura 4 - Análise de cenário, balança pró e contra a Cepal, votos difíceis de prever, o caso da Colômbia



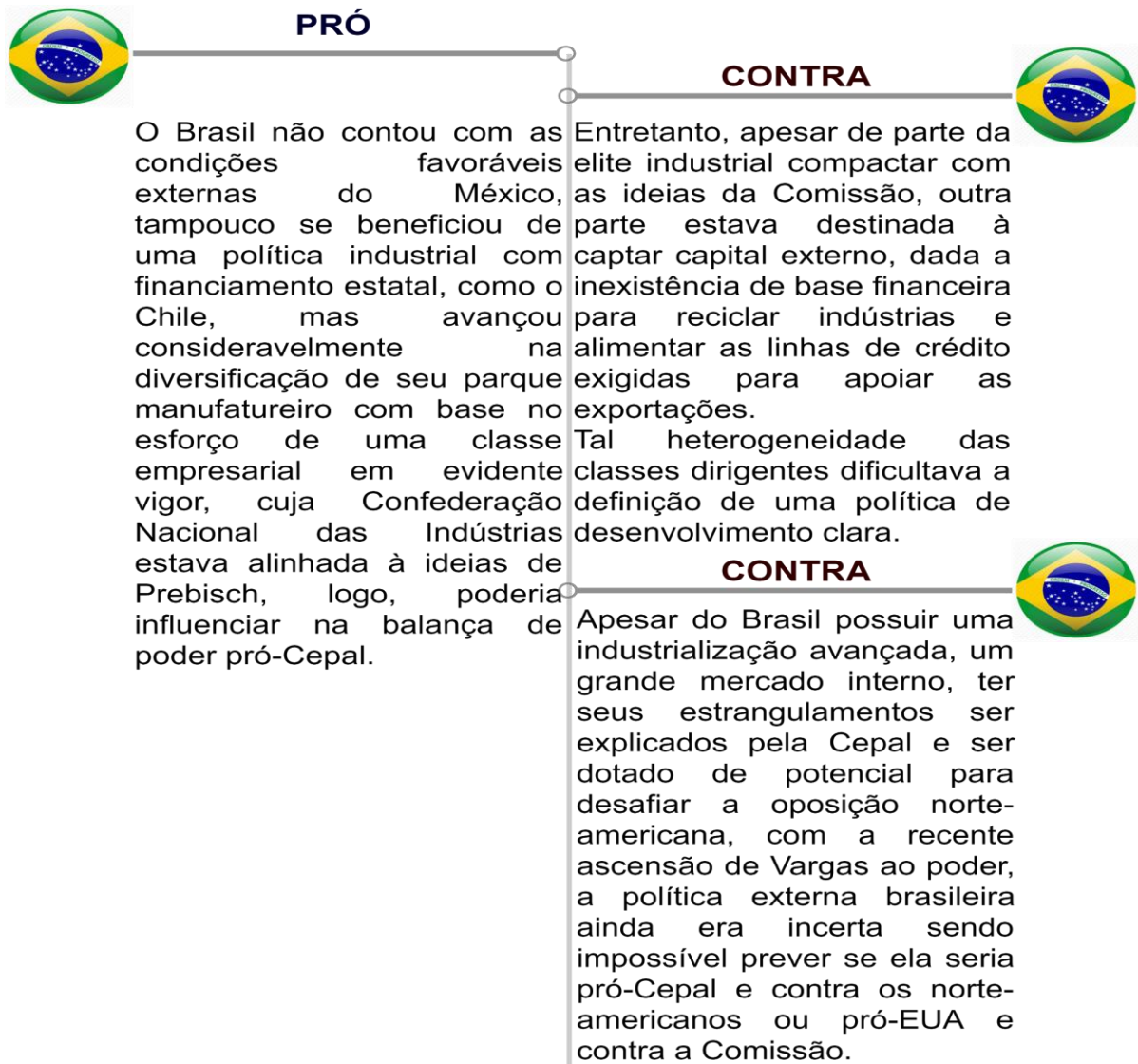
Fonte: Ilustração construída a partir da retrospectiva, póstuma, de Furtado (1985).

Figura 5 - Análise de cenário, balança pró e contra a Cepal, votos difíceis de prever, o caso da Venezuela



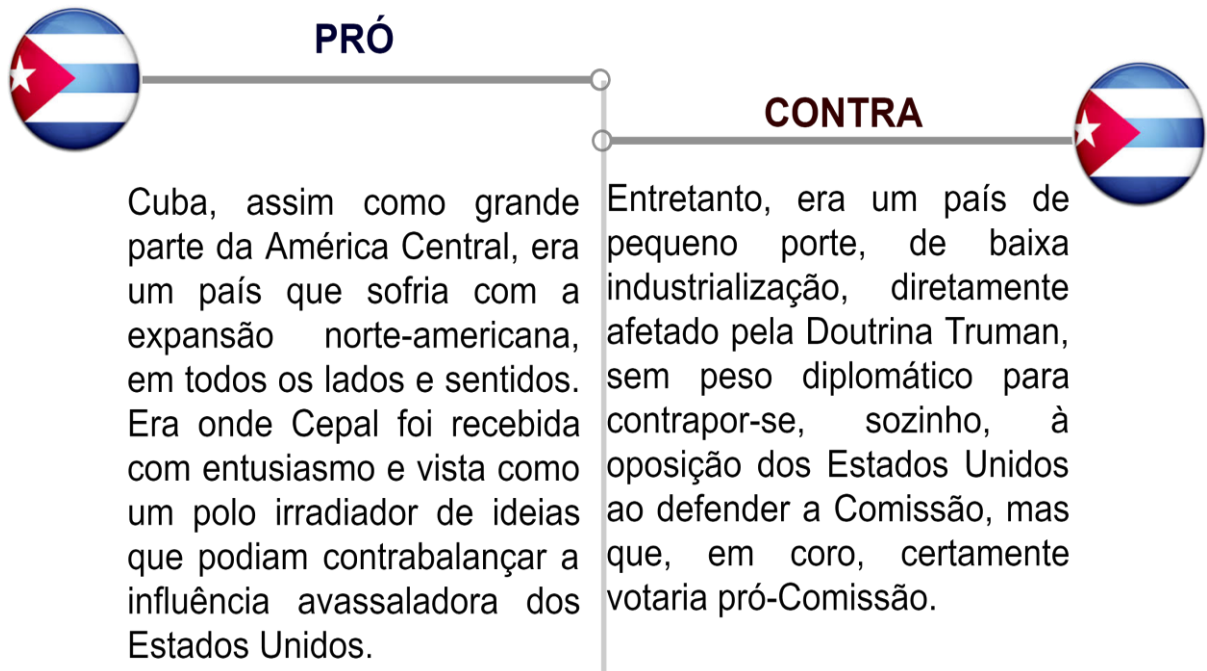
Fonte: Ilustração construída a partir da retrospectiva, póstuma, de Furtado (1985).

Figura 6 - Análise de cenário, balança pró e contra a Cepal, votos difíceis de prever, o caso do Brasil



Fonte: Ilustração construída a partir da retrospectiva, póstuma, de Furtado (1985).

Figura 7 - Análise de cenário, balança pró e contra a Cepal, votos previsíveis o caso de Cuba



Fonte: Ilustração construída a partir da retrospectiva, póstuma, de Furtado (1985)

Figura 8 - Análise de cenário, balança pró e contra a Cepal, votos certos, o caso do Chile



PRÓ



O Chile era um país onde a formação de capital necessária à industrialização dependia diretamente dos excedentes gerados pela exportação de cobre, os quais, por sua vez, eram controlados por grandes empresas norte-americanas. O preço de exportação desse metal, durante a guerra, fora fixado a nível baixo em acordos estabelecidos entre as empresas produtoras e o governo de Washington. Por conta disso, a consciência de dependência externa era mais aguda neste país. Para os *policy makers* chilenos, o grande desafio consistia em diversificar a estrutura produtiva e a única carta com que se contava para esse fim era o excedente derivado das exportações de cobre. Portanto, a sua luta dava-se em duas frentes: (1) a da ordem internacional, que condicionava os preços do cobre e a importância relativa da parcela do valor deste que ficava no país, (2) e a do sistema fiscal, que canalizava o excedente para investimentos reprodutivos. Dos dois ângulos, a Comissão constituía um considerável reforço, porquanto ajudava a bater em brecha as doutrinas ortodoxas do livre-cambismo e da não-intervenção do Estado. Soma-se a isso, o fato de ter sido um chileno o proponente da Cepal, logo, que não podia defender a extinção do Organismo. Nessa conjuntura, o Chile seria um dos poucos países que, com certeza, iriam defender a Cepal.

Fonte: Ilustração construída a partir da retrospectiva, póstuma, de Furtado (1985).